REVISTA

COR

LGBTQIA+

N. 10
V. 2



TEMA LIVRE

COR LGBTQIA+
Curitiba, v. 2, n. 10, jan. 2026
Publicação semestral da Faculdade de Direito - Setor de Ciências Jurídicas
Universidade Federal do Paraná
Praça Santos Andrade, 50 - Centro, Curitiba - PR, 80020-300

ISSN 2764-0426

CAPA

IGOR MACIEL
TÍTULO/ANO: COCHILO (2024)

PROJETO GRÁFICO

ISABEL CECCON IANTAS

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

Revista COR LGBTQIA+. – n. 10, v. 2 (jan. 2026). Curitiba, 2026.

Semestral.

Endereço eletrônico: https://revistas.ceeinter.com.br/CORLGBTI/

ISSN 2764-0426.

1. PessoasLGBTQIA+-Periódico.

CDU 342.7

Bibliotecário:PedroPauloAquilanteJunior – CRB-9/1626

A Revista COR LGBTQIA+ é um periódico com caráter técnico-científico, com periodicidade semestral, publicado em formato digital pela primeira vez em julho de 2021, pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, em conjunto com a equipe COR, formada por estudantes, militantes, professoras(es) e pesquisadoras(es) de todo o Brasil.

Seu surgimento veio de uma demanda do movimento estudantil LGBTI+ por um espaço para publicação e discussão a respeito das pautas e conteúdos relacionados à temática de gêneros e sexualidades.

Tem como objetivo reunir as mais relevantes pesquisas e trabalhos com a temática LGBTQIA+, promovendo a pesquisa científica e a produção de trabalhos de excelência. Seu intuito é difundir e publicizar temas urgentes para o movimento, visando a democratização do conhecimento produzido neste campo e o diálogo com as diversas áreas do conhecimento que integram o escopo proposto.

EQUIPE EDITORIAL

LEANDRO FRANKLIN GORSDORF | ANABELLA PAVÃO DA SILVA | JOANA ZILLER | DENISON MELO DE AGUIAR | LEANDRO REINALDO DA CUNHA

COMITÊ CIENTÍFICO

ALBERTO JOÃO NHAMUCHE | ANABELLA PAVÃO DA SILVA | ANA PAULA MARTINS HUPP | ANDREI DOMINGOS FONSECA | ANGELA COUTO MACHADO FONSECA | ANNA CAROLINA HORSTMANN AMORIM | ARTHUR ROGOSKI GOMES | BÁRBARA DUTRA FONSECA | CARLA CARDI NEPOMUCENO DE PAIVA | CAROLINA ROMANAZZI FREIRE | DANDARA RUDSON SOUZA DE OLIVEIRA | DANIELI KLIDZIO | DENISON MELO DE AGUIAR | EDUARDO LIMA | ÉLIDA SILVA FERREIRA | ELIVELTON MAGALHÃES LIMA | EMILLY JOYCE OLIVEIRA LOPES SILVA | EWERTON DA SILVA FERREIRA | FERNANDA MARIA MUNHOZ SALGADO | FERNANDO DA SILVA CARDOSO | GUSTAVO BORGES MARIANO | HADASSA FREIRE DA SILVA GONÇALVES SANTOS | HELOISA PANCOTTI | HIDERLINE C. DE OLIVEIRA | ISABEL CECCON IANTAS | JAC RIBEIRO | JAQUELINE CARVALHO QUADRADO | JEAN COSTA SANTANA | JEZIEL SILVEIRA SILVA | JOALISSON OLIVEIRA ARAUJO | JOANA ZILLER | LEANDRO FRANKLIN GORSDORF | LEANDRO REINALDO DA CUNHA | LUCAS CAPITA QUARTO | LUÍSA DE FREITAS LOPES | MANOEL RUFINO DAVID DE OLIVEIRA | MARCIO NICOLAU | MARIA FERNANDA PIRES | MARINA DE FÁTIMA DA SILVA | NIZAR AMIN SHIHADEH | PÉRICLES DE SOUZA MACEDO | RAFAEL DOS REIS AGUIAR | RAPHAEL DE ANDRADE RIBEIRO | ROGÉRIO MELO | THABATA VIEIRA ARECHAVALETTA | TIAGO DA SILVA ANDRADE | WALDYR BARCELLOS JUNIOR | WEZELLEY CAMPOS FRANÇA | WILLIAM ROSLINDO PARANHOS

SUMÁRIO

ARTIGOS CIENTÍFICOS 05

LGBTfobia e aquilombamento feminino: poesia *slam* como resistência contra o preconceito e a violência 06
Mayra Dias Garcia

Para transicionar a atenção básica: uma análise da produção de cuidado à saúde as pessoas trans no SUS 22
Matheus Madson Lima Avelino

Jessicão, a opressora: desafios às políticas trans e LGBTQIA+ em Londrina 46
Gabriel Darcin Alsouza
André Luiz Justus Czovny

Experiências comunicacionais da população LGBTQIA+ nos espaços de cinema de Curitiba 72
Guilherme Camponogara Lorenzoni
Wellington Teixeira Lisboa

Tem trans free?: estratégias políticas de inclusão de pessoas trans e travestis nas produções culturais-musicais em Recife 92
Rubi de Paula Oliveira
Júlia Maria Oliveira Tavares Leite

Entre história, memória e turistificação: a construção de espaços queer em Amsterdam 106
Christopher Smith Bignardi Neves

"Deus, pátria e família": a ideologia heteroterrorista de violência institucionalizada aos corpos LGBTS no contexto político-social brasileiro contemporâneo 128
Pedro Rhafael Monteiro de Lima
Rita de Cássia Souza Tabosa Freitas

“As drag queens foram longe demais”: uma análise de experiências e percepções de artistas drag da grande Porto Alegre sobre publicidade 154
Gabriel Ângelo da Silva
Luis Henrique Rauber

Representação da homoafetividade em filmes, séries e novelas: uma revisão narrativa da literatura 178
Giovane Sampaio dos Santos
Patrícia Carvalho Moreira

Uma abordagem viável para iniciar o debate sobre intersexualidade no ensino de ciências biológicas: relato das construções teóricas e metodológicas de uma palestra 196
Efeh Victorio Monteiro Crempe
Breno Matheus Sabóia Rangel
Caio César Souza Coelho
João de Deus de Souza Paiva
Gabrielle Weber
Roseli Soncini

Transitando entre páginas: uma análise da representação do afeto e identidade de travestis e transgêneros na obra “Elvis e Madona” 214
Diego Bittencourt de Oliveira
Lucas Esperança da Costa
Rodrigo Ribeiro Mansor

O digital e o queer na arte de Curitiba: desafios de acesso e conservação 230
Arthur Leitis Junior

ENSAIOS 251

Questionando a norma: o impacto da heteronormatividade na experiência individual e nas definições de gênero 252
Ruth Nunes da Silva
Cintia de Souza Batista Tortato

Lucinde, Hipérion, Eros: confluências do romantismo alemão no movimento gay 266
Rafael Vieira Sens

As tecnologias do prazer: o culto ao masculino e o consumo de pornografia homossexual numa sociedade machista-homofóbica 276
Ícaro Machado Ribeiro

RELATOS DE EXPERIÊNCIA 299

Travestilidades negras construindo confluências na saúde mental: um relato de experiência 300
Ruth Nunes da Silva
Jessyka Silva Rodrigues
Hallisson Eduardo dos Santos Pinho
Dandara Leite Carvalho
Pettra Roque Araújo da Silva
Rafael Lerli de Araújo Silva
Taíssa da Silva Souza

TRABALHOS ARTÍSTICOS 315

Corpo que resiste, alma que luta 316
Uanderson da Silva Lima

ARTIGOS CIENTÍFICOS

LGBTFOBIA E AQUILOMBAMENTO FEMININO: POESIA SLAM COMO RESISTÊNCIA CONTRA O PRECONCEITO E A VIOLÊNCIA

LGBTPHOBIA AND FEMALE QUILOMBISMO: SLAM POETRY AS RESISTANCE AGAINST PREJUDICE AND VIOLENCE

Mayra Dias Garcia[1]

Resumo: este artigo analisa a produção poética de duas poetisas paraibanas, CJ MC e Bixarte, investigando-a como um espaço de aquilombamento feminino na periferia de Campina Grande. Para isso, realizamos uma análise de conteúdo e uma reflexão teórica baseada em conceitos como a 'escrevivência' de Conceição Evaristo, e a 'colonialidade' de Frantz Fanon. Foram analisados poemas performados na Batalha do Prado, publicados no canal do YouTube do evento. A análise revela o uso da poesia como forma de protesto e resistência, na qual as poetisas abordam temas atuais e denunciam os preconceitos e violências enfrentados por indivíduos fora dos padrões sociais. Através do Slam, a comunidade LGBTQIA+ e negra reafirma sua existência, combatendo a invisibilidade e enfrentando desafios como a LGBTFOBIA. O estudo conclui que as poetisas questionam o apagamento histórico sofrido por esse grupo, buscando a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.
Palavras-chave: LGBT+; Quilombismo; Feminino; Poesia Slam; Resistência.

Abstract: this article analyzes the poetic production of two female poets from Paraíba, CJ MC and Bixarte, investigating it as a space for female quilombola communities in the outskirts of Campina Grande. To this end, we conducted a bibliographical review and a theoretical reflection based on concepts such as Conceição Evaristo's 'escrevivência,', and Frantz Fanon's 'coloniality,'. We analyzed poems performed at the Batalha do Prado and published on the event's YouTube channel. The analysis reveals the use of poetry as a form of protest and resistance, in which the poets address current issues and denounce the prejudice and violence faced by individuals outside of social norms. Through Slam, the LGBTQIA+ and Black communities reaffirm their existence, combating invisibility and confronting challenges such as LGBTFOBIA. The study concludes that the poets question the historical erasure suffered by this group, seeking to build a more inclusive and egalitarian society.
Keywords: LGBT+; Quilombismo; Female; Slam Poetry; Resistance.

1 INTRODUÇÃO

O *Poetry Slam* – ou simplesmente *Slam* – é um movimento literário contemporâneo de origem relativamente recente. Surgiu nas ruas de Chicago na década de 1980, em diálogo com o movimento *Hip-Hop*, como forma de expressão da cultura marginalizada. O próprio nome carrega significados que aludem à performance: *Slam*, em inglês, remete ao som de uma batida ritmada, evocando a cadência da declamação poética. Além disso, o termo também é utilizado para designar competições esportivas de grande porte, como os *Grand Slam*s no tênis, basquete e beisebol.

Este artigo analisa a produção poética de duas poetisas paraibanas, CJ MC e Bixarte. A primeira, uma mulher lésbica negra, e a segunda, uma mulher trans negra, expressam em

[1] Doutoranda em Ciências Sociais (UFCG), historiadora e socióloga. Pesquisa literatura negra, negritude e produções culturais de resistência, com foco em autorias negras e epistemologias contra-hegemônicas.

seus versos as vivências e as violências que atravessam seus corpos e territórios. Fazendo parte de uma pesquisa mais ampla sobre os duelos de poesia marginal, conhecidos como *Slam*, este estudo os investiga como espaços de aquilombamento feminino na periferia de Campina Grande. A análise parte da perspectiva da escrevivência das poetas negras, cujas produções interseccionam ancestralidade, gênero, raça e sexualidade para se posicionar contra a LGBTfobia, a misoginia, o racismo e a pobreza. Dessa forma, este artigo busca evidenciar como as poetas analisadas utilizam o *Slam* como ferramenta de resistência e ressignificação de suas identidades e experiências.

O estudo foi realizado a partir da transcrição dos poemas e da observação das performances, com base em uma análise de conteúdo que busca identificar os temas centrais e as estratégias de resistência presentes nas obras. Essa abordagem, inspirada em metodologias de pesquisa qualitativa, permite examinar a interseção entre a linguagem poética e a performance como formas de expressão social e política.

Nesta pesquisa, compreendemos o *Slam* na acepção de D'Alva (2011), que o define como um modo de fazer poesia moderna que, para além de um acontecimento poético, constitui um movimento social, cultural e artístico. Hoffman (2001), ao resgatar a concepção de Marc Smith, fundador do *Poetry Slam*, reforça essa ideia ao caracterizar o *Slam* como uma forma de poesia em movimento. Historicamente, esse movimento tem sido protagonizado por vozes marginalizadas, incluindo pessoas negras, indígenas, periféricas, mulheres e LGBT+.

O presente artigo está organizado em seis seções. Na seção 1, apresentamos a Introdução, onde são contextualizados os objetivos e o corpus do estudo. A seção 2, 'Cultura Marginalizada ou Cultura Insurgente: pensando a transformação social a partir da cultura', discute a apropriação da cultura como ferramenta de resistência, a partir de autores como Stuart Hall, bell hooks e Appadurai. A seção 3, 'Reunião dos Rato: *Slam* do Prado', traça a origem do movimento *Poetry Slam* e sua chegada em Campina Grande-PB. Já a seção 4, 'Poesias em análise', explora os conceitos de 'aquilombamento' e 'quilombagem' para contextualizar a análise das poesias. Nas seções 5 e 6, intituladas 'Maldita Geni: um grito contra a violência e a marginalização de corpos negros LGBT+' e 'CJ MC ergue a voz contra a LGBTFOBIA', respectivamente, analisamos as poesias das autoras Bixarte e CJ MC à luz do que foi discutido.

2 CULTURA MARGINALIZADA OU CULTURA INSURGENTE: PENSANDO A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL A PARTIR DA CULTURA

Neste estudo, a cultura é vista como um conceito complexo, ligado diretamente aos 'jogos de poder', conforme propôs Hall (1996). Dessa forma, evitamos a ideia essencialista de uma cultura negra estática e una. Refletimos sobre as confluências das noções de cultura

e identidade (Hall, 1996[2003]), entendendo que ela não pode ser um campo neutro. É nesse espaço que se inscrevem as cosmovisões hegemônicas e as insurgências contracoloniais, sendo a cultura, ao mesmo tempo, espaço e objeto em disputa Como Hall (2003) também enfatiza, a cultura não se limita a uma abertura dos espaços dominantes para os de fora, mas é o resultado de políticas culturais da diferença e de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural.

Haesbaert (2021, p. 10), conceitua as insurgências contracoloniais como práticas de descolonização, nesse sentido, afirma que “descolonizar é, na prática, um processo contínuo de resistência que acompanha, em diferentes níveis e escalas, toda a história do capitalismo”. A cultura é historicamente apropriada e instrumentalizada para perpetuar narrativas dominantes, que elaboram e fixam as possibilidades de vida dentro da colonialidade. Pois, como afirma o sociólogo jamaicano, Stuart Hall (1996):

> se a cultura, de fato, regula nossas práticas sociais a cada passo, então, aqueles que precisam ou desejam influenciar o que ocorre no mundo ou o modo como as coisas são feitas necessitarão - a grosso modo - de alguma forma ter a ‘cultura’ em suas mãos, para moldá-la e regulá-la de algum modo ou em certo grau" (Hall, 1996 [2003], p. 104).

Essa cultura hegemônica carrega valores de uma pretensa universalidade branca, cis, heterossexual e patriarcal, promovendo o genocídio cultural. Essa imposição da cultura ocidental em detrimento das culturas subalternizadas condena os indivíduos que as compõem ao título de dissidentes e a posições periféricas. Por isso, o campo cultural é o primeiro a ser reivindicado quando identidades subalternizadas percebem suas posições de marginalidade e se tornam insurgentes. Por meio da ação cultural, é possível desestabilizar imaginários fixados pela institucionalidade hegemônica, que impõem a invisibilidade cultural, e elevá-los para lugares de destaque e empoderamento

Se, por um lado, a organização da cultura é uma reafirmação hegemônica que consolida ou justifica os regimes de subordinação das identidades dissidentes, ela também é um território de engajamento estratégico para a ação insurgente dessas identidades historicamente marginalizadas. Como define bell hooks (2000, p. 11): "Estar à margem significa pertencer ao todo, mas estar fora do corpo principal". Aquele que não está inserido no centro é considerado marginal, e a margem, por sua vez, configura-se como um local de repressão, mas também de resistência. É nesse espaço que, segundo bell hooks (2000), se desenvolve uma dupla visão: a de dentro para fora e a de fora para dentro. Não se trata de romantizar a posição do marginalizado, mas de reconhecer que, a partir desse lugar, ele pode enxergar a totalidade do 'jogo social' sem se ver como neutro ou norma, como fazem o homem branco, heterossexual e/ou ocidental.

Com base nas ideias apresentadas, a organização da cultura brasileira não pode ser pensada sem considerar o sistema estruturado pela colonialidade nas quais foram cunhadas as políticas culturais que conhecemos, mas é possível reconhecer nela um campo de transformação social. A partir dessa perspectiva, uma leitura contracolonial dos movimentos culturais marginalizados contemporâneos pode levar a uma descolonização da organização da cultura. Como Appadurai (1988) observa, as hierarquias culturais podem ser deslocadas por práticas insurgentes que redefinem as posições de poder e as identidades subalternizadas.

O movimento *Hip-hop*, por exemplo, emerge como uma poderosa forma de resistência cultural dentro dessa estrutura de marginalização. Nascido nas periferias urbanas dos Estados Unidos, o Hip-hop não apenas denuncia as desigualdades sociais, mas também proporciona uma plataforma de expressão para comunidades historicamente silenciadas. Através de seus quatro elementos – rap, *breakdance*, grafite e *DJing*[2] – o Hip-hop se tornou uma linguagem global de contestação, desafiando os valores impostos pela hegemonia ocidental. Assim como as culturas marginalizadas que Hall (2003) e Appadurai (1988) discutem, o *Hip-hop* não é simplesmente uma tentativa de inserção nos espaços dominantes, mas uma forma de criar novos espaços e identidades no interior das estruturas de poder existentes.

Essa perspectiva de engajamento cultural foi definida pela pesquisadora Luana Diana dos Santos, que define insurgência como "um movimento coletivo de tomada de consciência, no qual sujeitos descendentes do colonialismo, afetados pelo racismo, pelo sexismo e pelo epistemicídio (Carneiro, 2005), transformam a opressão em objeto de luta por meio da teoria e de outros mecanismos de resistência" (Santos, 2018, p. 55). Em consonância com essa ideia, Stuart Hall afirma que, ao falar sobre a questão da produtividade da marginalidade dentro da cultura, é possível enxergar como as margens se tornam espaços de criação e resistência, afirmando que:

> Isso não é simplesmente uma abertura, dentro dos espaços dominantes, à ocupação dos de fora. É também o resultado de políticas culturais da diferença, de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural. Isso vale não somente para a raça, mas também para outras etnicidades marginalizadas, assim como o feminismo e as políticas sexuais no movimento de gays e lésbicas, como resultado de um novo tipo de política cultural (Hall, 1996[2003], p. 320).

Neste artigo, abordamos um novo tipo de política cultural: o aquilombamento de poetisas negras da periferia paraibana. Nesse contexto, os sujeitos marginalizados, ao

[2] Os quatro elementos do *Hip-hop* são: Rap, a forma de expressão verbal ritmada; *Breakdance*, um estilo de dança de rua que surgiu na década de 1970; Grafite, a arte visual feita com *spray* em espaços públicos; e *DJing*, a arte de manipular sons e músicas usando toca-discos e equipamentos de áudio.

buscarem compreender as estruturas de dominação e tomar consciência, insurgem-se com novas formas de existir. Isso se alinha com o pensamento de bell hooks, para quem a insurgência é um ato de resistência e autoconsciência (hooks, 2019, p. 56). A literatura produzida por esses grupos subalternizados, por sua vez, é capaz de denunciar realidades, expor hipocrisias e também criar sentido e identificação. Da mesma forma, o *Hip-hop*, como uma de suas manifestações, tem sido uma poderosa ferramenta de visibilidade e autoafirmação, criando um espaço de luta contra a marginalização.

3 "REUNIÃO DOS RATO: *SLAM* DO PRADO" A ORIGEM DO *SLAM* E SUA CHEGADA EM CAMPINA GRANDE-PB

O *Poetry Slam* nasceu como um evento de poesia criado em 1986, era uma competição na qual a plateia podia avaliar o poeta e cada poeta competidor precisa ter, no mínimo, três poesias autorais. As batalhas de *Slam* podem ser definidas como a disputa entre as poesias faladas. Em pouco tempo, esse movimento se expandiu para diversos estados norte-americanos. Em 1990, foi fundada a *Poetry Slam* Incorporated (PSI), agência reguladora da competição, ano em que também aconteceu a primeira competição nacional de *Poetry Slam*. As regras criadas para as apresentações de *Slam* eram: as poesias devem ter duração de no máximo três minutos, os cinco jurados são pessoas da plateia e cada poeta precisa ter três poesias autorais para competir e as performances não podem contar com auxílio de acompanhamento musical, figurino ou outros objetos. Todas essas regras buscam uma poesia mais direta e incisiva, que promova uma interação real com o público, conforme destaca Hollanda (2020 p. 32), "no *Slam*, a ideia é produzir uma poesia mais direta, mais forte, que promova escuta, que interpele, que incomode".

A responsável por trazer ao Brasil esse movimento foi Estrela D´Alva[3], que conheceu o *Poetry Slam* por meio de dois documentários estadunidense que mostram o campeonato nos Estados Unidos "*Slam* Nation: the sport of spoken word" e "*Slam*: all in line for a slice of devil pie" (D'alva *et al*., 2021). Ela foi aos Estados Unidos e conheceu um evento de *Slam* num bar em Nova Iorque, mas ao retornar ao Brasil, constatou a ausência desses eventos no país e criou o ZAP – Zona Autônoma da Palavra – em São Paulo, o primeiro Poetry *Slam* brasileiro no ano de 2008 (D'alva *et al*., 2021). Em 2012, o poeta Emerson Alcalde fundou, na Zona Leste de São Paulo, o segundo *Slam* do Brasil, o *Slam* da Guilhermina e os eventos começaram a acontecer nas ruas, atualmente essa é uma das principais características do *Slam* no Brasil.

E assim como nos Estados Unidos, a expansão do *Slam* foi rápida, foram criados diversos eventos regionais e estaduais de batalha de *Slam* poesia e uma disputa nacional denominada *Slam* BR - Campeonato Nacional de Poesia Falada, organizado pelo Núcleo

[3] Roberta Estrela D'Alva é o nome artístico de Roberta Marques do Nascimento, reconhecida como uma das pioneiras e principais difusoras do movimento Slam no Brasil.

Bartolomeu de Depoimentos. Já em 2019, havia mais de duzentas comunidades de *Slam* espalhadas em quase vinte estados brasileiros (D'alva *et al.*, 2021). O sucesso do *Slam* se deve, em grande parte, ao uso da plataforma do YouTube como ferramenta de divulgação das batalhas de poesia. O *Slam* da Resistência, fundado em 2014, que acontecia na Praça Roosevelt em São Paulo, foi o primeiro a gravar e postar as apresentações.

Entre os anos de 2016 e 2017, houve um considerável crescimento do movimento no país, com o *Slam* chegando a quase todos os estados brasileiros. Inclusive na Paraíba em 2017, com a Batalha do Prado em Campina Grande, organizada por Livingston Borges, Eros Silva[4] e Julio Cesar. Essa batalha se manteve ativa na cidade durante cinco anos e contava com: Batalha de Sangue (duelos de rimas de improviso); *Slam* (duelos de poesias); Oficinas em instituições de ensino; Intervenções em eventos e *Pocket Show's*. Ela foi, durante muito tempo, um lugar de encontro de poetas e a partir daí outras batalhas começaram em outras cidades da Paraíba. Assim como o *Slam* da Resistência, o do Prado passou a gravar as apresentações e o canal no YouTube possui atualmente 204 mil inscritos e 83.387 visualizações.

Durante a análise dos posts da batalha podemos ver uma crescente da participação feminina e um destaque para a participação das poetas principalmente nas batalhas de poesias. O *Slam* passou a acontecer no Prado a partir da sexta edição do evento, e nesse contexto surgiram nomes de poetas locais que se tornaram conhecidos na cena, como Lay Luz, Sois Belo, Babina e Jessica Preta. O *Slam* do Prado não foi apenas um espaço de competição, mas um território de resistência e insurgência cultural. Ele abriu caminhos para novas vozes, ressignificou narrativas e consolidou a poesia falada como ferramenta de transformação social em Campina Grande e em outras cidades da Paraíba.

4 POESIAS EM ANÁLISE

O *Slam* pode ser compreendido como um espaço de resistência e fortalecimento identitário, um território simbólico de encontro e pertencimento. Para analisar os *Slam*s, fazemos uma aproximação entre o conceito de quilombagem, elaborado por Clóvis Moura como uma expressão de protesto radical negro, e o conceito proposto por Beatriz Nascimento de quilombo, como um instrumento de reconhecimento da identidade negra brasileira, étnica e nacional. Enquanto Moura declara a quilombagem como "um componente dos mais importantes [...] das contradições que impulsionam a dinâmica de mudança social rumo ao trabalho livre" (Moura, 2001, p. 9), Nascimento afirma que "Tudo, de atitude à associação, seria quilombo, desde que buscasse maior valorização da herança negra" (Nascimento, 1985, p. 48).

Portanto, o aquilombamento propõe um projeto que mostra ser possível dizer não às opressões, em prol da criação de uma comunidade unida não pela escravidão, mas pela

[4] Eros Silva é um mc e tem o nome artístico Mano Horas.

resistência ancestral. Essa ideia é reforçada por Souto (2020), que afirma: "O ato de criar sentidos de aquilombamento através de signos culturais produz novas lógicas de representação e, consequentemente, uma relação direta de pertencimento e de identificação é criada com o público envolvido" (Souto, 2020, p. 143). É nesse contexto que o *Slam* se manifesta como um aquilombamento cultural, pois ao criar um espaço de pertencimento e identificação, ele deixa de ser apenas um palco para performances poéticas, tornando-se um território de acolhimento, fortalecimento coletivo e luta por transformação social.

5 MALDITA GENI: UM GRITO CONTRA A VIOLÊNCIA E A MARGINALIZAÇÃO DE CORPOS NEGROS LGBT+

A supressão das memórias das pessoas LGBT+ negras da História oficial transcende meramente o descaso histórico, revelando-se como um plano colonial meticulosamente concebido. Esse projeto visa, de maneira sistemática, apagar não apenas nossas narrativas coletivas, mas também as nuances de nossas identidades individuais. Indo de encontro à fala da autora Fátima Lima:

> o corpo de mulheres negras é um papel fundamental na construção da memória social da comunidade LGBT. Não abandonar a si mesmo, não ceder à renúncia da sua própria identidade e não permitir que se complete o destino programado de extinção de qualquer rastro de memória sobre o seu passado têm sido, sem dúvida, o grande legado que a existência negra tem construído ao longo dos séculos de história do Brasil. Foi em face de si, assegurando-se na capacidade intrínseca humana de produzir sentido, que enunciar-se ganhou status, para muitos, de prática de vida. (Lima, 2017, p. 68).

Esse apagamento, combatido pelas mulheres negras LGBT+, vai além de uma mera negligência, pois tem profundas raízes no sistema colonial. Ao negar o reconhecimento das experiências, contribuições e lutas, é perpetuada uma narrativa dominante que penetra, inclusive, os grupos marginalizados. As narrativas cis-heteronormativas LGBTfóbicas provocam o silenciamento indagado pela professora travesti Megg Rayara (2019):

[3] Roberta Estrela D'Alva é o nome artístico de Roberta Marques do Nascimento, reconhecida como uma das pioneiras e principais difusoras do movimento Slam no Brasil.

Nesse cenário, o *Slam* se torna um espaço crucial de resistência, onde as vozes dessas mulheres são amplificadas e afirmadas. No palco, elas não apenas se tornam sujeitos reconhecidos pelo outro, mas também reafirmam sua existência com base nas próprias experiências e nas lutas que travam contra um sistema que as invisibiliza. Como nos ensina Fanon (2008), o reconhecimento da nossa humanidade e dignidade é essencial para nossa afirmação enquanto sujeitos de direito e ação.

A Batalha do Prado, citada na seção anterior, se tornou um espaço de visibilidade para vozes marginalizadas. Nesse contexto, destacamos a poetisa Bixarte, uma travesti, atriz, cantora e poeta de Santa Rita (PB), que também participou do *Slam* do Prado em Campina Grande (PB). Sua poesia, que fala sobre o medo e a violência que atravessam um corpo negro LGBT+, ganha ainda mais força porque, conforme Evaristo (2005, p. 205), "surge a fala de um corpo que não é apenas descrito, mas antes de tudo vivido".

MALDITA GENI[5]
Juro que em cada esquina,
Tenho medo de entrar,
Pois na última que entrei,
Eles tentaram me matar.

Bixarte inicia sua poesia com uma denúncia urgente: o risco constante de existir enquanto travesti negra. A cada esquina, a ameaça de morte paira, e sua identidade é alvo de uma sociedade que a marginaliza e criminaliza. Essa tensão é traduzida na performance da poeta, cujo ritmo intenso e acelerado, marcado por gestos rápidos, reflete visualmente a sensação de fuga e o perigo iminente vivido por seu corpo.

A escolha rítmica da poesia remete à música Geni e o Zepelim, de Chico Buarque, estabelecendo um diálogo intertextual que reforça a repetição histórica da violência contra corpos feminilizados e dissidentes. Assim como Geni, a personagem de Buarque, as travestis são colocadas em uma posição de descarte social: desejadas e fetichizadas, mas também odiadas e perseguidas.

Levanta a mão, bateu,
O ferro logo puxou,
Dois tiros foram disparados,
Mais uma trava que ele matou.

Aqui, Bixarte explicita o destino cruel que recai sobre tantas travestis no Brasil, o país que mais mata pessoas trans no mundo, dado do dossiê 2025 da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra). A impunidade policial é exposta sem rodeios: a justiça que

[5] Vídeo disponível no link: https://www.youtube.com/watch?v=ipkRUJqBBFM. Acesso em: 13 ago. 2025.

deveria proteger acaba por legitimar a violência contra essas vidas, tornando-as descartáveis aos olhos do Estado. Mas sua denúncia vai além da transfobia, a poetisa expõe a estrutura racista e classista que sustenta essa violência:

> Homem branco colonizador,
> É visto como herói da pátria até quando uma preta no altar
> Mainha abandonou.

Ela confronta a supremacia branca e o colonialismo, apontando como a sociedade sempre protege e valoriza homens brancos enquanto mulheres negras são historicamente relegadas ao abandono e à exploração. Seu poema também evidencia como o racismo e a transfobia se entrelaçam, negando às travestis negras não apenas segurança, mas também o direito à dignidade e ao pertencimento. O assédio e o medo da violência são outra camada de sua vivência:

> Ele passava a mão no meu corpo,
> E eu dizia: Deus, que ele leve meu celular,
> Que eu não chegue em casa um corpo morto.

A urgência desse verso escancara a brutalidade do cotidiano de uma travesti negra: ser roubada é uma alternativa melhor do que ser assassinada. Essa terrível hierarquia de perigos traduz a realidade de tantas mulheres trans e travestis, para quem a violência não está apenas nas ruas, mas em qualquer interação cotidiana. A poesia de Bixarte, no entanto, não se limita à denúncia; ela também atua como um ato de afirmação e resistência:

> Mainha, eu te prometo que eu vou ser muito feliz,
> Meu nome é Bixarte,
> Não sou prostituta, sou poeta e atriz.

O nome social, para Bixarte, torna-se um manifesto de existência. Ao fazer isso, ela recusa a imposição da marginalidade e da sexualização compulsória, reivindicando sua identidade como artista e intelectual. Essa reivindicação culmina em seu verso final, que funciona como uma resposta direta ao olhar fetichizante da sociedade.

> Se você me queria fazendo programa,
> Prazer, eu sou a própria literatura.

Com esse desfecho poderoso, a poetisa inverte as expectativas e se coloca como sujeito ativo na produção cultural, recusando-se a ser reduzida ao estigma da prostituição. Assim, Maldita Geni é mais do que um poema; é um grito de revolta contra a transfobia, o racismo e a violência sistêmica que assolam corpos dissidentes. Ao transformar sua vivência em poesia, ela subverte o silenciamento imposto e reivindica a arte como um espaço de resistência. Essa atitude ganha ainda mais força simbólica com a performance em Campina Grande, uma cidade conservadora e marcadamente bolsonarista, o que ficou explícito em 2018, onde foi uma das três únicas cidades do estado onde o então candidato Bolsonaro teve maioria de votos.

Em um contexto de opressão, sua voz ecoa como um ato de insurgência, lembrando que a literatura e a arte sempre foram armas nas mãos dos que lutam por sua humanidade. Em um país que insiste em apagar e violentar corpos como o seu, Bixarte faz de sua poesia um território de existência e sobrevivência, ela não apenas denuncia a hipocrisia e a violência, mas também afirma, com todas as letras, que sua vida, sua arte e sua voz importam.

6 CJ MC ERGUE A VOZ CONTRA A LGBTFOBIA

A poesia de CJ MC é um exemplo potente de resistência. Por meio de suas palavras, essa mulher negra, lésbica e periférica denuncia desigualdades estruturais, hipocrisia, preconceito e a violência cotidiana vivida por mulheres negras e LGBT+. Nesse sentido, a liberdade de expressão presente em sua obra possibilita ao poeta falar tudo o que está 'agarrado na garganta', sem se sentir presa às estruturas e regras. É justamente esse modo de fazer poesia, característico do *Slam*, que transforma a prática em "além de um acontecimento poético, um movimento social, cultural, artístico [...]" (D'alva, 2011, p. 120). Sua poesia, permeada por um sentimento de indignação, questiona as normas opressivas e apresenta um retrato cruento da realidade vivida por esses corpos marginalizados.

Será que não entendem?[6]

Será que não entendem que dentro de mim arde,
quando a desigualdade é consigo mesmo?

Quer gritar sobre a verdade,
defender apenas o que lhes convém é atitude covarde (CJ MC, 2022).

As estrofes, onde a poeta questiona a desigualdade ("Será que não entendem que dentro de mim arde, / quando a desigualdade é consigo mesmo?") e denuncia a covardia de

[6] Vídeo disponível no link: https://www.youtube.com/watch?v=EnDgg9Cz-3Q&list=PLRCGVGV8GXSeJZkvYOAaqQsnBSagsAqll&index=25. Acesso em: 13 ago. 2025.

quem defende apenas o que lhe convém, levam-nos à conclusão de que ser uma mulher negra e lésbica é compreender que a resistência é uma necessidade em uma sociedade moldada pelo patriarcado, onde a branquitude, a masculinidade e a heterossexualidade são impostas como padrões hegemônicos, enquanto o poder e a alteridade definem os caminhos da construção identitária.

Por isso, CJ MC desafia, através de suas palavras, a cis-heteronormatividade, ao questionar um sistema que constantemente marginaliza e silencia as vozes dissidentes. Suas rimas abordam as múltiplas formas de violência física e emocional que afligem aqueles que não se ajustam aos padrões heteronormativos. Em um país que é líder mundial em homicídios de pessoas LGBT, especialmente negras, a poeta não apenas denuncia essa violência, mas também, em um ato de autoafirmação política, celebra com orgulho quem ela é:

> Minha alma não é imortal, mas ela se regenera, é porque eu sou a mulher que sou incapaz de amar ela?
> Nunca vou deixar a sociedade me dizer se eu sou ou não capaz de amar.
>
> Minha casa não me define, um homem não me define,
> minha carne não me define,
> eu sou o meu próprio lar (CJ MC, 2022).

A poesia de CJ MC pode ser lida à luz do pensamento de Audre Lorde (2019), especialmente no que diz respeito à interseccionalidade entre raça, gênero e sexualidade, e à escrita como uma ferramenta de resistência e sobrevivência. Nesse sentido, a poesia de Lorde é entendida como um meio de dar voz às experiências historicamente silenciadas, uma perspectiva que ressoa diretamente na obra de CJ MC. No ensaio “A poesia não é um luxo”, ela argumenta que a poesia é essencial para a sobrevivência de pessoas marginalizadas, pois possibilita a articulação de experiências que muitas vezes não encontram espaço na sociedade:

> Falo aqui da poesia como destilação reveladora da experiência, não do estéril jogo de palavras que, tão frequentemente e de modo tão distorcido, os patriarcas brancos chamam de poesia—a fim de disfarçar um desejo desesperado de imaginação sem discernimento (Lorde, 2019, p. 46).

Esse pensamento dialoga diretamente com CJ MC, cuja poesia denuncia as violências impostas a corpos negros e LGBTQIA+, expondo o medo cotidiano de existir em uma sociedade que deslegitima suas vidas.

> É sobre sair na rua é ter que voltar para casa com mais uma ferida.
> Tudo isso é um buraco que nem o tempo cicatriza.
> Me vestir fora dos padrões é colocar em risco a minha própria vida.
>
> Destilam tanto ódio e rancor que me queima feito o brasa,
> Deve ser desesperador para a minha mãe sentir medo da filha não voltar para casa.
>
> Eu sinto orgulho de ser LGBTQIA+ mesmo sabendo que homofobia mata,
> O seu preconceito não me muda, não me maltrata, se trata!-
> Seja feliz e me deixa ser.
> Você não é Deus para me dizer para onde eu vou quando eu morrer (CJ MC, 2022).

O *Slam* surge aqui como uma prática performática de resistência, que dá visibilidade às experiências de mulheres negras, lésbicas e LGBT+, transformando o palco em um território de luta pela afirmação da identidade. Essa performance, executada diante de um público periférico em Campina Grande — uma cidade conservadora, que elegeu um governo de extrema-direita em 2018 — assume um caráter simbólico profundo. Ao afirmar “Eu sinto orgulho de ser LGBTQIA+” em um espaço tão adverso, CJ MC não apenas reivindica seu direito à vida e à liberdade, mas também reconhece que a própria existência de uma mulher negra e lésbica já é um ato de resistência.

Neste contexto, a performance de CJ MC é uma prática de "quilombagem contemporânea", onde a poeta se inscreve como parte de um movimento histórico de resistência. Em um país que sistematicamente marginaliza a existência das pessoas LGBT+ negras, a poesia de CJ MC resgata a memória e as vozes silenciadas, contribuindo para a construção de uma nova narrativa sobre identidade, resistência e pertencimento. No *Slam*, as margens não são apenas um espaço de repressão, mas também de afirmação, no qual novas identidades e modos de existência encontram seu espaço.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos *Slam*s nos permitiu estabelecer uma conexão entre o conceito de quilombagem elaborado por Clóvis Moura e o conceito, proposto por Beatriz Nascimento, de quilombo como um instrumento de reconhecimento da identidade negra brasileira, étnica e nacional. Nesse contexto, o aquilombamento propõe um projeto de protesto negro radical, uma resistência ancestral e uma busca pela maior valorização da herança negra. Ao expressarem-se por meio da poesia *Slam*, as poetisas negras da periferia paraibana reafirmam sua existência, combatem a invisibilidade e denunciam a LGBTFOBIA, o racismo, o sexismo e a desigualdade.

As poesias sofridas, como as de CJ MC e Bixarte, abordam temas profundamente relevantes e atuais, denunciando as violências e preconceitos sofridos por indivíduos que

não se encaixam nos padrões sociais seguidos. Elas expõem o medo, a revolta e a indignação diante de uma sociedade que tenta apagar suas narrativas e negar suas identidades.

A trajetória das poetisas negras e LGBTQIA+ na cena do *Slam* demonstra a importância desse movimento literário contemporâneo como espaço de resistência, reafirmação de identidades e engajamento político. Elas se apropriam da literatura como uma arma de luta contra a LGBTFOBIA, o racismo e todas as formas de opressão. Assim, as vozes das poetisas negras e LGBTQIA+ ressoam poderosamente nos *Slam*s, desafiando as normas opressivas e questionando os privilégios e as obediências protegidas. Elas mostram que a literatura marginal é, na verdade, um poderoso instrumento de transformação social, uma ferramenta de resistência e reconstrução de memórias históricas.

Para romper o ciclo de silêncio e marginalização, as poetisas negras e LGBTQIA+ fazem de suas vozes uma arma para denunciar as injustiças e lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. Por meio da poesia *Slam*, elas se reconhecem, afirmando suas identidades e desafiando a LGBTFOBIA, o racismo e a violência. E, dessa forma, essas vozes resistentes e insurgentes provocam uma profunda reflexão sobre a nossa própria responsabilidade em mudar e transformar a realidade que nos cerca. A luta contra a LGBTFOBIA não deve ser apenas das vítimas, mas de toda a sociedade, e a poesia *Slam* se torna uma ferramenta poderosa para essa resistência e transformação. É preciso dar voz a essas poetisas, ouvir suas palavras e agir em prol de uma sociedade mais inclusiva, respeitosa e acolhedora para todos.

REFERÊNCIAS

D'ALVA, Estrela. *Slam*: voz de levante. **Rebento**, São Paulo, n. 10, p. 268-286, junho 2019.

EVARISTO, Conceição. Gênero e Etnia: uma escre(vivência) de dupla face. *In*: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (orgs.). **Mulheres no Mundo** – Etnia, Marginalidade e Diáspora. João Pessoa: UFPB, Idéia/Editora Universitária, 2005.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008.

FERREIRA, João Francisco. (Coord.). **Crítica Literária em nossos Dias e Literatura Marginal**. Porto Alegre: UFRGS, 1981.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

hooks, bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2020.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Impressões de viagem**: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

HOLLANDA, Heloísa Buarque (org). **Pensamento feminista** - conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**: ensaios e conferências. 1. ed. 1. reimp. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MOURA, Clóvis **Dialética radical do negro no Brasil**. São Paulo: Anita, 1994.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MOURA, Clóvis. **As injustiças de Clio**: o negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino**. O negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Global, 2006.

NASCIMENTO, Érica Peçanha do. '**Literatura marginal**': os escritores da periferia entram em cena. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ÔRÍ**.** Direção de Raquel Gerber. **Brasil**: Estelar Produções Cinematográficas e Culturais Ltda, 1989, vídeo (131 min), colorido. Relançado em 2009, em formato digital. Disponível em: https://www.primevideo.com/-/pt/detail/%C3%94r%C3%AD/0PQSMVZ48HJ721I19U706R1JXE. Acesso em: 06 maio 2022.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Por que você não me abraça?. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 15, n. 28, p. 167-179, 2018. Disponível em: https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-megg-rayara-gomes-de-oliveira.pdf. Acesso em: 13 ago. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular/ Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Luana Diana dos. **Intelectuais negras insurgentes**: o protagonismo de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Nilma Lino Gomes**.** 2018. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

Recebido em: 31/03/2025
Aceito em: 12/09/2025

PARA TRANSICIONAR A ATENÇÃO BÁSICA: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE CUIDADO À SAÚDE AS PESSOAS TRANS NO SUS

TRANSITIONING PRIMARY HEALTH CARE: AN ANALYSIS OF TRANS HEALTHCARE PRODUCTION IN BRAZIL'S UNIFIED HEALTH SYSTEM

Matheus Madson Lima Avelino[1]

Resumo: neste artigo discuto a produção do cuidado em saúde voltado às pessoas trans e travestis no SUS, com foco na atenção primária à saúde (APS) como estratégia para a efetivação da atenção integral e superação da patologização das identidades trans. Problematizo a predominância do modelo biomédico-especializado e a subutilização da APS nas políticas de saúde voltadas a essa população. Objetivo: Refletir sobre o papel da APS na produção do cuidado, considerando seus atributos e a interprofissionalidade como eixos para reorganização das práticas assistenciais. Método: Revisão narrativa com busca sistemática nas bases SciELO, BVS e PubMed (2011–2022). Resultados: Foram incluídos 15 estudos, analisados em duas linhas temáticas: (1) a produção de cuidado nos ambulatórios trans e os efeitos das normativas do processo transexualizador; (2) experiências na APS e o conceito de "transicionar a atenção básica". A APS pode ser estratégica na afirmação de gênero e no enfrentamento da cisnormatividade.
Palavras-chave: Pessoas trans; políticas de saúde; atenção básica; transição de gênero.

Abstract: this narrative literature review examines the production of healthcare for trans and travesti people within Brazil's Unified Health System (SUS), focusing on primary health care (PHC) as a strategy to promote comprehensive care and overcome the pathologization of trans identities. It questions the dominance of a biomedical-specialized model and the underutilization of PHC in trans health policies. Objective: To reflect on the role of PHC in delivering care to trans and travesti people, considering its core attributes and interprofessionalism as central to reorganizing care practices. Method: A narrative review based on a systematic search in SciELO, BVS, and PubMed databases (2011–2022). Results: Fifteen studies were analyzed through two thematic axes: (1) care production in specialized clinics and the effects of SUS regulations on gender-affirming processes; (2) PHC experiences and the concept of "transitioning primary care." PHC may play a key role in gender affirmation and confronting cisnormativity.
Keywords: Transgender persons; health policies; primary health care; gender transition.

1 INTRODUÇÃO

Nesta revisão narrativa de literatura busquei mapear as experiências de produção do cuidado em saúde às pessoas trans em distintos sistemas de Atenção Primária à Saúde (APS), a fim de refletir sobre como a APS pode contribuir para a efetivação da atenção integral em saúde e a superação dos desafios das políticas de saúde voltadas a população de pessoas trans e travestis no Sistema Único de Saúde (SUS) através de seus atributos, e tendo como eixo estruturante a interprofissionalidade. Apresento a categoria "transicionar a

[1] Fisioterapeuta graduado pela UFRN, especialista em Atenção Básica/Saúde da Família e Comunidade na modalidade de Residência Multiprofissional pela UERN, mestre em Cognição, Tecnologias e Instituições pela UFERSA e atualmente doutorando do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da UFRN e pesquisador do Grupo Interprofissional de Saúde LGBTI+ da UFRN (GIPS LGBTI+).

atenção básica"[2] que tenho empreendido em análises teóricas e intervenções no âmbito da atenção e gestão em saúde para qualificar os processos de cuidado às pessoas trans nos serviços de saúde (Avelino, 2022; Avelino *et al*., 2025).

Para este trabalho, proponho a discussão a partir de duas linhas temáticas: a primeira, "A produção de cuidado em saúde e o processo transexualizador no sus: especialidade e patologia no cistema único de saúde", analisa a produção de cuidado nos ambulatórios para pessoas trans e travestis (ambulatórios TT) a partir das portarias que regulamentam o processo transexualizador no SUS, de estudos da saúde coletiva e artigos que contribuem para pensar a saúde de pessoas trans e travestis publicados em periódicos de diferentes áreas do conhecimento Na segunda linha, "Atenção primária à saúde e a integralidade do cuidado as pessoas trans e travestis", apresento os principais resultados da pesquisa nas bases de dados e exploro o conceito de "transicionar a atenção básica", discutindo sua relevância e aplicabilidade.

Para tecer as linhas destas reflexões ponho-me em diálogo com autoras e autores do campo da saúde coletiva, e dos estudos da antropologia e transgeneridade. Partindo dos conceitos de produção de cuidado e subjetividades a partir dos estudos Emerson Mehry (2013) e interprofissionalidade a partir de Ricardo Ceccim (2018); na antropologia a partir das contribuições de Berenice Bento (2017) e seu dispositivo da transexualidade e dos estudos sobre ciscolonialidade de Viviane Vergueiro (2016).

A produção de cuidado, conforme Franco e Mehry (2013), abrange os arranjos organizativos, desde fluxos e ambiência até práticas assistenciais - que utilizam diferentes tecnologias (relacionais, clínicas ou gerenciais) para responder às necessidades de saúde da população. Essa produção se expressa concretamente na organização dos serviços (marcação, regulação, espaços físicos), nas interações profissionais (linguagem, comunicação, prescrições) e nas diversas formas de atenção oferecidas.

Assim como Mehry (2013) compreende o trabalho em saúde e sua organização como um reflexo da relação do indivíduo com o mundo, além de sua dimensão operativa, entendo a produção de cuidado como um espelho dessas relações, neste caso, das relações entre corpo, sexo, gênero e saúde a partir das experiências trans. Sendo assim, por meio desta revisão, busquei não só compreender os distintos movimentos de produção do cuidado às pessoas trans no âmbito da APS, mas as produções discursivas em jogo nesses contextos, guiado pela seguinte questão de pesquisa: "quais relações sobre corpos trans são reveladas a partir da forma como os sistemas de saúde respondem às suas demandas?". Dessa forma, o objetivo do presente trabalho é o de refletir sobre o papel da APS na produção de cuidado em saúde às pessoas trans e travestis no SUS.

[2] Embora o termo "atenção primária à saúde" seja utilizado internacionalmente para tratar deste nível de atenção à saúde, utilizo o termo "atenção básica" para reafirmar as especificidades da formulação brasileira empreendida desde o movimento da reforma sanitária. Entendendo que atenção básica reflete não somente um escopo de ações em nível primário, mas uma concepção mais ampla sobre saúde e atenção primária que deve ser a base do SUS (Giovanella *et al*., 2019). Opto pela diferenciação dos termos Atenção Primária à Saúde e Atenção Básica na terceira seção do texto, em que dedico a discussão especificamente sobre isto.

2 METODOLOGIA

Aqui foi adotado o método da revisão narrativa da literatura. Esta escolha se deu para melhor se adequar ao objetivos deste estudo, pois permite, em um primeiro momento, uma caracterização abrangente e crítica do campo investigado, pois incorpora estudos de naturezas diversas; e, em um segundo momento, a promoção de um diálogo profundo e contextualizado com o referencial teórico proposto, indo além da simples síntese de evidências para interpretar tendências, lacunas e nuances do fenômeno estudado. Esta flexibilidade se diferencia das revisões sistemáticas ou integrativas, mais focadas em responder perguntas específicas de intervenção ou efetividade através de protocolos mais rígidos que buscam produzir uma síntese (Cavalcante; Oliveira, 2020).

Este é um recorte específico de pesquisa mais ampla realizada em dissertação de mestrado (Avelino, 2022), cujo objetivo era mapear experiências na APS em atenção à saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Intersexuais (LGBTTI+). Para tanto, foi conduzida uma busca sistemática entre junho e agosto de 2022 nas bases SciELO, BVS e PubMed, utilizando descritores DeCS/MeSH combinados: termos representativos da APS ('Atenção Primária à Saúde', 'Atenção Básica', 'Saúde da Família e Comunidade') articulados a descritores sobre minorias sexuais e de gênero[3] ('transexuais', 'pessoas trans', 'transgênero' e equivalentes), com variações em português, inglês e espanhol.

Foi empregado o período de 2011 a 2022 e incluídos artigos nos três idiomas que abordassem intervenções, acesso, formação profissional ou experiências trans na APS, tanto quantitativos quanto qualitativos. Foram excluídos estudos epidemiológicos sem foco em experiências assistenciais, literatura cinzenta, pesquisas que não mencionavam população trans e aquelas alheias aos objetivos do estudo.

Todo o processo de triagem foi gerenciado no software Rayyan, seguindo etapas sequenciais de filtragem por título, resumo e leitura integral. Desse universo, 46 estudos foram inicialmente identificados, sendo 15 selecionados para análise após aplicação dos critérios - com foco específico neste texto nas pesquisas que centralizam pessoas trans ou as incluem significativamente em suas amostras".

3 PRODUÇÃO DE CUIDADO EM SAÚDE E O PROCESSO TRANSEXUALIZADOR NO SUS: ESPECIALIDADE E PATOLOGIA NO CISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Os debates sobre as diversidades étnico-raciais, sexuais e de gênero marcam a agenda da saúde coletiva enquanto campo de produção teórico-científica e luta política em defesa de uma justiça erótica, reprodutiva e de gênero (Bonan, 2023). Tais contribuições sobretudo dos movimentos sociais culminam em um marco histórico e político para pessoas

[3] Este é o termo utilizado nos descritores de ciências da saúde para se referir à população LGBTTI+.

LGBTTI+: a Política Nacional de Atenção Integral a Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais[4] (PNSILGBT), instituída em 2011, por meio da portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011.

Ainda que traga importantes avanços para o SUS em termos de política de saúde, com destaque para a inclusão da orientação sexual e da identidade de gênero como determinantes sociais da saúde, a política deixa em aberto duas lacunas para a consolidação da atenção integral a pessoas trans: i) a invisibilidade da atenção primária à saúde, e ii) a ausência da interprofissionalidade no chamado processo transexualizador (PrTr)[5] (Brasil, 2011).

Contudo, os desafios para a implementação da PNSILGBT já são amplamente documentados em pesquisas anteriores e mais recentes. Por exemplo, o estudo do sociólogo Richard Miskolci *et al.* (2022), através de uma análise do cenário brasileiro de implementação da política, levanta a necessidade de descentralização e interiorização dos serviços de saúde para pessoas LGBTTI+, já que os serviços voltados para atendimento especializado se concentram em grandes centros urbanos e nas metrópoles, o que dificulta o acesso da população das periferias e das cidades do interior.

É interessante observar que há uma forte tendência a se orientar as análises partindo de um ponto de vista da especialidade, considerando a implementação de ambulatórios especializados como o principal indicador de sucesso da consolidação da política. Esta orientação desconsidera a perspectiva de organização em redes de atenção que orienta o SUS e que garante a integralidade da atenção (Mendes, 2010). Isto reflete a própria compreensão da PNSILGBT, tanto em sua portaria de implementação como na portaria do PrTr, pois ambos deixam de lado a APS, sendo pouco, ou sequer, citada. Especificamente, os desafios levantados por Miskolci *et al.* (2023) são produtos desta falha da política: a invisibilidade da APS no processo transexualizador. Se, na política nacional, a APS não tem papel algum e é pontualmente mencionada, na redefinição do PrTr a APS tem um papel muito mais burocrático, sendo a porta de entrada em seu sentido mais literal possível, pois se reserva a acolher, encaminhar e regular (Brasil, 2011; Brasil, 2013).

Dessa forma, a APS, para além de um primeiro contato como porta de entrada para serviços especializados, deveria ser central para a superação dos desafios levantados, visto que está mais próxima do cotidiano dos sujeitos, além de sua abordagem centrada na pessoa, na família e na comunidade. Nesta perspectiva, pensando em seus atributos essenciais, não somente a descentralização e a interiorização seriam possíveis, mas também haveria possibilidade de um certo grau de resolutividade das demandas das pessoas trans e

[4] Limito a utilização do termo transexuais em detrimento a travestis e transgêneros apenas a referência à política de saúde em questão.

[5] Adoto o termo processo transexualizador para me referir especificamente ao processo descrito nos termos adotados nas portarias GM/MS 1.707, de 18 de agosto de 2008 e redefinida pela portaria GM/MS 2.803, de 19 de novembro 2013. Adiante tensiono este mesmo termo para pensar um processo mais amplo, objeto desta análise, que é o "processo de afirmação de gênero", já utilizado por pessoas trans.

neste nível de atenção, não somente demandas amplas, mas as do processo de afirmação de gênero.

Para compreender o impacto da APS, é importante entender como esta lacuna repercute na produção de cuidado. Nesse sentido, argumento que, em um primeiro momento, a restrição das ações no âmbito especializado legitima os discursos de patologização das identidades trans; e, em um segundo momento, a conformação das equipes e ofertas de serviços exclui de forma seletiva as pessoas trans não-binárias do processo de atenção.

Para a professora Leilane Serratine Grubba (2022), o modelo biomédico centrado na doença é estruturante para a política de acesso ao processo transexualizador. Este modelo organiza seu cuidado centrado nas figuras das especialidades: endocrinologia e psiquiatria. Dessa forma, as pessoas trans precisam passar pelo crivo desses especialistas para que eles atestem e verifiquem suas identidades de gênero, para só então ter acesso aos procedimentos por meio de hormônios e cirurgias, que acontecem mediante a classificação no código F64, de transtorno de identidade de gênero no Código Internacional de Doenças (CID) (Grubba, 2022).

Nesta perspectiva, não basta apenas ser e se autoidentificar como pessoa trans, mas é preciso ser suficientemente e "patologicamente" trans para se ter acesso às intervenções nos ambulatórios. Romeu Gomes *et al.* (2018) denominam esse processo como um exame da identidade de gênero autoatribuída, que se baseia em atestar a veracidade das identidades trans com um propósito de regulação e de normalização dos corpos trans.

Para Viviane Vergueiro (2015, p. 132) este é o paradigma corrente de atendimento às pessoas trans: tratamentos compulsórios para acessar o *cistema* de saúde e o desconhecimento amplo e generalizado sobre a diversidade cultural que informa as construções e identificações de gênero. Em outras palavras, apesar de garantirem o acesso à saúde das pessoas trans, a política de saúde não renuncia ao exercício do controle e normalização das identidades, e ainda coloca o transtorno como condição para garantia do acesso.

É fato que há diversos avanços entre as portarias de regulamentação do processo transexualizador de 2008 para 2013 para o trabalho dos ambulatórios TT, sendo inquestionável o seu papel na garantia do direito à saúde das pessoas trans. Entre os avanços destaco: a ampliação dos serviços que poderiam ser habilitados, que antes se restringiam apenas a hospitais universitários, a ampliação dos procedimentos realizados, sobretudo os cirúrgicos e diferentes tipos de atendimentos, a ampliação da equipe multiprofissional e também a redução da idade mínima para início do processo, de 21 para 18 anos (Brasil, 2008; Brasil, 2013).

Todavia, essas mudanças comprometem-se muito mais com a biomedicalização do que com a atenção integral pela ampliação de especialidades. Além disso, é importante

perceber que essa proliferação de especialidades também produz mais medidas de controle. Para Vergueiro (2015, p. 130) estas práticas argumentam sua finalidade em razão primeiro de uma tutela da autonomia - e reserva de mercado - sob o suposto terror do arrependimento com a cirurgia de afirmação de gênero.

Tudo isso configura o paradigma biomédico-especializado que caracteriza a produção de cuidado às pessoas trans e travestis no SUS o que, para Melo *et al.* (2024), carrega os resquícios dos processos históricos de construção da transexualidade enquanto uma categoria de intervenção médica, pois já nas primeiras tentativas de regulamentação do PrTr o Conselho Federal de Medicina propôs a cirurgia de transgenitalização em mulheres trans como uma forma de tratamento da transexualidade diagnosticada por psiquiatra.

Para Berenice Bento (2017, p. 36), essa forma de operação faz parte do dispositivo da transexualidade, em que a articulação entre discursos teóricos e práticas reguladoras, sobretudo discursos médico-especializados, estabelecem saberes específicos para "diagnóstico" e diferenciação da transexualidade, passando a estabelecer também um tratamento específico para os indivíduos transexuais. Ou seja, patologia e especialidade caminham de mãos dadas, pois a ideia de um saber médico específico sobre a transexualidade e o processo transexualizador não só toma a transexualidade como objeto de intervenção médica, mas médico-especializada, alimentando a ideia da identidade trans enquanto patologia e afastando a possibilidade de uma compreensão mais ampla de saúde e da transgeneridade.

Isso se confirma à medida que o PrTr tal como regulamentado exclui as pessoas trans não-binárias, de gênero fluido ou agênero, ou qualquer pessoa trans ou travesti que não deseje, ou até não possa realizar tratamentos hormonais ou intervenções cirúrgicas por contraindicações clínicas. Essas, que por não demandarem intervenções de modificação corporal permanentes, não necessariamente não possuem demandas específicas em sua transição de gênero (ou de saúde geral), e que não são cobertas pela carta de serviços dos ambulatórios TT.

Se parte do processo de atenção à saúde ao processo transexualizador se baseia no diagnóstico da transexualidade a partir de uma exaustiva avaliação psicológica e da história do sujeito (Bento, 2017), tal classificação serve não só para definir, mas homogeneizar as vivências trans, e, além disso, selecionar quais pessoas trans podem ou não podem ter acesso ao processo e aos ambulatórios, ou nas palavras de Bento (2017, p. 43): "quando se definem as características dos transexuais, universalizando-as, determinam-se padrões para avaliação da verdade, gerando hierarquias que se estruturam a partir de exclusões".

Apesar de concordar com tais afirmações, acrescento que a produção de hierarquias e exclusão é um processo que opera não só pela via da classificação, mas também através de uma via da gestão em saúde. Para desenvolver esta análise, utilizo a estratégia do diagrama fluxo-resumo proposta por Mehry (2013), em que o autor sintetiza quatro processos

produtivos básicos de um serviço de saúde: a entrada, recepção, decisão, cardápio de ofertas e a saída.

De forma breve, as etapas de entrada, recepção e decisão correspondem aos processos já mencionados sobre a classificação e os diagnósticos. Para Mehry (2013) a entrada diz respeito à ida dos indivíduos ao serviço, de forma que há um contingente de pessoas que podem ter o acesso negado ou dificultado neste ponto, antes mesmo de chegarem ao serviço, e aqueles que irão efetivamente ter entrada, regulados ou não, para o serviço. Tais etapas já operam uma pré-seleção de pessoas trans que terão acesso, seja via encaminhamentos da APS ou por critérios formais (como busca por hormonização/cirurgias), enquanto excluem outras por não-enquadramento nesses requisitos ou pela transfobia institucional (Reis *et al*., 2021).

Na etapa de decisão, que verifica se o sujeito atende aos critérios do serviço, ocorre o processo de codificação. Neste momento, o profissional acolhe as demandas do paciente e as decodifica em problemas de saúde para identificar quais estão aptos para a próxima etapa - as intervenções tecnológicas ou a carta de serviços do serviço. Merhy (2013) alerta que não são apenas os critérios estabelecidos pelo profissional que determinam se o usuário seguirá adiante, mas sim o que está disponível no repertório do serviço de saúde que seleciona quem terá acesso ao atendimento final daquele serviço. Neste momento entra em cena o cardápio de ofertas, compreendendo as modalidades e formatos tecnológicos assistenciais disponíveis no serviço - consultas individuais, grupos operativos ou intervenções diretas e procedimentos (Merhy, 2013).

Em outras palavras: se um ambulatório TT limita-se apenas à oferta de serviço médico-especializado e psicossocial direcionado para hormonização e acesso às cirurgias, apenas aquelas pessoas trans que se enquadram nestes critérios irão ter acesso aos seus serviços.

Há ainda nessa relação o que Merhy (2013) denomina como postura ético-política do profissional, um espaço de autogovernabilidade que mobiliza não apenas suas competências técnicas, mas também seus valores pessoais, sendo assim, o momento em que os profissionais aplicam os recursos técnicos e valores humanos de sua formação para responder às necessidades de saúde das pessoas trans. Contudo, esta dimensão ético-política exige um compromisso fundamental: o respeito incondicional à diversidade de gênero. Do contrário, o atendimento irá desembocar em transfobias e demais violências institucionais.

Em síntese, a produção do cuidado em saúde para pessoas trans segue uma lógica regulatória que opera em dois níveis complementares: i) a classificação das identidades trans conforme critérios institucionais pré-estabelecidos de acordo com os modelos médico-especializado patologizante, e ii) a adequação dessas identidades ao cardápio de ofertas disponíveis nos serviços de saúde, segundo as normas regulamentadoras. A essa categoria

Berenice Bento (2017) conceituou como "a produção do transexual verdadeiro", um mecanismo que, ao estabelecer padrões rígidos de autenticidade, promove o apagamento das diversas expressões trans, operando através de uma lógica binária de gênero, sustentada por narrativas lineares e estereotipadas sobre identidade de gênero, além da exigência do desejo por modificações corporais como parâmetro de legitimidade.

Esta análise, portanto, corrobora com as análises propostas por Vergueiro (2015) que pensa o SUS enquanto um CIStema de saúde. CIStema, nessa perspectiva, é uma forma de analisar o sistema de saúde enquanto um produto do pensamento ciscolonial, um imperativo para se pensar os sistemas de saúde enquanto práticas de perpetuação de uma estrutura cisnormativa de hierarquização de gênero, que opera sobretudo a partir da patologização das identidades trans.

A partir disso levanto os seguintes questionamentos: como uma ampliação das tecnologias assistenciais poderia transformar o modelo de cuidado, garantindo maior acesso e equidade? E qual o limite da capacidade dos serviços de média/alta complexidade em promover atendimento integral? É a partir dessas interrogações que proponho a discussão do papel estratégico da APS e da interprofissionalidade no SUS - enquanto alternativas para superar os desafios estruturais aqui evidenciados e apontados pela literatura.

3.1 INTERPROFISSIONALIDADE PARA UM PROCESSO DE AFIRMAÇÃO DE GÊNERO

O campo da saúde coletiva tem sido atravessado por pautas de gênero e sexualidade, avançando além das perspectivas feministas hegemônicas para incorporar debates sobre diversidades (Bonan, 2023). Questões relativas aos direitos sexuais e reprodutivos, empregabilidade, trabalho, renda e insegurança alimentar vêm ganhando crescente espaço na agenda da saúde coletiva voltada para a população trans. Essa ampliação temática reflete a necessidade de abordar as múltiplas dimensões que impactam o processo saúde-doença nesse grupo populacional.

No campo dos direitos reprodutivos, Silva e Pfeil (2023) abordam a gestação, o aborto e a parentalidade como parte da experiência transmasculina, verificando que a maioria das gestações entre homens trans ocorre sem planejamento, com significativa ocorrência de abortos e casos de violência obstétrica, apontando para a urgência de políticas específicas nessa área e intersecções com a agenda dos direitos reprodutivos.

Em paralelo, o estudo de Góis *et al.* (2024) evidencia a alta prevalência de Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) entre pessoas trans, correlacionada diretamente com baixa renda e dificuldades de empregabilidade. Os autores defendem a incorporação do rastreamento de IAN na atenção à saúde trans e o desenvolvimento de políticas intersetoriais para enfrentar essas desigualdades, que estão intimamente ligadas às diversas formas de violência sofridas. Nesse sentido, Carvalho e Menezes (2021) analisam como a transfobia opera na produção do processo saúde-doença entre pessoas trans, enfatizando

que a vulnerabilização dessa população deve ser compreendida como fenômeno sociopolítico e não como condição natural, demandando respostas intersetoriais que envolvam não apenas a saúde, mas também assistência social e segurança pública.

É imperativo reconhecer que as demandas de pessoas trans vão além da transição de gênero, abarcando a pluralidade de experiências trans (binárias e não-binárias). Dessa forma, há um descompasso na atenção ofertada: de um lado o paradigma biomédico-especializado centraliza as ações no processo transexualizador, do outro há necessidades amplas cada vez mais emergentes. Nesse contexto, a interprofissionalidade e o fortalecimento da APS surgem como estratégias promissoras para responder à complexidade das demandas da população trans de forma abrangente e qualificada.

A interprofissionalidade, conforme Ceccim (2018), transcende a noção de trabalho em equipe multiprofissional, configurando-se como um modo de organizar os processos de trabalho em saúde. Envolve desde arranjos institucionais até tecnologias de gestão do cuidado na atenção à saúde das pessoas trans, esta abordagem representa um compromisso ético-político que reorganiza a atenção a partir das necessidades ampliadas dessa população - integrando dimensões clínicas, sociais e políticas na busca por cuidado resolutivo.

A interprofissionalidade nesse contexto exige uma transformação estrutural que abrange desde a composição das equipes nos ambulatórios TT, impactando diretamente a gestão das políticas do processo transexualizador e a habilitação de serviços, até a formação profissional no SUS, com um compromisso intransigente com a diversidade sexual e de gênero. Essa abordagem desafia radicalmente as relações de poder-saber entre as categorias profissionais, promovendo a autonomia das diferentes profissões como estratégia para descentralizar o cuidado e ampliar o acesso a intervenções em saúde em todos os níveis de atenção.

Em 2021, o Conselho Regional de Nutrição lançou o Guia de Atenção Nutricional à População LGBTQIAPN+, com diretrizes para acompanhamento de pessoas trans (incluindo PrTr). O documento enfatiza o papel do nutricionista na prevenção, tratamento e monitoramento de alterações metabólicas por hormonioterapia, além de abordar questões como a IAN. Mais que um manual técnico, o guia propõe romper com paradigmas tradicionais, questionando a generificação de parâmetros (valores laboratoriais, medidas corporais, indicadores metabólicos) baseados em padrões cisnormativos. Essa crítica aponta a necessidade de reformular instrumentos de trabalho (fichas, questionários, linguagem) e revisar referências biológicas que naturalizam corpos e metabolismos numa lógica binária e cisgênera.

Isso fornece uma primeira pista para pensar a interprofissionalidade na atenção às pessoas trans e travestis, em que tal abordagem deve representar uma verdadeira transformação nas práticas de cuidado, questionando os saberes instituídos e

reconfigurando os processos de atenção e gestão da saúde, e não apenas ampliar os serviços. Isso implica superar a visão restrita do PrTr para abraçar uma concepção ampla de "processo de afirmação de gênero", que reconheça e valide a pluralidade das experiências trans, desafiando parâmetros cisnormativos e instituindo formas mais diversas e acolhedoras de atenção à saúde.

Alinho meu pensamento, portanto, a um processo de afirmação de gênero, sobretudo conforme proposto pelas teóricas transfeministas, como Vergueiro (2015), que aborda esse processo de afirmação de gênero sob a perspectiva de uma autonomia corporal.

> O que eu desejaria de um sistema de saúde seria, fundamentalmente, que minha corpa existisse, e que minha autonomia corporal fosse devidamente informada por pesquisas que a pensassem em suas complexidades, e não como um mitológico grupo social homogêneo criado por cistemas médicos patologizantes que parecem se preocupar mais com nosso monitoramento, controle e exploração acadêmico-econômica que em nossos bem estares (Vergueiro, 2015, p. 128).

Um processo ampliado de afirmação de gênero, do ponto de vista da saúde deve também incorporar as demandas negligenciadas pelo processo transexualizador do SUS - como reabilitação vocal, mudanças corporais transitórias, saúde reprodutiva e apoio psicossocial não centrado na disforia de gênero.

Para ilustrar esse ponto, apresento dois estudos transversais conduzidos em um ambulatório TT de Recife. Barra, Gusmão e Araújo (2020) investigaram a autopercepção vocal em pessoas trans, identificando que, além de manifestarem desejo de modificação vocal para adequá-la à identidade de gênero autoatribuída, uma parcela significativa apresentava indicativos de disfonia – o que evidencia a necessidade de intervenções específicas de reabilitação vocal. Por sua vez, Santos *et al.* (2022) identificaram uma associação significativa entre o uso de *binder* por pessoas transmasculinas e a presença de sintomas dolorosos na região da coluna vertebral, além de sintomas respiratórios, tais como dispneia (cansaço ou sensação subjetiva de falta de ar).

Esta é a segunda pista sobre a atenção interprofissional: considerar que as necessidades de saúde das pessoas trans não se restringem à transgeneridade, estando também entre as demandas comuns dos serviços de saúde. Pessoas trans podem ter dores lombares, disfonias, dores de cabeça, hipertensão, diabetes, condições que podem ou não estar associadas ao processo de transição de gênero, por meio de mudanças corporais transitórias ou efeitos da hormonização, demandando atendimento tanto na atenção básica quanto na especializada.

Contudo, é fundamental analisar criticamente essas contribuições, tomando cuidados para que tais estudos não gerem novas especialidades nos núcleos de saber, mas sim

ampliem a capacidade resolutiva das categorias profissionais. Em outras palavras, é preciso evitar que esses saberes produzam uma especialização da transexualidade, ou mais precisamente, a formação de "especialistas em transexualização". Embora seja incontestável a necessidade de produzir pesquisas e conhecimentos específicos para atender às demandas particulares das pessoas trans, e embora o atendimento qualificado e adequado às suas necessidades seja premissa do SUS, ao confinar esses saberes a uma especialidade exclusiva, corre-se o risco de reforçar discursos transfóbicos já presentes nos serviços de saúde.

Por exemplo, na autoetnografia de Viviane Vergueiro (2015) podemos acompanhá-la justamente em uma ida a um serviço ambulatorial para acompanhamento com endocrinologista, em que a autora relata:

> Sou direta e digo que sou uma mulher trans, e que gostaria de fazer exames para acompanhar a terapia hormonal que tenho feito por conta. A resposta é igualmente incisiva: 'eu não faço esse acompanhamento. Esse é um acompanhamento que tem uma especificidade diferente' (Vergueiro, 2015, p. 126).

Em minha dissertação de mestrado, nas entrevistas com profissionais e pessoas trans de um ambulatório de um hospital maternidade pude constatar como estes discursos operam no cotidiano, processos que denominei como mecanismo de opacidade[6] e ociosidade (Avelino, 2022). Foi frequente encontrar profissionais que alegavam "não saber" atender pessoas trans adequadamente, justificando falta de preparo durante a graduação e, consequentemente, declarando-se inaptos para realizar tais atendimentos e efetivamente não realizando. Paralelamente, pessoas trans relatam experiências de busca por serviços de saúde em que os profissionais recusavam atendimento com base nessas alegações ou condicionavam o cuidado à obtenção prévia de formação específica (Avelino, 2022).

Ressalto que estes processos pouco têm a ver com a capacidade técnica aprendida em formações, e muito mais com o que abordei anteriormente sobre a ideia de postura ético-política postulada de Mehry (2013). Relegar todo o atendimento às pessoas trans e o processo de afirmação de gênero a uma única especialidade pode acentuar esses efeitos negativos, pois a justificativa de "não ser especialista" ou "não ter formação" pode produzir negligência e negação de acesso. A interprofissionalidade, nesse contexto, deve reconfigurar as práticas profissionais integrando saberes em vez de fragmentá-los.

A enfermagem tem sido fundamental nesse processo, com iniciativas que demonstram autonomia profissional no cuidado às pessoas trans e travestis, incluindo o acompanhamento da terapia hormonal (Nisly *et al.*, 2018; Voss; Simon, 2021). A

[6] O termo foi atualizado para este texto, tendo em vista a necessidade de sua reformulação pela adoção inicial do termo capacitista "cegueira", para denotar a não observância das necessidades de saúde, ainda que existentes e comuns a todas as pessoas.

interprofissionalidade não se limita ao compartilhamento de saberes entre categorias profissionais, mas multiplica as possibilidades de intervenção e descentraliza o cuidado, questionando a centralidade médica na afirmação de gênero.

Esta é a terceira pista para a atenção interprofissional às pessoas trans: os saberes compartilhados entre categorias profissionais, o que Ceccim (2018) denomina "o comum de dois". Assumir a interprofissionalidade significa, portanto, integrar cuidados compartilhados entre duas ou mais categorias profissionais, com o objetivo de multiplicar as possibilidades de intervenção e, principalmente, ampliar o acesso aos serviços de saúde, descentralizando os cuidados. A enfermagem nesta perspectiva teria papel fundamental para a garantia do direito à saúde de pessoas trans, dado a sua autonomia e importante presença nos serviços de saúde, o que amplia as possibilidades de atenção às pessoas trans, não restringindo-se a um papel auxiliar, mas por si só completo (Rosa *et al*., 2019).

Por fim, é fundamental considerar as demandas psicossociais longe de uma exclusividade e nem secundárias à disforia de gênero, mas contemplando a defesa da legitimidade das subjetividades trans em contraponto à patologização das identidades trans. Nesse sentido, a psicologia, o serviço social e a terapia ocupacional vêm construindo debates importantes para ressignificar o cuidado psicossocial voltado às pessoas trans desnaturalizando os processos de sofrimento e vulnerabilização. Destacam-se os posicionamentos oficiais pela despatologização das identidades trans pelo Conselho Federal de Psicologia (2018) e Conselho Federal de Serviço Social (2018), bem como as contribuições da terapia ocupacional social (Melo; Farias; Lopes, 2023).

Para Melo, Faria e Lopes (2023) esse trabalho não pode limitar-se à esfera individual, exigindo o enfrentamento das condições estruturais que produzem vulnerabilidades. Os autores ressaltam a necessidade de transcender as abordagens clínicas tradicionais para atuar nos nós críticos que perpetuam a exclusão social, política e econômica de pessoas trans e travestis. Essa perspectiva demanda tanto a qualificação das práticas profissionais quanto um compromisso ético-político com ações de transformações sociais mais amplas.

4 ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E A INTEGRALIDADE DO CUIDADO AS PESSOAS TRANS E TRAVESTIS

Nesta seção discuto os atributos essenciais da APS e apresento os principais achados da revisão de literatura, a partir disso reflito como este nível de atenção pode favorecer a atenção integral de pessoas trans e travestis no SUS e contribuir para superação dos desafios de implantação das políticas públicas de atenção às pessoas trans no Brasil. Por fim, apresento a categoria "transicionar a atenção básica" como uma forma de rediscutir os atributos essenciais e ampliar a capacidade resolutiva da APS frente às necessidades de saúde das pessoas trans.

Antes de conceituar APS e diferenciá-la da AB brasileira, abordo a construção histórica da atenção primária que foi marcada por dois momentos fundamentais: a Conferência de Alma Ata (1978) e a de Astana (2018). No contexto da Guerra Fria e de regimes autoritários, Alma Ata estabeleceu os princípios de acesso universal, determinação social da saúde e participação comunitária. Quatro décadas depois, em um cenário de austeridade fiscal e crise migratória, Astana trouxe para o centro do debate as questões de financiamento e a tensão entre universalismo e focalização (Giovanella *et al*., 2019). Esses marcos revelam como a APS sempre foi terreno de disputas políticas, em que se confrontam diferentes modelos de organização social e visões de saúde pública, mas sempre debatendo acesso, integralidade e equidade (Fertonanni *et al*., 2015).

No Brasil, adotou-se atenção básica (AB) como formulação nacional da APS. Mais do que um modelo técnico de organização de serviços, a AB representa um projeto de SUS comprometido com justiça social, onde princípios como equidade e direito à saúde se concretizam na prática cotidiana dos serviços. Defender a AB é, portanto, afirmar um sistema de saúde universal e democrático, capaz de resistir às pressões por focalização e seletividade que marcam o cenário internacional contemporâneo.

Ser o primeiro contato e a porta de entrada para o sistema, acompanhar os indivíduos, as famílias e comunidades longitudinalmente, atender de forma integral às necessidades de saúde trazendo o foco para a prevenção e a proteção da saúde com promoção da participação popular, e coordenar o cuidado são os atributos fundamentais desse nível de atenção segundo Bárbara Starfield (2013). Contudo, o movimento da reforma sanitária teceu uma crítica, sobretudo, à seletividade com que a APS estava sendo empreendida, focalizando grupos populacionais e doenças específicas, e formulou a ideia de atenção básica à saúde como um contraponto, com o objetivo de construção de um sistema público universal em uma concepção de cidadania ampliada (Giovanella *et al*., 2019).

O Brasil ainda se diferencia principalmente por ter elegido a Estratégia de Saúde da Família como ordenadora da AB em território nacional. Ainda que hoje esta visão passe por diversas mudanças e retrocessos na sua política, sobretudo quanto ao seu modelo de financiamento, tal modelo ainda tem grande presença e impacto, principalmente na garantia do acesso à saúde em grupos vulnerabilizados, melhora de indicadores de saúde como um todo, como redução de morbimortalidade (Melo *et al*., 2019).

Todavia, se faz urgente pensar nas ações que possam ampliar o impacto da AB na população, especialmente, naquelas populações que sequer chegam até ela, como é o caso das pessoas trans (Ferreira; Bonan, 2021). Melhorar o acesso das pessoas trans à APS e ampliar a sua capacidade de resposta às suas necessidades de saúde é um imperativo para se pensar em um movimento de “transicionar a atenção básica”.

A revisão bibliográfica realizada nas bases de dados evidenciou uma significativa produção nacional sobre o acesso de pessoas trans à AB, com enfoque particular nas

percepções dos trabalhadores desse nível de assistência, especialmente profissionais de enfermagem e agentes comunitários de saúde (ACS) (Silva *et al*., 2021; Silva; Finkle; Moretti-Pires, 2019; Reis *et al*., 2022; Ferreira; Bonan, 2021; Pereira; Chazan, 2019).

Esses estudos adotam predominantemente referenciais teóricos das representações sociais, não apenas revelando as dificuldades de acesso e as lacunas na formação profissional em saúde, mas também contribuindo para a compreensão da dimensão intersubjetiva do processo saúde-doença e sua articulação com o contexto macrossocial. De forma mais ampla, tais trabalhos fortalecem a análise da saúde a partir de uma perspectiva sócio-histórica. Essa é uma forte característica da produção brasileira, influenciada em certa medida pelo campo da saúde coletiva. Em sua gênese nos movimentos da reforma sanitária na defesa do direito e da universalização da saúde, ao assumir a pauta das questões de gênero produziu ao longo dos anos tanto saberes científicos, quanto mobilizações sociais e políticas de saúde voltadas à promoção da equidade. Isto reforça a importância da saúde coletiva como um instrumento de luta a favor da justiça de érotica e de gênero (Bonan, 2024).

Contudo, há ainda emergências latentes, visto que a maioria destes estudos abordam as pessoas trans no conjunto das pessoas LGBTTI+, inclusive com muitas confusões terminológicas. Há também lacunas no que diz respeito à produção de experiências mais concretas, e até exitosas, mesmo que em forma de relatos de experiências. Entretanto, mais recentemente as pesquisas na AB têm aumentado e em uma perspectiva voltada para os processos de trabalho em si, como é o caso dos trabalhos de Barra *et al.* (2025), Lima *et al.* (2019) e Silva e Schons (2019).

O estudo de Barra *et al.* (2025) demonstrou que algumas pessoas trans elegem determinadas UBS como referência para atendimento em saúde, inclusive aquelas localizadas fora de seu território adscrito. Isso está associado à presença de profissionais que possuem o que os autores caracterizam como um "perfil favorável ao cuidado LGBTI+", contemplando tanto competências técnico-assistenciais quanto postura ética no atendimento às demandas específicas da população trans. Embora não constituam uma realidade homogênea, essas unidades representam importantes pontos de apoio para a população trans (Barra *et al*., 2025).

Esse fenômeno apresenta uma particular relevância analítica, pois ele avança nas abordagens mais convencionais sobre o acesso de pessoas trans e pessoas LGBTTI+ no geral. A literatura predominante tende a naturalizar violências, vulnerabilidades e a negação do acesso, contudo tal perspectiva, se tomada como única, pode reduzir a complexidade do fenômeno do acesso à saúde, que pode ocorrer por meio de vias alternativas. O que Barra *et al.* (2025) demonstra é a existência de um modelo de fuga, mas que é institucionalmente mediado, e que pode ser entendido como um “acesso facilitado”[7].

[7] Exploro mais essa relação entre as diferentes "rotas de fuga" que pessoas LGBTTI+ recorrem como forma de resistência e subversão às violências institucionais que operam no nível da gestão e atenção em saúde, sendo

No trabalho de Silva e Schons (2019), as autoras sistematizam um guia rápido para atendimento integral a pessoas trans voltado para Médicos de Família e Comunidade (MFC) na AB, desenvolvido a partir de revisão de literatura. O estudo evidencia a necessidade de criar ferramentas que auxiliem os profissionais na condução de consultas e intervenções, além de instrumentalizá-los para incorporar essas ferramentas à prática profissional, conferindo maior materialidade às ações e constituindo uma verdadeira práxis transformadora. Os questionários e instrumentos propostos qualificam a atenção e estabelecem um *modus operandi* para os profissionais, um protocolo passo a passo que contempla ações fundamentais no atendimento a pessoas trans de forma sistemática, reduzindo tanto a tendência de presumir informações quanto os riscos de reprodução de violências institucionais.

Para Bonacossa e Oliveira (2023) a MFC não deve ser vista somente como uma clínica médica na clínica da família, mas como uma especialidade que desempenha um trabalho qualificado com uma visão sistêmica. Tal especialidade atua através de conhecimentos e ferramentas próprias da AB e que produzem um cuidado centrado no indivíduo, na família e na comunidade, e não voltado à doença, além de ser habilitada para diversos procedimentos como a própria terapia hormonal (Nisly *et al*., 2018). Nessa perspectiva, Lima *et al*. (2019) demonstram através de um relato de experiência demonstram como ferramentas de abordagem familiar foram utilizadas para o projeto terapêutico de um homem trans acompanhado na AB.

Assim, a intervenção e o engajamento de profissionais habilitados em Saúde da Família e Comunidade, não apenas da medicina, mas também da enfermagem e demais categorias - devem ser vistos como um avanço para o cuidado integral das pessoas trans, à medida que os profissionais da AB possuem um olhar ampliado sobre as necessidades de saúde, que vai além dos hormônios e taxas metabólicas. Isso fica mais bem evidenciado nos estudos que defendem a descentralização da terapia hormonal para a APS, incluindo a atuação de profissionais de enfermagem.

A exemplo disso, destaco o estudo piloto de Ker *et al*. (2020), realizado na APS na Nova Zelândia[8], que implementou um protocolo de afirmação de gênero com prescrição hormonal por médicos de família, acompanhados por equipe multiprofissional (enfermagem, psicologia e endocrinologistas como apoio). A pesquisa avaliou tanto a percepção das pessoas trans atendidas quanto dos profissionais envolvidos. Os resultados indicaram que os profissionais consideraram o procedimento simples por se alinhar à prática clínica cotidiana, relatando também sentimento de autorrealização devido ao *feedback* positivo dos usuários. Por outro lado, as pessoas trans destacaram um melhor acolhimento e maior

uma delas o que nomeei como acesso facilitado, mas que compreende outras vias de acesso que auxiliam a pensar melhor como produzir fluxos que promovam acolhimento (Avelino, 2022).

[8] Cabe salientar que a Nova Zelândia atingiu a cobertura universal ao sistema de saúde e que há importante participação de investimentos públicos no setor saúde e que sua estratégia de investimento na APS reduziu o número de internações ambulatoriais e uso de serviços de urgências.

agilidade comparado à atenção especializada, onde enfrentavam longas esperas e processos desgastantes vinculados aos critérios de disforia de gênero, sentindo-se mais respeitadas na APS.

A revisão aponta uma significativa produção acadêmica sobre ações em saúde mental na APS, destacando o papel estratégico desse nível de atenção no apoio psicossocial às pessoas trans. Essa importância se concretiza na capacidade de oferecer cuidado territorializado, com proximidade do contexto sociocultural e familiar, ampliando o suporte individual por meio de abordagens integradas que atuam na redução do estigma através de intervenções no território (Bonifácio *et al.*, 2019). Um eixo central desse cuidado integral são as infâncias e adolescências trans, conforme evidenciado por Kameg e Nativio (2018), que ressaltam a necessidade de suporte especializado não apenas para crianças e adolescentes em processo de afirmação de gênero ou vivendo não conformidades de gênero, mas também para seus familiares e redes sociais de pertencimento.

As ações propostas na revisão abrangem desde intervenções clínicas até estratégias intersetoriais mais amplas. No âmbito clínico, é fundamental adotar uma abordagem sensível para compreender as experiências de não conformidade de gênero na infância, distinguindo entre a natural exploração de gênero própria do desenvolvimento infantil e casos em que se configura de fato uma identidade trans (Mariano; Moretti-Pires, 2018; Kameg; Nativio, 2018). Essa distinção cuidadosa é crucial para evitar tanto a patologização de expressões de gênero diversas quanto a negligência de demandas reais de crianças trans.

No âmbito da chamada "transição social de gênero", a literatura revisada propõe intervenções multinível. Primariamente, enfatizam o suporte psicossocial continuado às famílias durante todo o processo de transição. Paralelamente, recomenda-se a articulação sistemática com instituições educacionais, envolvendo: (a) a implementação do nome social em registros e interações cotidianas; (b) o respeito aos pronomes de tratamento nas instituições como escola; (c) o acesso a banheiros conforme a identidade autodeclarada; e (d) estratégias ativas de prevenção ao *bullying* (Kameg; Nativio, 2018; MacKinnon *et al.*, 2021; Voss; Simons, 2021). Estas medidas visam criar ambientes socialmente acolhedores, independentemente do estágio de modificação corporal.

Questões sobre planejamento reprodutivo e o que se convenciona como “cuidados primários” também ganham destaque na revisão. Nesse sentido, Nisly *et al.* (2018) recomendam a inclusão de métodos de rastreio de câncer de mama e de colo de útero em pessoas transmasculinas e pessoas não-binárias designadas no sexo feminino ao nascer, além da oferta de contracepção ainda que estas pessoas estejam em uso da testosterona, podendo ser tanto através de contraceptivos orais, como a inserção de dispositivo intrauterino. Estas são ações importantes para ir de encontro ao que Agonese e Lago (2017) denominaram como esterilidade simbólica, a ideia de que pessoas trans não podem ou necessariamente não querem gestar e desenvolver suas parentalidades. Atento para a

importância sobretudo da enfermagem, que possui autonomia e protagonismo frente aos direitos reprodutivos na AB.

Por fim, um último tema emergente na revisão são as ações de formação dos profissionais de saúde. Neste sentido, há uma significativa produção de estudos originários da educação médica, particularmente da educação baseada em competências, que abordam as competências culturais necessárias para o atendimento de pessoas trans.

Os estudos analisados demonstram a eficácia de modelos formativos baseados nas diretrizes da *American Medical Association* para competências culturais no atendimento à população trans. Dois modelos se destacam: Ufomata *et al.* (2020) que desenvolveram um programa em quatro módulos (gênero/sexualidade, ISTs, saúde mental e processo transexualizador) para preceptores de MFC, que posteriormente replicavam os debates com residentes a partir de casos reais. Já MacKinnon *et al.* (2021) aplicaram formato similar com internos de unidades de APS. Ambos os estudos constataram que, após a formação, os profissionais se sentiam mais preparados e passavam a reconhecer as demandas LGBTTI+ já presentes nos serviços, além das unidades atingirem melhores indicadores de acesso.

A experiência de Ufomata *et al.* (2020) revelou-se particularmente inovadora ao capacitar preceptores como multiplicadores do conhecimento. Essa estratégia, que se pode tomar como educação permanente, mostrou-se viável mesmo entre profissionais sem formação prévia na temática, promovendo a problematização das práticas cotidianas no serviço. Paralelamente, outras iniciativas complementares demonstraram impacto significativo, como a formação de equipes completas (incluindo recepção) associada à adaptação de formulários para inclusão de nome social e orientação sexual desde o primeiro contato (Nisly *et al.*, 2018), evidenciando como mudanças estruturais simples podem transformar rotinas assistenciais.

Essas transformações operam na perspectiva da educação permanente, transcendendo formações pontuais para promover uma reestruturação contínua dos processos de trabalho. As pesquisas destacam ações afirmativas de gênero: (a) incorporação de símbolos de diversidade na ambientação dos serviços; (b) apresentação profissional com pronomes individuais; (c) adoção sistemática da consulta sobre nome social e pronomes para todos os usuários (Nisly *et al.*, 2018). Em síntese, as experiências internacionais em APS revelam um potencial transformador para ampliar o cuidado à saúde das pessoas trans, configurando-se como espaço estratégico para integralidade e intersetorialidade - superando as limitações do PrTr tradicional. Os estudos demonstram que soluções eficazes frequentemente consistem em adaptações simples e exequíveis dentro do escopo habitual da atenção primária.

4.1 PARA TRANSICIONAR A ATENÇÃO BÁSICA

Após essas análises, apresento a categoria "transicionar a atenção básica", que surge a partir de uma discussão dos atributos da APS e dos pressupostos da interprofissionalidade, de uma análise do chamado processo transexualizador do SUS e de experiências em descentralização de cuidados no contexto da AB. Ao pensar sobre como produzir modelos assistenciais e práticas que incluam as diversidades e subjetividades trans, é fundamental desatar um nó crítico para desenvolver as experiências: não se trata de criar novos modelos, mas requalificar os já existentes.

As necessidades de mudanças nas práticas em saúde para pessoas trans e travestis tratam da ampliação do que já é realizado nos serviços para se adequar às necessidades dessas pessoas. Esse movimento implica em uma retomada dos atributos e do conhecimento dos processos vivenciados por pessoas trans e travestis e suas necessidades de saúde, fazendo o encontro dessas vivências com o denominado cardápio de ofertas ou carta de serviços e tecnologias dos serviços.

Por exemplo, assumir e conhecer as experiências de gestação de pessoas transmasculinas, as genitorialidades de pessoas trans e suas relações afetivo-sexuais deve implicar numa requalificação dos processos de acompanhamento pré-natal e do planejamento reprodutivo na atenção básica. Esse movimento, que denominei como “transicionar a atenção básica”, foi fundamental para repensar os fluxos e práticas de atenção a pessoas trans, como a criação de uma *caderneta DO gestante* voltada para o pré-natal de homens trans, visto que o Ministério da Saúde apenas adota a caderneta da gestante. Relato esta experiência em um artigo recentemente publicado, resultado de um trabalho de campo em um serviço de saúde sexual e reprodutiva em um hospital maternidade (Avelino, 2025).

A utilização do termo "transicionar" como uma metáfora vem da categoria êmica "transição de gênero" utilizada por muitas pessoas trans e travestis. Nesse sentido, não se trata de sair de um ponto ou gênero de partida para um outro ponto final ou gênero final, mas no sentido de se tornar o que se é em seu íntimo, e que foi negado por ter sido designado ao nascimento em um gênero no qual não se identifica, portanto, tendo que transicionar, ou como tensiona Vergueiro (2015), se autodeterminar enquanto pessoa trans e em um movimento político.

“Trancisionar” como verbo no infinitivo e não “transição” como substantivo, pois essa é uma categoria que denota o movimento-ação política. E nesse movimento se faz fundamental: (a) assumir a diversidade de gênero e necessidades amplas de saúde, (b) reafirmar atributos da atenção básica e o compromisso ético-político dos profissionais de saúde, e (c) ampliar e requalificar práticas de atenção, ensino e gestão na saúde. Transicionar a atenção básica implica um processo contínuo de transformação ético-política e técnica, que vai além da mera reorganização de fluxos para repensar radicalmente

práticas assistenciais, de gestão e formação, garantindo acesso e integralidade no cuidado à saúde de pessoas trans e travestis. Trata-se de resgatar o caráter fundamental da atenção básica como espaço de construção de cidadania, superando a lógica reducionista do acolher-encaminhar.

Mais que isso, tomar a AB na centralidade da resposta ou como eixo estratégico para reorganização das políticas de saúde para pessoas trans no Brasil é assumir um compromisso com a integralidade em saúde e com a dissolução de um modelo biomédico-especializado e de combate à patologização das identidades trans, assumindo a diversidade de gênero no processo de afirmação de gênero e além dele. Transicionar a atenção básica é um movimento para promover o respeito e equidade e firmar um compromisso com o SUS enquanto um projeto de justiça social em defesa da vida digna para todas as pessoas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo revisei as experiências na APS de cuidados às pessoas trans e travestis, explorando como este nível de atenção pode contribuir para a promoção da atenção integral e no combate à patologização das identidades trans. Dessa forma, retomo minha pergunta e objetivos iniciais, não para encerrar o debate, mas caminhar para novas perguntas e movimentos de produção do cuidado.

As relações reveladas sobre os corpos trans, através dos distintos modelos assistenciais em saúde, evidenciam uma tensão estrutural entre o modelo biomédico-especializado e o de atenção integral. Enquanto o processo transexualizador do SUS, em sua conformação atual, reforça a patologização e perpetua práticas colonialistas sobre os corpos trans e travestis, a atenção básica permanece subutilizada nas políticas de saúde para pessoas trans. Importa destacar que tais modelos não constituem realidades estáticas, mas processos em permanente construção e disputa, condicionados por contextos sócio-históricos, políticos e econômicos específicos - como demonstram as experiências de transfobia ainda recorrentes na AB. Essa análise aponta para a urgência de movimentos políticos capazes de reorientar as práticas de atenção, gestão e formação em saúde, rompendo com lógicas opressoras e CIScoloniais.

Há ainda uma disputa discursiva no campo tendo em vista as diferenças entre as produções nacionais e internacionais. Enquanto o Brasil tem a AB na garantia do acesso e do direito à saúde as pessoas trans, além papel das subjetividades no processo saúde-doença, os sistemas de APS internacionais apelam para a dimensão logística e de APS seletiva, além de operarem através de ideias ligadas a categorias como “estresse de minorias”.

Defendo a interprofissionalidade como eixo estruturante para reorientar as práticas de saúde no processo de afirmação de gênero, mediante a dissolução de hierarquias entre saberes profissionais; a descentralização do cuidado para a AB e seu espaço estratégico por

seus atributos. Aposto na categoria "transicionar a atenção básica" como ferramenta analítica para reorganizar atenção, ensino e gestão, articulando os princípios da AB às práticas concretas voltadas às pessoas trans. Reconheço a APS como campo de disputa política que exige compromisso para superar as lacunas atuais nas políticas de saúde trans, sem pretender esgotar as complexidades deste debate.

REFERÊNCIAS

ANGONESE, Mônica; LAGO, Mara Coelho de Souza. Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica. **Saúde e Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 256-270, jan. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-12902017157712. Acesso em: 24 jul. 2025.

AVELINO, Matheus Madson Lima. **Cartografias da produção de cuidado em saúde à população LGBT+**. 2022. 152 f. Dissertação (Mestrado em Cognição, Tecnologias e Instituições) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, RN, 2022.

AVELINO, Matheus Madson Lima *et al.* Transmasculinidades, gestação e acolhimento na rede de saúde. **Interface (Botucatu)** [Internet], v. 29, e240382, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1590/interface.240382. Acesso em: 24 jul. 2025.

BARRA, Brígida Gabriele Albuquerque *et al.* Saúde LGBTQIA+ na perspectiva da atenção básica: potencialidades e problemáticas. **Boletim de Conjuntura (BOCA),** Boa Vista, v. 20, n. 60, p. 1-30, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.5281/zenodo.14553578. Acesso em: 24 jul. 2025.

BARRA, Brígida Gabriele Albuquerque; GUSMÃO, Úrsula Maria de Araújo Silva; ARAÚJO, Ana Nery Barbosa de. Self-perception of voice in transgender people. **Revista Cefac**, *[S.l.]*, v. 22, n. 4, e4819, 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1982-0216/20202244819. Acesso em: 24 jul. 2025.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. 3. ed. Salvador: Devires, 2017.

BONACOSSA, Rafael Kafuri; OLIVEIRA, Philipp Rosa de. As potencialidades do acompanhamento a uma pessoa transgênero por um médico de família e comunidade. **Rev Bras Med Fam Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, p. 3847, 2023. Acesso em: 24 jul. 2025.

BONAN, Claudia. Saúde coletiva, gênero e sexualidade: práxis para uma justiça reprodutiva, erótica e de gênero. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 47, n. esp. 1, e8683, set. 2024. Disponível em: https://www.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/8683. Acesso em: 20 fev. 2025.

BONIFACIO, Joseph H. et al. Management of gender dysphoria in adolescents in primary care. **Canadian Medical Association Journal,** *[S.l.]*, v. 191, n. 3, p. 69-75, 20 jan. 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1503/cmaj.180672. Acesso em: 24 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 ago. 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, ed. 224, Seção 1, p. 39, 20 nov. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 2 dez. 2011. Seção 1.

CAVALCANTE, Lívia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicologia em Revista (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 82–100, jan./abr. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p82-100. Acesso em: 23 jul. 2025.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima; MENEZES, Moisés Santos de. **Violência e saúde na vida de pessoas LGBTI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

CECCIM, Ricardo Burg. Conexões e fronteiras da interprofissionalidade: forma e formação. **Interface (Botucatu)**, [online], v. 22, p. 1739-1749, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1807-57622018.0477. Acesso em: 29 mar. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 1, de 29 de janeiro de 2018. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 jan. 2018, Seção 1, p. 45.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS nº 845, de 26 de fevereiro de 2018. Dispõe sobre atuação profissional do/a assistente social em relação ao processo transexualizador. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 fev. 2018, Seção 1, p. 32.

FERREIRA, Breno de Oliveira; BONAN, Claudia. Cadê as populações LGBTT na Estratégia Saúde da Família? Narrativas de profissionais de saúde em Teresina, Piauí, Brasil. **Ciênc saúde colet**, v. 26, n. 5, p. 1669–1678, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232021265.04752021. Acesso em: 24 jul. 2025

FERTONANI, Hosanna Pattrig et al. Modelo assistencial em saúde: conceitos e desafios para a atenção básica brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p. 1869–1878, jun. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232015206.13272014. Acesso em: 24 jul. 2025.

FRANCO, Túlio Batista; MERHY, Emerson Elias (org.). **Trabalho, produção do cuidado e subjetividade em saúde**: textos reunidos. São Paulo: Hucitec, 2013.

GIOVANELLA, Lígia *et al.* From Alma-Ata to Astana. Primary health care and universal health systems: an inseparable commitment and a fundamental human right. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. e00012219, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/9rWTS9ZvcYxqdY8ZTJMmPMH/?lang=en&format=pdf. Acesso em: 24 jul. 2025.

GOIS, Ísis *et al.* Food insecurity, nutritional status and socioeconomic factors in the transgender population: a cross-sectional study in the metropolitan region of Baixada Santista, Brazil, 2023. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, *[S.l.]*, v. 33, n. 1, e202437, 2024. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/s2237-96222024v33e2024371. Acesso em: 24 jul. 2025.

GOMES, Romeu; MURTA, Daniela; FACCHINI, Regina; MENEGHEL, Stela Nazareth. Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde. **Ciênc saúde colet**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p.

1997–2006, jun. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.04872018. Acesso em: 24 jul. 2025.

GRUBBA, Leilane Serratine. Equidade em saúde para pessoas trans: análise do processo transexualizador brasileiro**. Rev Direito Estado Socied**, *[S. l.]*, n. 60, 2022. Disponível em: https://revistades.jur.puc-rio.br/index.php/revistades/article/view/1238. Acesso em: 24 jul. 2025.

KAMEG, Brayden N.; NATIVIO, Donna G. Gender dysphoria in youth: an overview for primary care providers. **Journal Of The American Association Of Nurse Practitioners**, *[S.l.]*, v. 30, n. 9, p. 493-498, set. 2018.

KER, Alex *et al*. Providing gender-affirming hormone therapy through primary care: service users. **Journal Of Primary Health Care,** *[S.l.]*, v. 12, n. 1, p. 72, 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1071/hc19040. Acesso em: 24 jul. 2025.

LIMA, Átila Mourão *et al*. Atributos da Atenção Primária à Saúde e ferramentas de medicina de família no atendimento às diversidades sexual e de gênero: Relato de caso. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 1785, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5712/rbmfc14(41)1785. Acesso em: 24 jul. 2025.

LIMA, Lewestter Melchior *et al*. (org.). Guia de cuidado e atenção nutricional à população LGBTQIA+ [recurso eletrônico]. Brasília, DF: Conselho Regional de Nutricionistas da 1ª Região; Natal, RN: Insecta Editora, 2021.

MACKINNON, Kinnon R. *et al*. Integrating trans health knowledge through instructional design: preparing learners for a continent — not an island — of primary care with trans people. **Education For Primary Care**, *[S.l.]*, v. 32, n. 4, p. 198-201, 11 fev. 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1080/14739879.2021.1882885. Acesso em: 24 jul. 2025.

MARIANO, Tatiana da Silva Oliveira; MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio. Disforia de Gênero em crianças: revisão integrativa da literatura e recomendações para o manejo na Atenção Primária à Saúde. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 40, p. 1–11, 2018. Disponível em: https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1653. Acesso em: 24 jul. 2025.

MELO, Ana Luisa Almeida *et al*. Ressignificação de paradigmas: políticas de saúde e processo transexualizador do SUS. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 18, n. 54, p. 584–598, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.5281/zenodo.13324547. Acesso em: 24 jul. 2025.

MELO, Eduardo Alves *et al*. Reflexões sobre as mudanças no modelo de financiamento federal da Atenção Básica à Saúde no Brasil. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. spe5, p. 137-144, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0103-11042019S512. Acesso em: 24 jul. 2025.

MELO, Késia Maria Maximiano de; FARIAS, Magno Nunes; LOPES, Roseli Esquerdo. Terapia ocupacional social e justiça social: diálogos a partir das demandas trans. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional,** São Carlos, v. 31, p. e3421, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO262234211. Acesso em: 24 jul. 2025.

MENDES, Eugênio Vilaça. As redes de atenção à saúde. **Ciênc saúde colet**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 5, p. 2297–2305, ago. 2010.

MERHY, Emerson Elias. Em busca do tempo perdido: a micropolítica do trabalho vivo em ato, em saúde. *In*: FRANCO, Túlio Batista; MERHY, Emerson Elias (org.). **Trabalho, produção do cuidado e subjetividade em saúde**: textos reunidos. São Paulo: Hucitec, 2013. p. 10–50.

MISKOLCI, Richard *et al.* Desafios da saúde da população LGBTI+ no Brasil: uma análise do cenário por triangulação de métodos. **Ciênc saúde colet**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 10, p. 3815–3824, out. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-812320222710.06602022. Acesso em: 24 jul. 2025.

NISLY, Nicole L. *et al.* Unique primary care needs of transgender and gender non-binary people. **Clinical Obstetrics and Gynecology,** v. 61, n. 4, p. 674-686, dez. 2018. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30339607/. Acesso em: 24 jul. 2025.

REIS, Pamela Suelen de Oliveira *et al.* Transfobia velada: sentidos produzidos por enfermeiros(as) sobre o acolhimento de travestis e transexuais. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 80–85, jan./dez. 2021.

ROSA, Danilo Fagundes *et al.* Nursing care for the transgender population: genders from the perspective of professional practice. **Revista Brasileira de Enfermagem,** v. 72, n. Suppl 1, p. 299-306, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0644. Acesso em: 24 jul. 2025.

SANTOS, Washington José dos *et al.* Chest binding and respiratory complaints in transgender men. **Fisioterapia e Movimento**, v. 35, p. e35107, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/fm.2022.35107. Acesso em: 29 mar. 2025.

SOUSA, Anderson Reis de *et al.* Produção do cuidado de enfermagem à população LGBTQIA+ na atenção primária. **REVISA**, *[S. l.]*, v. 10, n. 2, p. 291–303, 2021. Disponível em: https://rdcsa.emnuvens.com.br/revista/article/view/406. Acesso em: 24 jul. 2025.

SILVA, Ana Luísa Remor da; FINKLE, Mirelle; MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio. Representações sociais de trabalhadores da atenção básica à saúde sobre pessoas LGBT. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 17, *[s. n.]*, p. 1-20, 2019.

SILVA, Bruna Pontes; SCHONS, Anelise Alves Nunes. Desenvolvimento de um guia rápido para prática de atenção à saúde da população transgênero. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 2027, 2019. Disponível em: https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/2027. Acesso em: 24 jul. 2025.

SILVA, Fabian Algarte da; LATINI, Cello. Gravidez, Aborto e Parentalidade nas Transmasculinidades: um estudo de caso das políticas, práticas e experiências discursivas. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, *[S.L.]*, v. 6, n. 19, p. 7-31, 2023. Disponível em: http://dx.doi.org/10.31560/2595-3206.2023.19.15503. Acesso em: 24 jul. 2025.

STARFIELD, B. **Atenção primária**: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002. 726 p.

UFOMATA, Eloho *et al.* Comprehensive curriculum for internal medicine residents on primary care of patients identifying as lesbian, gay, bisexual, or transgender. **MedEdPORTAL**, v. 16, 2020.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19685. Acesso em: 29 mar. 2025.

VOSS, Raina V.; SIMONS, Lina. Supporting the health of transgender and gender diverse youth in primary care settings. **Primary Care: Clinics in Office Practice**, v. 48, n. 2, p. 259-270, 2021. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33985703/. Acesso em: 24 jul. 2025.

Recebido em: 02/04/2025
Aceito em: 11/08/2025

JESSICÃO, A OPRESSORA: DESAFIOS ÀS POLÍTICAS TRANS E LGBTQIA+ EM LONDRINA

JESSICÃO, THE OPPRESSOR: CHALLENGES TO TRANS AND LGBTI+ POLICIES IN LONDRINA

Gabriel Darcin[1]
André Luiz Justus Czovny[2]

Resumo: a vereadora Jéssica Ramos Moreno, mais conhecida como "Jessicão, a opressora", tem proposto diversos projetos de lei para conter uma suposta "ideologia de gênero" na cidade de Londrina. Essas iniciativas têm impactado diretamente os direitos da população LGBTI+, em especial de pessoas transexuais e não binárias, que são as mais afetadas pelas mudanças na legislação municipal. Este artigo analisa os projetos em questão, examinando o contexto político que os originou e seus impactos sobre a comunidade LGBTI+. A análise contempla uma discussão fundamentada em autores da teoria política, do feminismo e da teoria queer, como Jürgen Habermas, Chantal Mouffe, Wendy Brown, Judith Butler, Angela Davis, Patricia Hill Collins e Richard Miskolci. Evidencia-se, assim, como a democracia deliberativa tem sido corroída pela ausência de debate racional em torno das propostas e pela exclusão sistemática de vozes opositoras, configurando um desafio à construção de políticas públicas inclusivas. Destaca-se, ainda, que pessoas transexuais e não binárias têm sido as mais atacadas por Jessicão, em uma estratégia para manter e ampliar seu eleitorado conservador. Por fim, este artigo reforça a importância da justiça social para a população LGBTI+ como elemento fundamental para a sustentação dos princípios democráticos, apontando para a necessidade de reverter o retrocesso promovido por Jessicão na cidade de Londrina.
Palavras-chave: Direitos LGBTI+; Direitos Trans; Teoria política; Londrina.

Abstract: city councilwoman Jéssica Ramos Moreno, more widely known as "Jessicão, the oppressor," has introduced several bills aimed at curbing a so-called "gender ideology" in the city of Londrina. These initiatives have directly impacted the rights of the LGBTI+ population, especially transgender and non-binary people, who are the most affected by the recent changes in local legislation. This article analyzes the proposed bills by examining the political context from which they emerged and assessing their consequences for the LGBTI+ community. The analysis draws on theoretical contributions from political theory, feminism, and queer theory, including the works of Jürgen Habermas, Chantal Mouffe, Wendy Brown, Judith Butler, Angela Davis, Patricia Hill Collins, and Richard Miskolci. It becomes evident that deliberative democracy has been increasingly undermined by the lack of rational debate surrounding these proposals and by the systematic exclusion of opposing voices, posing a significant challenge to the development of inclusive public policies. Furthermore, transgender and non-binary individuals have been the primary targets of Jessicão's political strategy, which appears designed to maintain and expand her conservative voter base. Ultimately, this article underscores the importance of social justice for the LGBTI+ population as a fundamental element for upholding democratic principles, highlighting the urgency of reversing the setbacks introduced by Jessicão's actions in the city of Londrina.
Keywords: LGBTI+ Rights; Trans Rights; Political Theory; Londrina.

[1] Gab é uma pessoa não binária, artista com foco em questões de gênero, pesquisador em teoria queer e designer no setor de tecnologia. É graduado em design gráfico (UEL), especialista em design digital (UEL), mestre em comunicação (UEL) e doutorando em filosofia (UEL). Atualmente é bolsista CNPq (Doutorado, GD).
[2] Profissional da comunicação em Guarapuava (PR), com atuação que transita entre a prática comunicacional e a docência. É professor da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), mestre em Comunicação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

1 INTRODUÇÃO

Jéssica Ramos Moreno, mais conhecida como "Jessicão, a opressora", foi eleita vereadora pelo Partido Progressista (PP) com 2.523 votos nas eleições municipais de Londrina (PR) em 2020, para o mandato de 2021-2024. Posteriormente, foi eleita em 2024, com 15.057 votos, para o mandato de 2025-2028. O crescimento de sua votação representa um aumento de quase 500% em relação à eleição anterior, evidenciando uma ampliação significativa de sua base eleitoral. Jessicão passou da 13ª colocação em 2020, com aproximadamente 1,03% dos votos válidos, para a 2ª posição em 2024, com 5,83%, ficando atrás apenas de Deivid Wisley (Republicanos), com 16.212 votos (UOL, 2020; 2024).

O resultado das últimas eleições municipais em Londrina indica a consolidação da prefeitura e da Câmara de Vereadores no campo político conservador. Na atual composição da Câmara, há seis vereadores do Partido Liberal (PL), seis do Progressistas (PP), três do Republicanos, dois do Partido Social Democrático (PSD), um do Avante e apenas um do Partido dos Trabalhadores (PT). Ao todo, doze foram reeleitos, sinalizando continuidade política e fortalecimento das forças conservadoras no legislativo. A maioria está alinhada à direita ou centro-direita, sendo Lenir de Assis (PT) a única voz de oposição consistente. Esse perfil conservador não é novo. Nas eleições anteriores, embora a distribuição partidária fosse mais pulverizada, com cadeiras ocupadas por diferentes siglas, a maioria dos eleitos já demonstrava inclinação à direita.

No executivo, essa tendência se consolidou a partir da década de 2010, com as eleições de Alexandre Kireeff (PSD, 2013–2016), Marcelo Belinati (Progressistas, 2017–2024) e, mais recentemente, Tiago Amaral (PSD, eleito para 2025–2028, com vice do PL). Trata-se de uma inflexão em relação ao período anterior, marcado por gestões populistas com algum apelo progressista, como as do PDT e do PT. Essa virada ganhou força após o fim dos dois mandatos de Nedson Micheleti (PT, 2001–2008) e a sequência de instabilidades no fim dos anos 2000 — com a cassação de Barbosa Neto (PDT, 2009–2012) e a renúncia de José Joaquim Ribeiro (PSC, 2012) após ser preso. Contudo, essa guinada conservadora — que em alguns casos se aproxima de pautas da extrema direita — não pode ser explicada apenas pelas crises políticas locais. Ela reflete também um movimento mais amplo de reconfiguração ideológica observado no Brasil e no mundo, marcado por discursos autoritários, desconfiança nas instituições e o enfraquecimento das forças progressistas no campo institucional.

Jessicão sempre deixou claro que, embora tenha sido a primeira mulher lésbica eleita em Londrina, não atuaria em defesa dos interesses da comunidade LGBTI+. Ao contrário, sua trajetória política é marcada pelo apoio à direita conservadora, à defesa de valores familiares tradicionais e por um alinhamento explícito com o governo Bolsonaro (Esquerda Diário, 2020). A vereadora segue comprometida em combater a "ideologia de gênero", ou seja, proteger as crianças do suposto “risco de serem influenciadas a se tornarem LGBTI+”.

Para isso, propõe medidas contra a linguagem neutra, banheiros sem gênero, atletas transexuais, materiais sobre diversidade sexual e, até mesmo, a comercialização de alimentos em formato de órgãos sexuais. A eleição de uma vereadora autodeclarada lésbica que combate direitos da população LGBTI+ pode parecer, à primeira vista, um paradoxo. No entanto, como lembra Stuart Hall (2020), as identidades não são estruturas coesas, fixas ou homogêneas — são múltiplas, contraditórias e fragmentadas. Dessa forma, não é incomum que pessoas pertencentes a grupos historicamente marginalizados, como negros, mulheres e LGBTI+, adotem posições políticas conservadoras e contrárias ao que se costuma esperar de seus pares.

Um exemplo emblemático citado por Hall é o de Clarence Thomas, juiz negro norte-americano com posições fortemente conservadoras, nomeado à Suprema Corte dos EUA pelo Partido Republicano. No Brasil, pode-se citar o caso de Thammy Miranda, homem trans que se filiou ao Progressistas (PP) em 2015 e, mais tarde, ao Partido Liberal (PL) — siglas conhecidas por abrigarem figuras hostis aos direitos da população LGBTI+, especialmente das pessoas trans. Thammy foi alvo de críticas intensas na época e, embora atualmente esteja filiado ao Partido Social Democrático (PSD), sua atuação legislativa não apresenta projetos voltados à defesa ou ampliação de direitos da comunidade, revelando certa indiferença ou baixa capacidade de articulação nesse campo. O caso de Jessicão, por outro lado, revela um engajamento ativo e eficaz contra esses direitos. Ela não apenas propõe projetos que atacam diretamente a população LGBTI+, como também consegue articular sua aprovação. Muitos desses projetos são levados adiante mesmo com pareceres contrários de órgãos consultivos e críticas sobre sua redação precária, o que evidencia não apenas sua influência política, mas também o ambiente ideológico que hoje domina o legislativo municipal de Londrina.

Metodologicamente, o artigo se apoia em análise documental e crítica de Projetos de Lei (PL) da Câmara Municipal de Londrina (Londrina, 2025), disponíveis no site oficial do Poder Legislativo Londrinense, examinando o contexto político que os originou e seus impactos sobre a comunidade, com ênfase em pessoas transexuais e não binárias. Para isso, são analisados os projetos da vereadora em diálogo com autores da teoria política, do feminismo e da teoria *queer*, como Jürgen Habermas, Chantal Mouffe, Wendy Brown, Judith Butler, Angela Davis, Patricia Hill Collins e Richard Miskolci. O objetivo é oferecer uma leitura abrangente das propostas legislativas, contribuindo para uma articulação política local mais eficaz e para a desmobilização de iniciativas com efeitos prejudiciais à democracia. A análise evidencia como a democracia deliberativa tem sido corroída pela ausência de debate racional em torno das propostas e pela exclusão sistemática de vozes opositoras, sendo um desafio para a construção de políticas públicas. E, por isso, esse artigo também reforça a importância da justiça social para a população LGBTI+ como um elemento fundamental para a sustentação dos princípios democráticos.

2 CONVIVENDO COM UM FANTASMA

Segundo Brown (2006), a extrema direita surge da combinação entre a racionalidade neoconservadora e neoliberal. O neoliberalismo desmantela o estado de bem-estar social, privatiza serviços públicos e impõe uma lógica de mercado ao governo e às subjetividades, atacando a cultura política e valores democráticos. Em paralelo, o neoconservadorismo defende um estado forte aliado a corporações, rejeita a cultura de massas, desaprova intelectuais e artistas, e promove valores religiosos, tradicionais de família, guerra, patriotismo, militarismo e expansionismo. Esse alinhamento inesperado cria um cidadão que despreza igualdade, liberdade e responsabilização governamental, tolerando a concentração de poder e violações do estado de direito.

Segundo Brown (2006), a extrema direita desloca a democracia liberal, promovendo um estado parcial centrado na moral e no mercado, associado a valores familiares, patriotismo e política imperialista, resultando em um novo tipo de estatismo disfarçado de defesa da liberdade e democracia, que silencia minorias. O moralismo e autoritarismo do neoconservadorismo, instrumentalizados pela racionalidade neoliberal, desmantelam a democracia ao desvalorizar a autonomia política, converter problemas políticos em individuais, produzir cidadãos consumidores e legitimar o estatismo. Isso abre caminho para um governo neoconservador que mobiliza uma população obediente, conectando religião e política para preencher o desencantamento moderno e estabelecer verdades inquestionáveis, legitimando desigualdades sociais e minando a deliberação e responsabilização.

Nesse contexto de ascensão da extrema direita, Butler (2023) argumenta que o gênero passou a ser tratado como uma entidade fantasmagórica com forte poder destrutivo, capaz de reunir e exacerbar a multiplicidade de pânicos contemporâneos, incluindo a estrutura da família heteronormativa, a desigualdade de poder entre homens e mulheres, questões raciais, a inclusão de imigrantes e a precarização do trabalho. Ao misturar esses medos em um significante vazio, o fantasma desvia o foco das diversas origens e possibilidades de investigações e intervenções políticas. Esse medo é produzido e exportado para mobilizar pessoas contra movimentos sociais que buscam uma sociedade mais democrática, resultando em retrocessos na legislação progressista. No Brasil, essa dinâmica contribuiu para o surgimento de um levante contra o que passou a ser chamado de “ideologia de gênero” — outro significante vazio que condensa diversos temores em torno da suposta proteção da infância, mas que, na prática, abre precedentes para a exclusão da diferença no regime sexual e para a disseminação de valores tradicionais sobre família, gênero e sexualidade.

Miskolci (2021) analisou em detalhes como a extrema direita utilizou esse discurso em conjunto com as mídias sociais para mobilizar corações no Brasil. O termo "ideologia de gênero" foi cunhado na década de noventa por membros da igreja católica preocupada com

os avanços nas pautas de direitos humanos relacionadas a gênero e sexualidade. A partir de 2010, segmentos conservadores e de extrema direita, especialmente evangélicos e cristãos, começaram a combater a ideia de "ideologia de gênero" no Brasil. Assim, esse termo foi amplamente utilizado por políticos conservadores e na mídia, em resposta a políticas como o reconhecimento da união estável em 2011. Defendendo uma visão conservadora da família, esses grupos se opuseram às lutas feministas e do movimento LGBTI+, espalhando notícias falsas e gerando pânico moral.

Como lembra Miskolci (2021), um exemplo disso foi a nomeação por Bolsonaro de um material educacional, destinado a combater a discriminação e violência, como "Kit Gay". Ele afirmou que isso era uma tentativa do governo de Dilma de doutrinar crianças a se tornarem *gays*. É claro que, apesar da notícia falsa, essa estratégia visava aumentar a audiência nas redes sociais e ampliar o eleitorado conservador, e mostrou-se altamente eficaz, pois Bolsonaro passou de um político de baixo escalão a ganhar rapidamente a maioria nas urnas de 2018. Além dele, um grupo considerável de políticos de extrema direita ascendeu ao poder, incluindo jovens representantes como Jessicão, a opressora.

Paralelo ao processo de ascensão da extrema direita, Miskolci (2021) destaca que uma nova geração de ativistas de esquerda passou a ocupar as redes sociais na década de 2010, adotando uma abordagem direta e combativa. Com termos como "local de fala", "cisgeneridade" e "experiência", criou-se uma gramática do politicamente correto, sustentada por uma política do cancelamento que define quem pode ou não falar com base em uma lógica identitária neoliberal. Além disso, essa abordagem produziu discursos que retiram do Estado sua função na promoção dos direitos humanos e resultaram na desvalorização das pesquisas sobre o tema, que são baseadas em argumentos racionais e dados empíricos verificáveis. Esse ativismo de esquerda entrou em conflito com a extrema direita, resultando em uma polarização que se retroalimenta na esfera pública, cada vez mais tecnológica, gerando desinformação por meio de bolhas de opinião e câmaras de eco.

Mouffe (2005b) destaca que a ascensão da extrema direita se deve à sua habilidade de mobilizar paixões e identidades através do antagonismo e da moralização de debates políticos. A identificação política requer uma fronteira, um "nós" *versus* "eles". A proposta de uma política sem partidos (uma democracia deliberativa que neutralizou partidos de direita e esquerda) criou um precedente para que a extrema direita se posicionasse como "nós" em oposição ao "eles" (política deliberativa). Isso moraliza a política, permitindo definir um grupo como bom e outro como ruim, deslocando argumentos racionais para a identidade e paixões. Nesse contexto, a ciência e a educação foram percebidas como ameaças, sujeitas a constantes ataques à sua legitimidade e intenções. O debate, outrora baseado em dados e argumentos racionais, foi substituído por uma política moralizada e polarizada. Tópicos como gênero e sexualidade tornaram-se eixos centrais na definição das identidades políticas e nas políticas que devem ser contestadas.

Em Londrina, essa dinâmica é ainda mais acentuada, dada a predominância de representantes da extrema direita e de setores conservadores na Câmara de Vereadores, o que contribui para a facilitação de projetos que atentam contra a democracia, seus instrumentos e os direitos fundamentais da população LGBTI+, com destaque a pessoas pessoas trans e não binárias, alvos preferenciais do governo de ódio de Jessicão.

3 A OPRESSORA E A LEGISLATURA DO ÓDIO

É possível situar os projetos de lei de Jessicão precisamente dentro desse contexto político. A seguir, será apresentada uma análise conjuntural de algumas de suas propostas legislativas. Inicialmente, serão discutidos projetos alinhados ao campo da extrema direita, os quais incluem ataques à educação e à liberdade, restrições aos direitos reprodutivos das mulheres e, sobretudo, a suposta defesa das crianças diante de ataques constantes — um discurso que, na prática, busca instaurar um pânico moral na sociedade. Em seguida, serão analisadas proposições voltadas especificamente à população LGBTI+, com ênfase em pessoas transexuais e não binárias. À medida que os projetos forem examinados, serão tecidas críticas sobre a legislatura da vereadora, com o intuito de compreender os sentidos políticos que estruturam sua atuação no legislativo. Os projetos de lei apresentados por Jessicão, bem como os pareceres de órgãos consultivos anexados a cada proposta e eventuais sanções das respectivas leis, foram verificados em 12 de abril de 2025, por meio do site da Câmara Municipal de Londrina (Londrina, 2025).

Alguns projetos tratam de questões já regulamentadas pelas leis brasileiras. Não se sabe se isso ocorre devido a uma falta de conhecimento acerca da legislação ou se o objetivo é exatamente tensionar a instituição. Mesmo assim, são apresentados através de um discurso neoconservador que se opõe a mudanças culturais secularizadas, com o objetivo de mobilizar e consolidar um eleitorado conservador. Um exemplo claro pode ser observado no PL 00021/2022 (arquivado), que propõe combater toda e qualquer forma de intolerância religiosa. Embora tal medida já esteja prevista no Art. 5º da Constituição Federal de 1988, Jessicão argumenta que grupos políticos e ativistas ignoram essa lei, reprimindo práticas e discursos religiosos. Assim, seu projeto de lei estipula uma multa de R$700,00 (setecentos reais), dobrada em caso de reincidência, para aqueles que "censurarem" líderes religiosos. Na prática, essa legislação protegeria líderes evangélicos e católicos de proferirem discursos que possam violar outros direitos fundamentais, como a igualdade entre homens e mulheres.

De maneira semelhante, o PL 00229/2021 (arquivado) propõe garantir os direitos individuais e a liberdade no âmbito da saúde pública. Apesar de aparentar uma preocupação legítima com o acesso dos pacientes a informações de qualidade sobre medicamentos, exames e procedimentos, sua justificativa revela uma tentativa de criar respaldo legal para o desencorajamento da adesão à campanha de vacinação contra a Covid-19. Outro exemplo

é o PL 00010/2024 (arquivado), que obriga agentes de saúde a fornecerem informações detalhadas sobre os possíveis riscos e consequências do procedimento abortivo. Embora o projeto possa parecer solidário às mulheres, garantindo-lhes acesso à informação, a vereadora defende o projeto como um instrumento para reforçar valores morais e desencorajar a realização do aborto, mesmo nos casos legalmente permitidos: risco à vida da gestante, gravidez resultante de estupro e anencefalia fetal.

Nesse mesmo sentido, destaca-se o PL nº 00215/2023, sancionado como Lei nº 13.748, de 27 de março de 2024, que institui a campanha municipal de educação e conscientização sobre o aborto. Em continuidade, o PL nº 00039/2025 (em tramitação) propõe alterações a essa legislação, buscando radicalizar seu conteúdo. O novo projeto, de sua própria autoria, tem como objetivo restringir ainda mais os abortos já previstos em lei, incentivar a participação ativa dos homens no processo e promover a conscientização das gestantes e de seus familiares sobre os supostos riscos físicos e psicológicos do procedimento abortivo, como tentativa de dificultar ainda mais uma decisão que já é bastante difícil. Além disso, a proposta apresenta como alternativa a entrega legal do recém-nascido para adoção, ignorando os contextos sociais e os fatores extremos que levam muitas mulheres a recorrer ao aborto. A justificativa sustentada é que, por desconhecimento, pais e mães acabam optando por práticas "reprováveis" e "criminosas", deixando evidente o viés moralizante e punitivo que orienta a proposta.

Jessicão apresenta diversos projetos na área da educação, todos baseados no temor de que "professores estejam doutrinando as crianças" ou de que estas estejam sendo expostas a um suposto "desvio moral" por meio de músicas, materiais didáticos ou conteúdos pedagógicos em geral. Nesse sentido, suas propostas defendem uma concepção de "escola sem partido", como se observa no PL nº 00048/2025 (em tramitação), que dispõe sobre a proteção dos direitos de crianças e adolescentes no ensino público. Esse projeto proíbe que professores expressem ou promovam seus próprios posicionamentos religiosos, morais ou político-partidários, tanto dentro quanto fora da escola. Na prática, contudo, essa iniciativa revela uma tentativa de cercear o ensino plural e crítico, limitando a liberdade pedagógica e criando mecanismos legais que podem ser utilizados para punir professores que apresentem ideias contrárias aos valores tradicionalmente associados à "família brasileira" — ainda que essas ideias estejam fundamentadas e bem argumentadas dentro do campo acadêmico e pedagógico. Além disso, parte-se de uma concepção extremamente reducionista de ensino, que considera os alunos como sujeitos passivos — esponjas que absorvem automaticamente os referenciais dos professores, sem qualquer capacidade crítica.

Essa lógica também se manifesta em propostas anteriores, como o PL nº 00198/2023 (em tramitação à época), que autorizava estudantes a gravarem as aulas. O projeto tinha como objetivo ampliar o controle dos pais sobre os conteúdos ministrados em sala, sob a

justificativa de coibir eventuais condutas ilícitas por parte dos docentes. As gravações seriam, segundo o texto, uma forma de prevenção contra problemas cotidianos alegados pelo projeto, tais como: doutrinação partidária, "segredo de sala de aula", aliciamento, assédio moral e o uso de linguagem considerada imprópria. O PL nº 00009/2024 (retirada pelo autor), que prevê a instalação de câmeras de monitoramento em creches em todos os espaços, com exceção de banheiros. A mesma linha argumentativa se intensifica no PL nº 00237/2021 (arquivado), que propunha a instituição de uma política de educação domiciliar. Essa medida abriria espaço para que famílias conservadoras educassem seus filhos com base exclusiva em valores morais religiosos ou ideológicos, afastando-os do contato com a pluralidade de ideias prevista nas diretrizes do Ministério da Educação. Nota-se tal iniciativa tanto entre a extrema direita brasileira, como na extrema direita internacional.

No mesmo campo de atuação, observa-se uma série de investidas contra um suposto problema de "pornografia nas escolas". Esse discurso se manifesta, por exemplo, no PL nº 00189/2021 (arquivado), que propunha a criação de uma política de combate à pornografia no ambiente escolar. Curiosamente, o próprio projeto reconhece a existência de legislações federais que proíbem a veiculação de conteúdos com linguagem, imagens ou músicas impróprias para crianças. Ainda assim, sua formulação funciona como um mecanismo de intimidação aos professores, desestimulando o trabalho com conteúdos previstos no plano de ensino que eventualmente confrontam princípios religiosos. A justificativa da proposta defende que os alunos devem ter acesso a uma educação religiosa e moral condizente com as convicções familiares.

Ainda na mesma linha, o PL nº 00079/2024 proíbe a utilização e distribuição de livros com conteúdo considerado erótico nas escolas municipais. O projeto foi sancionado como a Lei nº 13.930, de 21 de março de 2025. É importante destacar que, em nenhum momento, a justificativa da proposta apresenta evidências concretas ou relatos de situações reais envolvendo a distribuição de material pornográfico nas escolas de Londrina. Em vez disso, a argumentação parte da suposição de que certos conteúdos trabalhados sob a perspectiva da educação sexual e da prevenção ao *bullying* estariam distorcendo a percepção de crianças e adolescentes sobre a sexualidade — sem apresentar qualquer comprovação disso. Como consequência, a lei funciona como um instrumento de censura e coerção, dificultando o trabalho de docentes que abordam temas ligados à diversidade sexual. Com isso, contribui para o avanço de uma política educativa pautada por valores morais conservadores e pela negação da pluralidade de vivências e identidades no ambiente escolar.

O PL nº 00040/2025 (em discussão) propõe a proibição do uso de músicas consideradas "impróprias" para menores de idade em escolas públicas e eventos voltados a crianças e adolescentes. De acordo com o texto do projeto, músicas impróprias seriam aquelas que fazem apologia a drogas e substâncias ilícitas, promovem violência, contenham linguagem obscena ou incitem discriminação com base em raça, cor, sexo, orientação

sexual, religião ou nacionalidade. A proposta alega que estudos demonstraram que a exposição a esse tipo de conteúdo pode estimular a criminalidade, o uso de drogas e a hipersexualização. No entanto, não são apresentadas referências, dados ou fontes que sustentem tais afirmações. Assim como em outros projetos de lei propostos por Jessicão, este ignora que já existem dispositivos legais que tratam do tema, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Além disso, o projeto parece novamente operar mais como um instrumento de censura do que de proteção, ao abrir margem para coibir o uso de estilos musicais tradicionalmente associados às periferias urbanas, como o rap e o funk. Tais gêneros, embora utilizem uma linguagem direta, podem ser importantes ferramentas pedagógicas, conectando-se à realidade dos jovens e oferecendo oportunidades de reflexão sobre temas sociais relevantes. A proposta parte de uma falsa equivalência entre trabalhar criticamente um conteúdo e fazer apologia a ele. Do mesmo modo que estudar a temática da guerra não significa incentivá-la, refletir sobre músicas do cotidiano dos estudantes não implica promovê-las de forma acrítica. O projeto, portanto, incorre em uma lógica simplista e moralizante, que pode comprometer o papel formativo da escola como espaço de debate, escuta e construção de pensamento crítico.

Por fim, destaca-se o PL nº 95/2022, sancionado como a Lei nº 13.561, de 3 de abril de 2023, que proíbe a comercialização de produtos alimentícios em formato de órgãos sexuais humanos, bem como de materiais eróticos e pornográficos, em bares e restaurantes. O projeto prevê sanções como a suspensão temporária das atividades do estabelecimento até a regularização da infração, multa diária no valor de R$500,00 (quinhentos reais) e até a suspensão do alvará de funcionamento. Embora a proposta possa parecer uma piada, ela foi discutida e aprovada na Câmara de Vereadores. A justificativa central novamente gira em torno da proteção de crianças e adolescentes. No entanto, é evidente que esse não é o público-alvo dos estabelecimentos que comercializam esse tipo de produto.

Apesar de Londrina enfrentar inúmeros problemas que exigem atenção legislativa e deliberação cuidadosa, os vereadores julgaram necessário aprovar uma lei voltada a essa questão. Esse episódio evidencia não apenas o protagonismo de Jessicão na proposição de pautas moralizantes e conservadoras, mas também a conformação majoritariamente conservadora da atual legislatura municipal. Grande parte da Câmara compartilha da mesma perspectiva ideológica, alinhada com os valores da extrema direita, especialmente no que diz respeito à educação e à diversidade sexual.

4 OPRIMINDO TRANSSEXUAIS E NÃO BINÁRIES

Diversos dos projetos comentados acima têm impacto direto em questões relacionadas à população LGBTI+. Por exemplo, as investidas à educação tinham como articulação política coagir professores a não trabalharem com tópicos polêmicos, como a

diversidade sexual, uma vez que isso abriria espaço para que as famílias afirmassem que isso seria contrário aos seus valores religiosos, os quais são assegurados de ter. Contudo, a vereadora tem projetos de lei ainda mais focados na opressão a pessoas da comunidade.

O PL nº 00185/2021, sancionado como a Lei nº 13.653, de 18 de outubro de 2023, proíbe a veiculação de publicidades que contenham alusão à diversidade sexual voltadas a crianças e adolescentes. Na justificativa da proposta, Jessicão argumenta que a publicidade seria uma ferramenta de manipulação com potencial para influenciar crianças e adolescentes a rejeitarem o gênero que lhes foi atribuído no nascimento. Além disso, sustenta que tais campanhas causariam desconforto emocional às famílias. A argumentação, no entanto, revela desconhecimento sobre o funcionamento do campo publicitário. Caso a vereadora tivesse algum envolvimento com a área, saberia que, embora a publicidade tenha como objetivo influenciar comportamentos, trata-se de um processo complexo, que exige grandes investimentos e, ainda assim, produz resultados frequentemente limitados e parciais. Assim como, ela desconhece que, desde 1980, existe o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR) que regula a publicidade brasileira, com base no Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária.

A crença de que a simples exposição a conteúdos afirmativos da diversidade sexual possa "converter" ou "desviar" crianças é infundada e baseada em um discurso moralizante, não em evidências empíricas. Outro ponto problemático diz respeito à ausência de qualquer exemplo concreto de campanhas publicitárias com esse conteúdo em Londrina. A justificativa do projeto não apresenta nenhuma referência específica que sustente a existência ou a suposta recorrência desse tipo de publicidade. Tampouco os autores deste artigo têm conhecimento de campanhas dessa natureza na cidade ou mesmo em outras localidades do país. Cabe questionar: quem investiria recursos em campanhas publicitárias com o objetivo de "tornar pessoas LGBTI+"? Há registro disso em algum lugar do mundo? Ao confundir — ou deliberadamente misturar — campanhas educativas voltadas à promoção da diversidade sexual com uma suposta "apologia" a essas vivências, a vereadora reforça a lógica do pânico moral, desinformando a população e inviabilizando políticas públicas que buscam construir ambientes mais inclusivos e seguros para crianças e adolescentes LGBTI+.

Esse é um dos poucos projetos de lei em que Jessicão apresenta referências bibliográficas. No entanto, a seleção é marcadamente parcial, incluindo, por exemplo, um artigo que sustenta a existência de uma suposta "epidemia de transexualidade" entre adolescentes — narrativa amplamente difundida por setores da extrema direita, tanto no Brasil quanto internacionalmente, com o objetivo de deslegitimar políticas públicas voltadas à população trans e fomentar um pânico moral contra seus direitos. Além disso, outros textos são distorcidos do seu sentido original. É o caso do artigo de Dhejne et al. (2011), que aponta que pessoas que passaram pela cirurgia de redesignação sexual na suíça entre 1973 e 2003 apresentam uma taxa de mortalidade superior à da população em geral,

além de maiores índices de suicídio e envolvimento com o crime. No entanto, o estudo não realiza uma correlação social entre os dados quantitativos e as experiências vividas por essas pessoas. Falta à análise uma reflexão sobre as possíveis causas desses índices.

Por exemplo, a maior taxa de envolvimento com o crime pode estar relacionada à exclusão do mercado formal de trabalho, à falta de oportunidades e à precarização da vida, e não a uma suposta "natureza criminosa" associada à identidade de gênero. Quanto ao aumento do risco de doenças cardiovasculares, é importante destacar que os dados utilizados na pesquisa se referem ao período entre 1973 e 2003 — um recorte temporal no qual os tratamentos hormonais e os cuidados médicos eram significativamente diferentes dos oferecidos hoje, o que limita a aplicabilidade direta dessas conclusões ao contexto atual. A alta taxa de suicídio, por exemplo, não pode ser automaticamente interpretada como evidência de arrependimento ou insatisfação com o próprio gênero após a cirurgia, como sugere a vereadora em sua justificativa de projeto de lei. Uma hipótese mais plausível — e que precisa ser considerada — é a de que, mesmo após o processo de transição, pessoas trans continuam enfrentando exclusão social, discriminação e desigualdade de acesso a direitos básicos, o que pode contribuir significativamente para os altos índices de sofrimento psíquico.

Rafael Carvalho Neves dos Santos, representando a Assessoria Jurídica da Câmara, afirmou que o projeto fere a competência legislativa federal, uma vez que o município de Londrina não possui autoridade para limitar campanhas publicitárias veiculadas por meios como televisão, rádio, redes sociais ou internet. Esse tipo de regulamentação só poderia ser estabelecido no âmbito federal. No plano municipal, as limitações poderiam se aplicar apenas a mídias como *outdoors*, sistemas internos e impressos. Além disso, ao proibir determinados temas, como propagandas que abordem a diversidade sexual, o projeto incorre em censura ao conteúdo jornalístico, o que é expressamente vedado pelos parágrafos 1º e 2º do artigo 220 da Constituição Federal. Ressalta-se, ainda, que a proteção de crianças e adolescentes contra conteúdos impróprios já é prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990). Mesmo diante do parecer contrário da Assessoria Jurídica, a Comissão de Justiça, Legislação e Redação manifestou-se favoravelmente ao projeto, evidenciando a indiferença por aspectos técnicos e jurídicos.

A Comissão de Defesa dos Direitos do Nascituro, da Criança, do Adolescente e da Juventude realizou consultas com diversos órgãos do município. O Núcleo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON-LD), embora não tenha se manifestado sobre o mérito do projeto, ressaltou que a fiscalização das publicidades já é prevista no art. 37, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor. Por outro lado, o Conselho Regional de Psicologia do Paraná – 8ª Região (CRP-PR) emitiu parecer contundentemente contrário, qualificando o projeto como equivocado, impreciso, incoerente, tendencioso e preconceituoso. O Conselho

reforça ainda a necessidade de uma educação saudável que contemple a diversidade, conforme previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) também se posicionou pela descontinuidade da tramitação do projeto, considerando-o excessivamente genérico para tratar de um tema que exige análise criteriosa. O Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Paraná (SINAPRO/PR), por sua vez, encaminhou a solicitação de parecer à Federação Nacional das Agências de Propaganda (FENAPRO), que se manifestou contrariamente ao projeto, argumentando que o art. 76 do Estatuto da Criança e do Adolescente já dispõe sobre horários adequados para a veiculação de programas e publicidades. O Sindicato dos Radialistas Profissionais e dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão do Estado do Paraná (SINDIRÁDIO-TV) emitiu parecer contrário. Apesar da ampla rejeição das entidades consultadas, a Comissão de Defesa dos Direitos do Nascituro, da Criança, do Adolescente e da Juventude manifestou-se favoravelmente à aprovação do projeto, ignorando todos os pareceres técnicos.

Outro desafio surge com o Projeto de Lei nº 00001/2021, sancionado como Lei nº 13.419 em 13 de julho de 2022, que proíbe instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas, de utilizarem a linguagem neutra em sua grade curricular, materiais didáticos, editais e bancas de concurso público. Para Jessicão, o projeto representa uma resposta à suposta imposição do reconhecimento de um "terceiro gênero", que, segundo ela, distorceria a realidade da diferença sexual, confundindo crianças quanto à distinção entre meninos e meninas, empobrecendo sua capacidade crítica e intelectual e comprometendo a língua e a memória brasileira. Ainda segundo a parlamentar, tal movimento buscaria instaurar o caos e a "confusão sexual", ao sustentar que gênero seria uma construção sociocultural, e não uma expressão da biologia. Tais argumentos, no entanto, revelam uma incompreensão conceitual. O termo "gênero" foi justamente proposto para distinguir entre os regimes biológico e cultural, conforme formulado por Gayle Rubin em seu célebre ensaio de 1975 (RUBIN, 2018). Além disso, a própria biologia humana é mais complexa do que o modelo binário admite, como demonstra Fausto-Sterling (2020) ao discutir a existência concreta da intersexualidade e ao questionar a ideia de uma biologia autônoma e rigidamente binária.

Rafael Balarotti, da Assessoria Jurídica, afirmou que o projeto é inconstitucional, por extrapolar os limites da competência legislativa do município e violar a regra da reserva de iniciativa. A Comissão de Justiça, Legislação e Redação corrobora o parecer exarado pela Assessoria Jurídica, emitindo voto contrário ao projeto. A Comissão de Direitos Humanos e Defesa da Cidadania também acompanha o parecer da Consultoria Legislativa desta Casa de Leis, manifestando-se contrária à proposta. Por outro lado, a Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Paradesporto e Lazer emitiu voto favorável ao Projeto de Lei.

As duas últimas comissões basearam seus pareceres em um material que abordava os desafios e avanços relacionados ao uso da linguagem neutra, a partir de reflexões de linguistas. Entre os desafios apontados, destacava-se o fato de que nem toda forma linguística criada por determinados grupos sociais alcança o *status* de norma culta — parâmetro tradicionalmente utilizado para orientar o ensino nas instituições educacionais. No entanto, tal constatação não justifica a proibição da linguagem neutra no ambiente escolar, uma vez que a escola também tem o papel de acolher e trabalhar com a diversidade de formas linguísticas faladas socialmente. O parecer também reconhecia que a linguagem não é estática, devendo acompanhar as transformações e disputas culturais próprias das sociedades que a utilizam.

Ainda assim, apesar da relevância desses argumentos, é importante observar que o ponto mais essencial foi omitido: a linguagem neutra é uma ferramenta fundamental para garantir condições mínimas de dignidade no reconhecimento das identidades dissidentes de gênero, especialmente aquelas que não se encaixam nas expectativas normativas binárias. A linguagem neutra é, sobretudo, uma demanda de pessoas não binárias, que buscam formas linguísticas que reconheçam suas identidades de maneira digna e respeitosa. No entanto, é evidente que essas pessoas não foram ouvidas durante a elaboração dos pareceres mencionados, o que revela uma grave ausência de participação daqueles diretamente afetados pelas decisões legislativas. Essa exclusão contribui para a manutenção de um debate descolado das vivências concretas de sujeitos não binários, perpetuando uma lógica normativa que ignora a diversidade de experiências de gênero presentes na sociedade contemporânea.

Posteriormente, essa legislação foi modificada pelo Projeto de Lei nº 00109/2024, sancionado como Lei nº 13.887, de 3 de dezembro de 2024, que estendeu a proibição do uso da linguagem neutra — tanto escrita quanto não escrita — aos órgãos e entidades da administração pública de Londrina. A Procuradoria Legislativa da Câmara emitiu parecer contrário à proposta, argumentando que ela impõe normas de conduta ao Poder Executivo, o que configura afronta ao princípio da separação e harmonia entre os Poderes. Apesar disso, a Comissão de Justiça, Legislação e Redação emitiu voto favorável à proposta, com exceção da vereadora Lenir de Assis, que apresentou voto contrário em separado. Já a Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Paradesporto e Lazer manifestou voto favorável ao projeto.

O Projeto de Lei nº 00240/2021, sancionado como Lei nº 13.694, de 13 de dezembro de 2023, proíbe a instalação, adequação e o uso de banheiros sem designação de gênero em todos os estabelecimentos públicos e privados de Londrina. A prospota apresenta certa ambiguidade ao empregar a expressão “por pessoas de sexo biológico diferente”, evitando deliberadamente a categoria de gênero e adotando uma lógica baseada na diferença sexual. Para Jessicão, essa ideia não se trata de discriminação, homofobia ou transfobia, mas sim de

uma medida voltada à preservação da intimidade e segurança de mulheres e crianças. No entanto, sua argumentação parte do pressuposto equivocado de que haveria apenas um banheiro único, de uso compulsório para todas as pessoas, independentemente de gênero ou idade. Sendo que, o que o projeto realmente busca é impedir que os estabelecimentos ofereçam a opção de um terceiro banheiro neutro — justamente o tipo de espaço pensado para acolher pessoas que enfrentam hostilidade nos banheiros masculinos e femininos, como pessoas transexuais e não binárias.

Rafael Balarotti, da Assessoria Jurídica da Câmara, afirmou que o projeto é inconstitucional por vício de iniciativa legislativa, ao impor obrigações ao Poder Executivo, além de apresentar irregularidades na forma de normatização das punições administrativas aos servidores públicos. A Comissão de Justiça, Legislação e Redação emitiu voto favorável, enquanto os vereadores Matheus Thum e Deivid Wisley apresentaram votos contrários, em separado. A Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres e a Secretaria Municipal de Educação destacaram que os artigos 169, 171 e 174 do Código de Obras e Edificações do Município de Londrina já contemplam as questões levantadas por Jessicão. Por sua vez, o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres manifestou-se contrário ao projeto, argumentando que a existência de banheiros "*unissex*", como alternativa adicional, não inviabiliza a presença dos demais e não representa qualquer prejuízo.

Diante das críticas, foi apresentado um substitutivo ao projeto original, prevendo a possibilidade de adição de um banheiro adicional com designação neutra. A partir dessa alteração, o projeto passou a contar com a aprovação de outras comissões que, até então, mantinham seus votos em suspenso. No entanto, tal modificação pouco altera as práticas já existentes, funcionando principalmente como um artifício simbólico. Trata-se de uma manobra que permite à vereadora reafirmar, junto à sua base eleitoral, seu compromisso com o combate à chamada "ideologia de gênero" — um significante vazio que serve à mobilização de pânicos morais em torno da diversidade sexual e de gênero.

Outro PL é o de número 00207/2021, sancionado na Lei 13.770, de 26 de abril de 2024, que busca proibir a participação de atletas transexuais em atividades esportivas em Londrina. Segundo o artigo primeiro, "Fica expressamente proibida a participação de atleta, cujo gênero seja identificado em contrariedade ao sexo biológico de seu nascimento". A vereadora evita utilizar termos técnicos, preferindo alternativas que tornam a redação mais confusa e dificultam a identificação imediata do conteúdo explícito, que basicamente proíbe atletas transexuais de competirem em times e competições em Londrina. No segundo parágrafo do artigo primeiro, nota-se um erro conceitual grave. Primeiramente, define-se apenas duas opções de sexo biológico, masculino e feminino, ignorando categoricamente a intersexualidade enquanto diagnóstico médico. Em seguida, tipificam-se as dissidências do "sexo biológico" como: "*Gay*, Lésbica, Bissexual, Pansexual, Intersexual, Assexual, Transexual, Agênero, Não binário de gênero, Cisgênero, Transgênero, Travesti, entre outros".

O desconhecimento dos termos faz com que se confunda sexo biológico, orientação sexual e gênero. Destaca-se ainda a inclusão do termo "Cisgênero", que significa exatamente o oposto do que se tenta descrever, ou seja, uma pessoa cujo gênero corresponde ao atribuído no nascimento. O segundo parágrafo, portanto, acaba por proibir não apenas a dissidência de gênero, mas também sua norma. Assim, a lei proíbe a participação de todos os atletas, tanto de pessoas transsexuais quanto de pessoas cisgêneras.

Ao observar a justificativa desse projeto de lei, nota-se que a vereadora elaborou um documento mais extenso, com cerca de sete páginas, incluindo referências e argumentações, diferindo da maioria de seus projetos, que geralmente têm no máximo duas páginas sem referências. De forma geral, a autora recorre à ideia de "ideologia de gênero", mencionando-a como uma forma de "marxismo cultural". Ela afirma que a esquerda defende que não se nasce homem ou mulher e que as crianças são incentivadas a escolher suas identidades, sendo isso incitado por professores, militantes e celebridades. A vereadora cita a psiquiatra Akemi Shiba, que afirma haver uma "epidemia de transexualidade". Destaca-se que Shiba não é uma autoridade epistêmica no assunto, não tendo trabalhos publicados em jornais científicos da área e contrariando o Conselho Federal de Medicina (CFM) e a Organização Mundial da Saúde, que deixaram de classificar a transexualidade como disfunção mental (Putti, 2020).

Além disso, é mencionado o trabalho de Michelle Cretella, uma pediatra conservadora americana contrária aos direitos trans, conhecida por suas aparições na mídia de extrema direita como a *Fox News* e *The Daily Signal* (Cretella, 2023). Jessicão agrupa Albert Kinsey e John Money com Sartre, Simone de Beauvoir, Betty Friedan e Judith Butler sem qualquer contextualização, como se todos estivessem defendendo um mesmo projeto político, o que claramente não é o caso. A vereadora argumenta que Simone de Beauvoir foi a primeira a questionar a biologia, pensando a partir do socialismo para garantir uma igualdade radical entre as pessoas. Beauvoir é ainda associada ao nazismo e à pedofilia, de forma completamente infundada. A justificativa também apresenta dados desconexos sobre a diferença sexual e curiosamente não aborda nenhum trabalho sobre a intersexualidade. No campo esportivo, a vereadora defende que mulheres cisgêneras ficam em desvantagem frente a mulheres transexuais, utilizando referências como a escritora de ficção infanto-juvenil transfóbica J.K. Rowling. Por fim, a justificativa argumenta que deve-se defender a liberdade, desde que não cause prejuízos a terceiros, neste caso, a mulheres cisgêneras que estariam supostamente em desvantagem ao competir com mulheres transexuais.

Destaca-se que a redação de Jessicão parece conter uma pesquisa robusta sobre o assunto para um público leigo. Contudo, o texto está repleto de equívocos, simplificações, generalizações, descontextualização de dados e inverdades. O material tenta fazer parecer que autores marginais, que não são autoridades no assunto ou que sequer estão incluídos no campo de estudo, embasam seus argumentos. Além disso, nomes de autores renomados

são mencionados junto com inverdades, numa tentativa de desmoralizá-los. As teorias contrárias ao que ela defende não são apresentadas de fato, pois não há conteúdo concreto em suas afirmações para sustentar o argumento. A noção de "ideologia de gênero" é criada discursivamente para sugerir que existe uma única teoria sobre gênero controlada por uma esquerda socialista. Isso revela um desconhecimento profundo de como operam os campos científicos sobre gênero e sexualidade, que são caracterizados por diversas abordagens e uma constante batalha de conceitos e ideias, expressa através de publicações revisadas por pares. Não existe uma abordagem totalizante, mas sim um debate contínuo e multifacetado.

5 ELIMINANDO A CAPACIDADE DE SONHAR

Como comentado anteriormente, Butler (2023) afirma que as pautas de gênero tornaram-se um fantasma que exacerba e multiplica os pânicos contemporâneos. No entanto, é possível pensar em estratégias para enfrentar esse problema. Uma das formas de combater esse fantasma consiste na realização de uma genealogia de sua formação, bem como na apresentação de argumentos e evidências capazes de questionar crenças equivocadas sobre gênero e sexualidade. Além disso, a autora propõe que é possível ir além:

> Cabe a nós contrapor uma visão convincente que afirme os direitos e liberdades da vida corporificada que podemos e devemos proteger. Afinal, derrotar esse fantasma é no fundo uma questão de afirmar uma maneira de amar, de viver no próprio corpo, o direito de existir no mundo sem medo de violência ou discriminação, de respirar, de se mover, de viver. Por que não gostaríamos que todas as pessoas tivessem essas liberdades fundamentais?" (Butler, 2023, p. 15).

A Parada LGBTI+ de Londrina é um espaço importante para confrontar esses fantasmas. Por meio de uma manifestação nas ruas, onde todos são bem-vindos, é possível reaprender a amar a si mesmo e ao próximo, reconhecendo a diferença como constitutiva de todos os sujeitos, e não como um inimigo a ser derrotado. Se os conservadores participassem da parada, poderiam reconhecer as incoerências nos discursos sobre ideologia de gênero. Embora o evento em Londrina, assim como outros movimentos de rua, possa apresentar problemas e ações isoladas que devem ser endereçadas, isso não deveria obscurecer a celebração da vida, do amor e da dignidade que a maioria das pessoas experimenta.

A Parada LGBTI+ de Londrina foi criada pelo Coletivo Movimento Construção, que promove diversas ações culturais em defesa dos direitos da comunidade. A 1ª Parada Cultural LGBT de Londrina ocorreu em 3 de setembro de 2017, seguida pela segunda edição em 2 de setembro de 2018 e a terceira em 13 de outubro de 2019. Essas primeiras edições incluíam uma marcha no centro da cidade seguida de uma festa no parque público Zerão.

Em 2021, devido à pandemia de COVID-19, a 4ª edição foi realizada *online* com a Mostra de Cultura LGBTI+, com patrocínio do PROMIC. As edições mais recentes, a quinta em 6 de novembro de 2022 e a sexta em 5 de novembro de 2023, foram realizadas no Centro Social Urbano (CSU), conhecido como Buracão, após a reforma do Zerão. Essa mudança gerou discussões na comunidade, que a viu como uma tentativa de afastar a parada do centro da cidade e eliminar a marcha. A última edição reuniu mais de 22 mil pessoas, destacando-se como um evento relevante para Londrina (Parada, 2024a).

Contrariamente à Parada enquanto movimento social democrático, Jessicão propõe o Projeto de Lei 00158 de 2023, sancionado como Lei nº 13.816, de 5 de Julho de 2024, que busca proibir a participação de crianças e adolescentes na "Parada do Orgulho LGBTQIA+ de Londrina". De acordo com o texto, o descumprimento desta lei resultará em uma multa de dez mil reais por hora de exposição indevida do jovem, valor que será inscrito como dívida ativa de Londrina, sem possibilidade de negociação ou compensação. A responsabilidade pelo cumprimento da lei recai tanto sobre os organizadores do evento quanto sobre os pais e responsáveis pela criança. No cerne da política da vereadora está a tentativa de eliminar a esperança de crianças e adolescentes LGBTI+ e desmobilizá-los politicamente, comprometendo a democracia a curto e longo prazo. É alarmante que esse projeto seja proposto pela primeira vereadora lésbica de Londrina, uma jovem cuja politização foi moldada pela emergência dos discursos sobre ideologia de gênero. Isso demonstra como esse fantasma se infiltra em todos os espaços, impedindo que ela se reconheça na própria Parada e no movimento LGBTI+.

Segundo Jessicão, as leis formuladas na Câmara Municipal devem amplificar a voz do cidadão e é dever do Estado proteger crianças e adolescentes contra as supostas ameaças da Parada LGBTI+. Ela alega que o evento é um espaço dedicado à exibição corporal, com frequente presença de nudez, simulações de atos sexuais e manifestações de intolerância religiosa, além de promover o consumo de bebidas alcoólicas. Jessicão argumenta que esse ambiente é insalubre e capaz de causar danos morais e à personalidade de jovens em processo de formação. Em entrevista ao programa Cidade Alerta, no dia 20 de Maio de 2024 (RICTV Londrina, 2024a), Jessicão defendeu seu projeto de lei afirmando que a Parada LGBTI+ perdeu seu objetivo original de promover respeito. Segundo ela, o evento se transformou em uma grande festa ao ar livre, onde há pessoas nuas, alcoolizadas, consumindo drogas e praticando sexo em público. A vereadora enfatizou que esse ambiente não é adequado para crianças, mas sim para adultos que escolhem participar desse "show de horrores".

Segundo Paulo Anchieta da Silva, da Assessoria Jurídica da Câmara dos Deputados de Londrina, o projeto contraria a autonomia familiar e os direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal. Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal 8.069/90, já dispõe de instrumentos legais para garantir o bem-estar dos jovens,

incluindo os direitos de liberdade de expressão e convivência comunitária. Violações desses direitos podem ser denunciadas ao Conselho Tutelar, Ministério Público e delegacias especializadas. Apesar do parecer negativo da assessoria jurídica, a Comissão de Justiça, Legislação e Redação emitiu voto favorável ao projeto. O argumento principal, apresentado pelo Vereador Santão, foi baseado em observações feitas durante o Carnaval no Jardim Botânico e na Parada LGBTI+, onde teria sido constatado o uso de drogas e a sexualização de crianças e adolescentes. No entanto, não foram apresentadas provas para sustentar essas alegações.

Claudio Marcio de Melo, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, emitiu um parecer contrário ao projeto, afirmando que já existem mecanismos legais para proteger crianças e adolescentes, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Além disso, ele citou o Código Penal, artigo 233, que pune práticas de ato obsceno em locais públicos e eventos, e a Constituição Federal, artigo 5º, inciso VI, e o Código Penal, artigo 208, que tratam da intolerância religiosa. Melo destacou que crianças e adolescentes convivem em outros locais onde há consumo de bebidas alcoólicas por adultos e que isso não pode ser utilizado para justificar a proibição de jovens no evento. Ele também apresentou dados sobre a violência sofrida por pessoas da comunidade, argumentando que o projeto de lei tenta inverter os objetivos reais da Parada LGBTI+, privando jovens da oportunidade de construir uma geração igualitária e não homofóbica. Com base no parecer de Melo, a Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Paradesporto e Lazer deliberou e emitiu voto favorável ao projeto de lei.

No dia seguinte, 21 de maio de 2024, ocorreu a primeira votação, que foi aprovada com 12 votos e uma abstenção. O programa Cidade Alerta fez uma reportagem sobre o evento (RICTV Londrina, 2024b), onde Poliana Santos, uma das organizadoras, afirmou que é um evento de censura livre que celebra a alegria, arte e expressões culturais da comunidade LGBTI+ com base na diversidade, pluralidade e respeito à população, tornando-o seguro para jovens. Ela acusou o projeto de lei de ser oportunista, visando atrair a mídia. Guilherme Pinho (Parada, 2024b), manifestando-se em nome da Parada, pronunciou-se no *Instagram* afirmando que a comunidade está sendo atacada novamente com esse projeto e pela cobertura midiática. Ele reiterou que, em sete anos de evento, nunca houve qualquer denúncia formal de violência e que não existe apologia ao álcool, drogas ou pedofilia em nenhum movimento organizado. Guilherme vinculou o ataque da vereadora ao ano eleitoral, sugerindo que ela busca ganhar mídia e apoio popular.

Ao observar o andamento do projeto, nota-se que as justificativas de Jessicão são fracas em comparação às elaboradas pela Assessoria Jurídica da Câmara dos Deputados de Londrina e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Não foi apresentada uma prova concreta que justificasse a necessidade da lei ou sua constitucionalidade. Contudo, a deliberação da Comissão de Justiça, Legislação e Redação,

da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Paradesporto e Lazer, e dos vereadores foi favorável ao projeto, demonstrando que a decisão foi pautada muito mais em um discurso político moralizado do que em argumentos bem elaborados. Isso demonstra como a construção da ideologia de gênero, como um fantasma a ser perseguido, está consolidada na esfera pública.

Além disso, o projeto de lei institucionaliza uma espécie de cativeiro ou gueto para LGBTI+, um espaço de ilegalidade e doutrinação da ideologia de gênero, onde supostamente ocorre a sexualização dos corpos, sexo ao ar livre é permitido, e o abuso de drogas e álcool é incentivado. Hill Collins (2023, p. 63-64) lembra que cativeiros são formas de violência usadas contra grupos minoritários, restringindo a agência dos indivíduos. Historicamente, cativeiros foram utilizados para estruturar a escravidão, a violência doméstica e o encarceramento em massa, além de organizar outros sistemas de opressão. O projeto de lei em questão demarca o lugar da comunidade à margem da sociedade, espaço do qual crianças e adolescentes devem ser protegidos, institucionalizando uma imagem de controle da pessoa como fora da lei, depravado e abjeto.

Embora eleita democraticamente e propondo tais projetos por vias institucionais, Jessicão demonstra sinais de uma política que ataca a democracia, seguindo as estratégias da extrema direita e se inspirando no ex-presidente Bolsonaro. Por ataque à democracia, entende-se a erosão dos princípios da política deliberativa, que se baseia no debate aberto, no uso de argumentos racionais e na inclusão de diversas vozes no processo decisório. Para Habermas (2002, p. 284-292), a política deliberativa é um modelo democrático que vai além da simples formação da soberania popular através do voto. Esse modelo aposta na condução da política a partir do interesse do povo, expresso na esfera pública por meio do diálogo e da argumentação racional. A essência da política deliberativa é a comunicação livre e igualitária, onde todos os cidadãos têm a oportunidade de participar e expor suas opiniões. É exatamente no diálogo racional que o poder é desenvolvido e a partir do qual a política ganha vida. Mouffe (2005a) critica os limites da racionalidade decorrentes da deliberação para resolver todos os conflitos. Ainda assim, ela afirma que é possível existir uma discussão política desde que os participantes não vejam o outro como um inimigo a ser eliminado, mas como um adversário que deve ser ouvido e respeitado.

A solicitação de pareceres do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Comissão de Direitos da Criança e Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil (subseção de Londrina) é um elemento da política deliberativa. No entanto, essa política não foi efetivamente consolidada, pois as decisões desses órgãos foram ignoradas sem contra-argumentos razoáveis. Além disso, e mais fundamentalmente, a vereadora não tentou elaborar um projeto com uma argumentação adequada e não buscou entrar em contato com o Movimento Construção, promotor da Parada LGBTI+ de Londrina, para pensar em uma solução conjunta para eventuais problemas.

O objetivo de Jessicão não parece ser o de resolver problemas, mas de eliminar inimigos políticos através de um discurso moralizante e infundado. Esse comportamento evidencia um desgaste da política deliberativa, uma vez que a vereadora entende que o voto era suficiente para representar o povo e que podiam legislar sem considerar seus adversários políticos e os argumentos racionalmente elaborados. Os projetos de lei por ela propostos convergem, de forma evidente, para um ataque sistemático à população LGBTI+, com ênfase especial em pessoas transexuais e não binárias — justamente aqueles que mais confrontam o modelo da diferença sexual, pilar central do imaginário cristão teológico-conservador.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Brown (2019) defende que a democracia é um governo feito pelo povo, mas para atingir sua plenitude, é essencial haver igualdade política entre todos os cidadãos. Democracias liberais, segundo ela, nunca alcançaram essa igualdade e têm sido enfraquecidas recentemente. Davis (2023) reitera tal argumento, afirmando que a democracia vai além os instrumentos institucionais do processo eleitoral e representação política, lembrando que o que chamamos hoje por democracia já esteve vinculado a sistemas engajados na exclusão, escravização, colonização e genocídio, formulando uma democracia da minoria branca, masculina e rica.

Destaca-se que pessoas LGBTI+ não possuem direitos civis iguais e nem estão no mesmo patamar de igualdade social. Um dos indicadores disso é o elevado índice de suicídios entre LGBTI+. Segundo Haas e Lane (2015), homens *gays* e bissexuais têm quatro vezes mais chances de tentar suicídio, enquanto mulheres lésbicas e bissexuais têm o dobro da probabilidade. Pessoas transgênero enfrentam estatísticas ainda mais alarmantes, com taxas de tentativas de suicídio variando de 25% a 43%, em comparação com 5% na população americana. Além disso, destacam-se os números de violências fatais. Conforme o Trans Murder Monitoring (2023), o Brasil continua liderando em homicídios de travestis e transexuais, representando 29% de todos os casos notificados em 2022 (96 casos de 327) e 41% no período de 2008 a 2021 (1645 casos de 4040). Segundo o Relatório do Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil em 2020 (GASTALDI et al., 2021), de 2000 a 2020, foram relatadas 5047 mortes resultantes da intolerância de gênero e orientação sexual. Somente em 2020, 237 vidas foram perdidas, incluindo 161 (70%) travestis e mulheres transexuais, 51 (22%) *gays*, 10 (5%) lésbicas, 3 (1%) homens trans, 3 (1%) bissexuais e 2 (1%) heterossexuais confundidos como LGBTI+. Chama atenção o fato de que 46 (44,66%) dos mortos eram profissionais do sexo, uma atividade não regulamentada e socialmente condenada. Esses números são significativamente subnotificados, devido à falta de esforços governamentais adequados para registrar esse fenômeno. Ademais, esses dados abordam apenas a parte mais trágica da discriminação, ignorando a violência diária enfrentada por

pessoas LGBTI+, incluindo insultos, agressões, discriminação, demissões e a negação de acesso a uma vida digna.

Segundo Brown (2019), para cultivar a democracia, o Estado deve intervir para reduzir desigualdades de poder, promovendo bens públicos, redistribuição econômica e medidas anticorrupção. Não se deve permitir que o mercado ou vencedores exerçam controle, pois ambos devem ser subordinados ao princípio da igualdade política. A questão central é criar uma população engajada e capacitada para participar da democracia. Davis (2023) afirma que essa ocorre justamente a partir daqueles que lutam contestando as estruturas como o racismo, exploração econômica, patriarcado e transfobia, assim, promovendo a expansão da democracia. Nesse sentido, os projetos de lei de Jessicão caminham na contramão desse processo, cerceando os direitos já conquistados.

Brown (2019) também argumenta que a extrema direita vê a justiça social como uma ameaça à liberdade, promovendo uma guerra cultural contra reformas e serviços sociais. Isso invisibiliza as normas e desigualdades sociais históricas, fortalecendo o poder corporativo e reduzindo os direitos dos cidadãos. A direita ataca universidades e pensamento crítico, associando liberdade à censura. Desacredita reivindicações de justiça social como meras queixas ("mimimi"), retratando-as como tirania do politicamente correto. Isso leva ao ataque ao léxico, reduzindo a liberdade a uma licença pessoal que privilegia identidades masculinas, hetero-cisgêneras e brancas. O neoliberalismo destrói a ideia de democracia, ignorando a sociedade e o bem comum. O social e a justiça social desempenham papéis fundamentais na criação das condições para a democracia, assegurando que todos os indivíduos estejam em um mesmo patamar de direitos políticos. Além disso, o aspecto social é essencial para sustentar um imaginário democrático. Entende-se por "imaginário" um espaço psicológico no qual é possível conceber um novo arranjo social, permitindo que visualizemos futuros a partir das circunstâncias presentes. Perder a dimensão social como um espaço imaginativo implica em deixar de projetar o futuro a partir desse conceito que fundamenta a noção de democracia.

Hill Collins (2023, p. 69) afirma que a "esperança traz significado para a vida de todo mundo" e sem ela as pessoas não podem se engajar politicamente. O projeto político da vereadora, assim como os de outras figuras da direita, visa justamente minar essa esperança de construção de uma sociedade verdadeiramente democrática. Com isso, as leis aprovadas passam a corroer progressivamente a capacidade de pessoas LGBTI+ de se reconhecerem como sujeitos de direito, participantes da vida social e agentes de transformação.

As legislações que buscam controlar os conteúdos ministrados nas escolas pretendem suprimir o debate sobre as diferenças e impedir a construção de estratégias coletivas. As tentativas de eliminar discussões sobre gênero nas instituições de ensino e nos meios de comunicação visam restringir as possibilidades de existência que desafiem o modelo heterossexual e cisgênero como norma única e legítima. Já os ataques à linguagem neutra e

aos espaços não generificados buscam cercear a possibilidade de os sujeitos falarem sobre si mesmos, explorarem suas potências políticas e serem reconhecidos em seus próprios termos. Assim como, as políticas que excluem pessoas transsexuais das práticas esportivas que reiteram um discurso de marginalização, que as posiciona como corpos desviantes, desleais e indesejáveis nos espaços de convivência e competição com pessoas cisgêneras.

Talvez a ação mais grave, no entanto, seja a proibição da participação de crianças na Parada LGBTI+. Essa medida aprofunda a tentativa de impedir que as novas gerações reconheçam suas diferenças no espaço público, que vivenciem formas de comunidade e que aprendam desde cedo que o pessoal é político e que lutar por sua existência no mundo é, também, um ato de cidadania. A Parada é um espaço fundamental para a construção e preservação da esperança, pois promove laços comunitários e se consolida como prática política e cultural. As manifestações artísticas e a celebração dos corpos e afetos ali presentes são, por si só, formas legítimas de ação política. Como afirma Hill Collins (2023, p. 75), “qualquer coisa que empodere as pessoas, que alimente suas almas, é, na verdade, uma forma de política”. A Parada, assim, permite mecanismos para uma participação mais democrática, contrariamente ao que faz parecer o projeto de Jessicão. Davis afirma que "Marielle Franco sabia que liberdade é uma luta constante. E seu legado é defendido por aqueles que continuam lutando contra o racismo, a violência, a homofobia, e a destruição do meio ambiente" (Davis, 2023, p 29). Assim, em Londrina, o movimento LGBTI+ continua sua luta e resistência, ao mesmo tempo em que respeita e fortalece os princípios democráticos.

REFERÊNCIAS

BROWN, Wendy. American nightmare: neoliberalism, neoconservatism, and de-democratization. **Political Theory**, v. 34, n. 6, p. 690–714, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0090591706293016. Acesso em: 15 jul. 2025.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do liberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo de gênero?** São Paulo: Boitempo, 2023.

CRETELLA, Michelle. **Trans Data Library**. 15 nov. 2023. Disponível em: https://transdatalibrary.org/person/michelle-cretella/. Acesso em: 15 jul. 2025.

DAVIS, Angela. Há muita luta para se afirmar a democracia. *In*: DAVIS, A.; HILL COLLINS, P.; FEDERICI, S. **Democracia para quem?** Ensaios de resistência. São Paulo: Boitempo, 2023.

DHEJNE, Cecilia; LICHTENSTEIN, Paul; BOMAN, Marcus; JOHANSSON, Anna L. V.; LÅNGSTRÖM, Niklas; LANDÉN, Mikael. Long-term follow-up of transsexual persons undergoing sex reassignment surgery: cohort study in Sweden. **PLOS ONE**, v. 6, n. 2, 2011. Disponível em: https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0016885. Acesso em: 15 jul. 2025.

ESQUERDA DIÁRIO. **Vereadora lésbica eleita em Londrina declara não defender causa LGBT e estar alinhada com Bolsonaro**. 19 nov. 2020. Disponível em: https://www.esquerdadiario.com.br/Vereadora-lesbica-eleita-em-Londrina-declara-nao-defender-causa-LGBT-e-estar-alinhada-com-Bolsonaro. Acesso em: 15 jul. 2025.

FAUSTO-STERLING, Anne. **Sexing the body**: gender politics and the construction of sexuality. New York: Basic Books, 2000.

GASTALDI, A. B. F. *et al*. **Relatório**: observatório de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil em 2020. Acontece Arte e Política LGBTI+; Grupo Gay da Bahia, 2021. Disponível em: https://observatoriomortesviolentaslgbtibrasil.org/. Acesso em: 15 jul. 2021.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**: estudos de teoria política. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HAAS, Ann P.; LANE, Amy. Collecting sexual orientation and gender identity data in suicide and other violent deaths: a step towards identifying and addressing LGBT mortality disparities. **LGBT Health**, v. 2, n. 1, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1089/lgbt.2014.0083. Acesso em: 15 jul. 2025.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020.

HILL COLLINS, Patricia. Nunca tivemos democracia, para além de algumas formalidades. *In*: DAVIS, A.; HILL COLLINS, P.; FEDERICI, S. **Democracia para quem?** Ensaios de resistência. São Paulo: Boitempo, 2023.

LONDRINA. Câmara Municipal. **Projetos de lei e pareceres legislativos**. Londrina, PR. Disponível em: https://www.cml.pr.gov.br/. Acesso em: 15 jul. 2025.

MISKOLCI, Richard. **Batalhas morais**: políticas identitárias na esfera pública técnico-midiatizada. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia e Política**, n. 25, 2005a.

MOUFFE, Chantal. The 'end of politics' and the challenge of right wing populism. *In*: PANIZZA, Francisco (ed.). **Populism and the mirror of democracy**. London: Verso, p. 50–71, 2005b.

PARADA LGBTI+ DE LONDRINA. Perfil oficial. Facebook, 21 maio 2024a. Disponível em: https://www.facebook.com/paradalgbtlondrina/. Acesso em: 15 jul. 2025.

PARADA LGBTI+ DE LONDRINA. Não teve como ficar calado perante ao mais novo ataque à Parada e à comunidade LGBTQIAP+ de Londrina. Instagram, 21 maio 2024b. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C7RUZm6A8oC/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 15 jul. 2025.

PUTTI, André. Deputado e psiquiatra defendem que transexualidade é "epidemia". **CartaCapital**, 3 mar. 2020. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/diversidade/deputado-e-psiquiatra-defendem-que-transexualidade-e-epidemia-advogado-ve-lgbtfobia/. Acesso em: 15 jul. 2025.

RICTV LONDRINA. **Cidade Alerta Londrina ao vivo – 20/05/2024**. YouTube, vídeo (1h26min44s), 20 maio 2024a. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VX9DbLusCmQ. Acesso em: 15 jul. 2025.

RICTV LONDRINA. **Cidade Alerta Londrina ao vivo – 21/05/2024**. YouTube, vídeo (1h33min07s), 21 maio 2024b. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-df3naj7i1o. Acesso em: 15 jul. 2025.

RUBIN, Gayle. Políticas do sexo. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

TRANS MURDER MONITORING (TMM). **Transrespect Versus Transphobia Worldwide (TvT)**. 2023. Disponível em: https://tgeu.org/trans-murder-monitoring/. Acesso em: 15 jul. 2025.

UOL. **Apuração do 1º turno das eleições 2020**. São Paulo, 2020. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/apuracao/1turno/. Acesso em: 15 jul. 2025.

UOL. **Londrina (PR)**: apuração e resultados – eleições 2024, 1º turno. São Paulo, 2024. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2024/apuracao/1turno/pr/londrina/. Acesso em: 15 jul. 2025.

Recebido em: 14/04/2025
Aceito em: 15/08/2025

EXPERIÊNCIAS COMUNICACIONAIS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NOS ESPAÇOS DE CINEMA DE CURITIBA

COMMUNICATIONAL EXPERIENCES OF THE LGBTQIA+ POPULATION IN MOVIE THEATER SPACES IN CURITIBA

Guilherme Camponogara Lorenzoni[1]
Wellington Teixeira Lisboa[2]

Resumo: o presente artigo procura elucidar as experiências comunicacionais que a comunidade LGBTQIA+ vivencia nos espaços de cinema de Curitiba, estes inseridos em uma sociedade demarcada pela heteronormatividade. Para tal fim, esta análise faz uso de uma revisão bibliográfica sobre conceitos como comunicação, sexualidade, gênero, espaço e lugar. Além disso, se apresentam os resultados de uma pesquisa empírica cujo método investigativo foram entrevistas em profundidade. Assim, o artigo problematiza o apagamento de questões voltadas à sexualidade e identidade de gênero e sua atualização na história do cinema, que também será entendido, para além das narrativas fílmicas, como espaços onde as sociabilidades humanas se desenrolam, formando-os e transformando-os. A análise conclui que através das experiências comunicacionais nesses espaços, sempre revestidas e intercruzadas por dinâmicas de poder em sociedade, os sujeitos experimentam sentimentos individuais e coletivos acerca de suas existências, constituindo processos sucessivos de trocas de sentido que constituem e transformam o meio e a si próprios, como sujeitos e como comunidade. Nota-se também uma parcela mais visível e sujeita às sensações de violências que podem ser experienciadas nesses lugares, que são as pessoas trans e grupos racializados. Dessa forma, em Curitiba, as experiências comunicacionais no cinema englobam uma variedade de sentimentos, tanto positivos como negativos, ainda que os espaços categorizados como cinema "de rua" se mostrem mais abertos às sexualidades e identidades tidas como dissidentes.
Palavras-chave: Cinema; Comunicação; Espaço; Gênero; Sexualidade.

Abstract: this article seeks to elucidate the communicational experiences of the LGBTQIA+ community within cinema spaces in Curitiba, which are situated within a society marked by heteronormativity. To this end, the analysis draws on a literature review covering concepts such as communication, sexuality, gender, space, and place. In addition, it presents the results of an empirical study based on in-depth interviews as the investigative method. The article addresses the erasure of issues related to sexuality and gender identity, and how these are updated throughout the history of cinema, which is understood here not only through its narratives, but also as a social space where human interactions unfold, shape, and transform these environments. The analysis concludes that through communicational experiences in these spaces—always shaped and intersected by social power dynamics—individuals experience both personal and collective feelings regarding their existence. These interactions constitute successive processes of meaning-making that transform both the environment and the individuals themselves, as subjects and as a community. The study also notes a particularly visible and vulnerable group to experiences of violence in these spaces: trans individuals and racialized groups. Therefore, in Curitiba, communicational experiences in cinema encompass a range of emotions, both positive and negative, although so-called "street" cinemas appear to be more open to sexualities and identities taken as dissident.
Keywords: Cinema; Communication; Space; Gender; Sexuality.

[1] Bacharel em Comunicação Organizacional e pesquisador. Graduado pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

[2] Professor do Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, diversidades sexuais e de gênero foram, e continuam sendo, alvo de marginalizações sociais, processos de exclusão e diferentes formas de violência, em uma sociedade demarcada por modelos hegemônicos no que tangem a essas identidades. As comunidades de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, *Queer*, Intersexuais, Assexuais e outros grupos particulares (LGBTQIA+), como exemplos de resistência e lutas sociais inscritos neste contexto demarcado pela heteronormatividade, vieram se compondo e recompondo, com múltiplas identidades, ao partilhar de experiências com sujeitos e ambientes influenciados por essa cultura prevalente de um caráter excludente às diferenças.

Alguns avanços já foram alcançados por meio da luta do movimento LGBTQIA+, como em 1990, por exemplo, com a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretando a despatologização da homossexualidade, ou seja, não a tratando como uma sexualidade resultante de desvio ou doença. No entanto, mais de 34 anos depois dessa ação, que impulsionou o debate acerca da luta do movimento da comunidade[3] LGBTQIA+, ainda é possível notar barreiras substanciais encontradas por essa parcela da população em um país como o Brasil, que lidera, pelo 16º ano consecutivo, o *ranking* dos países com mais assassinatos de pessoas transexuais no mundo, com 122 mortes em 2024, segundo o relatório da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) (Benevides, 2025).

Neste país, como revela a pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, 2% da população brasileira maior de 18 anos em 2019, o equivalente a 2,9 milhões de pessoas, declarou ter uma orientação sexual diferente da heterossexualidade, integrando assim a comunidade LGBTQIA+. Apesar das críticas referentes à subnotificação do grupo nesse levantamento inédito, assim como na geral produção, sistematização e publicação de indicadores referentes ao tema, a comunidade LGBTQIA+ vem também conquistando direitos e representação ao longo dos anos, como um grupo amplo, complexo e heterogêneo. Vários são os aspectos envolvidos à luta dessas populações historicamente compreendidas como desvio do modelo ideal de ser homem ou mulher, heterossexual, perpassando o acesso e o respeito nos diversos níveis de educação formal, o mercado de trabalho, o consumo de bens materiais e imateriais e até mesmo o livre trânsito nas cidades onde vivem e nos equipamentos públicos e privados de que fazem uso.

Entre os espaços que também são frequentados por essa comunidade estão os cinemas, sejam eles do circuito comercial ou alternativo. Como espaços não neutros e que

[3] O termo comunidade é adotado, no presente estudo, em respeito a como esse grupo usualmente se identifica e é identificado. O sociólogo polonês Zygmunt Bauman evoca o termo como referente a um lugar "cálido", confortável e aconchegante, que representa segurança, identificação e lealdade entre seus integrantes (Bauman, 2003). A comunidade LGBTQIA+ se apodera de tal conceito na medida em que, com conflitos aos quais esses indivíduos são expostos perante uma sociedade que os reprime socialmente, essa rede possibilita a sensação de liberdade perante o compartilhamento de certas experiências.

são dinamicamente elaborados por quem os vivencia (Tuan, 1983), os cinemas representam um *locus* importante para perspectivarmos as experiências que se processam na interação da comunidade LGBTQIA+ nos territórios das cidades, mesmo porque o acesso à arte e às manifestações culturais deve ser um direito garantido a todos os cidadãos, independentemente de suas identidades ou de orientação sexual (Brasil, 2025).

Atrelado a isso, esses grupos, como quaisquer outros, possuem expectativas, interesses, vivências múltiplas na interlocução com esses ambientes organizacionais de distribuição de cinema, onde também podem sofrer variadas expressões de preconceito ou terem seus anseios e representações tolhidos. Embora ainda em uma vertente hegemônica, os cinemas estão entre as esferas que já estão, há algum tempo, problematizando questões voltadas às identidades de gênero e sexualidades, reelaborando e legitimando certas representações dessa parcela da população (Mascarello, 2012). Além desse papel social, pela veiculação midiática das representações simbólicas (Dubois, 2004), não raramente estereotipadas, esses locais também são espaços onde ocorrem sociabilidades humanas, com e para além das telas de projeção de filmes. O ato de *ir ao cinema*, então, é complexo e cercado de muitas variáveis, motivações e marcadores, indo além do fato de se ver ou ver o outro nas telas.

Este artigo objetiva entender as experiências dos indivíduos LGBTQIA+ nos espaços institucionalizados do cinema, problematizando suas vivências comunicacionais segundo a heterogeneidade desta comunidade quanto às suas sexualidades e identidades de gênero. Para tanto, esta pesquisa adota alguns procedimentos metodológicos, entre os quais estão a revisão bibliográfica sobre os conceitos que são eixos dessa reflexão, como comunicação, sexualidade, gênero, espaço e lugar. Além desse levantamento centrado em áreas como a Sociologia, a Comunicação Organizacional e a Geografia, também se apresentam os resultados de uma pesquisa empírica cujo método investigativo foram entrevistas em profundidade, que possibilitaram problematizar as vivências comunicacionais desses sujeitos dissidentes nos espaços de cinema de Curitiba.

2 O CINEMA COMO EXPERIÊNCIA SOCIAL E LUGAR NO ESPAÇO

Os cinemas, como espaços físicos de projeção de filmes, recebem e dependem, para a sua sobrevivência, de um conjunto de pessoas que consomem o produto então exibido. Dessa forma, configuram-se como espaços de sociabilidade, palco de interações sociais e de experiências atravessadas por fatores culturais, políticos, econômicos, religiosos, sexuais etc. Como explica Vera França (2018), a sociabilidade é o movimento de interação entre os sujeitos, que, pela linguagem, criam e recriam formas simbólicas impregnadas de múltiplos sentidos. São nos espaços, inclusive nos de cinema, que as sociabilidades humanas são experimentadas, projetando realidades. Nessa linha de raciocínio, Tuan (1983, p. 9),

destacado geógrafo sino-americano, explica que "experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade", e espaço e lugar são dois termos que indicam onde as experiências transcorrem. Enquanto o primeiro reflete liberdade, o último idealiza uma sensação de segurança aos seres humanos, estes que são dotados de pensamentos e sentimentos, individualmente e em grupos, inscrevendo as marcas de sua existência nos espaços.

Cabe ressaltar que, apesar das particularidades culturais, que influenciam na experimentação dos espaços e dos lugares por diferentes populações, a conceituação do autor explora os traços comuns, que transcendem as individualidades, sem negá-las, e que refletem a condição humana de usar e transformar os espaços para a própria sobrevivência e como forma de tecer simbolicamente o social, portanto, o real. Assim, Tuan (1983) discursa sobre os conceitos de espaço e lugar e explica como um não pode ser definido sem o outro. A dualidade, ou melhor, a complementaridade entre ambos os conceitos é observada na medida em que um espaço, como algo indiferenciado, mais abstrato e que permite movimento, se transforma em lugar, uma pausa, conforme vai sendo usado e sobre ele se imputam valores e seus significados (Tuan, 1983). A partir da sensação de segurança e estabilidade proporcionada no lugar, como ponto de construção e experimentação de sentidos, é possível considerar a liberdade e também a ameaça do espaço.

Tuan (1983) complementa que a palavra experiência, que provém da mesma raiz latina (per), conduzindo à noção de experimento, experto e perigoso, revela que experienciar, em seu sentido *lato*, é uma dinâmica composta de sentimento e pensamento, na medida em que, para alcançar a experiência, é necessário aventurar-se no desconhecido e experimentar o ilusório, o incerto, até então evidenciado nos espaços. Para alcançar a *expertise* das experiências, nos lugares, é preciso repetir o processo e enfrentar novamente os perigos, ressignificando-os. Essa visão se relaciona à conotação da própria palavra experiência, que também sugere o tanto que uma pessoa tem suportado ou sofrido nos espaços em que seu cotidiano se desenrola. Essa perspectiva teórica nos aponta, nesse sentido, que a experiência dinamizada no espaço físico está voltada, também, ao mundo exterior, à alteridade. Isso porque, como pontuam Vera França e Paula Simões (2014), a existência humana implica a experiência com um duplo movimento de padecer e agir no mundo, com o outro, por processos relacionais de comunicação. Sobre a acepção destas autoras, a pessoa não pode controlar o que se passa e o que a afeta nos lugares então experimentados, pois o convívio com o outro representa, potencialmente, o acolhimento e/ou o risco pela diferença.

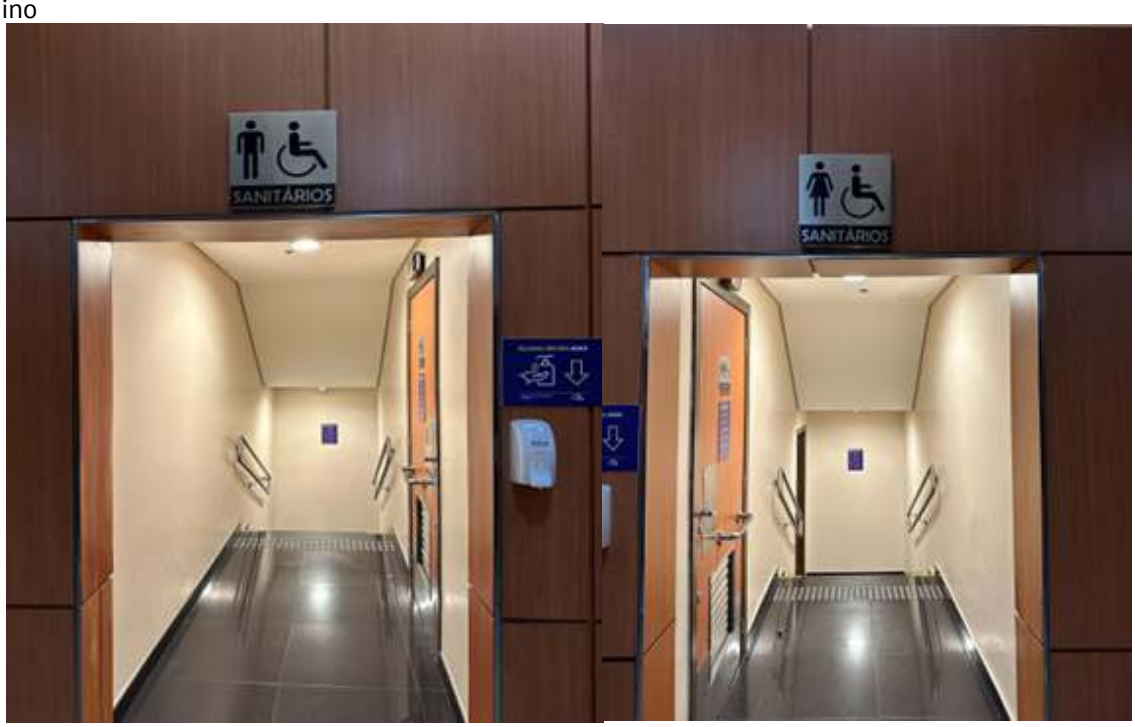
É pertinente concebermos, então, que as experiências sociais vivenciadas nos espaços de cinema podem estar atravessadas por esse movimento dialético entre refúgio e aventura, dependência e liberdade (Tuan, 1983), acolhimento e risco. Esse é um lugar semantizado, humanizado e um centro que reflete lógicas de poder e a negociação de experiências. No

Brasil, a vasta maioria das salas de cinema se encontram localizadas em *shopping centers*. Segundos dados da Agência Nacional do Cinema (Ancine), no Anuário Estatístico do Cinema Brasileiro, de 2019, último ano não afetado pela pandemia do coronavírus, aproximadamente 88% das 3.507 salas de exibição cinematográfica brasileiras se encontravam nesses espaços empresariais de consumo e lazer, representando 3.086 salas, enquanto os demais 12% se situavam em cinemas "de rua", com 421 salas (Ancine, 2020). Ao analisarmos os dados do último documento anual lançado por esta organização, em 2025, o número de salas ultrapassou, pela primeira vez, o constatado em 2019, computando 3.510 – o maior resultado desde o início da análise, em 1971. Já o dado sobre cinemas "de rua" não é apresentado nesta edição (Ancine, 2025).

As propostas desses dois modelos de cinemas apresentam divergência entre si. Enquanto o circuito comercial apresenta um alcance e variedade maior, seja em obras, horários de exibição de filmes ou sua distribuição espacial nas cidades, o cenário alternativo compreende, geralmente, mostras e curadorias mais específicas, no universo reduzido tido como independente, e com alcance numericamente menor quanto ao público frequentador. São, no entanto, em ambos os tipos de espaço de cinema que o público LGBTQIA+ experiencia diversos sentimentos e sociabilidades, como o apinhamento, proposto por Tuan (1983). Para este autor, quando exploramos a "espaciosidade", considerando também a presença de outras pessoas, produz-se uma ameaça à liberdade e a diminuição do espaço adquirido. Na presença do outro, "os pensamentos recuam devido ao fato de que outras pessoas projetam seus próprios mundos na mesma área" (Tuan, 1983, p. 67), o que acarreta a passagem da sensação de "espaciosidade" a seu oposto, que ele chama de apinhamento, o saber-se observado.

A sensação de apinhamento pode acontecer sob condições e escalas variadas. Tuan (1983) exemplifica com o caso de um homem, tímido, que estuda piano no canto de um salão. Ao entrar alguém para observar o espaço, o pianista sente uma restrição espacial, pois, sob o olhar do outro, ele perde o poder de organizar aquele mundo sob sua perspectiva, que era a única. Essa situação pode ir ao encontro de certas experiências comunicacionais envolvendo pessoas LGBTQIA+ nos espaços de cinema, transformados em lugares de sociabilidade, sem neutralidade ideológica. Um casal de jovens gays, por exemplo, pode se sentir observado e julgado ao andar de mãos dadas ou demonstrar afeto nesses ambientes, o mesmo se repetindo na intimidade de uma sala escura de cinema. No claro ou no escuro, há a tentativa de controle dos espaços, apesar dos seus usos sociais e, portanto, comunicacionais, variados. Diferentemente, mas não menos relevante, uma travesti pode se sentir constrangida ao escutar risos e sussurros que parecem ser direcionados a ela na fila da bilheteria de um cinema. Tais violências manifestadas nos espaços de cinema podem dizer respeito, ainda mais evidentemente, à orientação sígnica, binária, declarada ou por discursos latentes quanto ao seu acesso aos banheiros (Figura 1).

FIGURA 1 - Fotografias dos banheiros do cinema UCI Estação, em Curitiba, divididos entre masculino e feminino



Fonte: Autores (2026)

São experiências dinamizadas nos cinemas como espaços de sociabilidade, de liberdade, de constrangimento, de expressão e negociação de poderes, convocando expectativas, interesses e frustrações dos sujeitos com relação à sua possibilidade de usar esses espaços e transformá-los em lugares, como diria Tuan (1983).

Ao trabalharmos a noção de lugar como uma pausa no movimento, esta que permite que uma localidade se torne um centro de reconhecido valor (Tuan, 1983), é plausível também concebermos o cinema como um "lugar íntimo", onde se pode encontrar conforto e estabelecer vínculos fortes com o outro. São lugares que permitem um mergulho na subjetividade e na alteridade e para onde escoam as experiências voltadas ao lazer, ao descanso, à reflexão sobre si e sobre o mundo, à busca por representatividade como sujeito, com respeito às suas individualidades e identidades.

É pertinente que consideremos, ainda, que as interações humanas que possuem o cinema como esse *locus* de acontecimento e observação incidem sobre a esfera das sociabilidades experienciadas nos contextos organizacionais, ou seja, são dinâmicas comunicacionais que tanto sofrem os constrangimentos ideológicos de uma institucionalidade quanto atuam na sua contínua transformação. E é justamente nessa linha de entendimento que Baldissera (2009) e Scroferneker e Amorim (2016), autores do campo da Comunicação Organizacional, salientam o caráter mutável das organizações, muito embora haja a tentativa de fixar uma identidade institucional, pretensamente fechada, homogênea, perante a sociedade. Ocorre que o movimento recursivo e simbiótico entre

organizações e pessoas, como explicam Scroferneker e Amorim (2016), retroalimenta ambas as partes da relação. Assim, a presença física e as trocas comunicacionais estabelecidas pelos e entre os indivíduos da comunidade LGBTQIA+ nos espaços institucionalizados de cinemas atualizam uma latência da discriminação e violência a esses mesmos sujeitos? Ou suas expectativas, como públicos que dialogam com as organizações e intervêm nas suas realidades, são alcançadas na medida em que suas experiências modificam e constroem ambas as partes desse encontro?

3 MÚLTIPLAS EXPERIÊNCIAS DA COMUNIDADE LGBTQIA+ NOS CINEMAS DE CURITIBA

As questões de sexualidade e de gênero se projetam no mundo contemporâneo como uma problemática social de destaque. Indivíduos em posições identitárias não estabelecidas como normativas podem sofrer estranhamento, violência, exclusão e possuir acesso negado ou limitado a determinados espaços institucionalizados, como os cinemas. Essas situações, como pressupomos neste estudo, acabam por influenciar nas experiências da população LGBTQIA+ entre si, com o outro e com o espaço urbano, nunca neutro (Tuan, 1983), em um processo de construção e negociação de sentidos que acaba por modificar todos os envolvidos.

Esses processos, no entanto, não se apresentam de forma homogênea a todas as pessoas pertencentes à comunidade LGBTQIA+. Para Larry Gross (1991), estudioso norte-americano do campo da Comunicação, os grupos que se encontram fora das correntes tradicionais de representação socialmente normalizada compartilham sim um destino comum de relativa invisibilidade e perpetuação de estereótipos. Há, todavia, diferenças no modo como essas minorias são tratadas pela sociedade nos mais variados lugares. Questões étnicas, raciais, sexuais, religiosas, políticas e as situações de vida de cada um dos membros desses grupos incidem sobre experiências diferenciadas. Portanto, a violência direcionada a mulheres trans em certos espaços não necessariamente é também voltada a um casal gay, por exemplo. Da mesma maneira que as práticas comunicacionais de um homem bissexual em um espaço de cinema também podem apresentar divergências quando comparadas às de uma mulher lésbica.

Ao evidenciarmos essas práticas comunicacionais como cerne da pesquisa, é fundamental entendê-las como um processo em que o expressar e o expresso se constituem mutuamente, em ações orientadas pela lógica da interação entre interlocutores. Por meio dessas interações, ou seja, esses processos cotidianos do viver, como relata o filósofo e pedagogo norte-americano John Dewey (Dewey, 2010), vislumbramos o caráter singular dessas expressões do ser em contato com o outro, com o ambiente e consigo mesmo – possibilitando-nos, como no ato de ir ao cinema, ver além.

Por meio do método de entrevistas em profundidade, é possível elucidar questões como tom de voz, apegos emocionais a certas questões, o revisitar de memórias e a introdução de temas complexos e que podem ser delicados a quem os refere, pontos esses fundamentais para a problematização dos processos comunicacionais atravessados por temas controversos como sexualidades, gêneros, inclusão ou exclusão institucionalizadas. Para além das entrevistas, entre outubro de 2022 e setembro de 2023, 41 visitas foram feitas aos cinemas de Curitiba e a algumas salas de exibição de filmes. Por ambos os métodos, da entrevista e de observação direta, foi possível refletir sobre as experiências comunicacionais entre os membros das comunidades LGBTQIA+ nos espaços de cinema situados nesta cidade, assim como também criar contrapontos que revelam o caráter exploratório da pesquisa e a heterogeneidade do grupo observado.

Os indivíduos entrevistados foram selecionados a partir da rede de contato do pesquisador, priorizando as pessoas sugeridas por terceiros, que não tinham ligação afetiva direta ao entrevistador. Os sujeitos foram inicialmente abordados pelas redes sociais digitais, para, posteriormente, ter o contato que resultou em seis conversas. As entrevistas em profundidade, de roteiro semiestruturado para melhor direcionamento da discussão, ainda que sem a pretensão de encerrar os assuntos em pontos delimitados, aconteceram entre 2022 e 2023, no âmbito de uma monografia desenvolvida para a conclusão da graduação em Comunicação Organizacional. Com exceção do convidado intitulado Ennis, entrevistado virtualmente, as demais cinco entrevistas (Quadro 1) foram realizadas de forma presencial em cinemas e cafeterias de Curitiba (locais também frequentemente citados ao longo das conversas), visando alcançar uma análise mais complexa, adentrando o campo dos sentimentos, em um contato direto entre entrevistador e os sujeitos entrevistados.

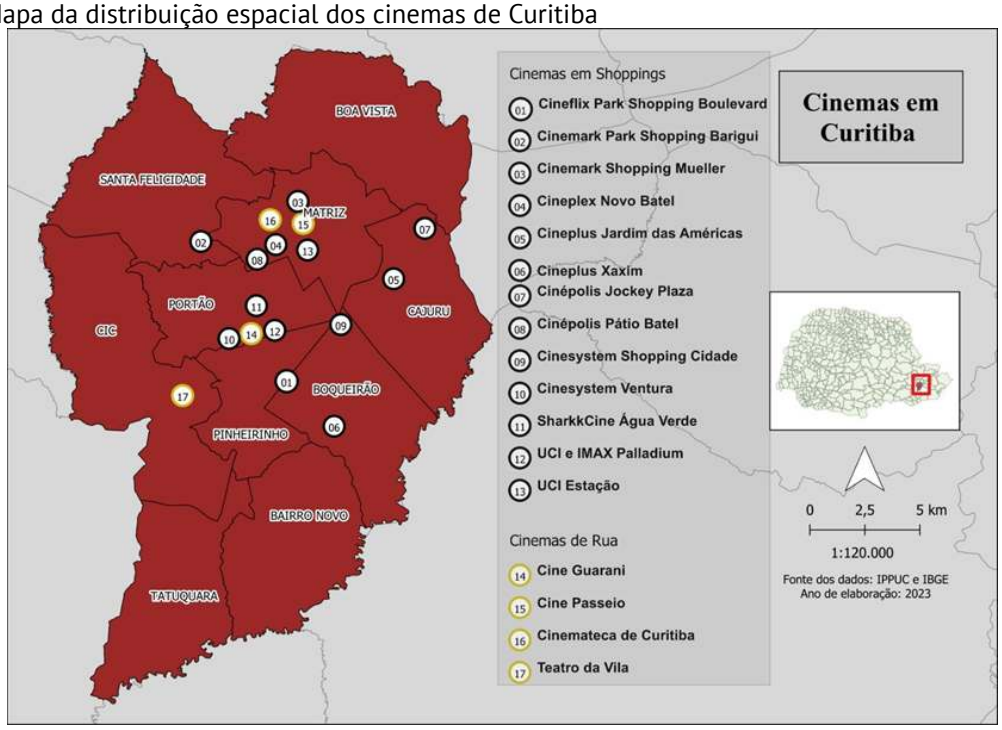
QUADRO 1 - Identificação e dados dos participantes das entrevistas em profundidade

Nome fantasia	Idade	Identificações	Localidade	Data da participação	Duração da entrevista
Alice	25	Travesti, não-binária, branca	Curitiba - PR	19 de maio de 2023	27 minutos
Simon	24	Homem cisgênero, homossexual, branco	Curitiba - PR	15 de novembro de 2022	37 minutos
Carol	23	Mulher cisgênero, bissexual, branca	Curitiba - PR	05 de outubro de 2022	56 minutos
Donato	29	Homem cisgênero, homossexual, negro	Curitiba - PR	25 de outubro de 2022	56 minutos
Ennis	32	Homem cisgênero, homossexual, branco	Curitiba - PR	13 de outubro de 2022	36 minutos
Charlotte	26	Mulher cisgênero, lésbica, negra	Curitiba - PR	13 de junho de 2023	39 minutos

Fonte: Autores (2026)

As pessoas entrevistadas, cujos nomes foram preservados e substituídos por personagens de filmes com proposta de tema referente ao universo LGBTQIA+, mencionaram alguns espaços de cinema como os de visitação mais frequente: o Cinemark Mueller, que fica dentro do Shopping Mueller, citado por cinco dos seis sujeitos entrevistados; o Cine Passeio, por cinco dos seis indivíduos; e o Cinépolis Pátio Batel, que fica dentro do Shopping Pátio Batel, referido por três dos seis participantes. Para facilitar a visualização da distribuição espacial, em 2024, de todas as salas de cinema em Curitiba, elaboramos o mapa a seguir.

MAPA 1 - Mapa da distribuição espacial dos cinemas de Curitiba



Fonte: Autores (2026)

No mapa acima, verifica-se a presença de 18 espaços de cinema em Curitiba, com a maioria desses (14) sendo classificados como cinemas comerciais situados em *shoppings*. Quando observamos os que são reconhecidos como alternativos ou cinemas "de rua", o número já cai a 4 – com ressalvas de que o Cine Guarani e Teatro da Vila possuíam programação esporádica e gratuita, sendo localizados, respectivamente, em dois bairros da cidade, o Portão e o CIC.

De modo geral, os seis sujeitos compartilham experiências e sentimentos positivos quanto aos espaços de cinema em Curitiba, em especial aos classificados como cinema "de rua", como o Cine Passeio. No entanto, existem críticas à forma como os cinemas, sem exceção, escolhem se posicionar na discussão de temas relevantes para a comunidade LGBTQIA+. Ainda que, em parte, as produções audiovisuais contemporâneas exibidas nesses

locais questionem os fundamentos hegemônicos de gêneros e sexualidades, mesmo que de forma tímida, é quanto à representatividade e à atividade das organizações, ou seja, os cinemas como espaço organizacional, que os entrevistados afirmam sentir falta de tal problematização. A entrevistada Carol, que se identifica como uma mulher cisgênero e bissexual, reforça tal pensamento: "Acho que [o cinema] é um espaço que não busca acolher a comunidade LGBTQIA+, mas também não busca afastar. Principalmente dentro de *shopping*, o que eles querem é vender, tipo, 'estamos aqui para todo mundo'" (entrevista pessoal, 2022).

Para os indivíduos entrevistados, um fator crucial para a decisão de ir ao cinema é justamente a experiência que eles acabam tendo nesses locais: a experiência da comunicação, consigo mesmo, com o outro ou com o ambiente. Na entrevista, Simon, que se apresenta como um homem cisgênero e gay, afirma que o cinema é um espaço de conforto, relacionado a sentimentos e a emoções mais reservadas:

> Eu estou triste, eu vou no cinema. Eu estou carente, eu vou no cinema. Eu vou sempre pra aliviar alguma coisa. Quando eu tô muito eufórico, eu vou sair beber, eu vou com meus amigos em uma balada. Mas quando eu preciso de um conforto, eu vou no cinema. [...] É uma experiência mais introspectiva (Entrevista pessoal, 2022, sic).

Já para Ennis, que também se identifica como um homem cisgênero e gay, a expectativa é similar, mas ele relata o foco na companhia para a visitação desses espaços. Tal declaração reforça o aspecto compartilhado da interação social nesses lugares, o estar com o outro, na presença de corpos e consciências, tal como defendido por França (2016).

> Eu gosto mais de ir com amigos, porque, para mim, ir ao cinema é uma atividade bastante social. Depois do filme eu gosto de conversar, discutir, falar com as pessoas, trocar ideias sobre o filme e tudo mais. É sempre uma oportunidade também para tomar um café antes do filme (Entrevista pessoal, 2022).

Acompanhadas, na presença do outro, as pessoas acabam por construir conjuntamente os sentidos da interação, negociando expectativas e visões sobre si, sobre o outro e sobre os contextos espaciais nos quais atuam. Na dinâmica comunicativa, como explica França (2016), os sentidos nunca estão dados, mas são coproduzidos, em um movimento de linguagem e de consciências que coloca no centro a própria existência dos interlocutores, como agentes vivos no mundo, em contínua recomposição.

Segundo Alice, que se identifica como travesti, uma identidade não-binária, é justamente esse caráter da interação com o outro nos cinemas que é marcante. Ela relata

que “ir ao cinema é mais um evento de se aproximar de pessoas específicas. É mais algo de ir com alguém que [ela] esteja gostando, principalmente” (Entrevista pessoal, 2023). Estabelece-se, então, a afirmação do cinema como um espaço simbólico propício às interações, inclusive as amorosas, aqui destacando as trocas de natureza romântica, afetiva, com ou entre membros da comunidade LGBTQIA+.

Tuan (1983) reforça esse pensamento acerca dos espaços, como o cinema, que, revestidos de simbologias e nunca privados das relações sociais de poder que ali se intercruzam, transformam-se em lugar – conforto, segurança – ao serem vividos, experienciados. São espaços do vivido, que passam por processos permanentes de ressemantização pelos sujeitos que os experimentam, numa articulação entre o que se pretende ser instituído pelos interesses dos que gerem esses espaços, em termos organizacionais. Isso quer dizer que as experiências comunicacionais nos espaços sofrem os constrangimentos de uma institucionalidade, mas ganham contornos e significações para além deles, friccionando tais forças. É um exercício de tornar-se organização para além do que ela mesma comunica, como diria Baldissera (2009). Nos casos relatados pelos indivíduos entrevistados neste artigo, o cinema pode ser compreendido como um lugar experimentado, “íntimo”, e assim construído continuamente, entre-nós (França, 2016).

Para Alice, na continuidade do seu depoimento, mesmo que as redes de cinema carreguem consigo também o fator do “desconhecido”, como uma categoria de espaço envolta em um sistema que busca marginalizar o diferente, é o cinema “de rua” que lhe confere uma segurança maior para tais relações (inclusive para não sofrer transfobia), ainda que ela não saiba descrever exatamente o porquê:

> Acho que as interações no cinema são mais ou menos parecidas de qualquer lugar público. Eu vejo que eu tenho um cuidado a mais, não é uma coisa que eu lidaria, por exemplo, da mesma forma com um evento em casa, que eu sei as pessoas que vão estar. Então eu fico um pouco mais cuidadosa com o meu jeito de me expressar em geral, por um pouco de medo de sofrer uma transfobia ou algo assim. [...] No [cinema] de *shopping* um pouco mais. Eu me sinto mais confortável no cinema de rua, por algum motivo (Entrevista pessoal, 2023).

Essa sensação de medo, observada por Alice, vai ao encontro da opinião de Donato, que afirma que, para haver uma sensação ainda maior de segurança entre a população LGBTQIA+ nesses espaços de cinema, as maiores transformações devem acontecer, primeiramente, em uma esfera amplificada – na cidade e na própria sociedade –, e não nessas organizações aqui estudadas: “Eu acho que eles fazem o que dá. A mudança nesse aspecto é muito mais estrutural, muito mais macro do que necessariamente o cinema. Ele pode até fazer a parte dele, mas vai ser mais uma bolha” (Entrevista pessoal, 2022).

Os processos de exclusão atingem algumas parcelas da comunidade com mais força, como as pessoas trans. Donato complementa que os sujeitos representados pela sigla T, em LGBTQIA+, seriam os mais estigmatizados, inclusive pelos membros da própria comunidade, enquanto Ennis, outro entrevistado, sublinha a transfobia como um dos motivos da exclusão de pessoas trans em diversos espaços, nos quais também se inclui o cinema. Alice, que tem uma identidade trans, não revela ter sido vítima ou percebido algum caso mais específico ou direcionado de violência nos cinemas que frequenta, com exceção dos "olhares estranhos, mas nenhum episódio muito diverso do dia a dia" (Entrevista pessoal, 2023). Sugestões de mudanças no espaço físico, como o uso de banheiro sem gênero, fugindo dos padrões binários (Alves; Moreira; Jayme, 2021), não foram indicadas pela entrevistada, apesar de serem citadas por todos os entrevistados cisgêneros como uma alternativa de inclusão que beneficiaria, principalmente, as identidades trans.

A entrevistada Charlotte relata como relaciona, mesmo inconscientemente, a ideia de que "lugares associados à arte são sempre mais convidativos e abertos" (Entrevista pessoal, 2023), afirmando que o cinema sempre esteve nesse círculo de espaços em que ela se sente confortável para "ser ela mesma". Curiosamente, foi em um "espaço de arte" que Ennis conta ter sofrido um caso de homofobia, ao contrário do cinema, que, como citado anteriormente, seria um ponto seguro.

> Eu já sofri um episódio de homofobia em um museu, no Museu Oscar Niemeyer, há muito tempo atrás. Acho que há 10 anos atrás, eu estava com o meu namorado. Não lembro se a gente estava de mãos dadas, ou se abraçando ou beijando, e um segurança nos abordou e disse que aquele espaço não era apropriado para aquilo. Foi bem impactante, assim. Mas no cinema eu não lembro de nenhuma situação parecida. [...] *Eu acredito que o cinema é um espaço tranquilo pro público gay. Não tão tranquilo quanto uma boate ou um bar gay***,** que é um espaço bastante direcionado a esse público, mas é um espaço em que não costuma ter esses episódios de homofobia (Entrevista pessoal, 2022, grifo nosso).

Apesar de "tranquilos", ainda assim existe algum grau de risco nesses espaços de cinema, que não seriam tão efetivos nessa suposta proteção quanto organizações de lazer noturno direcionadas a esse público. Ter o parâmetro de casas noturnas como um espaço mais seguro contra episódios de preconceito contra indivíduos LGBTQIA+ também é uma opinião comum a Simon, inclusive o fazendo enxergar o cinema como palco de interações voltado a sua identidade como homem *gay*, principalmente no início da descoberta de sua sexualidade.

> Quando eu era mais jovem, porque é uma época que você não consegue ir em barzinho, não consegue entrar em balada, porque

> geralmente você pensa em lugar seguro você pensa em balada *gay*, porque é específico para esse público, mas não dá pra ir, e daí você acaba indo em cinema. Eu ia muito para encontro. [...] a primeira vez que eu fui ficar com um menino foi no cinema. Foi no Shopping Palladium, no UCI, porque, de novo, era um espaço seguro. Eu não podia ficar no meio do *shopping* com o menino como outros adolescentes faziam. Eu não podia fazer isso. Eu lembro que era uma sessão à tarde, era um filme infantil [...] a gente foi assistir o filme, aí quando a gente entrou só tinha, tipo, um pai com um filho e uma outra mãe com outra criança, em lugares opostos. Aí entrou eu e o menino, isso eu estava com uns 13 anos, e eles ficaram tipo olhando "*ah, vão fazer coisas", aí não nos sentimos à vontade e tivemos que sair, mas meu primeiro beijo era pra ser no cinema* (Entrevista pessoal, 2022, grifo nosso).

O entrevistado reforça sua experiência comunicacional afetiva no ambiente de cinema, mas se autocontrolando, ao supor que os outros estavam pensando coisas a respeito dele. Portanto, é tamanho desconforto e violência que um simples olhar nesses espaços, mesmo não tendo a verbalização da intenção, acaba sendo interpretado como perigo, castração de conduta e de comportamento – uma vigilância, em partes, autoinfligida. Após essa sensação, descrita como estranhamento ou apinhamento, como diria Tuan (1983), Simon conta que, junto do menino, se direcionou ao banheiro do mesmo cinema, onde teve, então, seu primeiro beijo *gay*. A esse entrevistado, ter a primeira experiência voltada a sua sexualidade dissidente, às escondidas – no banheiro –, mas ainda de certo modo protegido – no espaço de cinema –, foi uma vivência marcada em sua memória. Essa simbologia dos banheiros como local onde se pode fazer o indesejado, o proibido, o desviante, moralmente, parece comum aos sujeitos de relacionamentos homoafetivos (Souza, 2012). O escuro da sala de cinema também pode proporcionar essa sensação de liberdade, mas ainda assim a exposição ao coletivo representa a possibilidade de violência, inclusive através da reprovação pelo olhar.

O entrevistado Simon também cita a experiência de ser repreendido verbalmente em um encontro romântico no cinema.

> Quando eu manifestei carinho geralmente foi muito tranquilo, só tive um problema que pediram para nós pararmos de nos beijar, só que acho que era porque não podia se beijar mesmo, era uma política assim. O filme nem tinha começado, aí chegou um lanterninha, sabe, e falou "aí gente, queria falar que não podia se beijar e tal, não é permitido aqui etc.", isso aconteceu no Cinepólis do Pátio Batel. Eu consegui sentir que o moço que falou isso pra gente ele estava morrendo de vergonha, sabe, acho que era tipo um protocolo. Ele falou "ai se vocês puderem se acalmar um pouquinho" e saiu. Mas durante o filme eu continuei beijando e deu tudo certo (Entrevista pessoal, 2022).

Em um primeiro momento, o depoente não relaciona o ocorrido como exclusivo ao fato dos sujeitos serem um casal *gay*, mas também revela, logo em seguida, que

possivelmente a situação não ocorreria com um casal heterossexual, já que não há uma regra ou norma explícita quanto à proibição de beijos em espaços de cinema: "Talvez seja aquela coisa de que já não pode, e se forem dois meninos vai ser pior, vou receber uma advertência maior [...]. Acho que se fosse um casal hétero poderia até ter passado despercebido" (Entrevista pessoal, 2022), relata. A situação ocorreu em um cinema de *shopping*. Na memória, grava-se esse caso, que está associado a um desses espaços empresariais que, em alguma medida, podem não representar total segurança às pessoas LGBTQIA+. Há, portanto, experiências que podem se distinguir de acordo com os espaços físicos de cinema e suas posturas institucionais.

Os demais entrevistados (com exceção de Carol, que conta não ter tido encontro com outras mulheres no cinema) alegam não ter sofrido alguma violência explícita, com um número deles citando apenas "alguns olhares". Nessa linha de pensamento, Ennis acredita que o cinema, de modo geral, é um ambiente tranquilo para o público gay:

> Já fui muitas vezes pro cinema com namorado, companheiro ou até mesmo em *date*. Já troquei carícias, beijos, tanto dentro da sala do cinema quanto na fila, na entrada. Já andei de mãos dadas, e, principalmente no cinema, nunca sofri nenhum tipo de preconceito ou represália, alguém me olhando feio. Ou pelo menos eu não tenha percebido, se alguém olhou feio eu acabei não notando (Entrevista pessoal, 2022).

Esse sentido de acolhimento nos espaços de cinema é compartilhado pelos depoentes, sobretudo, no que se refere aos cinemas "de rua", com destaque ao Cine Passeio, que foi referenciado ao longo da entrevista por todos os seis sujeitos. Para Simon, a personificação dessa esfera "acolhedora" do cinema alternativo pode ser observada no estereótipo do público que circula nesses espaços.

> Existe uma persona do frequentador do Cine Passeio que você confia. *Então eu sei que lá são pessoas que não fariam com que eu me sentisse desconfortável. Até pelo lugar onde ele fica na cidade.* Ele fica no centro da cidade, perto do Largo da Ordem, onde já tem bastante gente LGBT. Tem baladas LGBTs próximas. Onde ele está localizado ajuda muito nisso (Entrevista pessoal, 2022, grifo nosso).

O relato destaca a noção de que o contexto espacial em que esse tipo de cinema, o "de rua", está inserido também oferece um certo sentido de segurança à população LGBTQIA+, tendo em vista as demais referências de lugares próximos (os bares e as danceterias que se identificam como destinadas a esses públicos, além de alguns equipamentos públicos voltados às artes, em geral), em que o respeito às diferenças é, em

algum grau, assegurado, nas adjacências do centro histórico da cidade. Parece, assim, haver um circuito frequentado por essa população ao experimentar o lazer, os encontros, a interação de corpos e de palavras não totalmente vigiadas, numa circunferência espacial de certo modo protegida da violência contra o não hegemônico. Valendo-se novamente das explicações de Tuan (1983), "lugarizam" o espaço sem o risco do apinhamento, o saber-se observado. A presença desses estabelecimentos alternativos em Curitiba, no entanto, é bem inferior frente aos tradicionais espaços situados em *shoppings centers* da cidade, como observamos no Mapa 1. Enquanto 14 dos 18 cinemas se localizam em *shoppings*, apenas quatro acabam tendo essa classificação de cinema "de rua", a exemplo do Cine Passeio.

A popularidade desse cinema, todavia, é relativamente recente, pois o espaço foi inaugurado em março de 2019, há pouco mais de cinco anos. Ainda para o entrevistado Simon, lugares como o Cine Passeio são favoráveis à comunicação entre pessoas LGBTQIA+, mas eles seriam ainda mais importantes na sua adolescência, em momentos de descoberta da sexualidade.

> Quando eu era mais novinho, eu ia adorar que existisse o Cine Passeio, eu ia precisar muito dele naquela idade, e hoje eu não preciso mais. Eu já namorei, já andei de mãos dadas em *shopping* [...] Se alguém *olha torto eu compro briga, eu consigo me defender agora* (Entrevista pessoal, 2022, grifo nosso)**.**

Os *shoppings*, portanto, também estão na memória desses sujeitos tidos como dissidentes, mas como locais de fluxo de pessoas que podem "olhar torto", o que faz com que se acione uma postura mais defensiva nesses espaços, para se proteger e "comprar briga". Isso quer dizer que a sensação de tensão e de liberdade, nesses espaços comerciais, pode ser transitória, demarcada por uma linha muito tênue, já que um casal do mesmo sexo até pode andar de mãos dadas, mas atento ao risco iminente. Diferentemente da experimentação da liberdade na manifestação das identidades em cinemas como o Cine Passeio, não há qualquer circuito de proteção nas adjacências de um cinema dentro de *shoppings*. Já ao tratar dos cinemas "de rua", para o entrevistado Donato, de mesma orientação sexual e faixa etária parecida, esse ideal de que os espaços alternativos são receptivos para o aflorar de novas descobertas e experimentações no campo da sexualidade também seria mais importante na fase de despertar sexual:

> Comparando com a maioria das minhas amizades, [...] eu fui a última pessoa que se entendeu *gay* ou LGBT. Tudo aquilo que eles tinham vivido bem no início da adolescência, eu transportei pro meio e final da adolescência. Eu morava com meus pais, ainda não tinha como trabalhar, então tinha que ser um *espaço neutro, e esse espaço, acredito que até hoje o espaço mais neutro, é o cinema*. Aí, independente do filme, você vai, para não chamar muita

> atenção, não ficar muito evidente, você escolhe um filme minimamente do seu agrado, pelo menos o gênero dele, e aí você combina [com outra pessoa] e vai, e um olho no filme, um olho na conversa, e se desenrola (Entrevista pessoal, 2022, grifo nosso).

Não obstante a observação do entrevistado, Tuan (1983) nos afirma que os espaços nunca são neutros, pois são vividos pelos humanos, que lhes conferem sentidos múltiplos. O entrevistado, todavia, usa desse termo e busca justamente um espaço que ele classifica como neutro no sentido do risco de perigo, ou melhor, onde a vida dele não é ameaçada. Isso parece sinalizar que ele está acostumado com espaços onde emerge violência quanto à sexualidade e às individualidades, que não são respeitadas. Neste caso, ser neutro, então, passa a ser respeitar a diversidade, mas que, na nossa concepção, não há neutralidade porque há um posicionamento institucional do local (como o Cine Passeio) em respeitar todos os frequentadores, sem distinção, e os próprios frequentadores acabam por legitimar e retroalimentar o posicionamento organizacional, reflexivamente, também produzindo o espaço organizacional. É possível, ainda, pensarmos que essa ideia pode se associar a uma representatividade simbólica, mesmo metafórica, em que o neutro estaria presente no escuro da sala de cinema, onde o público, neste espaço do suposto anonimato, estaria focado na tela, com os olhos nela, não nos indivíduos ao lado – o que os torna “comuns”, “iguais”, visíveis, mas invisíveis.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o pensamento focado no ser, ao invés de uma ideologia puramente tecnicista, é possível refletir sobre as trocas comunicacionais e as interações experimentadas por sujeitos nos espaços da cidade, particularmente, nos cinemas. Esse exercício se revela importante sobretudo quando nos referimos a indivíduos que fazem parte de grupos não normativos na sociedade, sofrendo com sistemas que buscam invisibilizar e violentar os seus semelhantes. Sob essa lente, temos a possibilidade de entender as experiências comunicacionais dinamizadas nos espaços urbanos, que sempre são revestidos por nexos de poder, mas também por fricções quanto a suas simbologias.

Com sujeitos de identidades de gênero e sexualidades dissidentes, a comunidade LGBTQIA+ inscreve no espaço público maneiras particulares de construir suas narrativas de vida, experimentando sentidos individuais e coletivos acerca de suas existências. Nos espaços de cinema, como vimos neste estudo, suas vivências são tanto cerceadas quanto investidas de sensação de liberdade e proteção, a depender dos mecanismos sociais e institucionais, visíveis e invisíveis, que legitimam os comportamentos em cada lugar. Na memória coletiva, sobrevivem as experiências comunicacionais de sujeitos que foram repreendidos apenas por sua sexualidade, na interação com o outro, também tido como

dissidente; mas há ainda as lembranças que significam marcos temporais de exploração de afetos por identidades que se contrapõem a uma visão hegemônica do ser. Assim, nos espaços de cinema, as sociabilidades da população LGBTQIA+ se desenrolam de múltiplas maneiras, representando um *locus* importante na constituição de suas identidades e na garantia de desfrute do lazer em espaços públicos.

Essas possibilidades, captadas pelos relatos de cada sujeito LGBTQIA+ entrevistado, refletem, portanto, só algumas das experiências possíveis, havendo muitas outras a serem exploradas. Apesar das manifestações afetivas entre pessoas de sexualidades tidas como dissidentes serem o tema deste estudo, há, no entanto, um grupo particular que é mais visível e sujeito às sensações de violência que podem ser experienciadas nos espaços dos cinemas: as pessoas trans. É necessário conhecer e problematizar as experiências comunicacionais dessas pessoas com esse marcador corporal físico, assim como a população negra, que experimenta vivências diferentes ao sofrer racismo por seus corpos.

As experiências comunicacionais nos cinemas englobam, portanto, uma variedade de sentimentos: afeto, amor, amizade, liberdade, sensação de segurança e insegurança, violência – verbalizada ou não, pelo olhar –, até uma autocensura do eu. Nesses espaços, evidenciamos que a organização voltada a cinemas, e por consequência a cidade, se constrói por meio do outro, e são justamente esses usos que podem fazer com que as configurações de espaços físicos de convivência sejam repensadas, respeitando politicamente as diferenças. Mesmo que a violência contra as populações LGBTQIA+ sejam frequentes em distintos espaços da cidade, vale destacar que mudanças positivas também já podem ser observadas, principalmente quanto a cinemas alternativos, "de rua", que, em Curitiba, parecem se mostrar mais abertos a essas problemáticas sociais envolvendo corpos e identidades diversas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cláudio Eduardo Resende; MOREIRA, Maria Ignez Costa; JAYME, Juliana Gonzaga. O binarismo de gênero nas placas de banheiros em espaços públicos. **Psicologia & Sociedade**, v. 33, p. e228122, 2021. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/3093/309367925014/html/. Acesso em: 10 nov. 2023

ANCINE. **Anuário Estatístico do Cinema Brasileiro 2019**. Brasília: Agência Nacional de Cinema, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/ancine/pt-br/oca/publicacoes/arquivos.pdf/anuario_2019.pdf. Acesso em: 19 mar. 2025

ANCINE. **Anuário Estatístico do Audiovisual Brasileiro 2024**. Brasília: Agência Nacional de Cinema, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/ancine/pt-br/oca/publicacoes/arquivos.pdf/anuario-do-audiovisual-brasileiro-2024r.pdf. Acesso em: 02 set. 2025.

BALDISSERA, Rudimar. Comunicação, organizações e comunidade: disputas e interdependências no (re) tecer as culturas. *In*: **III Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas**. Anais.... 2009. Disponível em: https://www.abrapcorp2.org.br/anais2009/t2.html. Acesso em: 9 nov. 2023.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2003.

BENEVIDES, Bruna G. Dossiê Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. **Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra)**, 2023. Disponível em: https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf. Acesso em: 17 mar. 2025

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidente da República, [2025]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 28 mar. 2025.

IBGE. COMITÊ DE ESTATÍSTICAS SOCIAIS. **Censo Demográfico**. 2022. Disponível em: https://ces.ibge.gov.br/apresentacao/portarias/200-comite-de-estatisticas-sociais/base-de-dados/1146-censo-demografico.html. Acesso em: 27 abr. 2022

DEWEY, John. **Arte como experiência**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2010.

DUBOIS, Philippe. Máquinas de imagem: uma questão de linha geral. In: DUBOIS, Philippe. **Cinema, vídeo, Godard**. São Paulo, SP: Cosac Naify, 2004.

FRANÇA, Vera Veiga. O objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. *In*: MOURA, Cláudia; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação:** metodologias e práticas acadêmicas. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2016.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Sociabilidade: implicações do conceito no estudo da comunicação. *In*: **Produção de sentidos e tecnologia**: estudos contemporâneos em comunicação, 2018.

FRANÇA, Vera V.; SIMÕES, Paula G.. **Curso Básico de Teorias da Comunicação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

GROSS, Larry. Out of the mainstream: Sexual minorities and the mass media. **Journal of Homosexuality**, v. 21, n. 1-2, p. 19-46, 1991.

MASCARELLO, Fernando. **História do cinema mundial**. 7. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

SCROFERNEKER, Cleusa Maria Andrade; AMORIM, Lidiane Ramirez de. Por uma topofilia da comunicação organizacional: reflexões sobre espaço e lugar da comunicação. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, 2016. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/23726/2/Por_uma_topofilia_da_comunicao_organizacional_reflexes_sobre_espao_e_lugar_da_comunicao.pdf. Acesso em: 11 nov. 2023.

SOUZA, Tedson da Silva. **Fazer banheirão**: as dinâmicas das interações homoeróticas nos sanitários públicos da Estação da Lapa e adjacências. 2012. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/12572/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Tedson%20da%20Silva%20Souza.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo, SP: DIFEL, 1983.

Recebido em: 15/04/2025
Aceito em: 21/10/2025

TEM TRANS FREE?: ESTRATÉGIAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO DE PESSOAS TRANS E TRAVESTIS NAS PRODUÇÕES CULTURAIS-MUSICAIS EM RECIFE

IS IT TRANS-FREE?: POLITICAL STRATEGIES FOR THE INCLUSION OF TRANSGENDER AND TRANSVESTITE PEOPLE IN CULTURAL AND MUSICAL PRODUCTIONS IN RECIFE

Rubi de Paula Oliveira[1]
Júlia Maria Oliveira Tavares Leite[2]

Resumo: a cena artístico-cultural brasileira tem se transformado com o crescimento de artistas LGBT+, mas a sub-representação de pessoas trans ainda é um desafio. A ausência simbólica impacta diretamente as oportunidades de inserção dessa população nos espaços culturais. Em resposta a essa exclusão, a política da Lista Trans (ou Trans Free) foi criada em 2015, em Recife, pela multiartista Ana Gizelle, garantindo gratuidade para pessoas trans e travestis em festas e festivais. Em 2017, o Coquetel Molotov tornou-se o primeiro grande festival a adotar a iniciativa. Em 2023, 15 festivais nacionais implementaram a política, um aumento de 150% em relação a 2022. No entanto, eventos como GRLS e Lollapalooza destinaram menos de 1% de ingressos à lista. No circuito de festas recifenses, coletivos como Golarrolê, Casa Bacurau e Batekoo aderiram à iniciativa, enquanto eventos como Revérse e WeHoo apresentaram baixa inclusão de artistas trans. Festivais como Guaiamum Treloso também evidenciam essa sub-representação. A pesquisa investigou como a exclusão de pessoas trans nos palcos e bastidores das produções culturais recifenses afeta sua participação como público, além de avaliar o impacto da política Trans Free. Para isso, foi aplicado um survey de caráter quantitativo e qualitativo, mapeando a presença trans nos lineups e identificando eventos que adotam a política. Os dados demonstram que, apesar do crescimento da Lista Trans, a presença trans ainda é limitada, com muitos eventos mantendo barreiras à inclusão. A pesquisa conclui que a Lista Trans tem um papel essencial na ampliação do acesso de pessoas trans e travestis à cultura, mas enfrenta desafios estruturais na indústria cultural.
Palavras-chave: Lista trans; políticas culturais; música; cultura LGBT.

Abstract: the Brazilian artistic and cultural scene has been transforming with the rise of LGBT+ artists, yet the underrepresentation of trans people remains a challenge. Symbolic absence directly impacts their opportunities for inclusion in cultural spaces. In response, the Trans List (or Trans Free) policy was created in 2015 in Recife by the multi-artist Ana Gizelle, ensuring free access for trans and travesti individuals to parties and festivals. In 2017, Coquetel Molotov became the first major festival to adopt the initiative. By 2023, 15 national festivals implemented the policy, marking a 150% increase compared to 2022. However, events like GRLS and Lollapalooza allocated less than 1% of tickets to the list. In Recife's nightlife, collectives such as Golarrolê, Casa Bacurau, and Batekoo embraced the initiative, while events like Revérse and WeHoo showed low trans artist inclusion. Festivals like Guaiamum Treloso also highlight this underrepresentation. This research investigated how the exclusion of trans people from both the stages and behind the scenes of cultural productions in Recife affects their participation as an audience and assessed the impact of the Trans Free policy. A quantitative and qualitative survey was conducted to map trans presence in lineups and identify events that adopted the policy. The findings indicate that, despite the growth of the Trans List, trans presence remains limited, with many events maintaining structural barriers to inclusion. The study concludes that the Trans Free policy plays a crucial role in expanding cultural access for trans and travesti individuals but still faces systemic challenges in the cultural industry.
Keywords: Trans List; cultural policies; music; LGBT culture.

[1] Licencianda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atua com pesquisa qualitativa, produção, educação popular e articulação política. Academicamente, pesquisa nas áreas de cultura, música, gênero e sexualidade, com ênfase em artivismo e cenas culturais LGBTQIA+.

[2] Graduanda em Ciências Sociais (Bacharelado) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integrante do Programa de Educação Tutorial (PET) de Ciências Sociais, com interesse em sociologia e teoria social contemporânea.

1 INTRODUÇÃO

Gradualmente as discussões em torno das temáticas de gênero e sexualidade, especialmente as teorias *queer*, têm se popularizado tanto na academia, quanto no meio social e artístico. Movimentos como a geração tombamento, ou a cena artivista das dissidências sexuais e de gênero são resultantes de tal popularização.

Em especial, vem havendo no cenário artístico-cultural brasileiro uma transformação dialética na forma de produção e consumo da música popular brasileira, onde artistas LGBTs têm ganhado cada vez mais relevância e protagonismo, de modo que tornou-se impossível ignorar suas contribuições. Artistas como: As Bahias e a Cozinha Mineira, Bixarte, Filipe Catto, Irmãs de Pau, Jup do Bairro, Liniker, Linn da Quebrada, dentre outros/as, são, segundo Colling (2019), parte dessa nova cena artivista das dissidências sexuais e de gênero que ele caracteriza como: "artistas e/ou coletivos que estão usando diversas linguagens artísticas para problematizar as normas de gênero e sexualidade em nosso país nos últimos 10 a 15 anos".

O crescimento desses/as artistas surge como resposta a uma necessidade de questionamento das normas de identidade e sexualidade em um cenário social extremamente binário; artistas dessa cena realizam manifestações políticas através de suas performances que, por si, são expressões autossuficientes de afirmação de suas subjetividades, capazes de problematizar a normatividade de gênero, se reconhecendo e se afirmando nessa identidade, que além de questão pessoal, se torna política. Porém, por mais que na última década essas teorias *queer* tenham crescido, ainda há uma carência de debates sobre a falta de representação e representatividade de pessoas trans, e nesse artigo pretendemos explicitar como ela se manifesta, em especial, no meio artístico, bem como no acesso à cultura.

Butler (2018), autora crucial para as teorias *queer*, afirma que a sexualidade possui um caráter discursivo, onde ela mesma produz as normas que regulam e materializam o sexo dos sujeitos, e essas normas regulatórias necessitam sempre ser repetidas e reiteradas para a materialização ser concretizada; daí surge o caráter performativo: onde o poder de produzir essas normas são repetidos constantemente. Diante disso, numa sociedade onde as regras binárias do gênero são mantidas, essas vozes alternativas surgem não somente como oposição, mas como construção de um novo discurso plural e dissidente, com o objetivo não de se opor ao da binaridade - pois, se tornando o Outro discurso, seria posto numa situação de minoridade discursiva -, mas sim como um início de um discurso desconstrutivo da norma.

Quanto ao cenário da representatividade, de acordo com Colling (2018), a distinção da transexualidade e da travestilidade como algo distinto da homossexualidade e se solidificando como identidade de gênero chegaram tempos depois dos estudos de gênero, com os estudos *queer*. Consequentemente, a difusão dessa diferenciação também tardou a

ser representada na mídia. A cena da arte se apresenta então como um lugar de transversalidade das normativas sexuais pressupostas da sociedade e, em especial, na cena musical, é notável como a identidade dos artistas não se diferem de suas personas do palco, diluindo cada vez mais a linha entre a performance e a performatividade de gênero.

Porém, apesar das conquistas simbólicas, como o crescimento da cena artivista, a expansão dos coletivos de *ballroom,* a imortalização da cantora Liniker na Academia Brasileira de Cultura, a presença da multiartista Linn da Quebrada no maior *reality show* mundial – o *Big Brother* Brasil (BBB) – entre outros, não torna os desafios materiais menos pungentes, ou que tenhamos políticas e garantias concretas. Artistas LGBTQIA+ continuam enfrentando dificuldades para conseguir fazer da arte sua principal fonte de renda e ocupação, enquanto o Estado tem poucas iniciativas de fomento à produção cultural LGBTQIA+, bem como de políticas culturais destinadas à tal população. Em uma mesa redonda, a artista Raquel Virgínia, uma das vocalistas principais da banda "As Bahias e a Cozinha Mineira", ressalta:

> As questões de gênero na música estão cada vez mais em evidência. Essa cena não é, necessariamente, a indústria cultural ou o show business que resolveu ficar 'bonzinho' e dar espaço para nós. Estamos aqui porque, primeiro, temos muito talento como muitas pessoas têm e, segundo, porque existe uma pressão de muitas pessoas para que a gente esteja aqui. Ainda assim, os desafios não são menores por isso. Pelo contrário, os desafios são grandes porque tudo o que estamos conquistando e vai conquistar está sendo a base de pressão. Esse ano, inclusive, em um balanço pessoal, foi o que mais tive destaque profissionalmente como artista e foi o ano que mais sofri violências, não só na rua como também nos ambientes do show business e na indústria cultural. Precisei ouvir de homens que eu precisava saber qual era o meu tamanho e respeitá-lo e que o meu tamanho era menor do que o deles. E, claro, que manter um projeto que traz duas travestis na linha de frente deliberadamente, no país que mais mata travestis e mulheres negras, não é uma tarefa fácil. Por isso, nosso trabalho é muito potente. Nessa discussão, precisamos não apenas festejar os louros, mas também colocar em evidência as contradições disso tudo, porque não é fácil.

A não representação simbólica de pessoas trans gera também falta de oportunidades reais para essas pessoas ocuparem e participarem desses espaços de forma mais ampla. Dessa forma, visando garantir o acesso à cultura e ao lazer para pessoas trans e travestis em manifestações culturais, Ana Gizelle - ou transalien, como é conhecida -, juntamente com outras duas amigas, iniciou, em Recife, em 2015, uma campanha para que produtores/as de festas LGBT+ incluíssem pessoas trans e travestis em seus eventos. Assim, deu-se início à Lista Trans (ou trans *free*): política que concede gratuidade para pessoas trans e travestis em festas e festivais.

FIGURA 1 - Captura de tela da entrevista feita com Ana Gizelle



Fonte: Instagram do festival Coquetel Molotov: @noarcm (s.d)

2 LISTA TRANS, DESAFIOS E DESIGUALDADES NO ACESSO À CULTURA

O artigo 23° da Constituição Federal do Brasil afirma que "toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego. Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual". No entanto, a realidade das pessoas trans e travestis no mercado de trabalho brasileiro diverge significativamente dessa garantia. Isso se deve à interseccionalidade de fatores como gênero, orientação sexual e identidade de gênero, somada a estereótipos e preconceitos arraigados, que cria uma série de barreiras que dificultam o acesso dessas pessoas a postos de trabalho.

É fato sabido que isso não reflete a maioria da realidade de pessoas trans e travestis, que enfrentam um problema estrutural de empregabilidade. Dados da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais, a ANTRA (2021), apontam que:

> Devido ao processo de exclusão familiar, social e escolar, como já mencionado em diversas ocasiões e em pesquisas anteriores, estima-se que [...] cerca de 0,02% [de travestis e mulheres transsexuais] estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental (Dados do Projeto Além do Arco-íris/Afro Reggae). Essa situação se deve muito ao processo de exclusão escolar, gerando uma maior dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e deficiência na qualificação profissional causada pela exclusão social (Benevides; Nogueira, 2021).

O problema de empregabilidade de pessoas trans e travestis é situado num contexto ainda maior, no qual o Brasil lidera o ranking de assassinato da referida população, a qual

possui uma expectativa de vida estimada em 35 anos, segundo dados da ANTRA (2024). Assim, a política de lista trans não é dissociada do contexto de renda, empregabilidade e condições socioeconômicas da população trans e travesti em nosso país.

Em 2017, o festival Coquetel Molotov é o primeiro festival de música de grande porte a implementar a política em Recife, evidenciando, mais uma vez, o protagonismo da cidade em utilizar a política. Neste mesmo ano, Maria Clara Araújo, pedagoga, pesquisadora e ativista transfeminista, foi a apresentadora do festival, no qual também contou com um *show* de Linn da Quebrada, que fez afirmou durante sua apresentação: "travestis são artigos de luxo que merecem ser aplaudidos. Uma salva de palmas para todas as travestis aqui. E sabe por que? Porque estamos vivas! Vocês não esperavam por isso, não é mesmo?". Já na edição de 2019, há um aumento na quantidade de vagas disponibilizadas para a lista:

FIGURA 2 - Capturas de tela da divulgação da Lista Trans para a edição de 2019



Fonte: Instagram do festival Coquetel Molotov: @noarcm (s.d)

O *blog* Minuto Indie mostrou que no ano de 2023, 15 festivais de música a nível nacional contaram com lista trans, um aumento de 150% em relação a 2022. Apesar de ser um feito louvável, a política ainda enfrenta desafios: dados de Cholodoski e Ferro (2024) apontam que grandes festivais realizados nacionalmente, como o GRLS e o Lollapalooza, destinaram, respectivamente, apenas 0,2 e 0,03% da quantidade total de seus ingressos à lista trans.

Este índice aponta que não basta somente implementar a política de lista trans e achar que isso, por si só, é o suficiente para garantir inclusão. Práticas deste tipo, nos mostram como as pautas da comunidade LGBTQIA+ tem sido apropriada por marcas, empresas, corporativas, produtoras e afins de forma lucrativa apenas; não há nenhum interesse concreto por parte desses grupos em serem aliados da comunidade LGBTQIA+, ou

exercer um papel prático-reflexivo na luta contra a LGBTfobia, nesse caso em específico, a transfobia, de maneira mais direta.

O que atitudes assim evidenciam é como o capitalismo e o neoliberalismo tem se apropriado das reivindicações por representatividade e inclusão feitas por grupos socialmente marginalizados e sub representados, como de pessoas LGBTQIA+, pessoas negras, indígenas, mulheres, pessoas com deficiência, entre outros, para tentarem vender uma autoimagem de inclusivos. Tendo em vista a lucratividade que podem obter com isso, pensando em consonância a Moraes (2024), tal prática pode ser entendida enquanto *pinkwashing*:

> O pinkwashing ocorre quando uma pessoa ou entidade capitaliza a diversidade sexual e de gênero para melhorar sua imagem pública ou obter benefícios comerciais, sem realmente apoiar plenamente a igualdade LGBTI+. Isso pode incluir o uso de símbolos LGBTI+ em campanhas publicitárias, patrocínio de eventos relacionados à comunidade LGBTI+ ou alegações de apoio em declarações públicas, enquanto a empresa ou organização continua envolvida em práticas discriminatórias e de violação de direitos humanos. Essa é uma prática que materializa, no contexto da economia neoliberal, uma forma de exploração, pois permite que empresas e corporações se beneficiem da luta por direitos LGBTI+ sem realmente fazerem mudanças significativas para promover a igualdade e liberdade social (Moraes, 2024, p. 14).

Ainda em Cholodoski e Ferro (2024) a cantora e artista não-binária Filipe Catto opina sobre a ineficiência dessas políticas, quando mal implementadas:

> Vocês querem lucrar, vocês querem botar lá uma "trava" no conteúdo de vocês? É para pagar de moderninho, mas vocês não têm lista trans, por exemplo, entendeu? Vocês querem usar o corpo para divulgar o fato de que vocês são chiques e querem participar do debate contemporâneo, e aí, de repente, tu não tem, aquela mesma pessoa não está podendo ir ali, não tem uma lista de 100 nomes. 100 nomes não é nada, devia ter 1 mil nomes, no mínimo, 1 mil ingressos para pessoas trans seria o mínimo, na verdade. a gente está falando de 100, só se é 100, porque a gente sabe que 1 mil, daqui a uns anos, talvez a gente consiga (Cholodoski; Ferro, 2024, p. 40).

Para além da disponibilização da lista, outros fatores devem ser considerados para que a informação da lista chegue no seu público-alvo. É necessário pensar no pré-evento, ou seja, com quanta antecedência a lista vai ser divulgada, qual a capacidade de ingressos destinados à lista, e em estratégias que são – por parte de quem gere/cura as listas – de barganha com produtores/as para tentar abranger o maior número possível de pessoas.

Uma das problemáticas em torno da lista trans, é que por vezes pessoas cisgêneras tentam usufruir, de má-fé e de maneira indevida, essa lista, fingindo serem pessoas trans, a fim de ter a gratuidade no valor do ingresso. Uma das estratégias para impedir que casos assim aconteçam é, prioritariamente, fazer que a lista trans seja gerida/curada por uma pessoa trans ou travesti; outra maneira é solicitar que no ato de inscrição na lista, a pessoa candidata informe suas redes sociais. Tais medidas são importantes para que nenhuma identidade, em suas múltiplas expressões de gênero, seja desvalidada, mas que também não ocorra *transfake*, conforme explicam Cholodoski e Ferro (2024):

> O termo transfake é bastante utilizado no mundo das artes, descrito enquanto o ato de pessoas cisgênero interpretarem personagens trans em produções audiovisuais. No caso das listas trans, são pessoas cis que preenchem os formulários criando nomes ou adaptando os seus para conseguir adquirir os ingressos. Com isso, os processos de avaliação às vezes são mais demorados. (Cholodoski; Ferro, 2024, p. 31).

3 AUSÊNCIA DE REPRESENTATIVIDADE NOS LINEUPS

No cenário das festas noturnas de Recife, pessoas trans e travestis têm ganhado protagonismo e relevância através de suas produções artísticas, principalmente enquanto DJs, mas também enquanto curadoras, *performers*, *hostess*, produtoras, dentre outros aspectos. É possível aferir isso através da obra da multi artista olindense Libra Lima, que atua sobre o nome IDLIBRA e já realizou três turnês pela Europa, além de já ter passado por diversos festivais de música em nível nacional. Idem quanto à Paulete Lindacelva, também artista, trans, pernambucana, que já realizou turnês pela Europa e atua como DJ residente na festa Mamba Negra, em São Paulo. Outras artistas pernambucanas como Dandara Luz (Dandarona) e Vic Chameleon (Cherolainne) também tem circulado por festas e festivais, sobretudo de música eletrônica, pelo Brasil afora.

Por outro lado, se analisarmos algumas das grandes festas de Recife, tal qual a Revérse, e festivais como o WeHoo e o Guaiamum Treloso, vemos que existe pouco ou quase nenhum protagonismo de artistas trans. Na Revérse, festa de música eletrônica, entre março de 2023 até o presente momento, março de 2025, produziu e realizou 10 edições, nas quais em apenas três delas haviam pessoas trans atuando enquanto DJ no *lineup* (programação). O WeHoo se autodefine enquanto um festival que valoriza a diversidade e reúne pessoas diferentes para celebrar a música e a arte. Todavia, ao longo de 3 edições, apenas 2 das 86 atrações que já passaram pelos seus palcos eram pessoas trans: Libra, a DJ, e Majur, a cantora. A DJ Valentina Luz estaria presente na edição de 2024, entretanto, a edição foi cancelada.

Já o Guaiamum Treloso, festival que conta com apresentações de cantores/as, bandas e um palco exclusivo para música eletrônica, em suas últimas 4 edições contou com a

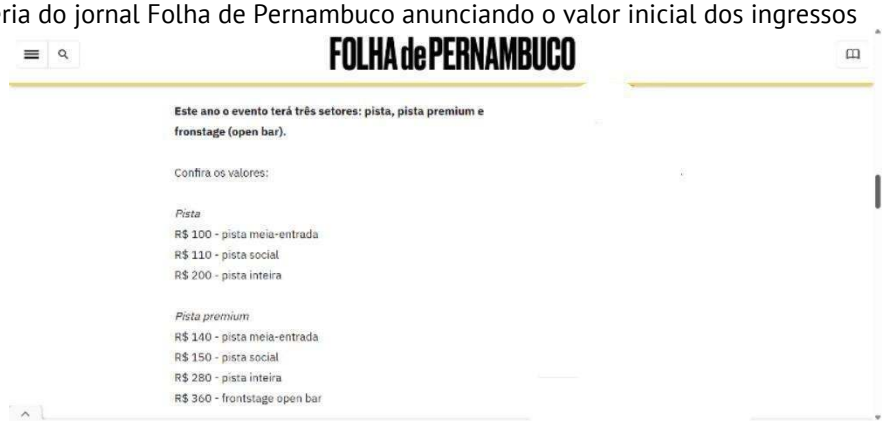
presença de 3 pessoas trans enquanto DJs, todas elas unicamente na edição de 2022; a análise do *lineup* dos festivais mostra que, infelizmente, a presença de pessoas trans e travestis que atuam enquanto DJs ainda se mostra restrita a espaços produzidos e frequentados majoritariamente por pessoas LGBTQIA+. Essa ausência reverbera também no público, que pode sentir que determinada festa ou festival pode não ser um ambiente seguro, ou acolhedor, e portanto pode optar por não frequentar o evento.

É possível analisar como a presença da população trans nas produções impacta diretamente na presença da mesma população enquanto artistas ao retomar a análise do Coquetel Molotov. Libra é uma das co-curadoras do festival, especificamente do palco Kamikaze, que propõe a ser de música eletrônica, e pelo festival já passaram diversos artistas que são pessoas trans ou travestis, como: as/o DJs Badsista, Boneka, Geni, Miss Tacacá e Paulete Lindacelva, além de cantoras como Bixarte, Irmãs de Pau, Jaloo, Jup do Bairro, Linn da Quebrada, Liniker e Ventura Profana.

O mesmo pode ser analisado em produções locais como as festas NBOMB e Sintétyca, ambas produzidas por pessoas trans, cujos *lineups* chegam a ser compostos por mais de 70% de artistas trans, além de sempre contarem com lista trans. Mesmo com a presença expressiva de DJs trans em Recife, a escassez de oportunidades em eventos fora do circuito LGBTQIA+ permanece evidente. E, por vezes, até mesmo dentro de produções voltadas para o público LGBTQIA+, a exclusão de artistas trans ainda é uma questão.

O festival *La Folie* tem como público alvo a população referida, com um foco específico em música pop, artistas como Glória Groove, Iza, Luisa Sonza, Pabllo Vittar, dentre outros, compuseram o *lineup* do festival. Foram realizadas duas edições, sendo uma em 2022 e uma em 2023. Na edição de 2022, houve lista trans – gerida por uma pessoa trans, e divulgada com um tempo hábil adequado: cerca de um mês de antecedência à realização do evento – e uma única artista trans: a DJ recifense Dandarona. Na edição seguinte, em 2023, a cantora Urias e a DJ Gaby Lima representaram a população trans nos palcos, mas não houve lista trans neste ano, e estes eram os valores iniciais dos ingressos:

FIGURA 3 - matéria do jornal Folha de Pernambuco anunciando o valor inicial dos ingressos


FOLHA de PERNAMBUCO

Este ano o evento terá três setores: pista, pista premium e fronstage (open bar).

Confira os valores:

Pista
R$ 100 - pista meia-entrada
R$ 110 - pista social
R$ 200 - pista inteira

Pista premium
R$ 140 - pista meia-entrada
R$ 150 - pista social
R$ 280 - pista inteira
R$ 360 - frontstage open bar

Fonte: Folha de Pernambuco (2023)

O erro do festival está em acreditar que a presença de artistas trans em suas produções e disponibilizar a política de lista trans são coisas que funcionam em paralelo, não em concomitância. Não basta que apenas duas artistas trans estejam presentes no *lineup* do festival, sem pensar que, justamente devido ao aumento de artistas trans na programação, haverá também uma demanda maior do público trans em querer ver essas artistas e muitas vezes se vê impossibilitado de participar devido aos custos que estão envolvidos em estar no evento, como veremos a seguir, a partir dos resultados do *survey*.

4 RESULTADOS DO *SURVEY*

A nível metodológico, foi realizado um *survey* online de caráter quantitativo e qualitativo. A amostra da pesquisa teve 25 pessoas respondentes que nos deram informações sobre aspectos sociobiográficos, como: renda mensal, raça, idade, se possui algum tipo de deficiência ou se é uma pessoa periférica. Partindo dos dados coletados, foi possível mensurar, parcialmente, a eficácia que a política de lista trans tem tido para garantir o acesso à cultura para pessoas trans e travestis nas produções recifenses.

Um dos principais aspectos, ao pensarmos no acesso à cultura e lazer, é o da acessibilidade financeira: a renda mensal de 96% das pessoas respondentes afirmaram possuir renda equivalente a até dois salários mínimos, e destas 96%, 84% vivem com somente um salário mínimo. Em uma análise realizada pelo Mapa dos Festivais em 2023, onde 298 festivais nacionais foram consultados, o preço médio do ingresso foi de R$329,00, se corrigirmos esse valor para o ano de 2025, o valor é de 361 reais, correspondendo, se considerarmos o salário mínimo atual de R$1509, a quase 25% do salário mínimo. Segundo Cholodoski e Ferro (2024, p.37), “acessar um dia destes festivais, sem computar gastos paralelos como alimentação e transporte, pode chegar a aproximadamente ⅔ do salário mínimo por inteira e ⅓ por meia entrada e/ou entrada social”

Contudo, ir a uma festa ou festival, envolve custos para além da entrada do evento. É necessário pensar no que é gasto antes mesmo do festival e o que é consumido durante as festas. Na pesquisa realizada, em que 72% das pessoas respondentes afirmaram residir em periferias ou em locais de difícil acesso das produções culturais recifenses, quando questionados os gastos que costumavam ter para ir a esses eventos, 84% responderam ser com o transporte particular. Esse dado pode ser atribuído a uma tentativa de ter maior segurança, tendo em vista o horário já avançado que as festas costumam começar – normalmente, a partir das 22h –, por si só já seria um grande perigo, se refletirmos sobre como a população trans e travesti está suscetível à violência física e/ou verbal no espaço público, torna-se praticamente inviável depender do transporte público para ir e, menos ainda, voltar de algum evento. Além do transporte, que é fundamental, outros gastos foram citados pelos respondentes:

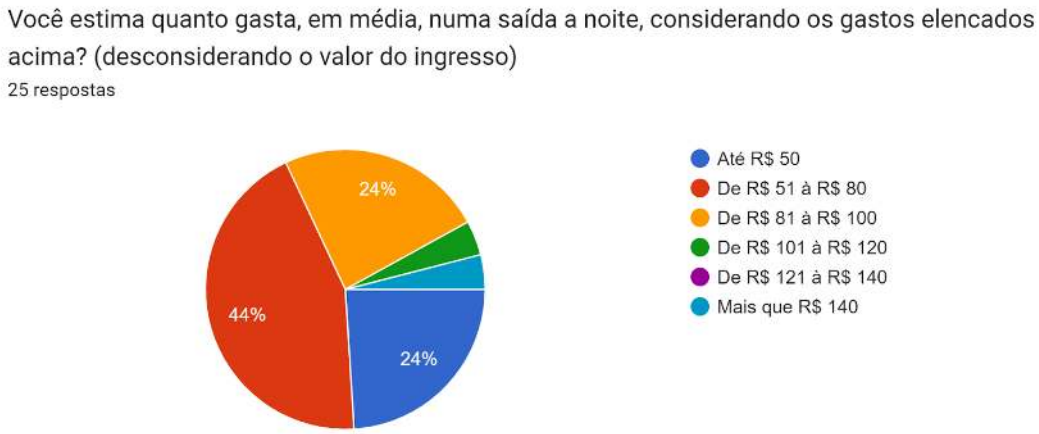
GRÁFICO 1 - Gastos esperados por saída desconsiderando o valor do ingresso



Fonte: Autores (2026)

Dentro desses gastos esperados, a média esperada de gastos por saída variou entre:

GRÁFICO 2 - Média de gastos, em reais, numa saída desconsiderando o valor do ingresso



Fonte: Autores (2026)

Com esses dados em mente, não é surpreendente que 48% das pessoas respondentes tenham afirmado que dependem integralmente da política da lista trans para acessar produções culturais noturnas em Recife, e o número das que dependem parcialmente também não difere muito: 40% estão nessa porcentagem. Somente 12% alegaram não depender, ou depender minimamente da lista para ter acesso. Além disso, ao serem questionades se usariam a política caso possuíssem condições de pagar pelo ingresso, 68%

afirmou que não usaria, e diz acreditar que essa política deve ser usada por pessoas trans e travestis que realmente precisem, ou seja, não disponham de recursos financeiros.

Além das questões econômicas e materiais, é importante que essa população se sinta segura e representada nos eventos. Ao serem questionades sobre a importância de haver pessoas trans e travestis se apresentando nos locais, 92% consideraram muitíssimo importante e os 8% restantes consideram muito importante.

No tangente ao perfil socioeconômico, 64% das pessoas respondentes são negras, 96% são pessoas que possuem renda mensal aproximada de até 2 salários mínimos, e ⅔ se consideram pessoas periféricas.

Assim, nota-se como a política, que *a priori* pode ser entendida enquanto uma política que atua no combate à desigualdade de gênero, mostra-se interseccional, atuando também no combate à desigualdade racial e de classe. Isso nos mostra, também, como não se pode ou deve desassociar a luta anti-transfobia das lutas antirracista e anticapitalista.

5 DESDOBRAMENTOS DA LISTA T

Neste mesmo sentido, o que começou enquanto uma política que atua no combate à desigualdade de gênero, hoje tem se desenvolvido e atingido a outros públicos. Em Recife, algumas produções, como a Golarrolê, já trabalham com a "Lista PCD". Seguindo a mesma ideia da Lista Trans, pessoas com deficiência (PCD) também possuem gratuidade garantida, compreendendo os processos estruturais de exclusão e dificuldade no acesso à lazer e à cultura que a população em questão tem.

As "regras", neste caso, são um pouco diferentes da Lista Trans, mas possuem a mesma ideia. Se a lista trans deve ser curada por uma pessoa trans, a lista PCD deve ser curada por uma pessoa também PCD. Enquanto na lista trans normalmente é solicitado que a pessoa respondente informe alguma rede social sua para fins de averiguação, na lista PCD é solicitado um documento oficial de comprovação da condição, podendo ser o laudo com o CID, cartão do VEM, BPC ou RG (se já estiver atualizado com as informações).

FIGURA 4 - Captura de tela das instruções para ao acesso da lista PCD da Golarrolê



Fonte: Instagram @golarrole (s.d)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale ressaltar que essas políticas dizem respeito a um aspecto financeiro, conforme já foi ressaltado, mas não apenas. Mesmo que a festa ou festival possua um valor que aparenta ser baixo ou até mesmo irrisório, dispôr da política é uma atitude de mostrar que compreende as disparidades causadas pelos marcadores sociais da diferença, e se importa de maneira efetiva que essas pessoas possam estar ocupando esses espaços. Ainda mais, podemos pensar em avanços na política. Apenas em um dos festivais mapeados por Cholodoski e Ferro – o Afropunk Bahia – a lista trans teve quantidade ilimitada de ingressos disponibilizada, ou seja, todas as pessoas inscritas foram aprovadas.

Mesmo com a conjuntura atual onde diversos festivais tem sido cancelado devido à falta de patrocínio, ou pelos altos custos envolvidos para a realização de um festival, o papel da política de lista trans é de tensionar e alertar às pessoas produtoras que é incontornável produzir um evento sem que seja pensado a possibilidade de abranger a população trans e travesti. E ainda mais: que produtores/as cisgênero estejam constantemente repensando suas práticas, e se movimentando para conseguir atender às demandas das listas (trans, PCD, indígena, etc). Em Recife, hoje, é impossível pensar música e cultura sem dar a devida valorização, remuneração e prestígio às produções de pessoas trans e travestis.

REFERÊNCIAS

ASSUCENA, Assucena; VIRGÍNIA, Raquel. **Liberdade de Gênero na Música.** Semana Internacional de Música: São Paulo, 2016.

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Art. 23. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10638993/artigo-23-da-constituicao-federal-de-1988. Acesso em: 28 mar. 2025.

Cholodoski, Iná Odara; Ferro, Macaia. **Dossiê**: Listas Trans - Um panorama dos festivais brasileiros de 2023. Rio de Janeiro, RJ. 2024. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/11M_4HmGanojq5HO7C6OFH4mfo3YNLc_w/view?fbclid=PAZXh0bgNhZW0CMTEAAaam7pKWtlErqWWP9Vga1aO_dG0If4FHcHYN2645Mor0U87aQKnGMnqVhAg_aem_pF1MU_8E7bFy34HyNwepNg. Acesso em: 28 de mar. 2025.

COLLING, Leandro. **Artivismos das dissidências sexuais e de gênero**. EDUFBA, 2019.

COLLING, Leandro. Impactos e/ou sintonias dos estudos queer no movimento LGBT do Brasil. *In*: QUINALHA, Renan *et al.* (org.). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 515-531.

Coquetel Molotov. **Instagram: @noarcm**. Disponível em: https://www.instagram.com/noarcm. Acesso em: 28 mar. 2025.

DE MORAES, Matheus Henrique Junqueira. Pink money & Pinkwashing: entre o reconhecimento e os riscos de uma expansão expropriatória do capitalismo. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 7, n. 22, 2024.

FOLHA DE PERNAMBUCO. Festival La Folie inicia pré-venda dos ingressos, confira os valores e mais detalhes. Recife, 4 jul. 2023. Disponível em: https://www.folhape.com.br/cultura/festival-la-folie-inicia-pre-venda-dos-ingressos-confira-os-valores-e/279068/. Acesso em: 28 mar. 2025.

Guaiamum Treloso Rural. **Instagram: @guaiamumtrelosorural.** Disponível em: https://www.instagram.com/guaiamumtrelosorural/. Acesso em: 28 mar. 2025.

Gola Rolê. **Instagram: @golarrole**. Disponível em: https://www.instagram.com/golarrole/. Acesso em: 28 mar. 2025.

LOURO, Guacira L. Teoria *Queer* - uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

SILVA, André Araújo da. **Damas de paus**: atravessamentos afetivos sobre representatividade trans e travesti na música brasileira d'As Bahias e a Cozinha Mineira. 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2019.

WeHoo Festival. **Instagram: @wehoofestival**. Disponível em: https://www.instagram.com/wehoofestival/. Acesso em: 28 mar. 2025.

Recebido em: 15/04/2025
Aceito em: 26/08/2025

ENTRE HISTÓRIA, MEMÓRIA E TURISTIFICAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS QUEER EM AMSTERDAM

BETWEEN HISTORY, MEMORY AND TOURISTIFICATION: THE CONSTRUCTION OF QUEER SPACES IN AMSTERDAM

Christopher Smith Bignardi Neves[1]

Resumo: as pesquisas sobre identidades sexuais têm ganhado destaque em várias áreas nos últimos anos. Na geografia e sociologia, elas são vistas como elementos que produzem e modificam o espaço urbano, enquanto no turismo, o foco está nas diversas práticas de consumo de indivíduos LGBTQI+. A geografia queer observou que as pessoas LGBTQI+ desenvolveram práticas que transformaram antigos guetos em notáveis gayborhoods (bairros gays), em um processo chamado de gaytrificação, que alterou a maneira como vivenciamos as cidades. A percepção de LGBTQI+ no espaço urbano resultou em interpretações dos guetos, que, após o processo de gaytrificação, originaram gayborhoods em diversas metrópoles, apontando para as constantes transformações desses espaços. A pesquisa em geografia queer revela contribuições para os estudos de turismo, indicando que as interseções entre sexualidade e espaço contribuem para o desenvolvimento de destinos turísticos. Para compreender a turistificação queer, realizou-se uma análise de imagens no Instagram ambientadas na Reguliersdwarsstraat, principal rua de lazer e recreação destinada ao público LGBTQI+ em Amsterdam. O corpus de análise de 7476 fotografias compartilhadas entre 2012 e 2023 possibilita identificar um processo de gaytrificação na área ocorrido após a década de 1960, caracterizando-a como uma queer precinct, de alto fluxo turístico, principalmente no período noturno e nos meses de verão. Os frequentadores desempenham práticas gaytrificadoras, que compartilhadas no Instagram, criam uma imagem gay-friendly da cidade. Deste modo, é possível afirmar que a gaytrificação e turistificação preservam o legado histórico e cultural LGBTQI+, impulsionam o turismo e a economia local. O Instagram contribui na promoção de queer precincts, e a importância dos gayborhoods turistificados está em possibilitar a expressão pessoal e na celebração da diversidade. Conclui-se que esses locais não só resistem ao de-gaying, mas também diversificam a oferta turística das cidades e oferecem um vislumbre de um futuro inclusivo e celebrativo.

Palavras-chave: Espaço Queer; Turismo LGBTQI+; Reguliersdwarsstraat.

Abstract: research into sexual identities has gained prominence in several areas in recent years. In geography and sociology, they are seen as elements that produce and modify urban space, while in tourism, the focus is on the various consumption practices of LGBTQI+ individuals. Queer geography has observed that LGBTQI+ people have developed practices that have transformed former ghettos into notable gayborhoods, in a process called gaytrification, which has changed the way we experience cities. The perception of LGBTQI+ in urban space has resulted in interpretations of ghettos, which, after the process of gaytrification, have given rise to gayborhoods in various metropolises, pointing to the constant transformations of these spaces. Research in queer geography reveals contributions to tourism studies, indicating that the intersections between sexuality and space contribute to the development of tourist destinations. In order to understand queer touristification, an analysis was carried out of Instagram images of Reguliersdwarsstraat, the main leisure and recreation street for LGBTQI+ people in Amsterdam. The corpus of analysis of 7,476 photographs shared between 2012 and 2023 makes it possible to identify a process of gaytrification in the area that took place after the 1960s, characterizing it as a queer precinct, with a high tourist flow, especially at night and in the summer months. Those who frequent the area engage in gaytrifying practices, which, when shared on Instagram, create a gay-friendly image of the city. In this way, it can be said that gaytrification and touristification preserve the LGBTQI+ historical and cultural legacy, boost tourism and the local economy. Instagram contributes to the promotion of queer precincts, and the importance of touristified gayborhoods lies in enabling personal expression and celebrating diversity. The conclusion is that these places not only resist de-gaying, but also diversify the tourist offer of cities and offer a glimpse of an inclusive and celebratory future.

Keywords: Queer space; LGBTQI+ tourism; Reguliersdwarsstraat.

[1] Doutor em Geografia, Mestre em Turismo, Técnologo em Gestão de Turismo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutorando em Educação pela UFPR, Pedagogo pela Universidade Estadual do Paraná. Licenciatura em Geografia pela Faculdade Cidade Verde.

1 INTRODUÇÃO

O turismo LGBTQI+ tem se consolidado como um campo de estudo relevante dentro da Geografia Cultural e do Turismo Contemporâneo, ao evidenciar a forma como identidades sexuais e de gênero interagem com o espaço urbano, a economia e as práticas de lazer (Chapuis, 2013). A crescente visibilidade de destinos queer no cenário global reflete transformações sociais e culturais profundas, em que o espaço urbano passa a ser também um lugar de expressão, resistência e consumo identitário. Nesse contexto, as cidades tornam-se não apenas palco, mas agentes ativos na construção de narrativas de inclusão, diversidade e cidadania sexual.

Amsterdam, reconhecida por sua trajetória histórica de tolerância e liberalidade, ocupa um papel de destaque nesse cenário (Neves, 2021; Neves; Chemin, Brambatti, 2021; Neves; Silveira, 2024). Desde o final do século XX, a cidade vem se afirmando como um dos destinos mais acolhedores para o público LGBTQI+, consolidando-se como referência na Europa em termos de políticas inclusivas, infraestrutura turística e valorização da diversidade (Martel, 2018; Zebrascki; Maliepaard, 2012). Essa condição é resultado de um conjunto de fatores que articulam aspectos sociais, culturais e políticos, transformando o espaço urbano em território simbólico e afetivo para diferentes identidades queer.

A construção desses espaços turísticos queer, frequentemente denominados gayborhoods, representa um fenômeno complexo de territorialização e estetização da diversidade. Esses territórios, ao mesmo tempo em que promovem visibilidade e pertencimento, enfrentam desafios relacionados à gentrificação, à mercantilização da cultura queer e à manutenção de sua autenticidade diante do crescimento do turismo (Visser, 2014). Tais tensões revelam que a turistificação de espaços LGBTQI+ não se limita à oferta de serviços especializados, mas envolve disputas simbólicas e materiais sobre quem pertence e quem lucra com a diversidade.

A escolha de Amsterdam, e em particular da Reguliersdwarsstraat, como objeto empírico deste estudo, não se baseia apenas em sua notoriedade como destino *gay-friendly*, mas em seu caráter paradigmático na intersecção entre história, urbanidade e turistificação queer (Neves, 2021; Neves; Chemin, Brambatti, 2021; Neves; Silveira, 2024). Diferentemente de metrópoles como Nova York, São Francisco ou São Paulo, cuja centralidade na literatura LGBTQI+ está frequentemente associada à militância política, aos movimentos sociais e à economia criativa, Amsterdam apresenta uma configuração onde políticas públicas de inclusão, planejamento urbano e estratégias de *place-marketing* foram articuladas de modo pioneiro a partir da década de 1990 (Chapuis, 2013; Martel, 2018). Essa singularidade permite observar como a institucionalização da diversidade sexual pode ser incorporada à paisagem urbana e convertida em ativo simbólico e econômico, sem perder a dimensão de pertencimento e autenticidade cultural.

Além disso, a Reguliersdwarsstraat constitui um microcosmo analítico privilegiado, pois condensa os processos de transformação urbana, gentrificação e mercantilização da cultura queer que hoje atravessam diferentes destinos turísticos globais (Neves, 2021; Neves; Chemin, Brambatti, 2021; Neves; Silveira, 2024). Trata-se de um espaço cuja historicidade, marcada por agentes locais como Sjoerd Kooistra e Frans Monsma, possibilita examinar empiricamente as tensões entre visibilidade, consumo e resistência queer. A seleção dessa localidade, portanto, se ancora em critérios teóricos (geografia cultural e queer), empíricos (disponibilidade e densidade de material visual e histórico) e metodológicos (viabilidade de análise comparativa e documental de fontes digitais), oferecendo um campo fértil para compreender como as identidades LGBTQI+ são territorializadas, estetizadas e turistificadas no contexto europeu contemporâneo.

A partir dessa perspectiva, o presente estudo busca analisar as representações visuais e simbólicas do espaço queer de Amsterdam, com foco na Reguliersdwarsstraat, a partir de uma abordagem geográfica e cultural que une história, memória e turistificação. Para isso, recorre-se à análise qualitativa de imagens publicadas em redes sociais, que se configuram como importantes documentos visuais contemporâneos para compreender a experiência turística e a performatividade das identidades sexuais e de gênero no espaço urbano.

2 METODOLOGIA

A pesquisa realizada sobre a Reguliersdwarsstraat em Amsterdam como uma *queer precinct* apresenta uma abordagem qualitativa que busca compreender a complexidade dos fenômenos estudados, destacando temas como identidade sexual, pertencimento, visibilidade e resistência da comunidade LGBTQI+ nos espaços urbanos turisitificados. A metodologia científica aplicada foi fundamental para alcançar os objetivos do estudo, envolvendo pesquisa documental em diversas fontes, pesquisa netnográfica mediada pelo Instagram e análise de conteúdo para avaliação e coleta de dados visuais.

A escolha da Reguliersdwarsstraat como objeto de estudo foi embasada em critérios específicos, como sua identificação como uma "área gay" na cidade de Amsterdam, o que despertou a curiosidade do pesquisador e motivou a investigação. A pesquisa buscou integrar diferentes perspectivas teóricas e metodológicas para oferecer uma análise abrangente e aprofundada dos gayborhoods turistificados, contribuindo para o avanço do conhecimento sobre as geografias queer e as experiências LGBTQI+ em destinos turísticos urbanos.

A análise qualitativa realizada no estudo permitiu capturar as vozes e experiências das pessoas LGBTQI+ diretamente envolvidas com a Reguliersdwarsstraat, oferecendo uma visão holística e rica do fenômeno estudado. O uso do Instagram possibilitou que o pesquisador "estivesse diariamente" na Reguliersdwarsstraat (Neves; Silveira, 2024), acompanhando a movimentação na rua em diversos momentos do dia. A opção de seguir foi

aplicada a diversas *hashtags*, fazendo com que, a cada uso por um Instagrammer, o pesquisador fosse notificado. A coleta de dados (as fotografias) ocorreu por meio do software 4K Stogram, que, operando em segundo plano, manteve o download atualizado constantemente.

De acordo com Ünal e Akyol (2021), plataformas como o Instagram desempenham um papel crucial na formação das percepções e escolhas dos turistas. O Instagram não se limita apenas ao compartilhamento de fotos e vídeos; configura-se também como uma plataforma influente para o turismo (Bozzi, 2020). Mackay e Couldwell (2004) afirmam que as fotografias são essenciais para criar e comunicar com sucesso as imagens de um destino.

Mayr e Weller (2017) indicam que novas *hashtags* podem ser criadas pelos Instagrammers, derivando do contexto ou segmento, constituindo-se em uma estratégia de comunicação organizacional. Neste estudo, optou-se pela busca por uma *hashtag* específica, que nada mais é do que o nome da rua, ou seja, #reguliersdwarsstraat, visto que é a que melhor representa a localidade quando comparada com outras. Para enriquecer a coleta de dados, foi adotada a sugestão de Laestadius (2017) de combinar imagens visuais, legendas e *hashtags*. Além disso, foram adicionadas *geo-tags*, ou seja, fotografias que foram georeferenciadas na rua em questão.

Somados, contabilizou-se 11.811 arquivos baixados pelo 4K Stogram, entretanto, 7.476 imagens foram consideradas válidas para este estudo, garantindo que a totalidade dos dados coletados fossem orgânicos, ou seja, de pessoas reais, que frequentaram a Reguliersdwarsstraat entre 2012 e 2023. Por fim, os resultados obtidos foram compilados em amostragens das respectivas similitudes, acrescidas das análises do pesquisador.

A categorização das imagens seguiu um protocolo analítico sistematizado em três níveis complementares: (a) conteúdo visual, (b) contexto de publicação e (c) atributos espaciais e simbólicos. No primeiro nível, o conteúdo visual foi classificado conforme a presença de elementos diretamente associados à estética queer e às práticas de sociabilidade, como bandeiras arco-íris, performances artísticas, eventos sazonais (ex.: Amsterdam Pride) e representações corporais de gênero e afetividade.

No segundo nível, o contexto de publicação considerou legendas, hashtags e interações (comentários e curtidas), buscando identificar narrativas de pertencimento, resistência e celebração da diversidade. Já no terceiro nível, o enfoque recaiu sobre a localização georreferenciada e os elementos arquitetônicos ou comerciais presentes nas imagens (fachadas, bares, letreiros, mobiliário urbano), permitindo mapear a distribuição simbólica e material da rua enquanto espaço queer.

Para garantir rigor interpretativo, as imagens foram agrupadas em categorias emergentes definidas por similitude temática, permitindo que as análises transcendessem o mero registro visual e capturassem dimensões performativas e socioculturais da Reguliersdwarsstraat (Neves; Silveira, 2024). Essa categorização foi validada por

triangulação entre observações visuais, metadados e referenciais teóricos da geografia e sociologia queer, assegurando coerência entre o corpus empírico e os objetivos da pesquisa.

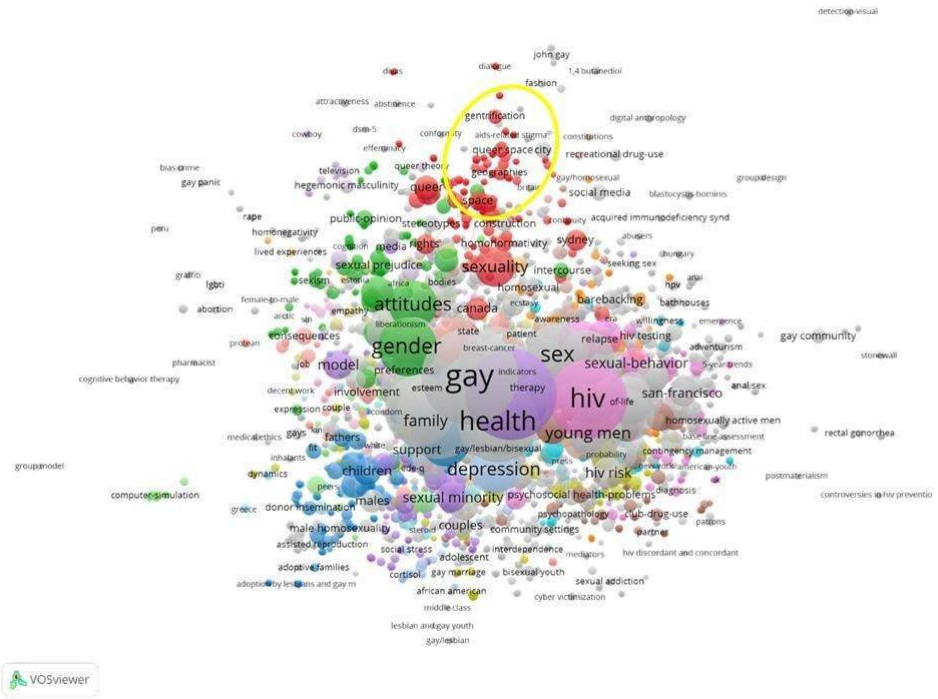
3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 PERSPECTIVA GEOGRÁFICA

Um dos principais conceitos teóricos utilizados é o da Teoria Queer, que questiona as normas sociais e de gênero dominantes, destacando a fluidez e diversidade das identidades de gênero e orientações sexuais. A Teoria Queer fornece uma base conceitual para compreender as dinâmicas de identidade e poder que influenciam a experiência LGBTQI+ nos territórios que ocupam.

Além disso, a Geografia Queer surge como uma abordagem teórica que explora como a orientação sexual e a identidade de gênero afetam as relações das pessoas com o ambiente (Figura 1). Essa corrente teórica enfatiza a importância de considerar as experiências LGBTQI+ na construção e vivência dos territórios, destacando a interseccionalidade entre identidade, espaço e poder.

FIGURA 1 - Ocorrência de gay e neighborhood em títulos, resumos e palavras-chave



Fonte: VOSWiever (2021).

Os territórios e as territorialidades LGBTQI+ representam espaços físicos e simbólicos onde a comunidade LGBTQI+ encontra refúgio, expressão e resistência. Sob uma perspectiva geográfica, a análise desses territórios revela não apenas a ocupação física do espaço, mas também as relações de poder, identidade e pertencimento que os permeiam. Segundo Haesbaert (2004), a aquisição e manutenção do controle territorial são fontes de poder e legitimação para diferentes coletividades urbanas, destacando a importância dos territórios LGBTQI+ como espaços de afirmação e resistência.

A criação de territórios LGBTQI+ não se trata apenas de reivindicar privilégios, mas de estabelecer locais onde a comunidade LGBTQI+ possa se sentir segura e livre para ser quem é. Esses espaços são cruciais para avançar os direitos LGBTQI+ e construir uma sociedade mais equitativa, como argumenta Richard Florida (2019). A territorialidade confere identidade ao grupo, desempenhando um papel fundamental na consolidação do seu poder e influência.

Florida (2019) traz uma perspectiva contemporânea ao destacar a importância dos territórios LGBTQI+ como espaços de segurança e liberdade para a comunidade LGBTQI+. O autor argumenta que a criação desses territórios não se trata de reivindicar privilégios, mas de estabelecer locais onde as pessoas possam ser autênticas e livres para expressar sua identidade.

A dinâmica de poder nos territórios LGBTQI+ é essencial para compreender suas complexas interações. São espaços de resistência e subversão às normas sociais e de gênero dominantes, onde se fomenta o diálogo e a construção de alianças entre diferentes grupos sociais. Como ressalta Matos (2015), a criação de identidade é um aspecto-chave dessas territorialidades, fortalecendo a identidade coletiva e impulsionando a configuração desses espaços.

Por possuírem um legado histórico de lutas e vitórias, os territórios LGBTQI+ representam espaços de resistência e afirmação da diversidade sexual e de gênero. Demarcados por limites simbólicos e culturais, esses territórios são essenciais para as práticas de sobrevivência e coexistência da comunidade LGBTQI+, conforme destacado por Haesbaert (2014). A dominação material e os desafios enfrentados pela coletividade LGBTQI+ evidenciam a importância da reterritorialização desses espaços, transformando ambientes hostis em locais de expressão e empoderamento.

A discussão sobre reterritorialização dos espaços LGBTQI+ e a transformação de ambientes hostis em locais de expressão e empoderamento pode ser embasada em conceitos de resistência, contraconduta e subversão presentes nas obras de Belarmino e Dimenstein (2021).

Assim, os territórios e as territorialidades LGBTQI+ representam não apenas espaços físicos, mas também espaços de identidade, resistência e pertencimento para a comunidade LGBTQI+. A análise desses territórios sob uma perspectiva geográfica amplia o

entendimento das dinâmicas de poder, inclusão e diversidade presentes nos espaços urbanos e rurais ocupados pela comunidade LGBTQI+.

3.2 PERSPECTIVA TURÍSTICA

As Áreas Funcionais Turísticas Urbanas (AFTUs) desempenham um papel crucial na interação entre turistas e moradores, moldando a trajetória das cidades e definindo novos padrões para a coexistência urbana. De acordo com Hayllar, Griffin e Edwards (2008), as AFTUs são estruturadas como centros de recreação, consumo e competição econômica, influenciando significativamente o desenvolvimento econômico das regiões onde estão localizadas. Essas áreas são essenciais para repaginar os espaços urbanos e integrá-los com o ambiente urbano, formando clusters de turismo urbano que refletem a diversidade cultural e o ritmo da vida nas cidades.

Krolikowski e Brown (2011) destacam a importância da estrutura e forma das AFTUs na moldagem da experiência do turista e na dinâmica urbana. Elementos como design arquitetônico, atrações turísticas, mobiliário urbano e interações com a cidade são fundamentais para transformar essas áreas em centros de convergência e interação, onde turistas e moradores se encontram e compartilham experiências. A harmonia entre as expectativas dos turistas e as características locais é essencial para proporcionar uma experiência autêntica e agradável, despertando o interesse em retornar para novas vivências.

Em Amsterdam, um destino turístico internacionalmente reconhecido, as AFTUs são espaços de convergência e interação que integram o turismo à vida urbana, promovendo a autenticidade da cidade. Estas áreas não são apenas locais de entretenimento, mas também refletem a diversidade e a riqueza cultural da metrópole holandesa.

A diversidade sexual é um aspecto marcante em Amsterdam, evidenciado por iniciativas como o Pink Point e o Homomonument. O Pink Point, um ponto de informações turísticas voltado para a comunidade LGBTQI+, e o Homomonument, um memorial em homenagem às vítimas da perseguição homossexual, destacam o compromisso da cidade com a inclusão e o respeito à diversidade (Zebracki; Janssens; Vanderbeck, 2023). Essas ações reforçam a importância de criar um ambiente acolhedor e receptivo para todos os visitantes, independentemente de sua orientação sexual. A integração da diversidade sexual nas AFTUs não apenas enriquece a experiência turística, mas também fortalece a identidade da cidade como um destino progressista e inclusivo.

Além disso, as AFTUs em Amsterdam contribuem significativamente para o fluxo turístico, direcionando perfis particulares de visitantes para áreas específicas da cidade. Estudos apontam que a diversidade dessas áreas, influenciada por fatores individuais como sexo, raça, idade e orientação sexual, enriquece a experiência dos turistas e promove interações ricas e variadas. A cidade, que recebe milhões de turistas anualmente, enfrenta o

desafio da superlotação, o que ressalta a necessidade de gerenciar de forma sustentável o turismo e preservar sua autenticidade (Amsterdam, 2023).

A abertura de Amsterdam à diversidade sexual e a promoção da inclusão nas AFTUs não apenas enriquecem a experiência turística, mas também fortalecem a identidade da cidade como um destino acolhedor e progressista. Ao valorizar a diversidade e celebrar a pluralidade, Amsterdam se destaca como um exemplo de cidade cosmopolita e inclusiva, onde turistas e moradores podem coexistir harmoniosamente, contribuindo para a vitalidade e a autenticidade do destino (Dahles, 1998).

3.3 PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA

Os gayborhoods, também conhecidos como bairros gays, representam espaços urbanos historicamente significativos para a comunidade LGBTQI+ (Ghaziani, 2014). Esses locais surgiram como refúgios queer, onde indivíduos podiam expressar livremente sua identidade e encontrar apoio mútuo em um contexto social muitas vezes marcado por preconceitos e discriminação. A interseção entre a sociologia e a geografia tem sido fundamental para compreender a formação e evolução dos gayborhoods, explorando as dinâmicas socioespaciais da sexualidade e as contribuições teóricas de diversos estudiosos (Castells; Murphy, 1982).

A gaytrificação, por sua vez, emerge como um fenômeno urbano que transforma bairros centrais em áreas LGBTQI+, influenciando não apenas a paisagem urbana, mas também as relações sociais e econômicas desses espaços (Christafore; Leguizamon, 2018). Estudos geográficos têm abordado a gentrificação e a presença LGBTQI+ nas áreas urbanas, analisando os impactos desse processo na identidade e dinâmica das comunidades queer (Giraud, 2009). A gaytrificação apresenta desafios como a perda de identidade dos bairros LGBTQI+ e questões de inclusão, mas também oferece oportunidades para promover a diversidade, revitalização e desenvolvimento econômico local (Giraud, 2005).

Ghaziani (2019) destaca a diversidade e pluralidade dos gayborhoods, argumentando que a comunidade LGBTQI+ está criando "arquipélagos culturais" ao redor do mundo, em contraposição à ideia de um único enclave gay em cada cidade. Essa perspectiva amplia a compreensão dos espaços queer na cidade e sua importância para a comunidade.

Aldrich (2004) e Giraud (2014) abordam a importância dos bairros gays como espaços comerciais e de concentração de atividades voltadas para a população LGBTQI+, destacando a centralidade desses locais e sua influência na identidade e imagem da área queer. Esses autores contribuem para a compreensão da função econômica e social dos gayborhoods nas cidades.

Uma perspectiva mais ampla dos guetos gays é abordada por Castells (1983), que relata-o como locais de refúgio moral, o que permite aos pesquisadores compreender os

gayborhoods não apenas como espaços físicos, mas também como espaços de resistência e afirmação identitária para a comunidade LGBTQI+. Essa visão ampliada dos espaços queer na cidade ajuda a contextualizar a importância dos "*queer spaces*" como locais de expressão e celebração.

Já o conceito de "*queer spaces*" destaca áreas urbanas conhecidas por sua concentração de estabelecimentos e espaços LGBTQI+, que se tornam destinos populares para a coletividade (Goh, 2018). Estudos têm explorado a formação e evolução desses "*queer spaces*", analisando sua importância como espaços de expressão, celebração e resistência para a comunidade LGBTQI+. Os desafios enfrentados pelos "*queer spaces*" incluem a comercialização excessiva e a gentrificação, todavia representa oportunidades para promover a diversidade, inclusão e diálogo intercultural na cidade (Doan, 2015)

A interseção entre a geografia, a sociologia e outras disciplinas permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas socioespaciais da sexualidade e da construção de espaços inclusivos e acolhedores para todos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O turismo em Amsterdam tem passado por uma evolução significativa ao longo dos anos, tornando-se um destino turístico popular não apenas pela sua rica história e diversidade cultural, mas também por ser reconhecida como uma cidade acolhedora para a comunidade LGBTQI+ (Chapuis, 2013). O compromisso legal com a diversidade sexual e inclusão, destaca-a como um destino LGBTQI+ de destaque na Europa.

A abordagem geográfica de Amsterdam como um destino LGBTQI+ inclui pontos de interesse como a Reguliersdwarsstraat, conhecida por sua vibrante vida noturna. Além disso, a cidade oferece uma série de eventos e atrações voltadas para a comunidade LGBTQI+, como a Amsterdam Pride, que desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão e diversidade na cidade.

Estudos teóricos destacam a importância da infraestrutura e das leis antidiscriminatórias de Amsterdam, que a tornam um destino gay-friendly e atraem turistas LGBTQI+ de todo o mundo. A cena gay próspera da cidade, que atrai viajantes de todos os continentes, contribuiu para o status de Amsterdam como a "Capital Gay da Europa" no final do século XX (Martel, 2018; Zebrascki; Maliepaard, 2012)

No entanto, apesar das conquistas e do reconhecimento internacional, Amsterdam enfrenta desafios em termos de igualdade de direitos e inclusão. A cidade ainda precisa lidar com questões como a comercialização excessiva, a manutenção de espaços seguros e inclusivos, e a preservação da autenticidade e identidade cultural em meio ao turismo crescente.

Para garantir um turismo sustentável e acolhedor para a comunidade LGBTQI+ em Amsterdam, é essencial que políticas queer locais sejam fortalecidas e eventos como a

Amsterdam Pride continuem a promover a diversidade e inclusão (Kaygalak-Celebi; Ozeren; Aydin, 2019). A cidade deve buscar equilibrar o turismo LGBTQI+ com a preservação de sua essência e qualidade de vida para os residentes, garantindo que Amsterdam permaneça um destino vibrante e acolhedor para todos os visitantes.

A reputação de Amsterdam como uma cidade liberal e progressista contribui significativamente para a criação de um ambiente acolhedor para a comunidade LGBTQI+. A tolerância social e as políticas inclusivas adotadas pela cidade ao longo dos anos ajudaram a promover a diversidade e a aceitação, tornando Amsterdam um destino popular para pessoas LGBTQI+ de todo o mundo. Essa abordagem liberal da política municipal foi fundamental para o desenvolvimento de espaços seguros e inclusivos para a comunidade queer na cidade.

A Rua Reguliersdwarsstraat desempenha um papel significativo na comunidade LGBTQI+ em Amsterdam, sendo reconhecida como um importante centro de catering, entretenimento e socialização para esse público. Ao longo das décadas, a rua passou por transformações que a tornaram um ponto de referência para a comunidade LGBTQI+ na cidade. Inicialmente, bares e restaurantes heterossexuais foram gradualmente transformados em estabelecimentos gay-friendly, contribuindo para a popularização da área entre os frequentadores LGBTQI+.

A Reguliersdwarsstraat também se destaca por sediar eventos festivos e estabelecimentos reconhecidos, como o Bar Adrian, que foi um dos três únicos restaurantes de Amsterdam com estrela Michelin em determinado período. A diversidade de opções de entretenimento, catering e socialização oferecidas ao público LGBTQI+ na Rua Reguliersdwarsstraat a torna um ponto de encontro importante e uma atração turística para a comunidade e seus aliados em Amsterdam.

Essa importância histórica e cultural da Rua Reguliersdwarsstraat para a comunidade LGBTQI+ reflete não apenas a evolução da própria rua, mas também a luta contínua pela preservação da identidade queer em face das pressões comerciais e de transformação urbana.

Ao longo das décadas, ela se transformou em um ícone da diversidade, da cultura LGBTQI+ e da luta por aceitação e visibilidade. A Era Colorida na Reguliersdwarsstraat marcou um período de efervescência e celebração da comunidade queer, com seus bares e espaços de entretenimento LGBTQI+ se tornando pontos de encontro e refúgio para indivíduos que buscavam expressar livremente sua identidade.

Esses locais não apenas oferecem opções de entretenimento e socialização para a comunidade LGBTQI+, mas também contribuem para a construção de uma identidade queer na cidade. Bares e clubes LGBTQI+ são espaços de expressão, celebração e resistência, onde as pessoas podem se reunir, se conectar e se sentir parte de uma comunidade acolhedora e inclusiva.

Figuras como Sjoerd Kooistra e Frans Monsma desempenharam papéis fundamentais nesse cenário. Kooistra, conhecido por ser proprietário de diversos estabelecimentos na rua, foi uma peça-chave na consolidação da Reguliersdwarsstraat como um destino gay-friendly. Seu legado na cena noturna de Amsterdam foi marcado por empreendimentos que não apenas ofereciam entretenimento, mas também promoviam a diversidade e a inclusão (Kleef; Smits, 2011).

Por outro lado, Frans Monsma se destacou por seu engajamento e dedicação à causa LGBTQI+ (Spek, 2015). Sua atuação na organização de eventos e festas que se tornaram marcos na região contribuiu significativamente para a visibilidade e valorização da cultura queer. O reconhecimento de Monsma como Cavaleiro da Ordem de Orange Nassau em 2015, reflete a positividade de suas ações em prol da comunidade LGBTQI+.

A presença de bares gays na Reguliersdwarsstraat não apenas representava locais de diversão, mas também espaços de resistência e afirmação. Esses estabelecimentos desempenharam um papel crucial na promoção da aceitação social, na valorização da diversidade e na consolidação da identidade queer da rua. A história desses bares é marcada por momentos de altos e baixos, refletindo as lutas e conquistas da comunidade LGBTQI+ ao longo dos anos (Neves, 2021; Neves; Chemin, Brambatti, 2021; Neves; Silveira, 2024).

A Reguliersdwarsstraat é um exemplo vivo de como a coletividade queer pode moldar e transformar espaços urbanos, deixando um legado de inclusão, celebração e respeito pela diversidade. A importância desses bares e de figuras como Kooistra e Monsma transcende as fronteiras geográficas da rua, ecoando como um testemunho da força e da resiliência da comunidade LGBTQI+ em sua busca por igualdade e reconhecimento.

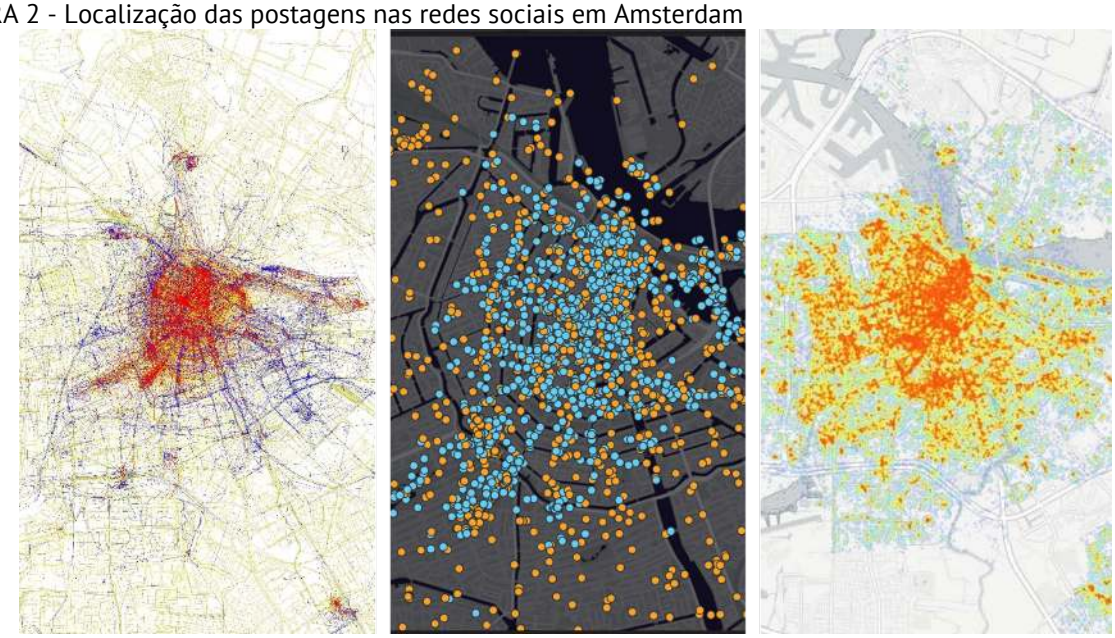
As fotografias do Instagram foram utilizadas como uma técnica para identificar características que interligam o turismo e a identidade sexual ao espaço queer de Amsterdam, especificamente na Reguliersdwarsstraat. Essas imagens foram analisadas para capturar a essência e a dinâmica da rua, considerando a diversidade de visitantes, suas interações, preferências e percepções sobre o local.

A análise das fotografias permitiu identificar padrões e similitudes nas imagens compartilhadas pelos visitantes, revelando como diferentes grupos de pessoas experienciam e representam a Reguliersdwarsstraat. A presença de turistas brasileiros, a diversidade de biotipos, corpos, etnias, identidades de gênero e sexualidades nas fotos contribuiu para uma representação mais abrangente e autêntica do público que frequenta a área.

Essa abordagem baseada em fotografias do Instagram (Figura 2) proporcionou uma visão mais atual e dinâmica da Reguliersdwarsstraat, refletindo as experiências e perspectivas dos visitantes de forma espontânea e autêntica. Além disso, a análise dessas imagens contribuiu para a compreensão da interseção entre turismo, identidade sexual e a cultura queer presente nesse espaço urbano.

A Reguliersdwarsstraat em Amsterdam emerge como um espaço singular e emblemático, onde a cultura queer se entrelaça com o turismo, o consumo e a identidade urbana. A análise das fotografias turísticas revela não apenas a estética visual da rua, mas também as complexas dinâmicas sociais e culturais que a permeiam. A gaytrificação da Reguliersdwarsstraat reflete as transformações urbanas mais amplas, onde autenticidade, mercantilização e políticas de inclusão se entrelaçam, moldando a identidade e atmosfera do local.

FIGURA 2 - Localização das postagens nas redes sociais em Amsterdam



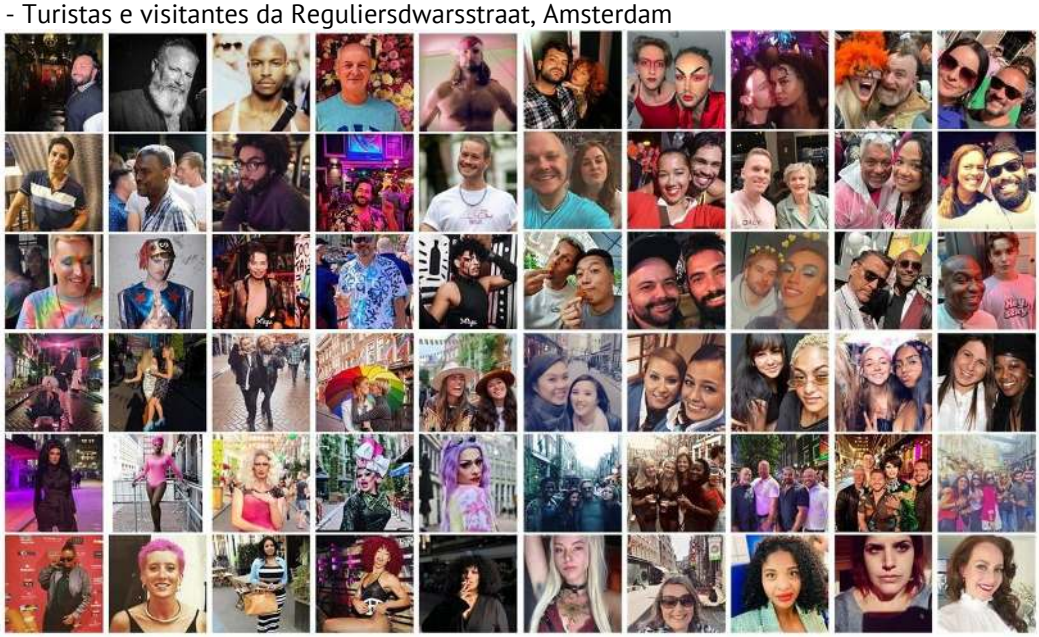
Legenda: Conforme mostra Fischer (2010), Drift (2015) e Boy e Uitermark (2017), a área central de Amsterdam concentra a maior quantidade de postagens. Os tons azulados em Fischer (2010), e amarelos em Drift (2015) e Boy e Uitermark (2017) e representam os residentes, enquanto tons avermelhados, azuis e alaranjados os turistas, respectivamente.
Fonte: Fischer (2010); Drift (2015); Boy e Uitermark (2017).

A análise das interações e diversidade dos frequentadores da Reguliersdwarsstraat em Amsterdam na seção "As Pessoas" revela um panorama rico e multifacetado, onde as relações interpessoais e a representatividade desempenham papéis centrais nas fotografias turísticas LGBTQI+ (Figura 3). As imagens não se limitam a retratar indivíduos, mas capturam também as dinâmicas sociais e afetivas presentes no espaço queer, refletindo a ampla diversidade de identidades e experiências dos visitantes.

Sob uma abordagem geográfica, a análise se concentra nas interações afetivas entre diferentes grupos, incluindo casais LGBTQI+ e heterossexuais, e na troca de afeto entre os frequentadores da rua. Além disso, as selfies e poses dos visitantes são exploradas como expressões não apenas da presença humana, mas também da expressão individual e coletiva no ambiente urbano LGBTQI+.

No embasamento teórico, as contribuições das teorias de geografia social de Massey (1994) e Rose (2016) são fundamentais. Estas teorias enfatizam a importância das relações espaciais e das práticas cotidianas na construção de identidades e comunidades, proporcionando uma lente analítica valiosa para compreender as fotografias como registros visuais das interações sociais e afetivas, contribuindo para a representação autêntica e inclusiva dos espaços queer.

FIGURA 3 - Turistas e visitantes da Reguliersdwarsstraat, Amsterdam



Fonte: Autor (2026)

A análise da experiência turística queer em Amsterdam pode ser enriquecida a partir do conceito de capital cultural, conforme proposto por Pierre Bourdieu (1986, 1989), permitindo compreender que a vivência na cidade extrapola a mera presença física nos espaços. Ser turista em Amsterdam, especialmente nos territórios queer, implica também ser visto, reconhecido e simbolicamente valorizado no contexto urbano, o que confere distinção e pertencimento a determinados grupos sociais.

O consumo dos lugares, dos eventos e das estéticas associadas à diversidade sexual e de gênero torna-se, portanto, uma forma de acumular capital simbólico, onde a visibilidade e o prestígio operam como mecanismos de legitimação da identidade. Nesse sentido, o ato de circular por espaços emblemáticos, participar de festividades ou visitar marcos históricos queer não se reduz a práticas de lazer, mas se inscreve em um campo cultural mais amplo, no qual o reconhecimento social e o status simbólico se entrelaçam à produção de subjetividades.

Essa perspectiva permite compreender a experiência turística como prática social mediada por distinções culturais, nas quais se negociam constantemente as fronteiras entre

pertencimento e exclusão. O turista queer, ao ocupar e representar determinados espaços de Amsterdam, mobiliza repertórios de gosto, estilo e consumo que funcionam como marcadores de distinção, tanto no interior dessa comunidade quanto em relação à sociedade cisheteronormativa. Assim, o capital cultural não apenas estrutura o modo como os indivíduos experienciam a cidade, mas também influencia como são vistos e legitimados dentro dela, revelando as dinâmicas de poder e reconhecimento que atravessam o turismo contemporâneo.

Deste modo, surgem desafios significativos relacionados à representação diversificada e respeitosa dos frequentadores da Reguliersdwarsstraat nas fotografias turísticas. É crucial evitar estereótipos e exclusões que possam distorcer a realidade e marginalizar grupos dentro da comunidade LGBTQI+. Por outro lado, há oportunidades de promover a inclusão e a representatividade das diversas identidades presentes no espaço urbano LGBTQI+ por meio das imagens, enriquecendo assim a narrativa visual dos destinos turísticos.

A autenticação dos espaços queer na Reguliersdwarsstraat é essencial para garantir que sejam genuínos, inclusivos e representativos das diversas identidades LGBTQI+. A representatividade da diversidade da coletividade LGBTQI+, o respeito à história e cultura queer, e o combate à discriminação e exclusão são elementos fundamentais na construção de ambientes acolhedores e seguros para a comunidade queer e de cor. A interseção entre mercado, turismo e identidade urbana impulsiona a rua como um espaço *hetero-friendly*, ao mesmo tempo em que reconhece o turismo LGBTQI+ como componente essencial na política de *place-marketing* de Amsterdam.

A análise do espaço urbano LGBTQI+ na Reguliersdwarsstraat, em Amsterdam, por meio das fotografias turísticas, revela uma intricada teia de representações geográficas e espaciais. Este estudo adentra as nuances da infraestrutura e dos elementos decorativos desta rua icônica, destacando não só os pontos turísticos tradicionais, mas também a efervescente vida noturna, os eventos e a atmosfera que a permeia, proporcionando uma visão panorâmica do ambiente urbano queer.

A abordagem geográfica adotada neste contexto se baseia na análise meticulosa das categorias representadas nas fotografias. Desde os imponentes prédios e suas fachadas até os vibrantes elementos decorativos, como bandeiras e balões em cores representativas da comunidade LGBTQI+, cada imagem é um retrato vivo da diversidade e da vitalidade desta rua (Figura 4). A exploração dos ângulos e olhares presentes nas fotografias revela a dinâmica espacial única e a interação dos visitantes com o ambiente urbano queer, enriquecendo ainda mais a compreensão deste espaço.

FIGURA 4 - Aspectos arquitetônicos e decorativos da Reguliersdwarsstraat, Amsterdam



Fonte: Autor (2026)

No contexto teórico, as contribuições de Larsen (2004) e Tuan (2015) ressoam na análise, destacando a importância da fotografia na construção e no consumo de lugares turísticos. As fotografias não são meros registros estáticos, mas sim elementos teatrais essenciais na prática turística, capturando não apenas paisagens, mas também interações humanas e emocionais que moldam a experiência do visitante.

Entretanto, surgem desafios significativos no processo de representação autêntica e inclusiva do espaço urbano LGBTQI+ nas fotografias turísticas. É imperativo evitar estereótipos e clichês que possam distorcer a realidade e alienar a comunidade retratada. Nesse sentido, é crucial explorar as oportunidades para promover a diversidade e a autenticidade dos destinos turísticos LGBTQI+ por meio das imagens, contribuindo para uma experiência enriquecedora e inclusiva para todos os visitantes.

A análise do consumo LGBTQI+ em viagens de lazer revela não apenas uma dimensão hedonista do turismo contemporâneo, mas também seu papel na construção e afirmação da identidade individual e coletiva (Figura 5). As práticas de consumo na Reguliersdwarsstraat não apenas refletem as preferências individuais dos turistas, mas também contribuem para a consolidação da imagem turistificada e gaytrificada do local.

FIGURA 5 - Consumo de bebidas, *cannabis* e comida na Reguliersdwarsstraat, Amsterdam



Fonte: Autor (2026)

A diversidade de identidades, corpos, etnias e orientações sexuais presentes na rua evidencia a representatividade do público LGBTQI+ e a importância do consumo como forma de afirmação identitária e resistência social. Esta seção, "O Consumo", oferece uma perspectiva abrangente sobre o papel do consumo LGBTQI+ em viagens de lazer na Reguliersdwarsstraat, em Amsterdam, examinando como este fenômeno contribui para a construção e afirmação de identidades individuais e coletivas. As imagens turísticas não apenas registram os produtos e serviços consumidos, mas também as práticas de consumo como expressão de identidade e resistência social.

Sob uma abordagem geográfica, a análise se concentra na dinâmica das interações entre os visitantes e os estabelecimentos comerciais, como bares, restaurantes e *coffeeshops* da Reguliersdwarsstraat. Além disso, são exploradas as representações visuais do consumo, incluindo fotos de grupos de consumidores, pratos e bebidas típicas, e ambientes de entretenimento na rua queer.

O embasamento teórico destaca as contribuições das teorias de consumo e identidade de Belk (1988) e Bourdieu (1983), que evidenciam a estreita relação entre práticas de consumo e construção de identidades sociais. As fotografias são analisadas como registros visuais das práticas de consumo LGBTQI+ em viagens de lazer, revelando a importância do consumo na expressão e afirmação de identidades dentro desta comunidade.

No entanto, surgem desafios relacionados à representação autêntica e diversificada do consumo LGBTQI+ nas fotografias turísticas, requerendo evitar estereótipos e simplificações que possam distorcer a realidade e marginalizar grupos dentro da comunidade. Paralelamente, há oportunidades de promover a valorização e visibilidade do

consumo LGBTQI+ como forma de resistência e afirmação identitária, enriquecendo assim a narrativa visual dos destinos turísticos.

As especificidades da Reguliersdwarsstraat, capturadas nas fotografias turísticas, revelam elementos emblemáticos como as bicicletas, as cervejas, a cannabis, que desempenham um papel crucial na identidade da cidade e na cultura local. A vitalidade e integração das bicicletas na cultura de mobilidade urbana de Amsterdam ressaltam seu papel como símbolos da cidade e da experiência turística na Reguliersdwarsstraat. Capturar e valorizar essas especificidades enriquece a narrativa visual do espaço queer, promovendo uma representação autêntica e inclusiva do local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interseccionalidade entre gênero, sexualidade e espaço tem sido um tema central na Geografia Cultural, que adota uma abordagem crítica alinhada à perspectiva queer para analisar as influências das normas sociais nas identidades queer no contexto geográfico. O estudo da Reguliersdwarsstraat em Amsterdam exemplifica como os espaços queer turísticos, como os gayborhoods, desempenham um papel significativo na dinâmica urbana, impulsionando a economia local e promovendo a visibilidade e aceitação das comunidades LGBTQI+.

A turistificação desses espaços não apenas atrai visitantes, mas também preserva o legado histórico queer, estimulando práticas hedonistas que promovem a homossocialização, o consumo, o lazer e o turismo. A presença de turistas queer pode impulsionar novos investimentos, gerar lealdade ao lugar e retardar processos de *de-gaying*, contribuindo para a diversidade e inclusão nas áreas urbanas (Visser, 2014).

A análise qualitativa das experiências dos visitantes LGBTQI+ na Reguliersdwarsstraat revela a importância dos espaços queer como locais de identidade, pertencimento, visibilidade e resistência. A interação entre residentes e turistas LGBTQI+ cria espaços de sociabilidade e compartilhamento de vivências comuns, promovendo um senso de comunidade e influenciando mudanças socioeconômicas e demográficas nas áreas urbanas.

Adicionalmente, a experiência turística pode ser compreendida sob a perspectiva do capital cultural, na medida em que estar em Amsterdam envolve não apenas visitar fisicamente os espaços queer, mas também ser reconhecido, simbolicamente valorizado e legitimado socialmente neste ambiente urbano. A abordagem evidencia que o turismo queer configura-se como uma prática social mediada por distinções culturais, nas quais prestígio, visibilidade e participação simbólica fortalecem a identidade e a posição do visitante no campo cultural.

A geografia queer amplia o conceito de espaços turísticos, destacando a importância dos gayborhoods como produtos culturais de alto valor simbólico e cultural. A aplicação

estratégica do Instagram como ferramenta de promoção turística tem se mostrado eficaz, atraindo visitantes e mantendo a autenticidade e a diversidade dos espaços queer.

Os desafios e oportunidades da turistificação dos gayborhoods envolvem a necessidade de equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação da autenticidade e da comunidade queer, garantindo espaços seguros, inclusivos e respeitosos da diversidade. A análise teórica e prática desses espaços revela a complexidade e a importância das interações entre identidade, espaço e turismo na construção de cidades acolhedoras e diversificadas para todos, promovendo simultaneamente reconhecimento social e experiências significativas.

REFERÊNCIAS

AMSTERDAM. Bezoekersprognose 2023-2025. **Gemeente Amsterdam**: Onderzoeken Statistiek, junho de 2023. 2023. Disponível em: https://onderzoek.amsterdam.nl/publicatie/bezoekersprognose-2023-2025. Acesso em: 03 fev. 2024.

BELARMINO, V. H.; DIMENSTEIN, M. D. B. Experiência Urbana Gay na Cidade: uma Revisão Sistemática. **Revista Subjetividades**, v. 21, n. 3, p. e11461-e11461, 2021.

BELK, R. W. Possessions and the Extended Self. **Journal of Consumer Research**, v. 15, p.139-168, 1988.

BOURDIEU, P. Gosto de classe e estilos de vida. *In*: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. The Forms of Capital. *In*: Richardson, J. G. **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. New York: Greenwood Press, 1986, p. 241-258.

BOY, J. D.; UITERMARK, J. Reassembling the city through Instagram. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 42, p. 612-624, 2017.

BOZZI, N. #digitalnomads, #solotravellers, #remoteworkers: A Cultural Critique of the Traveling Entrepreneur on Instagram. **Social Media + Society**, v. 6, n. 2, p. 1-15, 2020.

CASTELLS, M.; MURPHY, K. Cultural identity and urban structure: the spatial organization of San Francisco's gay community. **Urban policy under capitalism**, v. 20, p. 237-259, 1982.

CHAPUIS, A. Performances touristiques et production des identités spatiales individuelles à Amsterdam. **Carnets de géographes**, n. 6, 2013.

CHRISTAFORE, D.; LEGUIZAMON, S. Is 'Gaytrification' a Real Phenomenon. **Urban Affairs Forum**, v. 54, n. 5, p. 994-1016, 2018.

DAHLES, H. Redefining Amsterdam as a tourist destination. **Annals of Tourism Research**, v. 25, n. 1, p. 55-69, 1998.

DRIFT, S. van der. **Revealing spatial and temporal patterns from Flickr photography**. A case study with tourists in Amsterdam. 2015. Dissertação de Mestrado, Wageningen University, Países Baixos.

DOAN, P. L. **Planning and LGBTQI+ Communities**: The Need for Inclusive Queer Spaces. Nova Iorque: Routledge, 2015. p. 21-38.

FISCHER, E. **Locals and Tourists #18 (GTWA #14)**: Amsterdam. Disponível em: https://www.flickr.com/photos/walkingsf/4672179886/in/album-72157624209158632/. Acesso em: 12 jun. 2020.

FLORIDA, R. **The rise of the creative class**. Basic books, 2019.

GHAZIANI, A. **There goes the Gayborhood?** Princetown: Princeton University Press, 2014.

GIRAUD, C. Les commerces gays et le processus de gentrification: l'exemple du quartier du Marais à Paris depuis le début des années 1980. **Métropoles**, v. 5, p. 79-115, 2009.

GIRAUD, C. **Sociologie de la gaytrification**. Identités homosexuelles et processus de gentrification à Paris et Montréal. Tese de doutorado. Universidade Lumière Lyon 2, Faculdade de Antropologia e Sociologia: Lyon, 2010. Disponível em: http://theses.univ-lyon2.fr/documents/lyon2/2010/giraud_c/info. Acesso em: 03 abr 2020.

GIRAUD, C. **Sociologie de la gaytrification.** Les quartiers gays à l'épreuve de la gentrification, Mémoire de master 2 de sociologie, Université Lumière - Lyon2, 2005.

GOH, K. Safe cities and queer spaces: The urban politics of radical LGBT activism. **Annals of the American Association of Geographers**, v. 108, n. 2, p. 463-477, 2018.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Set, 2004. Disponível em https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf. Acesso em: 01 nov. 2020.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAYLLAR, B.; GRIFFIN, T.; EDWARDS, D. **City Spaces – Tourist Places**: Urban Tourism Precincts. Oxford: Elsevier, 2008.

KAYGALAK-CELEBI, S.; OZEREN, E.; AYDIN, E. Let's Have a Party with Politics: A Qualitative Research on Amsterdam Pride. *In*: **Conference**: Equality Diversity & Inclusion Conference 2019. Julho de 2019, Rotterndam, Países Baixos, 2019.

KLEEF, J. van, SMITS, H. W. **De zaak Kooistra - opkomst en ondergang van een horecamagnaat**. Amsterdam: Uitgeverij L. J. Veen, 2011.

KROLIKOWSKI, C.; BROWN, G. A estrutura e a forma das áreas funcionais turísticas urbanas: montando o palco para a performance turística. In: HAYLLAR, B.; GRIFFIN, T.; EDWARDS, D.; ALDRIGUI, M. **Turismo em cidade**: Espaços urbanos, lugares turísticos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LAESTADIUS, L. Instagram. In: QUAN-HAASE, A.; SLOAN, L. (org.). **The SAGE Handbook of Social Media Research Methods**. Thousand Oak, Califórnia: Sage Publications, 2017, p. 573-592

LARSEN, J. Performing Tourist Photography. **Social & Cultural Geography**, v. 5, n. 3, p. 515, 2004.

MACKAY, K. J.; COULDWELL, C. M. Using visitor-employed photography to investigate destination image. **Journal of Travel Research**, v. 42, n. 4, p. 390-396, 2004.

MARTEL, F. **Global Gay**: How Gay Culture Is Changing the World. Cambridge: The MIT Press, 2018.

MASSEY, D. **Space, place, and Gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MATOS, T. C. **A dinâmica espacial gay na região da Avenida Paulista**: o caso da Rua Frei Caneca. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MAYR, P.; WELLER, K. Think Before You Collect: Setting Up a Data Collection Approach for Social Media Studies, p. 107-124. *In*: QUAN-HAASE, A.; SLOAN, L. (org.). **The SAGE Handbook of Social Media Research Methods**. Thousand Oak, California: Sage Publications, 2017.

NEVES, C. S. B. Tourism Area Life Cycle: Historiographic interpretation of Reguliersdwarsstraat as LGBT tourist territory in Amsterdam. **Applied Tourism**, v. 6, n. 1, 45-58, 2021.

NEVES, C. S. B.; CHEMIN, M.; BRAMBATTI, L. E. De gueto a destino turístico urbano: um estudo da 'Regulierdwarsstraat', Amsterdã, Holanda no contexto LGBTQ+. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 12, n. 1, p. 72-96, 2021.

NEVES, C. S. B.; SILVEIRA, M. C. T. The use of Instagram as a gaytrification tool for a queer precinct. **Tourism Geographies**, v. 26, n. 3, p. 540-560, 2024.

ROSE, G. **Feminism & Geography**: the limits of geographical knowledge. Cambridge: Polity Press, 1993.

SPEK, B. van der. **Lintjesregen 2015**: de nieuwe ridders en officieren van Amsterdam. Het Parool, 24 de abril de 2015. Disponível em: https://www.parool.nl/nieuws/lintjesregen-2015-de-nieuwe-ridders-en-officieren-vanamsterdam~bb6e014a/. Acesso em: 16 fev. 2024.

ÜNAL, A.; AKYOL, C. A research on the evaluation of destination Instagram general user comments of tourists: the cases of Mykonos and Kaş. **Uluslararası Avrasya Sosyal Bilimler Dergisi**, v. 12, n. 46, p. 968-984, 2021.

VISSER, G. Urban tourism and the de-gaying of Cape Town's De Waterkant. **Urban Forum**, v. 25, n. 1, p. 469-482, 2014.

ZEBRACKI, M.; JANSSENS, F.; VANDERBECK, R. Gay monuments in queer times: Amsterdam's Homomonument and the politics of inclusive social practice. **Sexualities**, v. 26, n. 3, p. 298-330, 2023.

ZEBRASCKI, M., MALIEPAARD, E. Amsterdam Gay Capital af. **Geografie**, v. 3, n. 1, p. 24-25, 2012. Disponível em: https://geografie.nl/artikel/amsterdam-gay-capital-af. Acesso em: 12 set. 2020.

Recebido em: 15/04/2025
Aceito em: 27/11/2025

"DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA": A IDEOLOGIA HETEROTERRORISTA DE VIOLÊNCIA INSTITUCIONALIZADA AOS CORPOS LGBTS NO CONTEXTO POLÍTICO-SOCIAL BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

"GOD, HOMELAND, AND FAMILY": THE HETEROTERRORIST IDEOLOGY OF INSTITUTIONALIZED VIOLENCE AGAINST LGBT BODIES IN THE CONTEMPORARY BRAZILIAN SOCIO-POLITICAL CONTEXT

Pedro Rhafael Monteiro de Lima[1]
Rita de Cássia Souza Tabosa Freitas[2]

Resumo: o presente artigo tem como objetivo analisar de que forma o heteroterrorismo, inserido em uma perspectiva conservadora de exclusão e discriminação social à comunidade LGBTQIAPN+, se manifesta no cenário político-social brasileiro contemporâneo, à luz de uma teoria crítica queer. Assim, essa revisão bibliográfica busca entender, criticamente, como o heteroterrorismo, cunhado pela socióloga brasileira Berenice Bento como um sistema contínuo de violência, voltado a manter a cisheteronormatividade compulsória como norma dominante na sociedade, se estrutura na sociedade brasileira atual e influencia as subjetividades dissidentes. Na medida em que se questiona, em um viés contraposto, o papel do empoderamento social frente a tamanha conjuntura. Para tanto, utilizou-se do método hipotético-dedutivo, com a abordagem qualitativa e dos tipos de pesquisa bibliográfico, explicativo e descritivo. Ademais, a partir de uma técnica de coleta de dados respaldada em uma dimensão observacional de forma não participativa, examinou-se tais questionamentos através da análise dos posicionamentos/repercussões dos então Deputados Federais Nikolas Ferreira e Erika Hilton, através de suas postagens no Instagram, segunda plataforma digital mais utilizada pelos brasileiros. Os resultados evidenciaram que o problema do heteroterrorismo não é apenas individual ou moral, mas sim, social, estrutural e político. Ele se materializa tanto em discursos políticos quanto em práticas socioculturais e institucionais, promovendo exclusão, autocensura e violência simbólica contra a comunidade LGBTQIAPN+. Portanto, reconhecer o movimento do hetero terror como problema central hoje ajuda a entender como o preconceito é mantido e por que é necessário enfrentá-lo com políticas de equidade, empoderamento e educação crítica.
Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Movimentos conservadores; Discriminação; Empoderamento.

Abstract: the present article aims to analyze how heteroterrorism, embedded within a conservative perspective of exclusion and social discrimination against the LGBTQIAPN+ community, manifests itself in the contemporary Brazilian political and social landscape, through the lens of critical queer theory. Thus, this literature review seeks to critically understand how heteroterrorism, coined by Brazilian sociologist Berenice Bento as a continuous system of violence aimed at maintaining compulsory cisheteronormativity as the dominant norm in Society, is structured in contemporary Brazilian society and how it influences dissident subjectivities. At the same time, the study questions, from a counter-hegemonic perspective, the role of social empowerment in the face of such a scenario. To this end, the hypothetical-deductive method was employed, along with a qualitative approach and bibliographic, explanatory, and descriptive types of research. Moreover, using a non-participant observational data collection technique, these questions were examined through the analysis of the positions and repercussions of then Federal Deputies Nikolas Ferreira and Erika Hilton, based on their posts on Instagram, the second most-used digital platform among Brazilians. The results demonstrated that the problem of heteroterrorism is not merely individual or moral, but rather social, structural, and political. It materializes both in political discourse and in sociocultural and institutional practices, fostering exclusion, self-censorship, and symbolic violence against the LGBTQIAPN+ community. Therefore, recognizing the heteroterror movement as a central issue today helps to understand how prejudice is sustained and why it must be addressed through policies of equity, empowerment, and critical education.
Keywords: Gender; Sexuality; Conservative movements; Discrimination; Empowerment.

[1] Possui graduação em Direito pela Universidade de Pernambuco, Campus Arcoverde (2025). Atualmente é advogado. Possui interesse nas áreas de Gênero, Direitos Humanos, Sociedade e Cultura *queer*.

[2] Possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Caruaru (1997), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (2006) e doutorado em Filosofia (Ufpe-Ufpb-Ufrn) pela Universidade Federal da Paraíba (2011). Atualmente é professor adjunto da Universidade de Pernambuco no curso de Direito. Tem

1 INTRODUÇÃO

Na medida em que a globalização e a tecnologia, com seus avanços nos espaços virtuais enquanto meios de comunicação e de compartilhamento de informações, foram ganhando cada vez mais espaço no cenário contemporâneo e na vida cotidiana da sociedade, presenciou-se uma considerável ampliação nas possibilidades de debater temáticas que antes eram consideradas 'tabus sociais'. Pautas como as questões de gênero e sexualidade, por exemplo, passaram a se fazer cada vez mais presentes no cotidiano, trazendo à tona a necessidade de tais discussões na atualidade. Contudo, mesmo com tantos avanços, driblar um histórico de preconceito e retrocesso ainda é um desafio significativo para os corpos que não se encaixam nos parâmetros impostos socialmente.

O contexto político-social brasileiro dos últimos anos, especialmente após as eleições presidenciais de 2018, com a posse do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro no mais alto cargo do Poder Executivo, proporcionou um período nada fácil para as minorias sociais, em especial para a comunidade LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual, Não-binário, Mais). Ao adotar uma postura de governo inclinada para um conservadorismo radical de extrema direita, os posicionamentos do então governante foram o estopim para que uma onda de conservadorismo que reforça aspectos tradicionalistas e normaliza os discursos de ódio, emergisse do intrínseco da sociedade e se difundisse pelo país com uma força considerável.

Práticas socioculturais de imposição opressiva as 'normas de gênero' que visam a manutenção da cisheteronormatividade através de mecanismos de controle e violência, que vão desde a intimidação verbal até formas mais sutis de exclusão e discriminação, como o heteroterrorismo, figuram entre as ideologias defendidas nestes movimentos. As quais se materializam em posicionamentos de outras figuras políticas, como é o caso do deputado federal Nikolas Ferreira. Por outro lado, em um viés oposto de resistência, o estímulo ao empoderamento social e a autoaceitação, principalmente através de certos discursos em espaços de visibilidade, como acontece através da deputada federal Erika Hilton, vem tornando a comunidade *queer* cada vez mais enfática em suas reivindicações por igualdade e respeito.

A partir disso, o objetivo geral do presente estudo consiste em analisar de que forma o heteroterrorismo, inserido em uma perspectiva conservadora de exclusão e discriminação social à comunidade LGBTQIAPN+, se manifesta no cenário político-social brasileiro contemporâneo, à luz de uma teoria crítica *queer*. Em relação aos objetivos específicos, busca-se, em um primeiro momento, compreender, através de uma revisão literária, a correlação entre o heteroterrorismo e o processo de autoidentificação de pessoas com variabilidade de gênero. Em um segundo momento, refletir a relevância de discursos de resistência e empoderamento social a comunidade *queer* frente a imposição sociocultural

experiência na área de Filosofia, com ênfase em Moral, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, teoria do direito, sociologia jurídica, antropologia e filosofia.

dos padrões de gênero heteronormativos. E por fim, observar o potencial das mídias sociais como meios de (des)estimulação aos padrões de gênero, a partir da análise contraposta dos posicionamentos dos deputados federais Nikolas Ferreira e Érika Hilton publicados em seus perfis no *Instagram*.

Para tanto, o método empregado neste estudo foi o hipotético-dedutivo, fundamental para que se entendesse como o heteroterrorismo, inserido em uma perspectiva ortodoxa colonial de exclusão e discriminação social à comunidade *queer*, influencia as subjetividades dissidentes. Consequentemente, elegeu-se a abordagem qualitativa como a mais viável para tamanho desdobramento, pois, através de um viés epistemológico e sem voltar-se para uma quantificação numérica de dados, foi analisada a natureza do heteroterrorismo, buscando-se compreender como tal fenômeno é construído, institucionalizado e disseminado atualmente. Atrelado a esses, os tipos de pesquisa utilizados para se chegar a uma resposta para tais apontamentos foram o bibliográfico, explicativo e descritivo.

Ademais, a partir de uma técnica de coleta de dados respaldada em uma dimensão observacional de forma não participativa, com o intuito de se retratar melhor as implicações em torno do heteroterrorismo e do empoderamento social nos corpos dissidentes, analisou-se tais questionamentos a partir de uma depuração de campo, através da análise dos posicionamentos/repercussões dos então Deputados Federais Nikolas Ferreira e Erika Hilton vinculados às suas páginas oficiais mantidas na plataforma *Instagram*, em razão do seu destaque como a segunda plataforma de mídias sociais mais utilizada pelos brasileiros em 2024, conforme apresenta Martins (2024). Consequentemente, teve-se a análise de discurso (Caregnato; Mutti, 2006) como a técnica de análise utilizada para a problematização do estudo, pois buscou-se trabalhar com o significado produzido pela linguagem.

A legitimidade para esse trabalho se justifica justamente em razão da insuficiência de produções voltadas para tal recorte temático. Os estudos relacionados ao heteroterrorismo e suas repercussões na comunidade *queer*, é uma proposta de perspectiva relativamente recente. Logo, torna-se pertinente instigar o interesse para novos projetos nesse âmbito. Ademais, as pautas de gênero e sexualidade não são apenas categorias de identidade pessoal, mas uma construção social que influencia diretamente os comportamentos, experiências e direitos das pessoas, em especial, aquelas que fogem aos padrões exigidos. Com isso, para além do meio acadêmico, objetiva-se ainda fomentar o debate e reflexões acerca da necessidade de se proporcionar uma sociedade mais justa e com menos desigualdades sociais, rompendo, dentro do possível, com a imposição forçada de aspectos heteronormativos.

2 OS ENTRAVES À VARIABILIDADE DE GÊNERO

Muito se questiona acerca de quando se inicia a vida humana, alguns vão pontuar o *start* inicial da existência como o momento em que se tem a fecundação do embrião e/ou

após o nascimento efetivo do feto, ambas fundamentadas em uma existência puramente biológica do ser. A concretização de uma resposta para tal questionamento muitas vezes depende do contexto e dos valores culturais, religiosos e pessoais de cada indivíduo ou sociedade, pois várias são as interpretações e teorias postuladas até o momento (Leal; *et. al.*, 2018). Contudo, ao reconhecer a complexidade e a profundidade acerca deste momento introdutório da vida, é válido se tecer, a título de indagação, algumas argumentações 'atípicas' acerca desta temática, especialmente quando se é analisada sob outros prismas de observação.

Considerar as expectativas criadas sob o feto como ponto inicial da vida é uma perspectiva a ser considerada, incorporando a noção da existência a outros aspectos, como os psicológicos, sociais, culturais e filosóficos e reconhecendo tamanha formação desde os seus estágios incipientes. Mesmo antes de nascerem, os corpos já se encontram predestinados e introduzidos em um certo âmbito de presunções, com base em uma idealização conservadora que se encontra preestabelecida nas concepções sociais acerca das questões de gênero e sexualidade. Para Bento (2011, p. 550) "essas expectativas são estruturadas numa complexa rede de pressuposições sobre comportamentos, gostos e subjetividades que acabam por antecipar o efeito que se supunha causa".

É o que o doutor Fernando Amaral vai nomear de territorialização dos corpos, uma vez que, "quando falamos em territorialização de um corpe significa visualizá-lo sob uma perspectiva de inscrição social de normas ideológicas no próprio corpe, estabelecendo possibilidades de existência para este" (Amaral, 2024, p. 561). Ou seja, existe uma espécie de projeto social, uma engenharia de produção de corpos normais. Em outras palavras, tamanha "pedagogia dos gêneros hegemônicos", como nomeia Bento (2011, p. 551), difunde suas premissas baseadas em uma ideologia na qual após o nascimento há uma única possibilidade de seguimento. O que acaba por moldar os corpos para uma existência referenciada no binarismo da heterossexualidade e complementaridade dos sexos.

Todavia, apesar de nascerem em um ambiente completamente idealizado e elaborado exclusivamente para o sexo predestinado, alguns corpos tendem a não se enquadrarem nestes moldes sociais, rompendo com os referenciais cisheteronormativos. Porém, com tantas reiterações acerca de como cada gênero deve ser e agir, as subjetividades dissidentes sofrem constantemente com falas preconceituosas, marcando suas vivencias existenciais em um terrorismo psicossocial contínuo. E é justamente nessa ótica que Bento (2011) classifica o heteroterrorismo, apontando que:

> Há um heteroterrorismo a cada enunciado que incentiva ou inibe comportamentos, a cada insulto ou piada homofóbica. Se um menino gosta de brincar de boneca, os heteroterroristas afirmarão: "Pare com isso! Isso não é coisa de menino!". A cada reiteração do/a pai/mãe ou professor/a, a cada "menino não

> chora!", "comporta-se como menina!", "isso é coisa de bicha!", a subjetividade daquele que é o objeto dessas reiterações é minada (Bento, 2011, p. 552).

O hetero terror diz respeito ao regime de violência contínua e sistemática que reforça a cisheteronormatividade compulsória e a binaridade de gênero a partir de um conjunto de opressões estruturais que impulsionam diversos tipos de violências e agressões contra os corpos dissidentes (Santos; Vieira; Silva, 2021). Este exercício contínuo de silenciamento e marginalização dos corpos abjetos[3] se encontra tão interligada à sociedade brasileira, que a sua reprodução se materializa quase automaticamente, pois o desvio desta norma é visto como uma ameaça à ordem social. Assim, a eficácia do hetero terror "está em produzir nos sujeitos a incômoda e terrível certeza de que ele não é normal e de que, se ele se sente fora do lugar, é porque não existe lugar para ele" (Bento, 2011, p. 558).

Ao compartilhar dessas colocações, os apontamentos de Amaral (2024) acerca de uma masculinidade colonial dialogam com os fundamentos do heteroterrorismo ao ilustrar que tamanha construção social ideológica não é algo recente, mas que perdura desde o Brasil colônia, em uma estética de dominação historicamente construída, que será melhor discutida mais à frente. É preciso "compreender o Heteroterrorismo como o verbo, como as ações que vão garantir o bom funcionamento das políticas coloniais de gênero e da Masculinidade Colonial. [...] [É um] 'destroçamento' e tentativa de aniquilação dos corpes dissidentes" (Amaral, 2024, p. 559). Ainda conforme o autor:

> Ao migrar da LGBTIfobia ao Heteroterrorismo enfatizamos que o problema é social e estrutural da sociedade, e não do âmbito individual ou pessoal. [...] Sublinhamos a importância de se caracterizar e nomear o Heteroterrorismo para além de um preconceito ou de uma "fobia", entendendo-o como um Cistema de opressão estrutural, tal como o racismo e o cissexismo. Por isso, o Heteroterrorismo também se mostra como mais uma ideologia do homem branco ocidental, resultado de um processo de colonização sobre nossa sexualidade (Amaral, 2023, p. 113).

O controle produtor/higienizador[4] do heteroterrorismo estabelece uma rede hegemônica de poder (Bento, 2011), o qual faz com que esse movimento se materialize de forma mais agressiva aos corpos dissidentes e mine o seu desenvolvimento social, psíquico e pessoal.

[1] Para Judith Butler (2018), os corpos abjetos seriam aqueles que têm sua humanidade questionada, os quais têm suas vidas questionadas e, consequentemente, consideradas indignas de serem vividas.

[4] Berenice Bento (2011) se utiliza de tal termo para se referir a produção de masculinidades e feminilidades pelas instituições sociais, a partir de uma precisa engenharia social que produz corpos-sexuados que enxerguem na heterossexualidade a única possibilidade humana de viver. Visando manter a hegemonia da heterossexualidade e da cisnormatividade, criando um ambiente social onde apenas certos corpos e identidades são valorizados e reconhecidos como legítimos. Também retratada por ela como 'engenharia de produção de corpos normais'.

Tem-se aqui o que Preciado denominou de heterossexualidade necropolítica[5], levando-nos a refletir sobre o nível de perversidade que as instituições e, consequentemente, o heteroterrorismo, exerce nestes corpos dissidentes. Tal ideologia é ardilosamente moldada para afetar as subjetividades *queer*. Uma vez que, "a heterossexualidade não é somente, como ensina Monique Wittig, um regime de governo: é também uma política do desejo. A especificidade desse regime é que ele se encarna como processo de sedução e de dependência romântica entre dois agentes sexuais "livres" (Preciado, 2019, p. 327). Por isso "nossa maior urgência não é defender o que somos (homens ou mulheres), mas rejeitá-lo, é desidentificar-nos da coação política que nos força a desejar a norma e a repeti-la" (Preciado, 2019, p. 329).

Essa epistemologia necropolítica, enquanto prática governamental, embora ainda não esteja formalmente consolidada no ordenamento jurídico pátrio, já se encontra em debate no Congresso Nacional. O que acaba por evidenciar a rapidez com que a extrema direita e seus discursos heteroterroristas vêm conquistando espaço e protagonismo no cenário político-social brasileiro. Ilustram essa dinâmica os diversos projetos de lei e movimentos políticos que visam a revogação de avanços históricos obtidos pela comunidade LGBTQIAPN+, como o reconhecimento do casamento igualitário e a criminalização da LGBTfobia. Essas iniciativas visam não apenas restringir direitos fundamentais, mas principalmente reafirmar uma lógica conservadora que legitima a marginalização dessa comunidade.

Nesse sentido, falas como a do deputado federal Nikolas Ferreira, em seu posicionamento durante a votação da proposta legislativa nº 5167/09[6] na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família na Câmara dos Deputados, em 27 de setembro de 2023, somente demonstra a perversidade destas tratativas. Dentre as suas inúmeras colocações, a que mais se destaca é a reiterada tentativa do parlamentar de se demonstrar supostas consequências socioculturais irreparáveis em romper com a preservação da 'instituição casamento' como naturalmente foi e é apresentada na sociedade, ao ampliar sua configuração para amparar as uniões homoafetivas. Segundo o deputado:

> A finalidade do casamento é preservar quem tem o desejo a continuidade da humanidade, quando você pega duas pessoas no mesmo sexo e, digamos que [...] o casamento homossexual ele

[5] Conforme Preciado (2019, p. 327) a "heterossexualidade necropolítica é uma prática de governo, [...] sobretudo uma epistemologia que fixa as definições e as posições respectivas dos homens e das mulheres através de uma regulação interna. [...] Esse regime heterossexual necropolítico é hoje tão degradante e destrutivo quanto eram a vassalagem e a escravidão em pleno Iluminismo". Contudo, tal forma de governo não se materializa em uma lei, mas sim em uma norma não escrita que define os aspectos que devem ou não ser realizados.

[6] O Projeto de Lei nº 5167/09, proposto pelos Ex-Deputados Federais Capitão Assumção (PSB/ES) e Paes de Lira (PTC/SP), atualmente em proposição sujeita à apreciação do plenário, busca alterar o artigo 1.521 do Código Civil de 2002, com o intuito de "estabelecer que nenhuma relação entre pessoas do mesmo sexo pode equiparar-se ao casamento ou a entidade familiar".

> expandisse e ganhasse e fosse a regra, se não fosse o relacionamento hétero não haveria mais seres humanos. [...] Isso aqui é uma mera, é, atestar a realidade, e este princípio de desnortear, de ignorar a realidade, é um princípio muito perigoso (informação verbal)[7].

O que se vê, não só a partir de tais apontamentos do parlamentar, mas, principalmente, com esta medida que tem por objetivo ceifar direitos já constitucionalmente reconhecidos à comunidade LGBTQIAPN+, é uma tentativa de se propagar uma ideologia heteroterrorista de que não há um futuro para os corpos dissidentes no contexto familiar brasileiro. Reduzir a constituição e a finalidade da família apenas ao aspecto biológico reprodutor heteronormativo da espécie humana é, antes de tudo, uma forma de ignorar a complexidade das relações afetivas modernas, sociais e culturais que também fundamentam esta instituição. Ainda no mesmo discurso, assim complementa o deputado:

> Por que que o casamento só precisa ser entre o homem e entre a mulher, porque exatamente isso é o casamento, é exatamente isso que eu estou querendo dizer, é uma estrutura da realidade. Então, podem chamar do que quiser, não tem problema, só que as consequências, repito, civilizatórios e culturais disso é muito grande. [...] Um princípio diz respeito às raízes, [...] nós podemos discordar muitas das vezes dos galhos, mas os princípios eles são norteadores de tudo aquilo que vai vir depois. [...] Esse é um princípio muito sério, [...] mas eu tenho certeza que a verdade, diferentemente do que eles acreditam, ela é concreta, ela é real e ela é atestada por ela mesma, eu não preciso provar que dois mais dois são quatro. [...] A desestruturação da realidade gera consequências muito grandes e esta [...] é a minha preocupação, os comportamentos e condutas com toda certeza eles têm que ser tolerado, mas eles não devem ser normatizados (informação verbal)[8].

Acontece que desde 2011 o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece a união entre casais do mesmo sexo como entidade familiar e esta conquista representa, antes de tudo, um ato de dignidade para esses corpos. Ousar mudar este ideal enraizado acerca da 'instituição casamento', principalmente em razão de uma idealização cristã fundamentalista a muito tempo propagada, apesar do que alegou o deputado Nikolas, é um ato de resistência e luta pela garantia de direitos básicos para uma comunidade historicamente marginalizada. Porém esta disputa por reconhecimento não se dá apenas no campo jurídico, mas também na forma como os corpos e suas identidades são reguladas socialmente.

[7] Fala do Deputado Federal Nikolas Ferreira em vídeo publicado em seu Instagram em 28/09/2023. Com duração de 13 min. e 12 seg., o respectivo vídeo conta com pouco mais de 627 mil curtidas, 30,1 mil comentários e 43,9 mil compartilhamentos. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CxvW8YvOUnf/. Acesso em: 27 abr. 2025.

[8] *Idem*.

A forma como as instituições agem, utilizando-se de seu poder disciplinar institucionalizado sobre os corpos, é o que Foucault (1988) vai entender como biopoder, visando subordinar os dissidentes a uma matriz cisheteronormativa. A homossexualidade, diante desse contexto, deve ser observada como uma categoria construída do saber e não como uma identidade descoberta (Foucault, 1988). Autores como Preciado (2014) e Butler (2018) também vislumbram em suas obras essa visão do corpo como um texto socialmente construído, principalmente quando analisado através da sua sexualidade e/ou identidade de gênero, sendo tratado como um produto de diversas tecnologias sociais e discursivas, através de formas de atuação repetitiva em relação à regulação do naturalmente correto.

Crescer um corpo dissidente, como se observou até aqui, não é algo nada fácil ou simples, principalmente quando se analisa o processo de construção da autoidentificação destas performances. A imposição do sistema heteroterrorista interfere diretamente em como essa parcela da sociedade se enxerga, pois "há uma dimensão política que se transmite na dinâmica das identificações que forjam o eu, bem como no estilo de respostas que porventura surgirão" (Coppus; Loures, 2023, p. 9). Existe uma projeção da superfície neste processo de construção das identidades, ao se apresentar através de uma operação de construção que é principalmente psíquica, no qual se tem a autoimagem como o produto a partir das semelhanças do outro.

Coppus e Loures (2023), ao analisarem tal temática à luz das teses de Freud, esclarecem tais afirmações, apontando o quão significativo é a influência do 'outro' no processo de formação do 'eu' (aqui, no caso, trazendo para a construção e autoaceitação das identidades dissidentes a partir da interferência das normas de gêneros). Diante disso:

> O sujeito não consegue se libertar totalmente da alienação ao Outro pois é a partir da identificação concernente à operação do estágio de espelho [...] que se funda o eu. [...] O espelho não se trata apenas de uma superfície plana onde o sujeito reconhece imaginariamente a unidade de seu corpo próprio [...], mas sim de uma materialização do Outro e de seus significantes, que conferem sentidos específicos para que este corpo seja digno de pertencimento ao discurso e ao laço social. (Coppus; Loures, 2023, p. 12).

Com isso, em uma sociedade baseada no hetero terror, as performances abjetas acabam, dentro desta perspectiva freudiana de Coppus e Loures, ainda que indiretamente, por internalizar tamanhas ideologias advindas do outro (a sociedade) na autoconstrução da própria imagem, levando-os a questionarem seus sentimentos ou mesmo a se autoalienarem.

Relatos, cada vez mais frequentes, de pessoas se autoafirmando como ex-LGBTs evidencia claramente esse controle higienizador dos heteroterroristas, anteriormente exposto à luz das teses de Bento (2011), e suas redes hegemônicas de poder em plena

manipulação dos corpos *queers*. Vender a ilusão de que seria possível deixar de sentir atração por uma pessoa do mesmo sexo ou de se identificar com um gênero diferente daquele designado ao nascer é, antes de tudo, eticamente inaceitável e psicologicamente prejudicial para estes indivíduos (Yago, 2023). A famigerada 'cura gay', prática amplamente debatida no cenário político-social contemporâneo, pode ser considerada como uma das maiores perversidades difundidas pela classe conservadora brasileira.

Inclusive, falas como as do Deputado Federal Nikolas Ferreira, em certo vídeo publicado para seus milhões de seguidores, em que o parlamentar se apresenta ao lado de cinco homens 'ex-travestis' libertados, ou como o próprio insinuou, "transformados" por Jesus, acaba por fomentar, e até normalizar, a propagação desses ideais heteroterroristas. Além disso, o deputado emprega um trocadilho para, de certa forma, ironizar a luta da comunidade trans, "eu também sou um trans, um transformado, uma pessoa que realmente foi alcançado por Jesus e isso daqui é uma prova de que nós estamos lutando por pessoas" (informação verbal)[9]. Tal contexto somente reforça uma mensagem de invalidação para com os corpos dissidentes que fogem às estilísticas impostas.

Contudo, as barreiras enfrentadas pela comunidade vão muito além dessa discriminação explícita ou da própria violência física. A forma de atuação heteroterrorista se manifesta, sobretudo, em formas sutis, porém profundamente nocivas de agressões. O terror psicológico constante e, acima de tudo, o sentimento de paranoia e medo da exposição pública é uma das consequências vivenciadas pela comunidade a serem aqui destacadas. O temor de um 'assassinato social'[10] se manifesta, por exemplo, no medo de andar de mãos dadas com alguém do mesmo sexo em público, de se vestir de forma a expressar sua identidade de gênero ou até mesmo de apenas existir abertamente. Realidade essa que acaba por afetar diretamente a saúde mental, o bem-estar emocional e a liberdade de viver plenamente suas identidades.

A verdade é que a constante sensação de insegurança é uma realidade para muitas pessoas *queers*, materializada em um estado de alerta constante, onde qualquer olhar, comentário ou gesto pode ser interpretado como ameaça. Esta paranoia não é infundada, é uma resposta direta a um histórico real de discriminação e violência. O medo de sofrer agressões verbais ou físicas, de ser ridicularizado ou alvo de piadas maldosas faz com que muitos vivam em uma tensão constante, mesmo em ambientes que deveriam ser seguros, como a escola, o trabalho ou até a própria família. O subconsciente desses corpos é tomado

[9] Fala do Deputado Federal Nikolas Ferreira em vídeo publicado em seu Instagram em 15/03/2023. Com duração de 1 min. e 32 seg., o respectivo vídeo conta com pouco mais de 545 mil curtidas, 12 mil comentários e 197 compartilhamentos. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cp0-5i5pfXB/. Acesso em: 27 abr. 2025.

[10] Sob a influência de autores como Foucault e sua perspectiva crítica do biopoder e das normas de gênero, tal terminologia é utilizado por Preciado (2019) para descrever formas de violência simbólica, institucional e estrutural que não matam fisicamente, mas excluem, silenciam ou destroem socialmente certos corpos e subjetividades dissidentes.

por uma espécie de 'zona de medo', no qual sentem que precisam esconder quem são, se autocensurar ou até mesmo viver uma vida dupla (Preciado, 2019).

Além disso, a realidade brasileira dos últimos tempos também contribui diretamente para tais conflitos, prova disso são os elevados índices de violência que somente servem para refletir uma sociedade extremamente heteroterrorista. Segundo dados recentes de janeiro de 2024 da Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) o Brasil segue pelo 15º ano consecutivo como o país que mais matou pessoas trans no mundo (Benevides, 2024). Em 2023, o Brasil registrou um total de 230 casos de mortes violentas conta a população LGBTQIAPN+, conforme apresenta o dossiê do Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil em 2023, sendo 80% (184) destas ocorrências por assassinato, 58,26% (134) tipificadas por LGBTIfobia Interpessoal, Institucional e Estrutural, e sendo 68,69% (158) das vítimas entre 10-49 anos (Acontece; Antra; Abglt, 2024).

Essa realidade assustadora, com índices de mortalidade e violência tão expressivos, advém especialmente do crescimento exponencial que os discursos conservadores de segregação de gênero vêm alcançando atualmente. E o papel do Nikolas tem sido crucial para a intensificação deste cenário. Colocações como as proferidas em certo vídeo publicado pelo parlamentar em seu *Instagram* em 03 de julho de 2023, dentre todas as analisadas neste trabalho, é a que mais escancara o quanto as suas falas dialogam com as ideologias extremistas heteroterroristas. No respectivo vídeo, visivelmente alterado, o parlamentar dispara:

> Agora querem colocar como se nós, cristãos, estivéssemos incitando ódio. Combater o pecado não quer dizer incitação ao ódio. [...] Eu digo, homossexualidade é pecado! Vão ser vocês que vão me impedir de fazer isso? Vai ter que virar muito ser humano para poder vir para cima da gente e dizer que não pode dizer que homossexualidade é pecado. Querem amordaçar os cristãos, querem dizer que a gente não pode chamar pecado de pecado. Basicamente, querem dizer para os cristãos de todo o Brasil, ignorem a Bíblia. [...] Eu continuo dizendo que pecado é pecado, e ponto final. Agora querem tirar a nossa liberdade, de dize o que achamos correto? [...] Enquanto nós estivermos de pé, não tem ninguém que cale nós, nem mesmo o inferno vai calar a gente (informação verbal)[11].

Várias são as problemáticas evidenciadas em tais colocações do parlamentar. Uma delas é a tentativa utópica de se estabelecer uma suposta perseguição para com os cristãos, em especial, os evangélicos. Porém, a realidade é que a taxação da homossexualidade como pecado, por exemplo, é uma ferramenta de repressão a décadas utilizada pelas igrejas, que

[11] Fala do Deputado Federal Nikolas Ferreira em vídeo publicado em seu Instagram em 03/07/2023. Com duração de 3 min. e 25 seg., o respectivo vídeo conta com pouco mais de 469 mil curtidas, 33,6 mil comentários e 95,1 mil compartilhamentos. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CuQVdVmpYjX/%20(j%C3%A1%20chega!!!). Acesso em: 27 abr. 2025.

se valem do seu poder disciplinar institucionalizado ou biopoder, como entendia Foucault (1988), para oprimir, a base de um terrorismo psicológico, os corpos dissidentes.

Crescer em lares cristãos, ouvindo constantemente "estar destinado ao inferno" pelo simples ato de existir, provoca consequências quase irreparáveis para a personalidade, dignidade e até a própria espiritualidade das pessoas *queers*. "Dizer que nós não queremos que o homossexualismo continue como uma prática, belo e moral, isso é direito nosso" (informação verbal)[12], como enfatizou o deputado em seu vídeo, somente comprova o quanto a disseminação do ódio, pela perspectiva de um movimento do hetero terror contra os corpos dissidentes, já é algo não só estruturalmente enraizado na sociedade contemporânea, mas principalmente legitimado pela extrema direita conservadora. Tais colocações do parlamentar somente estimulam violência e uma violência direcionada aos corpos dissidentes.

Mesmo sob um cenário tão hostil é degradante para estes corpos que, por natureza, já nascem destinados a uma vida de desafios, pouco se debate, principalmente no âmbito legislativo do Congresso Nacional, os inúmeros riscos de ser um corpo dissidente no atual contexto político-social do país. Por outro lado, em um viés dicotômico, existe uma preocupação latente, a partir de questões ideológicas, morais, políticas e principalmente religiosas, em se regular e controlar tais pessoas (Yago, 2023). O Heteroterrorismo possui essa ligação comum da (re)produção do medo e do auto-ódio como ferramenta de controle colonial sobre os corpos dissidentes, reprimindo potenciais e imprimindo limites à variabilidade de gênero, fazendo-se necessário que se busque caminhos para ir além dessa opressão.

3 OS REFLEXOS DO EMPODERAMENTO SOCIAL NOS CORPOS DISSIDENTES

Ao se retomar as considerações anteriormente pontuadas de Amaral (2024) acerca da masculinidade colonial, buscando-se entender a construção histórica de uma norma de gênero no Brasil, é valido trazer aqui as reflexões do escritor brasileiro João Silvério Trevisan, em sua obra intitulada 'Devassos no Paraíso', no qual o autor traça um percurso detalhado da vivência e do entendimento social acerca da homossexualidade no país, desde a colonização até os dias atuais. Segundo Trevisan (2018), no período colonial, a prática homoerótica foi severamente reprimida pela moralidade religiosa dos colonizadores portugueses, que viam essas condutas como pecaminosas e merecedoras de punição extrema, refletindo uma visão em que tal comportamento era uma ameaça moral e social a comunidade.

Tamanha ideologia persistiu ao longo do Império e dos períodos republicanos, com o Estado e a sociedade mantendo uma postura de marginalização e estigmatização dos sujeitos dissidentes, associando essas performances à imoralidade e ao crime, com uma

[12] *Idem.*

vigilância e repressão estatal reforçando essas atitudes (Trevisan, 2018). Atrelado esse contexto, tem-se, ainda, durante o final do século XIX e início do século XX, com certas mudanças na medicina e psicologia, as quais passaram a estudar e categorizar comportamentos sexuais de maneira científica, um processo de patologização das sexualidades dissidentes ganhando espaço no âmbito científico, no qual estes corpos eram "tidos como cidadãos irresponsáveis e adversários do bem-estar biológico-social" (Trevisan, 2018, p. 169).

Inúmeras foram, conforme aponta Trevisan (2018) e Yago (2023), os pseudocientíficos tratamentos de matriz clínica ou religiosa que surgiram durante tal período com uma promessa utópica de 'cura gay'. Centros de reabilitação, terapias de reorientação, de conversão ou reversão sexual, foram alguns dos procedimentos nomeados, que muitas vezes se valiam de métodos análogos ao exorcismo. Por isso "a patologização social dessa experiência identitária talvez seja a mais cruel, pois irradia a convicção de que são pessoas inferiores. [...] A vítima é metamorfoseada em ré em um processo perverso de esvaziá-la de qualquer humanidade" (Bento, 2011, p. 554). O qual, apesar da sua desclassificação reconhecida pela OMS em 1990 (Unaids, 2018), ainda é utilizada como ferramenta argumentativa dos conservadores.

Paralelamente a esta perspectiva histórica sobre a dissidência de gênero, a qual desencadeou na atual situação do heteroterrorismo, observa-se um aumento considerável no número de personalidades e movimentos que usufruem de suas posições de visibilidade e influência midiática para propagar discursos de enfrentamento a esta visão estrutural. Em um aspecto decolonial[13] ao hetero terror, esse ato de ruptura epistemológica das normas de gênero baseada na cisheteronormatividade, auxilia no processo de autoaceitação das subjetividades dissidentes, ao transmitir uma mensagem de conforto e acolhimento para estes indivíduos. Uma vez que, como mencionado no tópico anterior, a imagem do eu é uma projeção "construída a partir de uma outra, a do semelhante" (Coppus; Loures, 2023, p. 7).

Nesse sentido, muito se discute sobre o aspecto do empoderamento e suas repercussões na sociedade, sobretudo quando vinculada aos movimentos sociais de enfrentamento às normas de gênero. Ao se apropriar dos escritos de Preciado (2019, p. 203), "existem pelo menos quatro caminhos de luta contra as instituições violentas. A primeira é a destruição. [...] O segundo é a modificação de seus estatutos legais. [...] O terceiro é a transformação. [...] E o quarto é a fuga". Apontando-se o processo de empoderamento, no viés a ser aqui adotado, direcionado à terceira vertente de enfrentamento a violência institucional, como se pontuará melhor mais à frente. Contudo, antes de adentrar em tal debate, apresenta-se primordial a reflexão introdutória acerca do conceito de poder, já que

[13] Conforme artigo publicado no site da organização Politize, "o pensamento decolonial se coloca como uma alternativa para dar voz e visibilidade aos povos subalternizados e oprimidos que durante muito tempo foram silenciados. É considerado um projeto de libertação social, político, cultural e econômico que visa dar respeito e autonomia não só aos indivíduos, mas também aos grupos e movimentos sociais, como o feminismo, o movimento negro, o movimento ecológico, – e no presente cenário – o movimento LGBTqia+, etc" (Avila, 2021, on-line).

o termo empoderamento, enquanto verbo transitivo[14], nos remete à noção de dar poder a alguém (Gohn, 2004).

De acordo com Berth (2019), a ideia de poder tem sido interpretada de diversas formas ao longo do tempo, contudo, analisando-a sobre o contexto do heteroterrorismo e suas implicações nas subjetividades dissidentes, a concepção que mais se encaixa quando se assume a necessidade de se empoderar grupos minoritários é a proposta pela filósofa Hannah Arendt (2001), a qual vê o poder a partir da ação comunitária, a partir de um significado mais social e subjetivo. Aqui:

> O poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em conjunto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Quando dizemos que alguém está 'no poder', na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome (Arendt, 2001, p. 36).

Tais reflexões dialogam com o que Foucault (1979) pontuou ser uma espécie de microfísica do poder, atrelado, porém não sob o domínio do Estado ou em um espaço pré-determinado. O poder, neste contexto, funciona em uma forma de rede, atravessando toda a estrutura social, sendo "uma prática social construída historicamente" (Berth, 2019, p. 17). O filósofo francês acrescenta ainda que a idealização qualitativa do termo de uma forma totalmente repressiva ou negativa seria um erro, pois atribui o aspecto do poder por um ponto de vista positivo, objetivando compreendê-lo livre de tais ideais (Foucault, 1987), por isso:

> Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele "exclui", "reprime", "recalca", "censura", "abstrai", "mascara", "esconde". Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção (Foucault, 1987, p. 218).

Com isso, seguindo o princípio de que a palavra empoderamento se apresenta no Brasil como um neologismo[15] de *empowerment* da língua inglesa, tem-se, conforme conceituou a professora e pesquisadora Gohn (2004), um recurso de mobilizações e práticas

[14] Inspirados pelos escritos do pesquisador Ronald Labonté, os autores Roso e Romanini (2014, p. 86) esclarecem que "o termo empoderamento, dependendo da função à qual serve, pode ser usado tanto como verbo transitivo como intransitivo. Empoderar enquanto verbo transitivo nos remete à noção de dar poder a outro. [...] Nessa acepção, a relação é a de um sujeito que age no objeto. Já empoderar enquanto verbo intransitivo refere-se a um processo. [...] a ajudar as pessoas a desenvolver suas habilidades. Ou seja, a ação é do próprio sujeito". Por isso, a sua utilização na modalidade transitiva, é a que melhor se encaixa no presente trabalho.

[15] Fenômeno linguístico que cria uma palavra ou expressão nova ou, ainda, atribui um novo sentido a uma palavra já existente.

que objetivam desenvolver e impulsionar coletividades no seu crescimento, autonomia e melhora constante de suas vidas, através de uma visão ideológica mais crítica da realidade social. Logo, o ato de empoderar ou de conceder poder a alguém, do ponto de vista de uma teoria *queer*, à luz destas reflexões sobre o poder de Foucault (1979; 1987) e Arendt (2001), trata-se de um instrumento não só de luta, mas de transformação social, que fornece aos corpos dissidentes o poder de se posicionarem de forma crítica perante suas subjetividades, direitos e valores.

Tais reflexões se entrelaçam com a teoria da conscientização idealizada por Paulo Freire, na qual estabelece um processo de educação e desenvolvimento crítico que visa capacitar os indivíduos a entenderem e transformarem suas realidades sociais. Para "Paulo Freire [conscientização] é mais que um conceito, é um método pedagógico associado diretamente à Pedagogia da Libertação e que envolve representações de mundo, cosmovisões" (Roso; Romanini, 2014, p. 84). Essa metodologia envolve a reflexão crítica sobre a opressão e as estruturas de poder, permitindo que as pessoas se tornem conscientes de suas próprias capacidades para agir e mudar o mundo ao seu redor. Freire (1987) acreditava que, ao desenvolver essa consciência crítica, os indivíduos poderiam reconhecer e desafiar as injustiças sociais e políticas, criando as bases para a transformação da realidade.

Tamanha perspectiva é fundamental na construção de uma teoria do empoderamento social aos corpos dissidentes, pois "para subverter a ordem imposta e naturalizante em que vivem, faz-se necessário, primeiramente, desvendar, compreender, inclusive historicamente, as estruturas de poder que os mantêm em uma posição de iniquidade" (Kleba; Wendausen, 2009, p. 737). Ou seja, somente a partir do processo de conscientização dos corpos dissidentes acerca das suas subjetividades, a priori, que se alcançaria a emancipação social e o poder para enfrentar as estruturas opressoras, aqui, no caso, o heteroterrorismo. Portanto, estabelece-se perante o viés da transformação levantado por Preciado (2019) e anteriormente apontado, por ser um ato revolucionário de modificação aos parâmetros considerados aceitáveis.

Ademais, por ser um processo que envolve a construção da autoestima, a capacidade de auto-organização e a participação ativa e conjunta dos indivíduos em processos políticos e sociais, o filósofo brasileiro é enfático ao pontuar que "ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão" (Freire, 1987, p. 29). Diante disso que, inspirados por essa filosofia da conscientização coletiva como aspecto primordial da emancipação das minorias sociais, os autores Kleba e Wendausen (2009, p. 733) pontuam o empoderamento como um termo multifacetado, "um processo dinâmico, envolvendo aspectos cognitivos, afetivos e condutuais. A partir de dimensões da vida social em três níveis: psicológica ou individual; grupal ou organizacional; e estrutural ou política".

Nessa perspectiva, a atuação da deputada federal Erika Hilton durante a votação da proposta legislativa nº 5167/09 na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família na Câmara dos Deputados se destaca aqui como ótimo exemplo, não só de empoderamento social em dimensões estruturais, mas, principalmente, de embate direto as ideologias cristãs recorrentemente levantadas pelos seus colegas da extrema direita no Congresso Nacional. A pauta do casamento igualitário, temática central dessa PL, por questionar uma das principais instituições cristã, a família, reconstruiu um terreno fértil para os heteroterroristas colocarem em prática seus discursos de ódio, como se destacou, anteriormente, nas falas do também deputado federal Nikolas Ferreira.

Em uma sociedade majoritariamente cristã como o Brasil, críticas a ideais religiosos, especialmente quando envolvem temas como esse, muitas vezes são interpretadas como ataques à fé, como manifestou Nikolas Ferreira. No entanto, neste contexto político, confrontar tais valores religiosos, historicamente herdados de uma masculinidade colonial, não caracteriza perseguição, mas sim um ato de resistência e luta por um futuro igualitário para todos os corpos, como bem pontuou a deputada Erika Hilton em certo vídeo publicado em seu *Instagram*:

> Não existe uma guerra entre cristãos e os LGBTQIA+, não existe uma tentativa de combater igreja, não existe uma perseguição ao evangelho, não existe um ódio a ninguém, o que nós estamos tentando fazer aqui, com muito sacrifício e com muita dificuldade, é defender os pouquíssimos direitos que temos em uma sociedade que nos pisa todos os dias constantemente, é lembrar que nós existimos, que nossas vidas importam e que os nossos direitos são inegociáveis. Não nos venceram pelo cansaço, não nos intimidarão, nós não recuaremos nem um pé da luta. Disseram: "respeite não sei o quê", "respeite não sei o que lá", e eu digo, respeite a luta histórica do movimento LGBTQIA+, [...] respeite as nossas trajetórias (informação verbal)[16].

Ao representar um ato de grande relevância na luta pelos direitos da comunidade LGBTQIAPN+, tamanho discurso desestrutura o sistema falacioso institucionalizado na sociedade. Suas nuances dialogam com a ideia de empoderamento e conscientização crítica perante as subjetividades dissidentes, sob a perspectiva das asserções de Gohn (2004) e Freire (1987), ao evidenciar o compromisso da parlamentar em impulsionar a sua comunidade – enquanto representante política em um espaço institucional de poder e, especialmente, mulher trans que conhece a realidade de ser um corpo *queer* no Brasil – a debater sobre a necessidade de se superar os estigmas sociais herdados de uma ideologia sociocultural baseada no hetero terror e, consequentemente, impulsionar agendas fundamentais nos direitos da comunidade.

[16] Fala da Deputada Federal Erika Hilton em vídeo publicado em seu Instagram em 28/09/2023. Com duração de 15 min., o respectivo vídeo conta com pouco mais de 279 mil curtidas, 23,2 mil comentários e 63,2 mil compartilhamentos. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CxvNkwPAI49/. Acesso em: 04 maio 2025.

Com estes corpos empoderados e conscientes, as bases do heteroterrorismo, que reprimem potenciais e imprimem limites à forma de ser, não mais se perpetuariam. Logo, tem-se aqui "caminhos de reconstrução das bases sociopolíticas, rompendo concomitantemente com o que está posto, entendendo ser esta a formação de todas as vertentes opressoras que temos visto ao longo da História" (Berth, 2019, p. 19). Ou seja, esse processo de empoderamento não visa retirar o poder de um para dar a outro a ponto de se inverterem os polos de opressão, mas sim para uma postura de enfrentamento dessa, eliminando-se os preconceitos e equalizando-se os direitos (Berth, 2019). Em vez de perpetuar um ciclo de dominação, busca-se a construção de uma sociedade onde todos os corpos sejam respeitados e valorizados.

A partir desta construção ideológica de gênero, baseada na 'pedagogia dos sexos hegemônicos', que os corpos abjetos são 'condenados' a uma realidade social de exclusão. E é justamente nessa perspectiva que as colocações de Erika Hilton, em recorte publicado em seu *Instagram* de sua participação no *Podcast* Desce a Letra *Show*, figura como outro exemplo interessante de empoderamento crítico a sua comunidade, ao denunciar exatamente esse contexto de subalternidade que é propagado no Brasil:

> A sociedade esconde os nossos sucessos, até porque, a gente tem que parar com essa história, e isso também é uma coisa que eu falo sempre, de só falar sobre comunidade LGBT ou sobre pessoas trans e travestis a partir do sofrimento e da mazela, a gente só ouve falar de pessoas trans e travestis quando é "ai porque morreu", "ai porque o atlas da violência", nós sabemos desse contexto, nós já sabemos que esses números se repetem anos após anos, nós estamos décadas, séculos, aqui falando sobre a mesma coisa, mas quando nós vamos falar do case de sucesso?" (informação verbal)[17].

Romper com estes estigmas impostos aos corpos dissidentes é reconhecer e valorizar os trajetos de quem tem desafiado os limites de um sistema heteroterrorista de opressão e exclusão. A existência de exemplos que venceram e hoje ocupam com orgulho lugares historicamente negados, prova ser possível construir um futuro em que as narrativas dos corpos dissidentes não sejam apenas toleradas, mas celebradas. Essas histórias merecem serem contadas, e isso também é colocado pela deputada, em sua fala no respectivo vídeo em questão, destacando a importância que figuras representativas em lugares de visibilidade ocupam na autoaceitação da própria imagem para a comunidade *queer*, sendo, então, nesse processo de afirmação e conquista que reside a verdadeira emancipação:

[17] Fala da Deputada Federal Erika Hilton em vídeo publicado em seu Instagram em 26/06/2023. Com duração de 2 min. e 25 seg., o respectivo vídeo conta com pouco mais de 134 mil curtidas, 4.800 comentários e 20,7 mil compartilhamentos. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Ct89-WYgWCt/. Acesso em: 03 maio 2025.

> Quando nós vamos falar daquelas que chegaram nas universidades, daquelas que chegaram na política, daquelas que venceram, daquelas que empreenderam, daquelas que estão belíssimas e riquíssimas. Quando nós vamos olhar para isso e dizer: "é sim possível!". Não é fácil, não é uma coisa que está dada, nós estamos construindo esse lugar para que seja acessível a todas, [...] e a sociedade tem que olhar para ele, porque esse lugar empodera, porque esse lugar emancipa, porque esse lugar cria referenciais de positividade, que nós não temos, o nosso referencial ainda é um referencial negativo (informação verbal)[18].

Diante de tamanhos apontamentos da deputada federal Erika Hilton, é possível observar o quanto o empoderamento digital é crucial para a comunidade *queer*. Através das mídias sociais, indivíduos podem compartilhar suas histórias, desafios e conquistas, contribuindo para a quebra de estereótipos e a promoção de uma emancipação social, como vem fazendo a parlamentar. Contudo, essa ferramenta também é utilizada como meio de fomento às ideologias conservadoras de gênero, propagando discursos heteroterroristas que manipulam a percepção social acerca das questões de gênero, como demonstrado anteriormente nas falas do deputado Nikolas Ferreira. Com isso, em um mundo cada vez mais conectado, observar o potencial das mídias sociais como meios de (des)estimulação ao hetero terror é algo a ser considerado.

4 AS MÍDIAS SOCIAIS ENQUANTO FERRAMENTAS DE MANIPULAÇÃO E LIBERTAÇÃO SOCIAL

Ao traçar uma linha de análise linear do processo de construção subjetiva da vida humana, principalmente atrelada a estas percepções acerca da influência e resistência a um sistema social de hetero terror para com os corpos dissidentes, é válido se tecer certos apontados acerca da função da linguagem no presente contexto. Autores como Butler (2018) e Ferreira (2023), ao tratar do assunto em suas obras, definem a linguagem como ferramenta significativa na construção do senso comum, em especial no tocante a pautas delicadas como as questões de gênero, por exemplo. Na medida em que, ela seria investida do poder de criar o socialmente real, por meio de falas e expressões que ao serem postas repetidas vezes, se consolidam na sociedade como o 'correto' a ser observado (Butler, 2018).

Através da palavra, tem-se um meio poderoso que molda as percepções, pensamentos e interações dos indivíduos, possibilitando a comunicação de ideias complexas, a expressão de emoções e a transmissão de conhecimento através das gerações, com a capacidade de não só unir, mas principalmente, dividir e gerar conflitos na sociedade (Ferreira, 2023). Com isso, ao reconhecer sua importância e particularidade na representação e produção das culturas, identidades e normas sociais, tamanho artifício, trazendo para o contexto de fomento as bases heteretorroristas, deve ser tratado "como um instrumento que constrói

[18] *Idem*.

invariavelmente o campo dos corpos e que deve ser usado [também] para desconstruí-lo e reconstruí-lo, fora das categorias opressivas do sexo" (Butler, 2018, p. 181).

Ao se relembrar o debate anteriormente levantado acerca da microfísica do poder de Foucault (1979) e suas repercussões no contexto social, é justamente atrelado a esta perspectiva de modificação da realidade que se relaciona o instrumento da linguagem como um artifício significativo para as teorias e pautas político-sociais modernas, principalmente aquelas voltadas aos corpos abjetos e suas agendas pela libertação da sexualidade e enfrentamento às normas de gênero. Quando se utiliza destes recursos linguísticos para se propagar certos discursos, o que está em ação é uma rede de poderes que regularmente atua sobre a sociedade e constrói sistematicamente o papel dos indivíduos dentro do socialmente aceitável, o que acaba por influenciar, mesmo que de maneira sutil, as relações cotidianas (Lira; Lima, 2021).

As plataformas de mídias sociais revolucionaram as relações interpessoais na sociedade contemporânea, influenciando a complexidade da dinâmica social em relação ao entendimento sobre tais redes de poder, através de mecanismos que rompem com barreiras geográficas e culturais. "Com o advento da internet e a criação das plataformas digitais, uma nova cultura foi se formando, a cultura digital, a qual promoveu a quebra de barreiras entre o produtor e o receptor de conteúdos" (Rocha; Alves, 2010, p. 224). Terreno esse fértil para a propagação de certas ideologias sociais, pois "essa facilidade de conexão permite a construção de uma rede de relações [dentro da microfísica do poder] na qual as pessoas, num processo dialético, influenciam e são influenciadas o tempo todo" (Lira; Lima, 2021, p. 8).

Tais inovações se tornaram uma extensão do mundo físico, se materializando no presente como instrumentos que movimentam a engrenagem das relações interpessoais (Rocha; Alves, 2010). A democratização deste espaço virtual amplamente acessível e dinâmico, permite com que as ideias e narrativas sejam disseminadas instantaneamente a um público global, aumentando tanto a capacidade de perpetuar discursos opressivos quanto a de resistir a eles. O impacto dessas dinâmicas é particularmente evidente em temas relacionados à identidade, direitos humanos e justiça social. Movimentos como o *#BlackLivesMatter*, *#MeToo* e as campanhas LGBTQIAPN+ ilustram como as mídias sociais podem ser poderosas ferramentas de mobilização e sensibilização global.

"Eu to sem palavras por esse discurso, Erika vc é extremamente essencial pra nossa existência!"; "ela me representa"; "não conhecia Erika Hilton, nunca antes ouvi esse nome. Mas hoje tive esse prazer, estou profundamente emocionada, chorei muito em ouvi-la defendendo a dignidade de pessoas oprimidas"; "muito gratificante ver pessoas como você com voz ativa em prol de defender nossa comunidade!"; "Obrigado por lutar por nós" (Hilton, 2023). Esses foram alguns dos mais de 23,2 mil comentários recebidos pela deputada em seu post no *Instagram* de defesa ao casamento igualitário, destacado no item 3

desse trabalho. Através desses relatos, é nítido o quanto a comunidade *queer* se sente representada pela parlamentar. Suas falas, em especial as aqui destacadas, empoderam fortemente estes corpos a lutarem por seus direitos.

Além disso, ela atua ainda como fonte de repertório aos próximos debates sobre a resistência *queer*, conforme também relatou um seguidor na referida publicação, "me encontro novamente nesse post, aprendendo e anotando". A deputada Erika Hilton viveu na pele a exclusão do heteroterrorismo, como a própria declara abertamente, e por isso, ao entender tamanho contexto, dialoga tão precisamente com sua comunidade, uma parcela minoritária da sociedade que desde sempre sofre com a estigmatização de uma sociedade cisheteronormativista. Através de seu *Instagram*, a parlamentar possui uma ferramenta de transformação e conscientização social considerável, no qual proporciona um ambiente seguro de identificação sociocultural para os seus mais de 3,6 milhões de seguidores.

Ao assumir que as novas plataformas de comunicação através das mídias sociais são, antes de tudo, um espaço aberto para a produção livre de conteúdo pelos seus usuários, é pertinente considerá-las como poderosas ferramentas de empoderamento para as minorias sociais. Uma vez que, segundo Badiola (2021, p. 24), "as redes sociais funcionam como plataforma de aprendizado e ensinamento LGBTQIA+ através do compartilhamento de vivências, sendo especialmente importantes no processo de aceitação da sexualidade e identidade de gênero". Aqui, podem e devem ser utilizadas de maneira estratégica e consciente para promover um lugar de pertencimento e promoção de conectividades e narrativas positivas, em um viés dicotômico de enfrentamento ao heteroterrorismo.

No entanto, essa mesma ferramenta que promove a diversidade de vozes também pode intensificar conflitos e divisões, ao amplificar discursos de ódio e desinformação, o que acaba por configurá-la em um campo de batalha crucial na luta pela ressignificação e transformação dos padrões sociais impostos (Dantas; Pereira Neto, 2015). O consumo e a reprodução de aspectos conservadores advindas de movimentos como o heteroterrorismo levam a propagação de inúmeras consequências para as subjetividades abjetas que são postas às margens por atos de segregação. Tamanho contexto também se apresenta na obra de Badiola (2021), que, apesar de fazer uma análise voltada para uma perpetuação do sexismo nas mídias, se relaciona com as pautas de gêneros voltadas à comunidade LGBTQIAPN+. Segundo o autor:

> Esta contínua estereotipação de gênero nas mídias está associada a uma gama de impactos negativos na saúde e bem-estar [...], assim como à propagação de diversas formas de violência [...]. Tais representações [...] limitam as ambições, expectativas, interesses e participações [...] na sociedade, ou seja, funcionam como uma forma de manutenção dos papéis de gênero impostos (Badiola, 2021, p. 16).

Tais reflexões dialogam com o aspecto da violência e suas implicações para com os corpos dissidentes, inclusive quando propagada através dos canais de mídias sociais, em que não se tem como mensurar uma margem de impacto. Ao tratar sobre a complexidade desse fenômeno, é válido se trazer alguns apontamentos da socióloga brasileira, Maria Cecília de Souza Minayo, considerada como uma importante referência sobre a questão, especialmente quando associada ao seu impacto na saúde. Conforme a autora (Minayo, 2020), a violência é um problema de saúde pública multicausal que provoca inúmeros danos físicos, psicológicos e sociais para suas vítimas, afetando não apenas a saúde individual, mas, principalmente, a saúde coletiva, ao perpetuar ciclos de medo, trauma e insegurança.

Dentro desta perspectiva, a autora categoriza inúmeras tipologias de materialização destas ocorrências na sociedade, porém cada uma possui características específicas e impactos variados sobre as vítimas. Contudo, em ambos os casos, não podem ser compreendidas ou combatidas sem levar em conta os fatores estruturais que moldam o contexto em que ocorrem, pois "a transformação da agressividade em violência é um processo ao mesmo tempo social e psicossocial para o qual contribuem as circunstâncias sociais, o ambiente cultural, as formas de relações primárias e comunitárias e, também, as idiossincrasias dos sujeitos" (Minayo, 2020, p. 23). Ou seja, a violência deve ser demarcada como um problema social que acompanha toda a história e as transformações da humanidade.

Ao emparelhar tamanhas considerações com o movimento heteroterrorista, a denominada violência simbólica ou cultural é a que melhor se encaixa no presente contexto. Tal modalidade se destaca das demais, em virtude de se expressar na sociedade como uma forma de dominação através da imposição de significados e normas culturais socialmente aceitáveis, por meio de ações sutis e muitas vezes invisíveis de discriminações e preconceitos que oprimem e eliminam os dissidentes, em uma metodologia de reprodução das relações de poder (Dantas; Pereira Neto, 2015). A qual, atrelada às plataformas de mídias sociais e suas facilidades de comunicação, encontram um ambiente de amplificação para sua propagação, em especial quando ligadas aos discursos de certas figuras de visibilidade.

Trazendo tamanhas considerações para a realidade, foi possível observar, a partir dos posicionamos de Nikolas Ferreira publicado em seu *Instagram* e anteriormente analisadas, o quanto as falas do parlamentar propagam, para os seus mais de 17,2 milhões de seguidores, um discurso de encorajamento a violência de gênero contra os corpos dissidentes. "Se nikolas tá de um lado, eu tô do msm!"; "ousadia para dizer o que é correto, apoiar o que é certo. Homossexualismo é pecado"; "não vamos nos calar! a igreja não vai parar"; "esse país estar precisando de mais cristãos como vc que se posiciona sem medo, que luta e defende o princípios e valores cristãos"; "Deus criou apenas dois sexos" (Ferreira, 2023), foram alguns

dos mais de 33,6 mil comentários publicados no vídeo em que o deputado dispara inúmeras falas de ódio a comunidade LGBTQIAPN+, destacado no item 2 desse trabalho.

Ao encontrar na figura do deputado e, especialmente, em suas colocações extremistas publicizadas abertamente em suas redes sociais, um lugar de encorajamento para revelar seus reais pensamentos, os seguidores de Nikolas demonstram, através destes e outros inúmeros comentários do mesmo contexto, o quanto a mensagem por trás das falas do parlamentar é precisa na propagação das ideologias heteroterroristas. A taxação da homossexualidade como pecado, por exemplo, como incansavelmente reafirmou Nikolas, foi, recorrentemente não só apoiada, mas também estimulada, pelos votos dos seus seguidores no respectivo vídeo. A ideologia utópica de preservação da fé cristã e aos valores da igreja, recorrentemente reafirmada pelos 'cidadãos de bem' é terreno fértil para o hetero terror.

"A verdade dói"; "a coragem e ousadia deste moço é digna de admiração [...] Que toda força e energia do bem e do correto, conspire a seu favor"; "esse sim me representa", dispararam alguns outros seguidores. Realmente 'a verdade dói', dói nos corpos *queers* que já nascem fadados a um destino de perseguição e sofrimento, dói nas inúmeras pessoas que são expulsas de casas, tendo que recorrer a prostituição para tentar sobreviver, pelo simples fato de performarem suas subjetividades, dói nos 230 corpos dissidentes que foram violentamente assassinados em 2023, conforme apresentou o dossiê do Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil em 2023 (Acontece; Antra; Abglt, 2024). O 'bem e o correto', disfarçado de violência e discriminação, realmente 'dói', porém não da forma como insinuou o seguidor de Nikolas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade *queer*, com o passar dos tempos, vem testemunhando o aumento simbólico em movimentos como o heteroterrorismo, constituído como um sistema estruturante de opressão que reforça, por meio da violência física, simbólica, psicológica e institucional, a hegemonia cisheteronormativa e a marginalização dos corpos dissidentes. Cunhado por Berenice Bento e aprofundado por outros autores, esse movimento de discriminação não se resume apenas as expressões individuais de preconceito, mas configura-se como um regime contínuo de vigilância e controle psicossocial sobre estas subjetividades (Bento, 2011). A sua forma de atuação, operada pelas instituições sociais, promovem a normatização e o silenciamento de subjetividades fora do binarismo de gênero.

A sociedade brasileira contemporânea, marcada por um ressurgimento do conservadorismo político-religioso, especialmente após a passagem de Bolsonaro pela presidência da república, com sua postura de governo inclinada para as pautas da extrema direita, fez com que movimentos como o heteroterrorismo se intensificassem com a legitimação e naturalização de discursos de ódio. Nessa perspectiva, um dos principais

catalisadores dessa ofensiva heteroterrorista é o deputado federal Nikolas Ferreira, cuja atuação política e midiática evidencia uma estratégia articulada de naturalização da violência contra a comunidade LGBTQIAPN+. Suas falas, conforme evidenciado, carregam o peso de um terrorismo simbólico institucionalizado, mascarado por um discurso de fé e moralidade que busca desumanizar e anular existências dissidentes.

Por outro lado, contrapondo essa lógica de dominação historicamente construída em relação a comunidade *queer*, tem-se o papel essencial do empoderamento social como instrumento de resistência e emancipação para com os corpos abjetos. Nesse contexto, a deputada federal Erika Hilton emerge como uma liderança política que confronta diretamente o sistema heteroterrorista, tanto em sua atuação legislativa quanto em sua presença nas redes sociais, em especial no seu *Instagram*. Erika não apenas rompe com a tradição cisheteronormativa do parlamento, como também oferece, a partir da sua própria experiência enquanto mulher trans, um referencial positivo de sucesso e resistência a sua comunidade. Sua presença na política institucional reforça o poder transformador da representatividade e da conscientização coletiva, como propõe Paulo Freire.

Ademais, a partir da análise dos posicionamentos dos parlamentares, bem como, de seus alcances através dos seus perfis no *Instagram*, foi possível evidenciar ainda a ambivalência que as mídias sociais possuem enquanto arenas de disputa simbólica para as pautas voltadas à comunidade *queer*. Os meios digitais têm desempenhado um papel central na transformação do contexto social e na maneira como as sociedades interagem, consomem e produzem conhecimento (Rocha; Alves, 2010). Portanto, se por um lado a plataforma serve como meio de disseminação de discursos conservadores, amplificando as falas de parlamentares como Nikolas Ferreira. Por outro, também é um espaço de visibilidade e afirmação *queer*, possibilitando o alcance de narrativas empoderadoras, como as promovidas por Erika Hilton.

Diante disso, conclui-se que o enfrentamento ao heteroterrorismo não se dá apenas na denúncia das suas múltiplas formas de violência, mas sobretudo na produção de novas epistemologias de existência. Estratégias de empoderamento, visibilidade, educação crítica e ocupação de espaços institucionais são fundamentais para desestabilizar a matriz de inteligibilidade heteronormativa. A luta por reconhecimento e dignidade da comunidade LGBTQIAPN+ exige uma transformação profunda do imaginário social e da estrutura de poder vigente, e é exatamente nessa ruptura que reside a possibilidade de um futuro mais plural, justo e emancipado. Somente através da conscientização dos corpos dissidentes em relação às suas subjetividades, será possível desconstruir as hierarquias normativas do hetero terror.

REFERÊNCIAS

ACONTECE; ANTRA; ABGLT. **Mortes e Violências Contra LGBTI+ no Brasil**: Dossiê 2023. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2024. Disponível em: https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2024/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2023-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf. Acesso em: 5 dez. 2024.

AMARAL, Fernando Ziderich do. Criança viada e heteroterrorismo: evidenciando uma masculinidade colonial. **Revista Diversidade e Educação**, v. 12, n. 1, p. 549-573, 2024.

AMARAL, Fernando Ziderich do. **Da hegemonia à colonialidade**: a masculinidade como tecnologia colonial. 2023. 139f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2023.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

AVILA, Milena Abreu. Colonialidade e Decolonialidade: você conhece esses conceitos?. **Politize**. 2021. Disponível em: https://www.politize.com.br/colonialidade-e-decolonialidade/. Acesso em: 5 dez. 2024.

BADIOLA, Diogo Vivacqua. **O Processo de Legitimação da Arte Drag a partir dos Novos Cenários das Mídias Sociais**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto COPPEAD de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2021.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? –uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, jan.-abr., p. 173-187, 2012.

BENEVIDES, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023. **ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais)**. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, maio-agosto, p. 548-559, 2011.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Pólen, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, Out-Dez, p. 679-684, 2006.

COPPUS, Alinne Nogueira Silva; LOURES, Lorena. Da "testo" ao texto: a escrita química de Paul B. Preciado e a potência do termo transidentidade. **(Des)troços: Revista de Pensamento Radical**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, jul/dez, 2023.

DANTAS, Monica Lucia Gomes; PEREIRA NETO, André de Faria. O discurso homofóbico nas redes sociais da internet: uma analise no facebook "Rio sem Homofobia - Grupo Público. **Cadernos do Tempo Presente**, n. 19, mar./abr., p. 27-41, 2015.

FERREIRA, Geraldo Lucas Lopes. Salmo queer: linguagem e multiplicidade do gênero. **(Des)troços: Revista de Pensamento Radical**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, jul/dez, 2023.

FERREIRA, Nikolas. **Casamento gay** - uma análise séria do tema. *[S.l.]*, 28 set. 2023. 1 vídeo (13 min 12 seg). Instagram: @nikolasferreiradm. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CxvW8YvOUnf/. Acesso em: 14 maio 2025.

FERREIRA, Nikolas. **Fui procurado pela minoria da minoria**. [...]. *[S.l.]*, 15 mar. 2023. 1 vídeo (1 min 32 seg). Instagram: @nikolasferreiradm. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cp0-5i5pfXB/. Acesso em: 14 maio 2025.

FERREIRA, Nikolas. **JÀ CHEGA!!!!!!**. *[S.l.]*, 03 jul. 2023. 1 vídeo (3 min 25 seg). Instagram: @nikolasferreiradm. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CuQVdVmpYjX/%20(j%C3%A1%20chega!!!. Acesso em: 14 maio 2025.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I**: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, 2004.

HILTON, Erika. **CASAMENTO IGUALITÁRIO**: EU DIGO SIM. [...]. *[S.l.]*, 28 set. 2023. 1 vídeo (15 min). Instagram: @hilton_erika. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CxvNkwPAI49/. Acesso em: 14 maio 2025.

HILTON, Erika. **CHEGA DE ESTIGMATIZAÇÃO**. [...]. *[S.l.]*, 26 jun. 2023. 1 vídeo (2 min 25 seg). Instagram: @hilton_erika. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Ct89-WYgWCt/. Acesso em: 14 maio 2025.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde Sociedade**. São Paulo, v. 18, n. 4, p.733-743, 2009.

LEAL, Mirian Martins; et al. Início da vida: uma visão multidisciplinar pautada na bioética. **Comunicação em Ciências da Saúde**, v. 29, n. 3, p. 191-200, 2018.

LIRA, William Tavares de; LIMA, Elnora Maria Gondim Machada. Mídia e poder: a reinvenção dos mecanismos de controle das massas. **Cadernos do NEFI**, v. 3, n. 1, 2021.

MARTINS, Diana. As 10 redes sociais mais usadas no Brasil em 2024. **Rockcontent**. Blog. 29 abr. 2024. Disponível em: https://rockcontent.com/br/blog/as-maiores-redes-sociais/. Acesso em: 6 dez. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. *In*: NJAINE, Kathie *et al.* **Impactos da Violência na Saúde**. 4.ed. atualizada. Rio de Janeiro, RJ: Coordenação de Desenvolvimento Educacional e Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, ENSP, Fiocruz, 2020. p. 21-48.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**. Tradução de Maria Paula Gurgel Riberio. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano**: crônicas da travessia. Tradução de Eliana Aguiar; prefácio Virginie Despentes. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

ROCHA, Eudson; ALVES, Lara Moreira. Publicidade online: o poder das mídias e redes sociais. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 20, n. 3/4, mar./abr., p. 221-230, 2010.

ROSO, Adriane. ROMANINI, Moises. Empoderamento individual, empoderamento comunitário e conscientização: um ensaio teórico. **Psicologia e Saber Social**, v. 3, n. 1, p. 83-95, 2014.

SANTOS, Katharine Nataly Trajano; VIEIRA, Neff Borba Araquan; SILVA, Janaína Guimarães da Fonseca e. O heteroterrorismo e as dissidências de gênero e sexual no espaço escolar. **Caderno de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 14, n. 43, jan./jun., p. 153-168, 2021.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Objetivo, 2018.

UNAIDS. **OMS anuncia retirada dos transtornos de identidade de gênero de lista de saúde mental**. Disponível em: https://unaids.org.br/2018/06/oms-anuncia-retirada-dos-transtornos-de-identidade-de-genero-de-lista-de-saude-mental/. Acesso em: 5 dez. 2024.

YAGO, Daniel Françoli; BÁRBARA, Nathália de Castro, PADILHA, Thiago Moreira. Os impactos psicológicos em pessoas que vivenciaram o processo de cura gay. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, *[S. l.]*, v. 5, n. 18, p. 164–187, 2023. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/14659. Acesso em: 28 out. 2024.

Recebido em: 10/06/2025
Aceito em: 29/08/2025

"AS DRAG QUEENS FORAM LONGE DEMAIS"[1]: UMA ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS E PERCEPÇÕES DE ARTISTAS DRAG DA GRANDE PORTO ALEGRE SOBRE PUBLICIDADE

"THE DRAG QUEENS HAVE GONE TOO FAR": AN ANALYSIS OF THE EXPERIENCES AND PERCEPTIONS OF DRAG ARTISTS FROM THE GREATER PORTO ALEGRE AREA REGARDING ADVERTISING

Gabriel Ângelo da Silva[2]
Luis Henrique Rauber[3]

Resumo: o presente artigo analisa as experiências de drag queens da Região Metropolitana de Porto Alegre em publicidades. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que investiga as oportunidades e desafios enfrentados por essas artistas na publicidade, explorando suas percepções sobre representatividade, inclusão da comunidade LGBTQIPAN+ e as marcas com as quais colaboraram. Foram entrevistadas quatro drag queens, permitindo conhecer seu trabalho, ouvir suas experiências e entender suas perspectivas sobre as oportunidades e desafios no contexto publicitário. O artigo está estruturado em três blocos principais: contexto histórico da arte drag, oportunidades e desafios das drag queens na publicidade, e exemplos de campanhas e marcas que realizaram parcerias com drag queens, seguidos pela análise e conclusão. Ao final, observou-se que as marcas estão ampliando a visibilidade e fortalecendo a carreira de drags em publicidades voltadas ao público LGBTQIAPN+, promovendo maior representatividade.

Palavras-chave: Drag queen; Publicidade; Diversidade; Grande Porto Alegre; LGBTQIAPN+.

Abstract: this article analyzes the experiences of drag queens from the Metropolitan Region of Porto Alegre in advertising. It is a qualitative research study that investigates the opportunities and challenges faced by these artists in advertising, exploring their perceptions of representativeness, inclusion of the LGBTQIAPN+ community, and the brands with which they collaborated. Four drag queens were interviewed, providing insights into their work, experiences, and perspectives on opportunities and challenges in the advertising context. The article is structured into three main sections: the historical context of drag art, the opportunities and challenges for drag queens in advertising, and examples of campaigns and brands that have partnered with drag queens, followed by analysis and conclusion. In the end, it was observed that brands are increasing visibility and strengthening the careers of drag artists in advertising aimed at the LGBTQIAPN+ audience, promoting greater representation.

Keywords: Drag queen; Advertisin; Diversity; Greater Porto Alegre; LGBTQIAPN+.

[1] O título referencia a "Pabllo Vittar foi longe demais", usado para se referir às notícias falsas que envolviam a artista, mas também usado pelos fãs ao falar das conquistas da cantora. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/musica/noticia/2018/11/pabllo-vittar-foi-longe-demais-veja-os-memes-da-drag-que-viralizaram-nas-redes-sociais-cjotdepe50g0401pi41mnihz0.html. Acesso em: 08 jun. 2024.

[2] Bacharel em Publicidade e Propaganda pela Universidade Feevale. Atuo na área de marketing e publicidade, com interesse em pesquisas sobre comunicação, diversidade e representações LGBTQIA+ no campo publicitário.

[3] doutor em Diversidade Cultural e Inclusão Social, mestre em Inclusão Social e Acessibilidade e graduado em Publicidade e Propaganda pela Universidade Feevale. Especialista em Tecnologias da Informação e da Comunicação, Mentoria Docente (Universidade Feevale) e em Marketing, Lançamentos Digitais e Redes Sociais (Unisinos), também possui formação internacional em Mentored Teacher Education pela Tampere University, na Finlândia. Atua como professor, pesquisador e mentor nas áreas de comunicação e marketing digital, além de integrar conselhos acadêmicos e culturais no Brasil e no exterior. É membro do grupo de pesquisa Comunicação, Cultura e Consumo Digitais (C3Dig).

1 INTRODUÇÃO

A comunidade LGBTQIAPN+[4] está em constante busca de representatividade e inclusão em mais locais. Conforme pesquisa realizada, cerca de 2,9 milhões de brasileiros se declararam homossexuais ou bissexuais, em 2019, o que corresponde a 1,8% da população adulta (IBGE, 2022). Para discutir sobre essa temática foi escolhido um dos símbolos desse movimento, as *drag queens*, as quais utilizam da arte também para promover visibilidade à comunidade LGBTQIAPN+. Além do vínculo com a comunidade, existe a motivação pessoal do autor, homem homossexual, estudante de publicidade e admirador da arte *drag*.

Ser *drag queen*, segundo Rita Von Hunty "não é uma identidade, é uma ocupação, uma ocupação majoritariamente artística onde se tem uma elaboração de uma personagem performática, mas que também traz consigo um reflexo político" (Valeri, 2023). Essa definição esclarece um dos papéis da arte *drag* para a sociedade, trabalhando reflexões de pautas sociais com arte e entretenimento.

A presente pesquisa buscou entender qual a perspectiva de artistas *drags Queens* da Região Metropolitana de Porto Alegre sobre publicidade, analisando como descrevem suas experiências, percepções e opiniões sobre representatividade e inclusão, bem como as marcas com as quais colaboraram. Ao observar uma falta de diversidade de marcas em parceria com as artistas locais, notou-se a oportunidade de elaborar o estudo, com o objetivo de dar voz as *drags queen* locais ouvindo não somente suas experiências, mas principalmente as suas percepções sobre publicidade, apontando as oportunidades e desafios vivenciados por elas.

A partir disso, a pesquisa foi desenvolvida a partir de duas hipóteses. Acredita-se que as *drag queens* vêm conquistando mais espaço e aumentando sua visibilidade e influência na publicidade à medida que marcas passam a adotar o discurso de apoio à diversidade como um diferencial. No entanto, também é uma realidade o cenário em que algumas marcas ainda resistem à inclusão de *drag queens* em suas campanhas devido a preocupações com a aceitação do público ou receios de possíveis repercussões negativas, o que resulta em maiores dificuldades e barreiras para uma representação autêntica e uma aceitação plena, tanto na publicidade quanto na sociedade.

Para atingir o objetivo proposto, o trabalho foi estruturado em cinco seções. A primeira e a segunda seção são dedicadas a introduzir o tema e sua metodologia. A terceira é destinada ao referencial teórico, buscando contextualizar brevemente a história e o que é a arte *drag*, apresentar o que é publicidade, descrevendo oportunidades e desafios das *drag queen* nesse contexto e apresentar exemplos de publicidades que foram protagonizados por *drag queens*, destacando marcas e segmentos. Por fim, a quarta seção apresenta a análise das entrevistas realizadas e a quinta seção é voltada para as considerações finais e discussão dos dados obtidos.

[4] Sigla para: Lésbicas, gays, bissexuais, trans travestis, *queer*, intersexuais, assexuais e arromânticos, pansexuais, não binário e mais identidades de gênero (Andrews *et al.*, 2024).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Prodanov e Freitas (2013), esta é uma pesquisa aplicada, pois visa gerar conhecimentos para aplicação prática conforme a análise das experiências, oportunidades e desafios das *drag queens* da Grande Porto Alegre na publicidade. A pesquisa busca compreender um problema real e específico, com foco em interesses locais e sociais.

A abordagem adotada foi qualitativa, centrando-se na compreensão das percepções e experiências das participantes por meio de entrevistas em profundidade. Segundo Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa qualitativa parte da interação entre o pesquisador e os sujeitos, buscando interpretar significados e contextos vivenciados.

Optou-se pelo método de análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), como técnica principal de interpretação dos dados. As respostas das entrevistadas foram analisadas à luz das teorias discutidas no referencial teórico, articulando os discursos com os conceitos-chave do estudo. Essa técnica foi escolhida por sua adequação à análise de material discursivo, permitindo categorizar e interpretar os sentidos expressos pelas participantes em relação à publicidade.

Para aprofundar este estudo, foram utilizados dois procedimentos técnicos: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. O primeiro tem fundamentação por meio de material já fundamentada em materiais já publicados, como livros, artigos científicos e estudos anteriores sobre *drag queens*, publicidade e representações culturais e o segundo se baseia em registros e publicações nas redes sociais das entrevistadas (como publicações patrocinadas, campanhas e conteúdos com marcas), que permitiram identificar o tempo de atuação, a localidade e as experiências prévias com publicidade (Prodanov; Freitas, 2013).

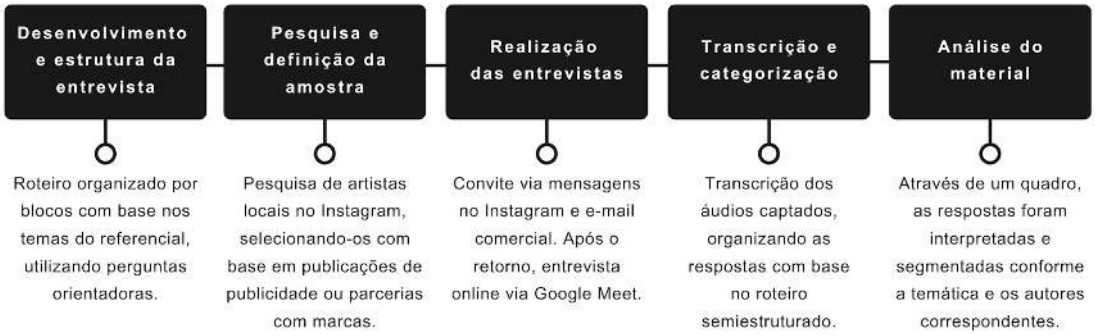
O levantamento de dados utilizou um roteiro semiestruturado e amostra não probabilística intencional, composta por *drag queens* da Grande Porto Alegre com, no mínimo, cinco ou dez anos de atuação, independentemente de possuírem experiência prévia em publicidades. A amostra foi selecionada com base em pesquisas na rede social Instagram, analisando as publicações das artistas na plataforma para identificar o tempo de carreira, a localização e as experiências com marcas, considerando conteúdos, campanhas, stories patrocinados e recebidos.

As quatro *drag queens* entrevistadas são de cidades da Grande Porto Alegre, sendo uma de Novo Hamburgo, uma de Canoas e duas de Porto Alegre. Todas as entrevistas foram realizadas no período de 9 a 22 de julho de 2024 de forma *online*, através de uma ligação na plataforma *Google Meet* conforme a disponibilidade em diferentes dias e horários, com gravação simultânea para registro e posteriormente transcrição do material. O roteiro semi estruturado com 15 perguntas, passou por pré-teste, onde foi apenas ajustado a ordem das questões, e como resultou em um material completo, as respostas foram utilizadas para a análise.

Resultando em gravações de trinta a quarenta minutos e 34 páginas de material transcrito, o conteúdo foi inicialmente organizado com base nas perguntas orientadoras e, em seguida, categorizado por temáticas, utilizando a técnica de análise de conteúdo. A escolha dessa técnica se mostrou ideal por se tratar de material discursivo, permitindo um aprofundamento nos conteúdos e possibilitando identificar nas falas das entrevistadas suas percepções sobre publicidade, bem como as oportunidades e os desafios enfrentados pelas artistas. De acordo com Bardin, Análise de conteúdo é "um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a 'discursos' (conteúdos e continentes) extremamente diversificados" (Bardin, 2016, p. 15).

A pesquisa aplicou a metodologia através desses cinco passos de organização e categorização do material antes da análise, como explica o figura 1.

FIGURA 1 - Passos da metodologia



Fonte: Autores (2026)

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 AH, O DREIGUI! IHHH![5]

Este bloco aborda as características, contexto histórico e a realidade do objeto de pesquisa, a *drag queen*, na sequência apresenta a relação com a comunidade LGBTQIAPN+.

Segundo o dicionário, *drag queen* é *um* "Homem que se veste de mulher, usando roupas exóticas e maquilagem carregada, como diversão ou a trabalho, geralmente em bares e casas de espetáculo, mas também em eventos de rua" (Michaelis..., 2024b). Mas sob o ponto de vista da Jaqueline Gomes de Jesus (2012), ser *drag queen* (e *drag king* no caso de uma persona masculina) não tem relação com identidade de gênero, é uma expressão artística, podendo ser exercida por qualquer pessoa, independente de gênero ou orientação sexual. Nessa perspectiva, "*Drag* é o ato de se vestir de uma forma subversiva de gênero para uma performance" (Andrews *et al.*, 2024, p.114). A quem acredita que ser *drag queen* é o mesmo que ser transexual, Jaqueline Gomes de Jesus (2012) explica que transexuais e

[5] Expressão usada pela cantora Inês Brasil em uma entrevista, onde a forma como fala "Ah, o dreigui! Ihhhhh!" se tornou um sucesso na internet. Disponível em: https://gay.blog.br/drag/conheca-o-contexto-do-meme-ah-o-dreigui-ihhhhh/. Acesso em: 12 jun. 2024.

travestis vivenciam o gênero como identidade, vivendo integralmente de forma feminina ou masculina, já as *drag queens* expressam a inversão de gênero como arte.

De acordo com Amanajás (2014), a história da arte *drag* começou há muitos anos, tendo surgido no período da Grécia antiga. Nos teatros, por conta do machismo estrutural da época, as mulheres eram proibidas de atuar em peças, por serem consideradas apresentações perigosas. Por conta dessa situação, alguns atores, especialmente os homens mais jovens com uma estrutura mais baixa e o corpo menos desenvolvido, tinham que interpretar as personagens femininas. E essa tradição continuou na Europa durante a Idade Média, período em que a igreja usava o teatro para contar histórias bíblicas, acabando somente em 1674, ano em o Rei Carlos II permitiu que as mulheres representassem os papéis femininos.

Há uma teoria que o termo *drag* surgiu na época do teatro elisabetano com William Shakespeare, uma vez que ele marcava no rodapé das páginas de suas peças a sigla *DRAG* ("Dressed as girl" em inglês ou "Vestido como uma mulher" em tradução livre) a fim de sinalizar que a personagem feminina seria interpretado por um homem. E embora não haja provas concretas disso nos dias de hoje para confirmar essa história, boa parte da comunidade acredita que foi assim que surgiu o termo (Amanajás, 2014).

Ainda segundo o autor, a mudança de pensamento da sociedade no século XVIII, fez com que teatro perdesse espaço para a leitura e a televisão, resultando na imagem das *drags* como uma piada, já que com a liberação para as mulheres atuarem, elas estariam esquecidas e desnecessárias. E, no mesmo período, as vestimentas características desse grupo passaram a ser relacionadas ao status social e de gênero, ligando a imagem das *drags* a dos homens gays.

Já no Brasil, durante os anos de 1980 e 1990, os artistas que realizavam performances de uma persona feminina eram conhecidos como transformistas. Essa nomenclatura só foi sendo modificada a partir de 1990 quando o termo *drag* foi importado dos Estados Unidos (Bortolozzi, 2015).

Em 2009, o lançamento de um programa estadunidense marcou uma nova era para a arte *drag*, conhecido como *Rupaul Drag Race*, apresentado pela *drag queen* Rupaul, o programa gerou reconhecimento e visibilidade a diversas artistas *drag*, conquistando a audiência em diversos países.

> RuPaul elevou a arte das drag queens no mundo através de seus singles (Supermodel ficou em segundo lugar na Billboard, perdendo somente para I'm Every Woman de Whitney Houston), filmes, trabalhos como modelo fotográfica e de passarela e, desde 2009, comanda seu próprio reality show na televisão, onde drag queens de todo canto dos Estados Unidos concorrem ao título de próxima drag queen superstar, mostrando habilidades artísticas, desde atuação até confecção de vestidos de alta costura (Amanajás, 2014, p. 19).

De acordo com a *drag queen* Lorelay Fox (2020), a arte *drag* é diferente de atuação, pois atores interpretam diversos personagens e suas histórias, enquanto a *drag* é uma personagem única, podendo interpretar outros personagens e outros tipos de arte, mas na perspectiva da *drag*. Com o passar dos anos e a evolução da arte no Brasil, se criou algumas categorias segmentando os artistas conforme sua estética, conforme apresentado no quadro 1.

QUADRO 1 - Categorias de Drags Brasileiras

Categoria	**Conceito**
Bate cabelo	Artista com performances onde jogam o cabelo em apresentações de dança.
Top models	Se inspiram em modelos de passarelas, poses de capas de revista e designs famosos.
Andróginas	Usam de uma estilo mais punk, muito semelhante ao movimento Clubber (movimento cultura dos anos 90).
Instalação	Artistas que se montam expressando mais arte e menos gênero, uma obra de arte viva.
King	Mulheres que se montam de estereótipos masculinos.
Faux queen	Mulheres que se montam de estereótipos femininos, porém esse termo é mais usado nos EUA, no Brasil é conhecido como Drag queen.
De concurso	Artistas que se montam exclusivamente para concursos de beleza.
Caricatas	As queens engraçadas, conhecidas por fazerem shows de comédia.
Sósia ou Impersonator	Em suas maquiagens e roupas criam traços para parecer com outra pessoa, normalmente figuras famosas.
Pin-up	Estética inspirada no glamour das décadas de 50 e 60.
Cosplayers	Drag que se fantasia de alguns personagens de desenhos e animes.

Fonte: Fox (2020)

É relevante ressaltar que essas categorias citadas no quadro 1 não se enquadram como uma regra, uma vez que as artistas *drag* tendem a se basear sobre esses estereótipos visuais, podendo ser mais de um ou com o passar dos anos mudar completamente. Além disso, essa categorização é diferente da profissão que as *drags* podem exercer, como DJ 's, cantoras, apresentadoras, gamers, youtubers, etc (Fox, 2020).

Fazer *drag* vai muito além de roupa e maquiagem extravagantes. Com o decorrer dos anos, deixou de ser só entretenimento e passou a ser uma figura muito importante para a luta de resistência e representação da comunidade LGBTQIAPN+, já que a arte se tornou um movimento social, uma voz que questiona padrões impostos pela sociedade. *Drag queen* é "um ato político por respeito, representatividade e reconhecimento dos direitos dos indivíduos LGBT, sentindo na pele a sua importância como artista" (França, 2022, p. 107).

Nesse contexto, é importante citar que foi uma *drag queen* quem protagonizou o maior marco da resistência LGBTQIAPN+, quando em 28 de junho de 1969, em Nova York, aconteceu a revolta de *Stonewall*. Na época, Marsha P. Johnson, *drag queen*, ativista e transgênero negra, foi uma das principais envolvidas com o grupo que revidou as ações dos policiais. O confronto se tornou um momento revolucionário para a luta da comunidade e é por conta dele que o mês de junho ficou conhecido como Mês do orgulho LGBTQIAPN+ (Andrews *et al*., 2024).

Conforme citado pela *drag queen* Rita Von Hunty, persona do professor Guilherme Terreri Lima Pereira, "*Drag* é uma expressão artística que joga com a nossa noção, entendimento e percepção de gênero" (Provoca, 2022, s.p.). Esse conceito vai de encontro com a concepção de Louro (2004), que diz que a arte estimula pensarmos sobre gênero e sexualidade, abrindo questionamentos sobre padrões culturais de vestimenta e comportamento que são impostos. Segundo ele, "A *drag-queen* repete e subverte o feminino, utilizando e salientando os códigos culturais que marcam esse gênero" (Louro, 2004, p. 86).

3.2 VAI TER DRAG NA PUBLICIDADE SIM![6]

Para essa pesquisa é necessário entender o conceito de ambas as temáticas, *drag queens* e Publicidade, neste bloco exploramos os elementos que fazem parte da publicidade, entendendo o que se categoriza como uma experiência e ferramentas de comunicação para essa arte.

Qual a diferença entre Publicidade e Propaganda? Muito se acredita que é a mesma coisa, mas independente de os termos serem usados como sinônimos, publicidade é uma palavra derivada de público, com o significado de tornar algo público, seja uma uma ideia, fato, produto etc. Enquanto *propaganda* significa propagar, difundir teorias e princípios. No Brasil o que se popularizou foi o termo publicidade, mas ambos são usados sem distinção (Sant'anna; Junior; Garcia, 2017).

Trata-se de uma técnica de comunicação de massa, sendo usada para apresentar e vender um produto, marca ou serviço, com objetivo de despertar e estimular um interesse nos consumidores. Essa técnica tem uma relação com a psicologia, partindo do ponto "que o homem é um ser em eterna busca de equilíbrio entre a razão e a emoção" (Sant'anna; Junior; Garcia, 2017, p. 85). A publicidade atua despertando a atenção do público, criando uma percepção e consciência, e estimulando desejos e instintos, tendo assim total influência no seu comportamento e conduta. Em uma perspectiva mais atual, publicidade "é uma área do conhecimento, dentro da Comunicação Social, que estuda não só a técnica da atividade, mas também sua função nas relações sociais e culturais" (Casarotto, 2024).

[6] Bloco inspirado no protagonismo drag, como Rita Von Hunty diz "Vai ter Drag dando aula em Universidade? Vai sim Sr!". Disponível em: https://www.instagram.com/p/B50_WwHBx7V/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 02 jul. 2024.

A publicidade está constantemente presente em nosso cotidiano, em diversos formatos como promoções, eventos, anúncios em locais públicos e internet, e é capaz de representar uma época e até moldar comportamentos (Casarotto, 2024). Visto essa relação social e de influência, a publicidade também é uma área em constante mudança, que precisa estar atenta e se adequar conforme as tendências e novos consumos (Bianchi; Do Nascimento Lima, 2020).

Quando falamos de publicidade na atualidade, precisamos falar das mídias digitais, que são responsáveis por uma boa parte do investimento das empresas nesse nicho. Além das redes sociais, mídias digitais são todos os recursos e dispositivos digitais, como computadores, celulares e tv, com diversos formatos e conteúdos diferentes. Segundo Abreu (2022), "YouTube, o Facebook e o Instagram são as principais estrelas desse novo cenário da comunicação". Outro ponto da publicidade é a utilização de estereótipos visuais e verbais a fim de gerar identificação com o público. Para Dias (2007, p. 26), "o estereótipo tem a ver com as imagens preconcebidas que se cristalizam em um grupo social e que interferem na maneira como os membros desse grupo gerenciam a convivência". A partir disso se constrói comunidades que reconhecem por conta de comportamento, valores e ideais, pois "o estereótipo não advém da experiência do indivíduo, mas do seu contato com os outros membros da sua coletividade" (Dias, 2007, p. 28).

A publicidade, como agente responsável pela construção e reforço de estereótipos, tem o compromisso de promover ações que revertam essas representações e deem visibilidade a minorias[7]. Assim, ela pode abrir espaço para novas narrativas, ressignificando estereótipos e transformando os próprios padrões que ajudou a estabelecer (REC Multishow, 2020).

Nesse sentido, este trabalho busca-se entender as oportunidades relacionadas à publicidade dentro dessa temática. Segundo o dicionário, oportunidades é uma "circunstância oportuna e propícia para a realização de alguma coisa" (Michaelis..., 2024c). Assim, para este estudo foram analisados momentos e motivos a qual marcas fazem publicidade com artistas *drag queen*.

A publicidade é uma ferramenta para as empresas venderem e conquistarem seu público, pois "é, sobretudo, um grande meio de comunicação com grupos de pessoas" (Sant'anna; Junior; Garcia, 2017, p. 68). E também é um ambiente de representatividade, conforme apontado por Bianchi e Lima (2020, p. 233) que afirmam que "[...]as construções das imagens nas peças publicitárias podem apresentar performatividades positivas para representatividades de grupos sociais [...]".

Uma vez que a publicidade é usada para incentivar o consumo, comportamento e identificação com o público (Sant'anna; Junior; Garcia, 2017), marcas podem usá-la como um local para conscientização e apoio, nesse caso, a comunidade LGBTQIAPN+ e a arte *drag*.

[7] Minorias são grupos (comunidades) de pessoas que, em questão de números, são menores do que a sociedade no geral (Exame, 2023).

Para a construção de uma sociedade mais justa, a diversidade é a chave para marcas compreenderem diferentes grupos, observarem por diferentes perspectivas e desenvolverem seu papel econômico e social. "A promoção dessa prática também desempenha um papel crucial na luta contra a discriminação e desigualdade" (Exame, 2023). Segundo Felipe Silva em entrevista ao programa Reclame (2020), diversidade nas agências e empresas é visto como um diferencial competitivo, pois "quanto mais gente de origem diferente, mente diferente, pensando nesse produto criativo, mais conexão a gente vai ter com o público" (REC Multishow, 2020, documento não paginado). Assim, as marcas precisam entender que a diversidade não se resume a uma oportunidade, trata-se de um compromisso que pode gerar resultados, através de programas, políticas e práticas dentro das organizações (Exame, 2023).

Outro ponto de oportunidade abordado é a influência. Na perspectiva da psicologia, a publicidade é utilizada para influenciar o público, utilizando-se de três fatores: sugestão, quando induz uma ação de forma indireta; imitar, quando usa da tendência humana de querer e fazer como o outro faz; e empatia, quando se apodera do coletivo para gerar identificação (Sant'anna; Junior; Garcia, 2017).

Mas influência também vem da internet, como expõe França (2022), pois a internet abriu a oportunidade e deu visibilidade às *drag queens* que, em alguns casos, atuam inclusive como influenciadores digitais[8]. Através de tutoriais, vídeos engraçados e até mesmo debates, as artistas conquistaram seu público e fizeram da internet mais um ambiente para ressignificar o passado marginalizado. "Com isso a cultura *drag* tem alcançado visibilidade que antes era muito distante do entendimento de boa parte da sociedade" (França, 2022, p. 119).

Ainda no contexto de oportunidades, temos o *Pink Money*, termo usado para se referir ao poder aquisitivo do público LGBTQIAPN+. Segundo pesquisa, a comunidade é composta por cerca de 9,5 milhões de brasileiros, dos quais pelo menos 5,7 milhões têm acesso à internet. De acordo com o Banco Mundial, em 2016 a renda anual desse grupo era equivalente a US$ 141 bilhões (Johnson, 2017).

Com isso, as marcas tendem a trabalhar estratégias para atrair o *pink money* principalmente no mês de junho (Meio & Mensagem, 2023). Esse mês é conhecido por ser o mês do orgulho em virtude do dia 28 de junho, dia mundial do orgulho LGBTQIAPN+ (Andrews *et al.*, 2024). Porém adotar estratégias para esse público somente no mês de junho, sem ter um apoio a este grupo no restante do ano, é uma prática oportunista. As marcas devem manter uma relação também no restante do ano, como é o exemplo de Doritos, Amstel, Itaú, Avon e Mercado Livre, empresas que definiram a diversidade como um pilar e há anos reforçam isso em sua imagem (Meio & Mensagem, 2023).

[8] Profissional que produz conteúdo na internet. Disponível em: https://rockcontent.com/br/blog/o-que-faz-um-digital-influencer/. Acesso em: 10 jun. 2024.

Além das oportunidades, os desafios também são uma realidade. Podemos definir desafio como uma "situação ou problema cujo enfrentamento exige esforço e determinação" (Michaelis..., 2024a). No campo da publicidade, tanto artistas quanto marcas enfrentam obstáculos ao se aliarem à arte *drag*, exigindo estratégias e adaptações para superar preconceitos e conquistar visibilidade.

Dentro do tópico preconceito, é possível citar que artistas *drags*, em sua maioria, são da comunidade LGBTQIAPN+. Segundo pesquisa feita pelo Grupo Gay da Bahia (GGB, 2023), o Brasil está no topo da lista de países que mais matam membros desse grupo, contabilizando 257 mortes em 2023, o que equivale a "uma morte a cada 34 horas!" (GGB, 2023, p. 1). Em função desse cenário, atualmente no Brasil homofobia e transfobia é criminalizada através da Lei 7.716, que define punição para ações resultantes de preconceito ou discriminação, e torna sua violação um crime imprescritível e inafiançável (Jornal Nacional, 2023).

Outro desafio atrelado a um preconceito é o receio das marcas com a receptividade negativa do público, que teme trabalhar com uma *drag queen* em virtude da "Cultura do Cancelamento", movimento que ganhou força com as redes sociais e trata-se de uma tentativa de prejudicar a marca realizada por grupos que se opõem a causa (Pezzotti, 2021). Nesse sentido, consumidores mais jovens tendem a ser mais receptivos com marcas que apoiam minorias, enquanto pessoas mais velhas tendem a reproduzir um preconceito em virtude de crenças e religião (Bruno, 2017).

O professor da ESPM de São Paulo, Fábio Mariano Borges, explica que na verdade as pessoas que boicotam as marcas normalmente não fazem parte do grupo em questão e se opõem à pauta diversidade (Pezzotti, 2021), o que concorda com um dos resultados presentes na pesquisa de Bruno (2017), que diz que essas pessoas acreditam que o ideal é representar a sociedade como um todo, sem ênfase a minorias. Da mesma forma que a relação da marca com a comunidade precisa de coerência, quando não alinhado aos valores e identidade da marca, colocar uma artista *drag* em sua campanha pode ser uma mensagem complexa e parecer oportunismo, resultando em um não entendimento e decepção do público (Meio & Mensagem, 2023).

3.3 PARA ALÉM DOS BARES E FESTAS

Conforme apresentado os conceitos de *drag queen* e publicidade anteriormente, neste bloco exploramos exemplos de publicidades que foram protagonizadas por uma *drag*, observando as marcas e os diversos segmentos de mercados que trabalham inclusão e diversidade.

As *drags* estão indo além dos bares LGBTQIAPN+, e um facilitador desse processo foi a internet e as redes sociais, que permitiram que essas artistas acessassem e conquistassem

seu público. Com maior relevância, surgiram oportunidades em diferentes meios, como novelas, programas de televisão, carreira musical e grandes *shows* (França, 2022). Dona do meme que inspirou o título desta pesquisa, a *drag queen* e cantora Pabllo Vittar é um exemplo notável: homem gay, afeminado e dono de uma voz fina que desafia padrões, tornou-se representante da comunidade LGBTQIAPN+ por meio de sua trajetória artística (Bianchi; Do Nascimento Lima, 2020).

Nesse contexto, compreendendo-se a relação entre publicidade e artistas *drag queen*, apresenta-se, no quadro 2, alguns *cases* em que *drags* protagonizaram campanhas publicitárias de marcas de diferentes segmentos.

QUADRO 2 - Cases de publicidade

Campanha	Marca	Descritivo	Link
Todo mundo é bem-vindo, 2017	Burger King	Campanha para promover a promoção "dois por 15$", protagonizada pela drag queen Anny B., um comercial bem autêntico e divertido, com bastante referência e características da cultura drag.	https://www.youtube.com/watch?v=LowIqYgs9_M
Vem de Orgulho, 2022	Avon	O conteúdo faz parte da campanha #VemdeOrgulho, o vídeo é um tutorial de maquiagem com a drag queen Sarah Vika, com objetivo de apresentar alguns produtos da linha Power Stay.	https://youtube.com/shorts/hmj-WTioeII?si=WtK4h539d_944piZ
I AM WHAT I AM, 2021	Amstel	A Amstel trouxe personalidades para representar e dar visibilidade à luta de resistência da comunidade LGBTQIPN+, sendo a drag queen Pabllo Vittar uma das artistas.	https://www.youtube.com/watch?v=wW9oSz3KD3Y
#ProudToMix, 2023	Absolut	Estrelado pela Pabllo Vittar, a campanha em comemoração aos 40 anos da marca em apoio a comunidade LGBTQIAPN+, reuniu uma série de vídeos da drag com outras personalidades Queer falando de pautas e marcos históricos da comunidade.	https://www.instagram.com/reel/CtNX_fUAFk5/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==
Que Fome Boa!, 2019	Ifood	Em comercial para o Carnaval, a drag Gloria Groove faz uma adaptação da sua música "Coisa boa" para divulgar a marca Ifood. O comercial conta também com a participação da drag Kika Boom.	https://www.youtube.com/watch?v=83vUE5lgi34&t=30s

Fonte: Autores (2026)

Com a mudança do perfil do consumidor moderno, as empresas estão cada vez mais aderindo à pauta da diversidade (Bianchi; Do Nascimento Lima, 2020). Negócios de diferentes setores, como bebidas, alimentos, calçados e vestuário, passaram a apoiar a diversidade não apenas em campanhas publicitárias, mas também por meio de projetos que destinam recursos a organizações como a Casa 1, que auxilia membros da comunidade LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade. Exemplos dessas marcas incluem Amaro, Burger King, Casai, Disney, Doritos, Eataly e Havaianas (Filippe, 2021). Esse movimento

reforça que, além de atender expectativas de um público mais consciente, a diversidade tornou-se um diferencial estratégico para as marcas.

4 ANÁLISES

A análise dos resultados da pesquisa qualitativa está estruturada em três blocos, de acordo com os temas abordados no referencial teórico. O primeiro bloco explora o perfil das entrevistadas, apresentando dados e narrativas sobre suas trajetórias como *drag queens*, com base nas respostas a quatro perguntas-chave. No segundo bloco, a análise se concentra na temática da publicidade, trazendo as opiniões e percepções das participantes sobre as oportunidades e desafios que a arte *drag* enfrenta nesse campo, com foco em sete perguntas específicas. O terceiro e último bloco integra os dois anteriores, analisando quatros respostas sobre as experiências das entrevistadas em campanhas publicitárias, identificando os marcas e segmentos de mercado, além do impacto em suas carreiras como *drag*.

4.1 "A ARTE DA TRANSFORMAÇÃO"[9]

No presente bloco, foram analisadas as respostas de quatro artistas com o objetivo de contextualizar o perfil das entrevistadas, compreendendo a definição de arte *drag*, a construção de suas personas e seu vínculo com a comunidade LGBTQIAPN+. No Quadro 3 são apresentados dados pessoais de cada entrevistada, com a finalidade de contextualizar a amostra da pesquisa.

QUADRO 3 - Perfil das entrevistadas

Nome	Nome Artístico	Pronomes	Idade (anos)	Carreira (anos)	Identidade	Sexualidade	Localização
Charles Machado	Charlene Voluntaire	Ele/dele (Ela/dela em Drag)	54	30	Homem cisgênero	Homossexual	Porto Alegre
Rafael Mello	Sarah Vika	Ele/dele (Ela/dela em Drag)	32	12	Homem cisgênero	Homossexual	Porto Alegre
Lenon Tarragô	Rita D' Libra	Ele/dele (Ela/dela em Drag)	33	8	Homem cisgênero	Homossexual	Canoas
Ygor Heps	Lana Darlling	Ele/dele (Ela/dela em Drag)	25	5	Homem cisgênero	Homossexual	Novo Hamburgo

Fonte: Autores (2026)

[9] Expressão utilizada por Charlene Voluntaire quando questionado sobre "O que ser uma Drag queen?"

Para uma melhor estruturação da análise, as quatro participantes da pesquisa foram mencionadas pelo nome artístico, e seguindo suas preferências, foram tratadas em pronomes femininos ao referirmos às suas *drags*. Esclarecendo alguns pontos do quadro, na coluna de nomes artísticos são apresentados os nomes das *drags*, durante a análise esses são os principais nomes utilizados, em casos pontuais o nome pessoal foi utilizado em complemento. Já na coluna carreira, foi contabilizado a idade da persona *drag*, não considerando as demais ocupações. Todas as entrevistadas autorizaram o uso dos seus dados para a pesquisa.

A primeira pergunta[10] discute sobre o conceito do que é ser *drag queen* e todas as entrevistadas apresentaram o mesmo ponto de vista, indicando que, para elas, é uma expressão artística que explora o feminino, e, muitas vezes, é uma oportunidade para aflorar a feminilidade interior que antes era retraída. Essas afirmações correspondem com o que Jaqueline Gomes de Jesus (2012) e Andrews *et al.* (2024) explicam anteriormente. Ainda nessa questão, Charlene diz que para ela "fazer *drag*, ser *drag*, é a arte da transformação" e essa definição é construída em função de toda a relação que tem desde pequena com a arte, como música e teatro, que serviu de referência à sua carreira. Já Sarah explica que, em sua visão, *drag* é dar espaço para a criatividade usando da sua energia feminina, explorando ainda mais seu poder criativo e demonstrando jeitos e modos vistos como femininos pela sociedade, de uma forma leve e prazerosa. Podemos relacionar a definição da Sarah com o que diz Hunty no programa Provoca (2022) sobre *drag* utilizar das definições de gênero que, neste caso, é o feminino. Por sua vez, Lana concorda com o que foi dito por França (2022) ao afirmar que ser *drag* é uma forma de se expressar e mostrar ao mundo a beleza da diversidade e da comunidade LGBTIAPN+, possibilitando expressar sua personalidade da maneira mais intensa e genuína, impactando a vida das pessoas através da representatividade.

Na pergunta seguinte[11] foram questionadas sobre estética *drag*, onde a maioria das entrevistadas afirmam ser versáteis na estética da sua *drag*, conforme citado por Fox (2020) anteriormente. Normalmente há uma preferência, mas gostam de experimentar diferentes estilos no decorrer da carreira. Sarah explica que, ao iniciar a carreira, não tinha uma estética fixa, justamente por ser algo novo e querer experimentar de tudo um pouco. Charlene, por sua vez, explica que sua estética predominante é a Caricata, estética que utiliza do humor na personalidade e na vestimenta (Fox, 2022). Já Lana afirma que, em algumas ocasiões, se concentra na beleza criando uma *drag* "beauty" e focando em um visual impactante. Podemos relacionar estética "beauty" com a definição da estética "top model" apresentada por Fox (2020).

[10] Pergunta 1: O que é ser *Drag queen* para você?
[11] Pergunta 2: A sua *Drag* segue algum padrão de estética?

Seguindo nesse contexto, o terceiro questionamento[12] abordou quais suas inspirações e motivos para começar a fazer *drag*, onde se observou que para grande maioria a arte *drag* surgiu de suas experiências com outras expressões artísticas, como teatro, programas de tv, fotografia e maquiagem. Também foi questionado as entrevistadas como iniciaram suas carreiras. Foi possível notar que as *drags* mais experientes começaram com um apoio, como Charlene, por exemplo, que iniciou após receber uma proposta de se apresentar em uma boate, antes mesmo de ter sua *drag* criada. Sarah, por sua vez, surgiu com o apoio do seu namorado que a apresentou ao programa *Rupaul Drag Race* e dos amigos que a apoiaram e se montaram junto, o que reforça o que já foi citado anteriormente por Amanajás (2014) sobre o programa ser um marco para a comunidade *drag*. Já no caso da Rita, seu começo foi de forma mais individual, uma vez que seu surgimento foi a partir da atuação como um palhaço que queria ser uma palhaça, o que reforça a relação com a história da arte *drag* no teatro, conforme apresentado por Amanajás (2014). E, para a Lana, tudo começou ao ver que seu interesse em maquiagem poderia ser algo maior como a Pabllo Vittar, ao vê-la na TV conquistando espaço e público, exemplo de artista comentado anteriormente por Bianchi e Do Nascimento Lima (2020).

Encerrando o primeiro bloco, a última pergunta[13] tratou sobre ocupações, questionando se possuem outra profissão além da carreira como *drag*. Observa-se que todas as entrevistadas citaram profissões além da *drag*, como Charles, que além de Charlene é comerciante, e afirmou que enfrenta desafios ao viver exclusivamente da arte *drag*. Entretanto, a questão sobre precisar ter outras ocupações para sustentar a sua *drag* é algo interessante de ser observado, pois não foi algo que o autor localizou nas falas dos autores citados anteriormente.

> Além de drag queen, eu sou comerciante. Eu acho que nós passamos por momentos bem difíceis, né? A gente passou por uma pandemia, passamos por uma enchente no RS. E isso foram só dois pequenos exemplos dos motivos de que a arte drag é bem difícil de se manter, né? Antes de tudo isso também, o acúmulo de pessoas que fazem a arte drag, que vivem de ser drag é muito grande. Mesmo tu oferecendo o melhor que possa oferecer, sempre vai ter pessoas nas quais vão concorrer contigo a determinados trabalhos, né? Então tem que se ter uma outra profissão sim (Charlene Voluntaire).

Já Rafael, criador de Sarah, migrou do *hobby* para a carreira de criador de conteúdo e professor de maquiagem após sua experiência em um programa de TV. Lenon, criador da Rita, concilia a arte *drag* como intérprete de Libras e pedagogo especializado, além de ser bailarino e ator. E, Ygor, criador de Lana, equilibra sua carreira *drag* como criador de

[12] Pergunta 3: Qual foi seu motivo/inspiração para começar a fazer *drag*?
[13] Pergunta 4: Atualmente, faz *Drag* em tempo integral ou tem mais alguma profissão?

conteúdo e maquiador. Essa realidade das entrevistadas reforça que a arte *drag* pode ser expressada também em outras ocupações, conforme apontado por Fox (2022). Assim como França (2022) também explica anteriormente, a internet possibilitou as *drags queens* serem influenciadoras digitais e Sarah, Rita e Lana também atuam nessa profissão.

4.2 "PUBLICIDADE PODE ABRIR PORTAS"[14]

Para esse segundo bloco, as questões tinham como foco as percepções e opiniões das entrevistadas sobre publicidade conforme suas experiências, onde foram questionadas sobre conceitos, oportunidades, desafios e perspectiva para o futuro. Complementando o Quadro 3, onde foram categorizadas as informações do perfil da amostra, o Quadro 4 apresenta quais plataformas digitais as entrevistadas estão presentes ativamente.

QUADRO 4 - Plataformas digitais

Nome Artístico	Plataformas
Charlene Voluntaire	Instagram e Facebook
Sarah Vika	Instagram; Facebook; TikTok e X
Rita D' Libra	Instagram; Facebook; TikTok; X e Youtube
Lana Darlling	Instagram e TikTok

Fonte: Autores (2026)

Observa-se através dos dados obtidos que todas as entrevistadas estão presentes na plataforma Instagram, sendo a principal para uso pessoal e trabalho. Em seguida, as mais utilizadas são o Facebook e o TikTok. O Youtube e o X, por sua vez, são citados também, mas em menor quantidade, em virtude do formato específico que as redes possuem. Isso concorda com o que foi dito por Abreu (2022) sobre Instagram, Facebook e Youtube serem as principais plataformas quando falamos sobre os novos formatos de publicidade com a era digital.

A primeira pergunta[15] deste bloco foi sobre o que é publicidade na percepção delas. As respostas se dividiram em dois aspectos: vendas e estilo de vida. Para Charlene e Rita, publicidade é dinheiro, não somente pelo retorno sobre o lucro das vendas, mas também pelo investimento em divulgação, o que corresponde ao dito por Sant'anna, Junior e Garcia (2017) anteriormente. Charlene também relaciona a publicidade como critério de relevância, ao falar que "se a figura vende, é importante dentro da publicidade, se a pessoa não vende, não é importante".

[14] Afirmação apresentada pela Lana ao ser questionado sobre "o que é publicidade?" na sua percepção.
[15] Pergunta 5: Quando te perguntam sobre publicidade, o que você entende? Qual sua experiência/percepção sobre essa área?

No entanto, no ponto de vista da Sarah, publicidade vai além de ter relação com as vendas, sendo uma ferramenta de influência, que tem relação com comportamento e estilo de vida. Essa perspectiva vai de encontro ao conceito de Sant'anna, Junior e Garcia (2017) e Casarotto (2024). Lana, por sua vez, acredita que a visibilidade e influência da publicidade contribuem na aceitação do público sobre fazer *drag*. Essa afirmação também concorda com as ideias de Casarotto (2024), pois o autor destaca que a publicidade pode moldar comportamentos e, dessa forma, inserir as *drags* no cotidiano das pessoas.

Na pergunta seguinte[16], as *drags* foram questionadas sobre os pontos que levam em consideração para fechar uma parceria. Autenticidade e a coerência entre a marca e sua arte são os principais pontos citados e todas as artistas enfatizaram a importância de uma conexão entre suas *drags* e os valores das marcas com as quais trabalham. Isso concorda com o que é afirmado pelo Meio & Mensagem (2023) anteriormente. Charlene, Sarah, Rita e Lana afirmaram já ter rejeitado propostas que não correspondiam aos seus princípios, mesmo sendo uma oferta financeira atrativa. Essa atitude reflete o compromisso de cada uma com seu público, que confia e acredita na mensagem que elas defendem. Nesse contexto, Rita complementa que "Eu já chamo meus seguidores de família mesmo, porque eu tenho muito apoio deles quando preciso".

Dessa forma, percebe-se que as entrevistadas estão alinhadas com REC Multishow (2020), que afirma e incentiva que a diversidade é um diferencial e um ponto de conexão com o público e deve haver uma preocupação comum com a qualidade e a transparência nas parcerias. Rita, por exemplo, citou que se recusa a promover produtos como jogos de azar, preservando a relação de confiança com seus seguidores. Lana, por sua vez, critica marcas que tentam explorar sua representatividade sem uma conexão real com sua arte.

Ao serem questionadas[17] sobre o que motivam as marcas buscarem *drags* para suas campanhas, as opiniões das entrevistadas foram bem variadas, mas o ponto em comum entre todas foi a representação de diversidade. Rita explica que isso acontece em virtude da facilidade que a *drag* tem de se comunicar com diversos públicos, indo além da comunidade LGBTQIAPN+. Podemos relacionar essa afirmação ao que Dias (2007) e Bianchi e Do Nascimento Lima (2020) discorrem sobre os estereótipos e a representatividade serem utilizados na comunicação para gerar identificação, dentro e fora de uma comunidade.

Para Sarah, as marcas estão vendo que a arte drag vai além do entretenimento e que o Brasil possui nomes famosos mundialmente como Pabllo Vittar e Glória Groove[18], que contribuíram significativamente para desmistificar e expandir essa arte. O nome da Pabllo inclusive já havia sido comentado por Bianchi e Nascimento Lima (2020) anteriormente, quando os autores abordaram figuras de representação da comunidade LGBTQIAPN+

[16] Pergunta 6: O que você leva em consideração sobre a marca na hora de fechar uma parceria?
[17] Pergunta 7: Na sua opinião, por que as marcas buscaram artistas *drag* para suas campanhas?
[18] Glória Groove, *drag queen* e cantora reconhecida no país. Disponível em: https://www.instagram.com/gloriagroove. Acesso em: 26 nov. 2024.

Charlene expõe que ainda existe um preconceito das marcas e acredita que a imagem forte de uma *drag* queen cria um certo receio das empresas em colaborar com elas. Essa situação reforça o que Pezzotti (2021) disse ao citar a "cultura do cancelamento". Ela também cita o programa *Rupaul's Drag Race*, citado nos estudos de Amanajás (2014) como importante nesse meio, como um aliado para visibilidade e credibilidade da arte *drag*, colocando artistas na mídia, ajudando na profissionalização da arte e contribuindo para a aceitação da sociedade.

Quando questionadas[19] sobre as percepções dos motivos pelos quais as marcas evitam parcerias com *drag queens*, observou-se que o preconceito é a principal razão citada, já que muitas marcas temem perder parte do público ao associarem sua imagem a essa arte e comunidade. Esse preconceito, conforme aponta Bruno (2017), pode estar relacionado a crenças pessoais ou religiosas.

Sarah aponta que, embora as equipes de *marketing* possam ser mais abertas, quem toma as decisões finais nas empresas muitas vezes é mais rígido, temendo prejudicar a imagem da marca ou não agradar seu público tradicional. Essa afirmação condiz com o que Pezzotti (2021) diz sobre "Cultura do cancelamento".

Como Lana expõe, as *drag queens* precisam enfrentar uma luta constante para serem levadas a sério e conquistar espaço. Por outro lado, Rita acredita que as marcas priorizam outras formas de representatividade, como pessoas com deficiência ou de diferentes etnias, o que pode deixar as *drag queens* em segundo plano.

Na questão[20] sobre o período do ano que mais fecham parcerias, o esperado era que o Mês do orgulho fosse o mais vantajoso para as artistas, porém para Charlene, Sarah e Rita, é um mês com uma frequência normal. Elas também comentam que em anos anteriores o cenário era diferente e nos últimos anos foram poucas as marcas que as procuraram e que, no decorrer do ano, a realidade é que conseguem fechar poucas publicidades. Podemos relacionar essa realidade ao *Pink Money*, estratégia vista por vezes como oportunismo, como apontado pelo Meio & Mensagem (2023).

> É claro que, geralmente, meses que antecedem o mês do orgulho e o mês do orgulho são meses que são com maior volume, mas eu também observo, e quando eu falo isso, eu trago também, com base em conversas que eu tenho com outras drags, com outras pessoas da comunidade, que também trabalham com redes sociais e demais, que 2023 e 2024 foram e têm sido anos muito ruins para a diversidade dentro da publicidade (Sarah Vika).

Por outro lado, Lana comenta que o mês do orgulho é quando recebe mais propostas, mas também levanta que no restante do ano são poucas marcas que mantêm parcerias,

[19] Pergunta 8: Qual você acredita ser o motivo para algumas marcas não fecharem parcerias com vocês (*drags*)?
[20] Pergunta 9: Em que período do ano normalmente recebe mais propostas de parcerias?

reforçando a questão sobre a dificuldade que é ser *drag* e a falta de reconhecimento e oportunidades.

Por fim, na questão[21] final do bloco, as entrevistadas foram questionadas sobre o que esperam do futuro da diversidade em publicidades. Observou-se que a maioria das entrevistadas esperam um futuro mais inclusivo e autêntico em parcerias com a comunidade LGBTQIAPN+. Podemos relacionar essa afirmação ao papel das marcas em aderir a diversidade como pilar, não apenas estratégia, como apontado pela Exame (2023). Para Charlene, o atual momento é uma oportunidade de "plantar sementes" para um futuro mais inclusivo, embora o preconceito ainda seja uma barreira. Lana, por sua vez, critica o "*Pink Money*", estratégia em que marcas exploram a comunidade LGBTQIAPN+ superficialmente como apontado pelo Meio & Mensagem (2023). Lana defende que as *drag*s devem ser contratadas pelo seu talento e profissionalismo, e não por oportunismo.

> Eu acho que o futuro da diversidade dentro da publicidade poderia ser uma tendência que vem e fica, e não que vem, fica ali um tempinho e vai-se embora, sabe? Acho que é tão importante e faz tanto sentido a gente ver a diversidade retratada na publicidade. E a parcela de consumo que a comunidade LGBTQIAPN+ representa é uma parcela tão grande, sabe? E que é uma galera muito fiel também, né. A gente vê isso com as divas pop, ou com as marcas, quando as gays adotam uma marca, tipo assim. Cara, é um público muito fiel (Sarah Vika).

4.3 "FAÇO MAIS QUE BOTAR UM SALTO E IR PRA BOATE"[22]

Neste bloco final da análise, as entrevistadas foram convidadas a falar sobre suas experiências próprias com marcas, a fim de entender como foram as publicidades que participaram, quais os segmentos de mercado e como atuar em publicidades auxiliou na representatividade e visibilidade da sua carreira *drag*.

Ao relatarem[23] suas experiências publicitárias, as *drag queens* destacaram parcerias com uma variedade de marcas, especialmente no segmento de maquiagem. As entrevistadas já colaboraram com marcas como: Avon; Boticário; MAC; Elseve; Via Marte; Burger King; Hora do Pastel; 99pop; Skol Beats; Keep Cooler; Fanta; Bis e Domino's. Algumas das marcas e segmentos correspondem ao que Filippe (2021) e Bianchi e Do Nascimento Lima (2020) citam anteriormente ao falar de marcas que apoiam a diversidade. Marcas como Burger King e Avon foram citadas anteriormente com exemplos de publicidades no Quadro 2.

Além dessas marcas, as *drag queens* relataram outras experiências publicitárias que foram marcantes para suas trajetórias. Charlene menciona sua parceria de longa data com a

[21] Pergunta 10: Como acredita que vai ser o futuro sobre marcas e diversidade?
[22] Expressão usada por Sarah Vika ao falar sobre sua experiência favorita e qual o impacto das suas publicidades em sua carreira.
[23] Pergunta 11: Quais marcas ou segmentos já procuraram você para participar de campanhas ou ações publicitárias?

Boate Ibiza, que oportunizou que ela participasse de programas de TV locais, como Patrola e Teledomingo, para divulgar festas e eventos. Já Rita, pioneira ao combinar a interpretação de libras com a arte *drag*, destacou sua atuação em plataformas de *streaming* como Globoplay, Prime Video e Paramount Plus, além de parcerias gratuitas que realiza para causas sociais. Essa postura podemos relacionar ao que Filippe (2021) explica sobre marcas que destinam parte dos lucros de suas campanhas para organizações que apoiam a comunidade.

Outro ponto é a forte presença da Sarah e Rita em São Paulo, onde realizam grande parte de suas parcerias, refletindo uma dificuldade de aderência de marcas gaúchas. Lana, por sua vez, tem parcerias no segmento de beleza e cosméticos, principalmente de negócios locais que confiam em seu trabalho para promover seus produtos.

Quando questionadas[24] sobre suas experiências favoritas e como essas parcerias impactaram suas carreiras, as *drag queens* destacaram que as colaborações com marcas desempenharam um papel crucial em sua visibilidade e crescimento profissional. Charlene, por exemplo, menciona que suas parcerias com o Grupo Ibiza e o programa de TV Patrola tiveram um impacto significativo, ampliando sua presença no cenário de entretenimento. Essa experiência confirma o que Bianchi e Do Nascimento Lima (2020) e Bruno (2017) ressaltam, ou seja, que a inclusão da diversidade pelas marcas está diretamente relacionada às mudanças no comportamento do público, que valoriza cada vez mais a representatividade.

Ainda neste contexto, Sarah destacou suas colaborações como a Avon, marca que é citada como exemplo no Quadro 2, que a projetaram internacionalmente e consolidaram sua credibilidade, especialmente por destacar sua representatividade LGBTQIAPN+. Por outro lado, Lana destaca que, embora as parcerias com marcas ajudem temporariamente, o impacto em sua visibilidade vem de sua autogestão e da entrega de qualidade em suas produções, acreditando que a autopromoção é o que a mantém relevante.

A próxima questão[25] abordou o preconceito, tópico que é uma realidade vivida pela comunidade LGBTQIAPN+ como expõe GGB (2023). No entanto, com relação a esse assunto, foi observado que a maioria das entrevistadas não tiveram episódios de preconceito e discriminação marcantes. Charlene explica que adota uma postura proativa, usando o preconceito como oportunidade para educar e promover inclusão, destacando sua trajetória em ambientes heterossexuais. Essa abordagem reflete o que a Exame (2023) discute sobre o papel das marcas na luta contra o preconceito, ressaltando a importância de ações que vão além do discurso.

Em contraste, Sarah, Rita e Lana enfrentaram preconceitos mais sutis. Sarah afirma que evita campanhas que parecem explorar o "*Pink Money*" e Lana compartilhou um

[24] Perguntas 12 e 13: Qual das experiências com alguma marca foi sua favorita? Teve algum impacto na sua carreira?; Como as parcerias com marcas contribuem para sua presença e visibilidade como artista *drag*?

[25] Pergunta 14: Você já enfrentou situações de preconceito ou discriminação com alguma marca? Como lidou com isso?

episódio de discriminação explícita, quando uma marca a escolheu para uma campanha apenas se participasse como Ygor e não como *drag*.

Para encerrar, as entrevistadas tiveram a oportunidade de mencionar[26] marcas com as quais gostariam de estabelecer parcerias. As *drags* citaram empresas que já promovem e apoiam a diversidade, como Absolut, Adidas, Mac e Beats. Rita, por sua vez, destacou Pirelli e Yamaha, acreditando que, apesar de pertencerem a nichos diferentes, ambas podem ser representadas por uma *drag*, unindo sua paixão por motos ao seu trabalho como criadora de conteúdo. Além disso, todas ressaltaram a importância de parcerias autênticas, com marcas que realmente apoiam a comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar as experiências e percepções de artistas *drag* da Grande Porto Alegre em relação à publicidade, explorando como descrevem suas parcerias com marcas, suas opiniões sobre representatividade e inclusão, bem como suas perspectivas sobre o futuro da arte *drag* na publicidade.

Conforme discutido ao longo do trabalho, ficou evidente que as marcas estão cada vez mais aderindo à presença de *drags* em campanhas publicitárias, especialmente em peças voltadas para a comunidade LGBTQIAPN+. A publicidade tem se mostrado uma plataforma poderosa, que não só amplia a visibilidade dessas artistas *drag*, mas também contribui de maneira significativa para o fortalecimento de suas carreiras. Esse movimento representa uma evolução na maneira como a representatividade está sendo inserida em publicidades.

Através deste trabalho foi possível identificar as oportunidades e desafios enfrentados por artistas *drag* ao buscarem e serem escolhidas por marcas. Além disso, a pesquisa revelou em quais momentos e estratégias essas artistas são convidadas a participar de campanhas, bem como os principais segmentos de mercado mais abertos a parcerias com elas. Ainda, a análise demonstrou que a publicidade pode ser uma ferramenta crucial para a visibilidade dessas artistas, não apenas como um impulso para suas carreiras, mas também para a representatividade da comunidade LGBTQIAPN+ como um todo.

Enfatiza-se que esta pesquisa abre espaço para novas investigações, uma vez que a relação entre publicidade, arte *drag* e representatividade de gênero é uma questão atual e em constante mudança. A publicidade e as marcas precisam continuar a acompanhar essas mudanças sociais e culturais para que possam se comunicar de maneira inclusiva com todos os públicos. Portanto, esta pesquisa também pode ser aplicada sob o ponto de vista das marcas, analisando como as empresas trabalham a representatividade com *drags* em suas campanhas. Vale ressaltar ainda que a pesquisa foi realizada sob a perspectiva de artistas *drag* que são homens cisgênero homossexuais. Acredita-se que, se aplicada a artistas de

[26] Pergunta 15: Tem alguma marca ou segmento de mercado que não fez e gostaria de fazer uma parceria?

outros gêneros e orientações sexuais, o resultado pode ser diferente e complementar a esta pesquisa.

Embora este estudo tenha enfrentado alguns desafios na busca por materiais específicos da relação entre publicidade e arte *drag*, por ser uma temática atual e ainda pouco discutida, acredita-se que foi possível abordar a temática em uma perspectiva mais ampla, com base em estudos sobre a comunidade LGBTQIAPN+.

A pesquisa também contribuiu para destacar o ponto de vista das artistas *drag* em relação às marcas que as buscam por oportunismo, evidenciando a necessidade de as empresas revisarem seus valores e intenções antes de fecharem parcerias. Também foi possível identificar as dificuldades enfrentadas pelas artistas, como a falta de oportunidades, a baixa valorização de seu trabalho e a necessidade de muitas delas buscarem outras formas de sustento para manterem sua arte.

Por fim, como resultado deste trabalho aplicado, foi compilado o conteúdo das entrevistas e os detalhes sobre cada uma das artistas *drag* entrevistadas em um guia complementar[27], que também conta com algumas orientações para as marcas e agências. Esse material foi disponibilizado para apoiar estudos futuros e possibilitar a verificação dos dados coletados, contribuindo para a validação e o aprofundamento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABREU, Leandro. O que são mídias digitais, quais os tipos, benefícios e como fazer seu planejamento! **Rockcontent**, 2019. Disponível em: https://rockcontent.com/br/blog/midia-digital/. Acesso em: 26 jun. 2024.

AMANAJÁS, I. Drag Queen: Um percurso histórico pela arte dos atores transformistas. **Revista Belas Artes**, São Paulo, v. 16, n. 3, 2014. Disponível em: https://revistas.belasartes.br/revistabelasartes/article/view/306 Acesso em: 08 maio 2024.

ANDREWS, J. *et al*. **O livro da história LGBTQIPN+**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2024. 336 p.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. 1 ed. 279 p.

BIANCHI, E; DO NASCIMENTO LIMA, T. Pabllo Vittar e a representatividade LGBTQIA+ na publicidade: uma análise sobre as formas de consumo pós-modernas. **Aquila**, v. 1, n. 23, p. 223-238, 15 ago. 2020.

BORTOLOZZI, R. M. A Arte Transformista Brasileira: Rotas para uma genealogia decolonial. **Quaderns de Psicologia**, v. 17, n. 3, p. 123-134, 2015.

BRUNO, G. S. **A atitude de consumidores sobre marcas que se afirmam contra o preconceito por minorias através da publicidade**. TCC (Graduação) - Curso de Administração, PUC - Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/32626/32626.PDF. Acesso em: 20 jun. 2024.

[27] "A gente veio pra ficar": Guia sobre quatro drag queens da Grande Porto Alegre e suas experiências publicitárias". Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1EBhTw3J8m9mQm4Z_Aiw88zKM8SpdJ8Lw/view?usp=drive_link. Acesso em: 26 nov. 2024

CASAROTTO, C. Saiba o que é Publicidade, para que serve e como é a carreira do publicitário. **Rockcontent**, 2024. Disponível em: https://rockcontent.com/br/blog/publicidade/. Acesso em: 18 jun. 2024.

DIAS, D. L. A Construção e a desconstrução de estereótipos pela publicidade brasileira. **Stockholm Review of Latin American Studies**, v. 2, p. 25-37. 2007.

EXAME. Diversidade: o que é, qual a importância e como promover. **Exame**, 2023. Disponível em: https://exame.com/esg/diversidade-o-que-e-qual-a-importancia-e-como-promover/. Acesso em: 18 jun. 2024.

FILIPPE, M. Estas marcas apoiam causas LGBTI+ e destinam recursos financeiros. **Exame**, 2021. Disponível em: https://exame.com/marketing/estas-marcas-apoiam-causas-lgbti-e-destinam-recursos-financeiros/. Acesso em: 27 jun. 2024.

FOX, L. **O mundo das Dragqueens**: Tipos e estilos! Youtube, 08 set. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rKfyUkTZPmM. Acesso em: 22 maio 2024.

FRANÇA, W. C. Quem vê close não vê corre: Um estudo acerca da visibilidade, representatividade e ato político da arte drag. **Revista Cor LGBTQIA+**, Curitiba, n. 2, v. 1, p. 100-124, jan. 2022.

GGB. **Observatório 2023 de Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil**. Grupo Gay da Bahia. 2023. Disponível em: https://grupogaydabahia.com.br/wp-content/uploads/bsk-pdf-manager/2024/02/observatorio-2023-de-mortes-violentas-de-lgbt-1.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2002. 4 ed. 176 p.

IBGE. **Pesquisa nacional de saúde**: orientação sexual autoidentificada da população adulta. Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro, 2022.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília: Publicação online, abr. 2012. Disponível em: http://issuu.com/jaquelinejesus/docs/orienta__es_popula__o_trans. Acesso em: 02 maio 2024.

JOHNSON, I. **Brazil 2017 Report — Out Now Global LGBT2030 Study**. 2017 . Disponível em: http://www.outnow.lgbt/. Acesso em: 09 jun. 2024.

JORNAL NACIONAL. Supremo determina que atos de homofobia e transfobia contra indivíduos sejam punidos como injúria racial. **Portal G1**, 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/08/22/supremo-determina-que-atos-de-homofobia-e-transfobia-sejam-punidos-como-injuria-racial.ghtml. Acesso em: 19 jun. 2023.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho - ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 96 p.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. São Paulo: Grupo GEN, Editora Atlas, 2017. 8 ed.

MEIO & MENSAGEM. Pink Money: a importância de reconhecer o potencial da comunidade LGBT+. **Meio & Mensagem**, 2023. Disponível em: https://www.meioemensagem.com.br/marketing/pink-money. Acesso em: 08 jun. 2024.

MICHAELIS Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. **Desafio**. Melhoramentos, 2024a. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/desafio/. Acesso em: 15 jun. 2024.

MICHAELIS Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. **Drag queen**. Melhoramentos, 2024b. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/busca?id=jZyW. Acesso em: 10 maio 2024.

MICHAELIS Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. **Oportunidade**. Melhoramentos, 2024c. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/oportunidade/. Acesso em: 15 jun. 2024.

PEZZOTTI, R. Quem lacra não lucra? Empresas que apoiam causas perdem dinheiro por isso? **Uol São Paulo**, 2021. Disponível em: https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/07/12/lacre-ou-lucro-boicotes-a-empresas-que-defendem-diversidade-funcionam.htm. Acesso em: 23 jun. 2024.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico:** Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013. 2 ed. 277 p.

PROVOCA. **Rita Von Hunty | #Provoca | 25/01/2022**. Youtube, 25 jan. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Sru_iq_6ybg&t. Acesso em: 26 maio 2024.

REC MULTISHOW. **Representatividade na Indústria da Comunicação**: Como podemos ajudar? YouTube, 25 de setembro de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tlIKX00kBV0. Acesso em: 16 jun. 2024.

SANT'ANNA, A.; JUNIOR, I. R.; GARCIA, L. F. D. **Propaganda:** Teoria, Técnica e Prática. Cengage Learning, 9. ed. 2017.

VALERI, J. Arte drag busca maior visibilidade e consolidação no meio acadêmico. **Jornal da USP**, 2023. Disponível em: https://jornal.usp.br/?p=615832. Acesso em: 15 abr. 2024.

Recebido em: 13/06/2025
Aceito em: 01/08/2025

REPRESENTAÇÃO DA HOMOAFETIVIDADE EM FILMES, SÉRIES E NOVELAS: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA

REPRESENTATION OF HOMOAFECTIVITY IN MOVIES, SERIES, AND SOAP OPERAS: A NARRATIVE REVIEW OF THE LITERATURE

Giovane Sampaio dos Santos[1]
Patrícia Carvalho Moreira[2]

Resumo: o presente estudo discute as representações homossexuais na mídia, com foco na televisão aberta e nas plataformas de streaming. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, de caráter qualitativo, que selecionou oito artigos por meio de uma busca minuciosa nas plataformas digitais Google Scholar e Scielo. O objetivo foi analisar como a televisão e outras mídias audiovisuais constroem e reforçam estereótipos sobre a população LGBTQIA+, especialmente no que se refere à representação de personagens gays. Os resultados apontam que, embora haja avanços nas plataformas de streaming, com personagens gays retratados de forma mais natural e com maior liberdade para demonstrações de afeto, a televisão aberta ainda mantém um padrão conservador. As emissoras priorizam a manutenção da audiência, muitas vezes invisibilizando afetos homoafetivos ou apresentando personagens gays de forma caricata, reforçando estereótipos. Conclui-se que, apesar de mudanças significativas observadas no conteúdo disponibilizado pelas plataformas globais de streaming, a televisão aberta brasileira continua limitada por interesses comerciais e pressões sociais, resistindo a uma representação mais diversa e inclusiva. O cenário atual revela, entretanto, uma demanda crescente por uma mídia que retrate de forma justa a diversidade sexual, a exemplo do que já ocorre em séries, novelas e filmes internacionais.

Palavras-chave: Representações midiáticas; Homossexualidade; Estereótipos; Televisão; Streaming.

Abstract: the present study discusses homosexual representations in the media, focusing on broadcast television and streaming platforms. It is a narrative review of the literature, of a qualitative nature, which selected eight articles through a thorough search on the digital platforms Google Scholar and Scielo. The aim was to analyze how television and other audiovisual media construct and reinforce stereotypes about the LGBTQIA+ population, especially regarding the representation of gay characters. The results indicate that, although there have been advances in streaming platforms, with gay characters portrayed more naturally and with greater freedom for expressions of affection, broadcast television still maintains a conservative standard. Broadcasters prioritize maintaining their audience, often making same-sex affections invisible or presenting gay characters in a caricatured way, reinforcing stereotypes. It is concluded that, despite significant changes observed in the contente made available by global streaming platforms, Brazilian open television remains limited by commercial interests and social pressures, resisting a more diverse and inclusive representation. The current scenario, however, reveals a growing demand for media that fairly depicts sexual diversity, as seen in international series, telenovelas, and films.

Keywords: Media representations; Homosexuality; Stereotypes; Television; Streaming.

1 INTRODUÇÃO

Em um mundo cada vez mais globalizado e com o acesso facilitado a televisões, celulares e à *internet*, observamos o quanto a mídia se faz presente na vida das pessoas. "A

[1] Graduando em Psicologia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Possui interesse em pesquisas nas áreas de adolescência, Sistema Único de Saúde (SUS), produções audiovisuais (filmes, séries e novelas) e suas implicações psicossociais

[2] Atua como Antropóloga, Psicóloga, Musicoterapeuta e Tanatóloga. Possui graduação (Bacharelado, Licenciatura e formação) em Psicologia pela FACIME/UESPI (2005). É psicoterapeuta especializada em perdas e luto.

importância da mídia se dá pela centralidade na vida cotidiana, pois participa e organiza nosso dia a dia, seja como fonte de informação, entretenimento e lazer" (Lima e Queiroz, 2017, p. 125).

A televisão, inaugurada no Brasil em 18 de setembro de 1950, inicialmente um instrumento estranho e que possuía dificuldade para se comunicar com o público, tornou-se parte da família de todos os brasileiros, transformando-se em um agente-espelho que demonstra, todos os dias, o reflexo da população, da sociedade e das mudanças e debates em pauta (Memória Globo, 2010, p. 3).

Outrossim, os processos de representação — que se referem ao uso de variados sistemas significantes disponíveis (textos, imagens e sons) para "falar por" ou "falar sobre" categorias ou grupos sociais — e de identificação — que é a afirmação e defesa da singularidade cultural dos grupos oprimidos e marginalizados —, ambos os conceitos abordados por Filho (2004), tornaram-se cada vez mais presentes nos produtos criados pela indústria televisiva (filmes, séries e novelas).

Todavia, a mídia converteu-se em uma via de mão dupla entre a representação/identificação e a construção de papéis sociais e estereótipos, como uma forma de criar um público consumidor que use os produtos mostrados na tela, por meio da apresentação de estilos de vida imitáveis. Como afirma Hennigen (2010), a mídia nos influencia em nossos modos de ser, de nos relacionarmos, de cuidar de nós, de negociar, consumir, aprender, criar, exercer cidadania e viver.

Assim, a criação de estilos de vida vistos como "normais" acaba por excluir quem foge ao padrão da sociedade. Nas novelas, a heterossexualidade é sempre apresentada como o principal padrão de relacionamento, e os homens gays, quando não são completamente excluídos da trama, aparecem apenas como personagens caricatos e motivo de riso — gerando uma enorme contradição, visto que um instrumento que deveria refletir a sociedade também esconde e ridiculariza.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019), temos no Brasil 3 milhões de homossexuais, bissexuais e pessoas com "outras orientações", o que corresponde a 3% da população. Contudo, observa-se na televisão uma exclusão desse público diante de uma parcela heterossexual majoritária, e, quando aparecem, o que se observa há anos é uma imagem caricata dos reais problemas do homossexual brasileiro: aparência extravagante, gestos efeminados e uma linguagem específica. Assim, Quando as telenovelas abordaram o papel dos homossexuais e os problemas enfrentados por eles na sociedade contemporânea, houve uma rejeição por parte do público (Hander, 2006).

Ao mesmo tempo, surgiram nos últimos anos diversos serviços de *streaming* (*Netflix*, *Max*, *Globoplay*, *Star+*), recheados de conteúdos globalizados com temas e discussões muito mais abertas do que os conteúdos da "televisão tradicional". A população está se tornando cada vez mais interessada em *streaming*, visto que Vomero (2023) ressalta que 7 em cada

10 brasileiros assinam algum serviço desse tipo. Vemos, como nunca antes, os espectadores cobrando nas redes sociais melhores formas de os canais brasileiros abordarem temas que, por serem pioneiros e enfrentarem pouca concorrência anteriormente, não tinham tanta relevância a ponto de mudar os planos das emissoras. Foi o que ocorreu no caso do corte do beijo gay na novela Vai na Fé, da Rede Globo: após grande pressão, a emissora voltou atrás e exibiu a cena — algo que não aconteceu em 2005, quando houve o corte do que seria o primeiro beijo gay entre o casal Junior e Zeca, na novela América.

A novela América criou uma expectativa entre grupos homossexuais por um reconhecimento digno em relação a seus direitos invisíveis. O tema apresentado por esses grupos é uma afirmação da igualdade de direitos e do reconhecimento de uma minoria. O suposto primeiro "beijo gay" na televisão não seria apenas uma imagem exibida, mas uma atitude afirmativa de equalização das mensagens apresentadas pela mídia (Hander, 2006).

Essas atualizações na sociedade trouxeram as questões norteadoras desta pesquisa: Quais são as representações dos homossexuais na mídia atual? De que maneira o processo de identificação com personagens e histórias semelhantes às suas interfere em seu contexto psicossocial? Quais os danos de uma representação estereotipada dos homossexuais na mídia? E quanto a eliminação de personagens homossexuais e suas cenas na televisão aberta impacta a manutenção da homofobia na sociedade? Como os serviços de *streaming* impactaram a visibilidade e a identidade da homossexualidade com sua chegada ao Brasil?

Como problema de pesquisa, tentaremos compreender quais são as representatividades do homem gay na mídia atual, como isso forma sua identidade e, ao mesmo tempo, como essa representação é formada por ele, através de uma constante via de mão dupla entre a representação e a mimetização de comportamentos entre a tela e a população.

Para responder ao problema de pesquisa citado anteriormente, o objetivo geral é discutir as representações homossexuais na mídia. Como objetivos específicos, tentaremos entender se essas representações estão sendo feitas adequadamente; quais as sensações e consequências de uma boa representação; quais as sensações e consequências de uma representação estereotipada; o quanto a extinção de beijos e outras representações homossexuais na mídia contribui para uma falsa impressão de anormalidade da homossexualidade; além de buscar respostas para o impacto da chegada dos serviços de *streaming* na identidade e representação homossexual no contexto brasileiro.

Esta pesquisa tem abordagem qualitativa, é exploratória e se trata de uma revisão bibliográfica da literatura, buscando tendências e pontos em comum (além de divergências) encontrados em pesquisas anteriores sobre o tema "Representatividade do homem gay na mídia atual e suas consequências psicossociais". Acredita-se que, aprofundando ainda mais os estudos nessa área, poderá haver um panorama mais amplo para debates e reivindicações por filmes, séries e novelas mais inclusivos e respeitosos. Afinal, de acordo

com Condon (2015), a tela apresenta apenas barulhos e cores — o que realmente importa é o que a pessoa guardou do que assistiu, visto que o único lugar em que o entretenimento ganha vida é na mente e no coração dos telespectadores, em sua alegria ou indignação, seu desprezo ou entusiasmo.

2 DEBATENDO AS REPRESENTAÇÕES

Os 7 textos investigados foram encontrados nas bibliotecas digitais: *Scielo* e *Google* Acadêmico. Os critérios de inclusão foram textos que falassem da representação em mídia das minorias homossexuais de maneira a abordar a representatividade, identificação e consequências psicossociais. Os critérios de exclusão foram: textos que não focassem em homossexualidade e que tratassem de outros contextos sem ser a mídia e a representação. Os 7 artigos serão apresentados na Tabela 1 com nome, autores e ano.

TABELA 1 - Artigos escolhidos

Artigo	Autor/autores	Ano
Recepção de telenovelas: A identidade e representação da homossexualidade. Um estudo de caso da novela "Mulheres Apaixonadas"	Joseana B. Tonon	2006
Do armário à tela global: A representação social da homossexualidade na telenovela brasileira	Luiz Eduardo Neves Peret	2005
A representatividade gay em Jonas: Uma análise da construção de Personagens	Rafael Marcos Fonteles de Vasconcelos	2021
Homossexualidade na telenovela América: O veto do beijo	Hugo Hander	2006
O cinema gay no Brasil: a representação dos homossexuais em Tatuagem e Hoje eu quero Voltar Sozinho	Rodrigo Quevedo Fagundes e Flavi Ferreira Lisbôa Filho	2021
Os Vampiros saem do armário: um olhar antropológico sobre True Blood	Camilo Albuquerque de Braz	2011
Afetados: o impacto da representatividade LGBTQI+ no público adolescente das séries de TV	Luana Morgado Ramos Afonso	2020

Fonte: Autores (2026)

2.1 ANÁLISE DO TEXTO "HOMOSSEXUALIDADE NA TELENOVELA AMÉRICA: O VETO DO BEIJO (2006)"

Hander (2006) compreende a comunicação como uma necessidade essencial, um direito humano fundamental e um instrumento de defesa da cidadania e dos direitos humanos. Essa perspectiva dialoga diretamente com os apontamentos de Muanis (2015), ao destacar o papel educativo da televisão, que permite ao cidadão aprender sobre a sociedade e seus direitos, estimulando a defesa de seus princípios e a reivindicação de sua cidadania.

No entanto, observa-se um silêncio persistente da mídia tradicional em relação à sexualidade humana, frequentemente tratada como um tema proibido. Ao mesmo tempo em que os sentimentos e as manifestações afetivas entre casais heterossexuais são amplamente representados de maneira cotidiana, naturalizados como expressões de amor legítimas, as demonstrações de afeto entre casais homossexuais são excluídas ou esvaziadas de significado. Esse contraste revela um discurso ainda condicionado por influências morais e religiosas, que tenta restringir ou invisibilizar as experiências homoafetivas.

Essa exclusão simbólica é, por vezes, disfarçada por uma suposta inclusão. Embora personagens gays tenham conquistado certa presença na televisão, essa representação costuma ocorrer sob uma ótica humorística e caricata, o que contribui para a manutenção de estigmas. Nesta linha, Hander (2006) continua destacando como a forma cômica de representação tende a ridicularizar esses personagens, induzindo o público a aceitá-los apenas por meio da zombaria. Dessa forma, a televisão historicamente condicionou o público a associar a identidade homossexual ao exagero, ao deboche e à superficialidade.

Tal contexto contribuiu para a rejeição, por parte do público, de narrativas que abordassem com seriedade os desafios e conflitos vividos por pessoas LGBTQIAPN+. Quando a televisão tentou retratar os reais dilemas enfrentados por esses sujeitos, a resposta do público foi, muitas vezes, de recusa e hostilidade. Um exemplo emblemático ocorreu quando um ator foi agredido nas ruas por interpretar um personagem homossexual na novela A Próxima Vítima, de Silvio de Abreu (Hander, 2006).

Esse episódio pode ser compreendido a partir de duas referências teóricas relevantes. Primeiramente, a exposição contínua do público a representações estereotipadas levou à cristalização de uma imagem limitada e desrespeitosa da homossexualidade. Em segundo lugar, a partir do pensamento hermenêutico de Hans-Georg Gadamer, é possível interpretar a reação violenta do público como uma tentativa de "reformular" o texto apresentado, ou seja, de interferir diretamente na narrativa por meio da rejeição ou censura. Ambas as abordagens são analisadas por Muanis (2015) em suas reflexões sobre mídia e subjetividade.

Nesse cenário, destaca-se o marco representativo que foi a novela América, escrita por Glória Perez. A trama abordou, pela primeira vez de maneira mais sensível, a história de

um adolescente homossexual em processo de descoberta de sua orientação afetiva. O personagem Junior, interpretado por Bruno Gagliasso, desenvolve sentimentos amorosos por Zeca, um peão vivido por Erom Cordeiro. Ao longo da novela, a expectativa por um possível beijo entre os dois personagens aumentou significativamente, sendo considerada pela comunidade LGBTQIAPN+ como um símbolo de visibilidade e afirmação identitária.

A comoção gerada pelo desenvolvimento da história e pela expectativa da exibição do beijo evidenciou o papel social e educativo da televisão. O público demonstrou reações ambíguas: enquanto setores progressistas da sociedade exigiam a representação do casal gay de forma digna, outros segmentos se opunham veementemente à cena, revelando uma tensão entre avanços sociais e conservadorismo cultural. Glória Perez defendeu publicamente a exibição do beijo, assim como o ator Bruno Gagliasso demonstrou apoio à importância de seu personagem para o debate social (Hander, 2006).

No entanto, em 5 de novembro de 2005, a tão aguardada cena — gravada sete vezes — foi cortada pela emissora, frustrando as expectativas do público e dos envolvidos na produção. O ator Bruno Gagliasso chegou a chorar diante da decisão, e a autora lamentou profundamente não ter sido ouvida. O episódio representa não apenas a censura de uma cena, mas a negação simbólica do direito à representação plena da diversidade sexual.

A ausência do beijo, portanto, não se limita à omissão de um gesto afetivo. Trata-se de uma ação que impacta diretamente a construção de narrativas televisivas mais inclusivas e equitativas. o que estava em jogo era mais do que uma imagem: era uma atitude afirmativa de reconhecimento dos direitos e das existências invisibilizadas pela mídia tradicional (Hander, 2006).

2.2 ANÁLISE DO TEXTO 2 "RECEPÇÃO DE TELENOVELAS: A IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE. UM ESTUDO DE CASO DA NOVELA MULHERES APAIXONADAS (2006)"

Hall (2003, *apud* Tonon, 2006) enfoca os contextos de identidade e representação da realidade, pelos quais os produtos culturais são agentes da reprodução e transformação social, possuindo natureza complexa, dinâmica e ativa na construção da hegemonia. Ou seja, a ideia inicial de que filmes, séries e novelas possuem um duplo viés entre representar a sociedade e ensinar/influenciar o público corrobora o que Tonon (2006) nos apresenta, haja vista que esses textos são produtos culturais e sociais e, por assim dizer, também complexos, com múltiplas facetas e ativos na construção de uma hegemonia, por eliminarem e excluírem contextos existentes na realidade em busca de desejos consumíveis.

Em segundo lugar, a cultura se mostra um ambiente pouco estabilizado e um palco de lutas entre a maioria (dominação) e a minoria (resistência). A identidade passa a ter sentido

por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos, a partir de representações que dão significado às práticas linguísticas, à concepção de vida e os feitos sociais e culturais cotidianos — à realidade, por assim dizer. Tonon também destaca o processo de recepção dessa representação como um fazer ativo, em que o receptor se empenha em entender o que lhe é apresentado e responde àquilo que lhe é transmitido. Todo esse processo ocorre em um ambiente globalizado que gera a emergência de novas posturas identitárias e políticas afirmativas (Tonon, 2006).

Da mesma forma, a identidade deixou de ser apenas uma questão subjetiva e individual, passando a ser também grupal e politizada. Assim, a dominância nunca é completa. Há sempre a possibilidade de desestabilização e transformação do sistema pela cultura dominada. Sendo um processo em formação, a cultura tem suas formas construídas e reconstruídas diariamente pelas pressões e contradições emergentes da sociedade, que são incorporadas ao próprio sistema cultural (Hall, 2001, *apud* Tonon, 2006). Assim sendo, as representações de casais heterossexuais, que simbolizam a classe dominante, nunca serão o único público retratado por filmes, séries e novelas, haja vista que parte da população sempre reclamará por sua representatividade. Esses personagens entram na cultura e a modificam, integrando-se a ela.

Enquanto isso, o outro lado da sociedade pode se recusar a aceitar tais representações como legítimas e tentará, à sua maneira, remover essas identidades de sua cultura. Essa é exatamente a disputa que a autora aborda ao tratar da hegemonia e contra-hegemonia, pois a constituição de uma identidade social é um ato de poder.

> A visibilidade conquistada pelos homossexuais nas paradas gays, nas novelas e na mídia reflete a negação de uma única identidade sexual, auxilia a exteriorização da diferença e contribui para a afirmação das identidades minoritárias como orientação sexual legítima, e não como algo externo, abjeto, desviante, construindo novos sistemas de representação ao questionar as posturas identitárias privilegiadas hegemonicamente ao longo dos anos, em função da política das diferenças (Tonon, 2006, p. 34).

Em síntese, ao compreender que é por meio dessas representações que o indivíduo se vê e vê o mundo, identifica-se e diferencia-se, pode-se reiterar que esses filmes, séries e novelas reforçam formas de dominação por meio de representações caricaturais e estereotipadas que levam à ridicularização e à estigmatização de identidades. Visto que são esses produtos culturais que constroem a forma como o ser humano reconhece a si mesmo e o mundo ao seu redor, quando se apresentam mensagens equivocadas e carregadas de vícios representativos da classe dominante heterossexual, perpetua-se a exclusão da verdadeira face da homossexualidade — classe dominada.

2.3 ANÁLISE DOS DOIS TEXTOS DE PERET

Em um primeiro momento, Peret (2005) observa que as telenovelas participam de um processo de integração e consolidação das identidades culturais das sociedades que retratam e para as quais são produzidas. Dessa forma, a identidade, antes centrada no indivíduo como sujeito pleno e racional, passa a enfocar o indivíduo social. A partir disso, compreende-se a hipótese de identificação, segundo a qual a identidade de cada sujeito não surge pronta, mas é formada ao longo da vida por diversas influências internas e externas oriundas do meio em que vive.

Foucault (2000, *apud* Peret, 2005) menciona as instituições que dominam e moldam essas identidades, como a escola, a oficina, o quartel, a prisão e o hospital. Nessa congruência, Peret (2005) também discute as revoltas estudantis, os movimentos de contracultura, as manifestações pela paz e contra o armamentismo, além das lutas por direitos civis, como o feminismo, como fundamentos na construção de novas identidades.

Com isso, criou-se um conjunto de identidades fragmentadas e multifatoriais, em que cada sujeito possui características próprias que o definem: etnia, gênero, sexualidade, poder aquisitivo, escolaridade e aptidões profissionais. Novas tecnologias também passaram a interagir com essas características, como os cartões de crédito, documentos internacionais e números sociais — entre eles, o registro de identidade e a previdência social. Na *internet*, surgem os *nicknames*, ícones, fotos de perfil, avatares e senhas. Embora não representem o indivíduo em sua totalidade, esses elementos contribuem para defini-lo como sujeito (Peret, 2005).

Nesse contexto, a televisão, antes vista como uma "arma da globalização", passa a levar aos lares sotaques, tradições, crenças e costumes religiosos diversos, reforçando um senso de identidade local e nacional (Peret, 2005). Essas informações globalizadas oferecem conhecimentos didáticos sobre outras formas de vida, contribuindo para que a sociedade aprenda a lidar com diferentes modos de existência. Isso supre uma lacuna educacional, especialmente diante do baixo número de pessoas que concluem o ensino médio e prosseguem nos estudos no Brasil (Muanis, 2015).

Continuando a abordagem do artigo avaliado, Peret (2005) realizou uma análise dos principais personagens que representavam o universo gay até o ano de publicação de seu artigo, com base nos seguintes parâmetros: Personagens com discurso social de gênero divergente, incluindo mulheres masculinizadas e homens afeminados; Personagens que manifestam atração por pessoas do mesmo sexo, sem necessariamente haver inversão de gênero, de forma clara ao público; Personagens transgêneros e personagens heterossexuais que fingem ser homossexuais.

Observa-se que, até 2005, poucas novelas apresentavam uma representação significativa ou adequada. A maioria delas retratava os homossexuais como vilões ou alívios

cômicos. Além disso, boa parte das tramas precisou ser modificada para agradar ao público e atender às exigências da censura federal.

2.4 ANÁLISE DO TEXTO "O CINEMA GAY NO BRASIL: A REPRESENTAÇÃO DOS HOMOSSEXUAIS EM TATUAGEM E HOJE EU QUERO VOLTAR SOZINHO" (2021)

O trabalho de Fagundes e Filho (2021) procura analisar a representação dos homossexuais no cinema brasileiro contemporâneo, tendo como perspectiva o cinema *queer*, a partir dos filmes: Tatuagem (2013) e Hoje Eu Quero Voltar Sozinho (2014). Foram percebidas duas vertentes desse cinema: uma mais preocupada em seguir os padrões heteronormativos e outra voltada à desconstrução dessas normas, característica marcante do cinema *queer*.

Percebe-se, nos últimos anos, um aumento significativo de filmes que abordam a temática homossexual no Brasil. Entretanto, no final da década de 2010, observou-se uma grande onda conservadora crescer tanto no país quanto no cenário internacional, o que resultou em uma série de censuras e restrições às representações dessa temática (Fagundes; Filho, 2021). Um exemplo disso ocorreu em 2023, com a novela "Vai na Fé", que conquistou o público ao apresentar uma história com boas representações de negritude, feminilidade e das classes mais desfavorecidas. Apesar disso, sofreu severos cortes em cenas que envolviam representatividade gay masculina, incluindo beijos e momentos de carinho, censurados de forma abrupta — algo que não ocorria com tamanha intensidade havia muitos anos.

"A falta de representatividade da mídia brasileira mostra como a homossexualidade é tratada como desviante e anormal" (Fagundes; Filho, 2021, p. 3). Ao tratar outras formas de amor de maneira desigual àquela destinada à heterossexualidade, a mídia ensina, ainda que implicitamente, que o que é mostrado não deveria estar ali — como se fosse algo feio, sujo, que necessita de corte. O didatismo televisivo, em uma sociedade marcada por baixos índices de escolaridade, pode ser um dos fatores que perpetuam a homofobia a partir desse tipo de ação.

Para o entendimento da teoria *queer*, é fundamental notar que ela busca desconstruir as formas tradicionais de pensamento e abrir espaço para novas discussões. O termo "*queer*", inicialmente utilizado como insulto dirigido a homossexuais masculinos, passou a ser entendido como um conjunto de ideias que propõe uma concepção fluida da identidade. Essa teoria questiona a relação entre sexo biológico, gênero e orientação sexual, compreendendo todos esses elementos como construções culturais e afastando-se da visão binária exacerbada presente na sociedade atual — como "homem x mulher", "hétero x homo", "masculino x feminino".

No campo audiovisual, a teoria *queer* surge como uma estratégia para apresentar personagens e histórias frequentemente ignorados pelas produções tradicionais ou

representados de forma estereotipada, com o objetivo de maior aceitação social (Fagundes; Filho, 2021).

Ao analisar os pontos comuns e divergentes entre “Hoje Eu Quero Voltar Sozinho” e “Tatuagem”, Fagundes e Filho (2021) observaram que ambos os filmes foram viabilizados por meio de editais, não apelam para a popularidade e nem têm como objetivo atingir o *mainstream* nacional. Isso gerou certa dificuldade em obter apoio de empresas privadas, que temiam a ausência de retorno financeiro.

Em “Hoje Eu Quero Voltar Sozinho”, o filme não se propõe a ser especificamente sobre homossexualidade, mas aborda o tema de forma sutil, sendo a descoberta sexual e a adolescência o foco principal da história. Já em “Tatuagem”, há maior diversidade étnica e sexual, além de características regionais, críticas à ditadura, reflexões sobre descobertas pessoais, problemas familiares, abusos em instituições militares e a construção de um novo tempo. O filme trata a homossexualidade sem pudores, apresentando personagens afeminados; homens usam maquiagem e roupas femininas, ora se apresentando como mulheres, ora como homens.

No filme adolescente, o casal protagonista é formado por dois jovens em processo de descoberta sexual, e essa relação é construída por meio de toques e afetos simples. Os personagens não fogem ao padrão heteronormativo, não possuem traços de feminilidade nem enfrentam situações de homofobia. Em contraste, “Tatuagem” retrata o casal Clécio e Fininha — uma relação entre um homem mais maduro e bem resolvido e um jovem que descobre sua sexualidade. O beijo e o sexo entre os dois são apresentados de forma mais explícita, não com o objetivo de chocar, mas como uma forma de quebrar tabus. Além disso, Fininha assume a posição passiva na relação sexual, desafiando o estereótipo de que o parceiro mais “másculo” deve ser o ativo.

No primeiro filme, além de cenas mais românticas e idealizadas, evita-se mostrar a nudez frontal. A trilha sonora aproxima os protagonistas e ajuda a revelar suas personalidades. No segundo, as cores variam conforme as cenas para se adaptar à narrativa; a nudez frontal é mostrada sem pudor e a música é utilizada como ferramenta de reflexão sobre a sociedade retratada.

Comparando os dois filmes, nota-se claramente que “Tatuagem” segue os padrões do cinema *queer*, com uma representatividade mais aberta e despudorada, enquanto “Hoje Eu Quero Voltar Sozinho” apresenta um mundo mais idealizado e romântico (Fagundes; Filho, 2021).

Com isso, é possível compreender diferentes formas de representação. Reflete-se um avanço nas representações homossexuais, pois, embora uma obra seja mais demonstrativa e baseada na teoria *queer*, e a outra tenha uma abordagem mais singela e menos realista, ambas fogem de estereótipos e retratam o amor de forma pura, sem recorrer ao humor como estratégia de aceitação social. Apesar de não terem alcançado grande sucesso de

bilheteria, ambas conquistaram maior visibilidade ao serem disponibilizadas em plataformas de *streaming*, evidenciando a importância desses serviços como distribuidores de obras que escapam aos padrões do cinema comercial e da televisão aberta.

2.5 ANÁLISE DO TEXTO "A REPRESENTATIVIDADE GAY EM JONAS: UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DE PERSONAGENS (2021)

Inicialmente, Vasconcelos (2021) destaca os serviços de *streaming* como uma evolução em relação à televisão tradicional. Além dos avanços técnicos, essas plataformas possibilitam investimentos em narrativas que valorizam a pluralidade de identidades, rompendo com padrões de branquitude e heteronormatividade e oferecendo personagens mais diversos e com histórias aprofundadas. Isso permite reavaliar as primeiras representações, uma vez que, nas poucas ocasiões em que a população LGBTQIAPN+ era retratada, seus personagens recebiam traços estereotipados ou negativos. Podemos observar essa questão nas discussões anteriores, especialmente em Peret (2005), ao listar personagens *queer* em telenovelas que, com frequência, eram retratados como engraçados, vilanizados ou censurados. Tais estereótipos deixaram marcas profundas que ainda influenciam o imaginário social (Vasconcelos, 2021).

Em segundo plano, é fundamental compreender a inserção do público nas produções audiovisuais por meio das redes sociais, que possibilitam que sujeitos antes invisibilizados exijam da mídia uma representação mais fiel e digna (Vasconcelos, 2021). No entanto, essa exigência por representatividade não é recente, como já discutido em Muanis (2021). Antes da era digital, os espectadores recorriam a cartas e outros meios para influenciar o rumo das narrativas nas telenovelas, fenômeno comparável à hermenêutica de Hans-Georg Gadamer, na qual a sociedade interpreta os textos a partir de suas próprias vivências e demanda mudanças. Contudo, nada se compara à velocidade e à força das redes sociais, que impõem às emissoras uma nova postura diante das minorias sociais.

Controlada por uma minoria econômica, a mídia historicamente criou padrões sociais que representavam apenas esse grupo: branco, heterossexual e de classe média. Esse discurso dominante marginalizou a comunidade LGBTQIAPN+ e dificultou seu acesso aos meios de comunicação, frequentemente os utilizando como exemplos de perversidade ou chacota (Vasconcelos, 2021).

No Brasil, por exemplo, o programa humorístico Zorra Total, popular nos anos 2000, trazia entre seus personagens o porteiro Severino, conhecido por usar o bordão "Isso é uma bichona" ao julgar os trejeitos de outros personagens. Esse tipo de associação entre gestos e orientação sexual tornou-se ainda mais enraizado na cultura brasileira. O personagem, portanto, reforçava e legitimava esse estigma (Vasconcelos, 2021).

Com a chegada da AIDS, no final da década de 1970, parte da sociedade passou a associar a doença à chamada "praga gay", ideia que foi amplamente reforçada pela mídia. As

produções da época frequentemente mostravam homens gays morrendo ou sofrendo com a doença. Cenas de afeto entre casais homoafetivos eram cortadas, enquanto o sofrimento permanecia em destaque. Nessa lógica, o gay passou a ser aceito apenas em sua dor e solidão, e não por sua identidade ou amor (Vasconcelos, 2021).

Entretanto, a ascensão de plataformas como a *Netflix* — chamada por Vasconcelos (2021) de "gigante dos *streamings*" — promoveu uma globalização dos conteúdos e modificou os estilos de interatividade dos espectadores, conforme aponta Canclini (2008, *apud* Vasconcelos, 2021).

Um desses novos conteúdos é o filme "Jonas" (2018). Analisado pelo supracitado autor que destaca, primeiramente, os protagonistas gays: um dos garotos é tímido e inseguro, enquanto o outro rompe padrões e se mostra um personagem transgressor — não no sentido criminal, mas por destoar do comportamento esperado ao seu redor. A relação entre os dois remete a narrativas clássicas de romances adolescentes, como aquela entre a garota tímida e o "*bad boy*", comum em produções heteronormativas. A diferença é que, aqui, trata-se de um amor entre dois rapazes. A relação começa por meio de olhares: enquanto o mais tímido admira o outro, este não se importa com a opinião alheia. Apesar das diferenças, o afeto floresce. No entanto, ao contrário de filmes como 10 Coisas que Eu Odeio em Você (1999), A Barraca do Beijo (2018) e Para Todos os Garotos que Já Amei (2018), a história termina de forma trágica: o amor do protagonista é sequestrado ao saírem juntos de uma boate gay, e nunca mais é visto, deixando traumas duradouros.

O filme Jonas (2018) rompe barreiras importantes ao adaptar uma narrativa clássica do cinema heterossexual para uma versão homoafetiva, sem recorrer a estereotipias. Contudo, não alcança um desfecho positivo, repetindo o padrão trágico comum nas representações homossexuais. Além disso, os personagens seguem um modelo socialmente aceito: brancos, não afeminados e com boa estabilidade financeira, o que os torna mais "passáveis" socialmente (Vasconcelos, 2021).

Conclui-se, assim, que o artigo confirma a relevância das plataformas de *streaming* para a ampliação da representatividade homossexual. Embora ainda haja desafios, essas produções promovem maior aprofundamento de personagens e evitam estereótipos comuns. No entanto, os problemas estruturais da representação persistem, sendo necessário o contínuo esforço crítico de pesquisadores e espectadores para exigir mais diversidade e inclusão.

2.6 ANÁLISE DO ARTIGO "AFETADOS: O IMPACTO DA REPRESENTATIVIDADE LGBTQI+ NO PÚBLICO ADOLESCENTE DE SÉRIES DE TV" (2020)

A pesquisa de Afonso (2020) busca compreender a representatividade de adolescentes LGBTQI+ em séries televisivas globais voltadas ao público jovem, com foco

especial na série *Glee*. O objetivo é analisar como esses jovens são retratados e o impacto dessas representações naqueles que estão em processo de aceitação pessoal.

A escolha da série *Glee* não foi aleatória. Afonso (2020) optou por analisá-la por ser uma das primeiras produções voltadas ao público adolescente a apresentar um número significativo de personagens que representassem minorias sexuais. A proposta do estudo era demonstrar, por meio dessa série, a importância da representatividade no desenvolvimento social dos jovens, partindo da hipótese de que uma adolescência com maior visibilidade LGBTQI+ pode contribuir para a superação de barreiras sociais duradouras.

Essas demandas por uma representação mais justa não surgiram recentemente. Em 1970, ocorreu um grande movimento nos Estados Unidos contra a ausência e a má representação de personagens não heteronormativos em filmes e séries (Connolly, 2018 *apud* Afonso, 2020).

A autora também apresenta um panorama histórico das séries americanas com personagens LGBTQIAPN+. O primeiro exemplo citado é *All in the Family*, que trouxe o personagem gay Steve em apenas um episódio. Com o tempo, personagens LGBTQI+ começaram a aparecer em *sitcoms*, mas como alvos de piadas. Em 1977, a série *SOAP* apresentou Jodie Dallas, um personagem abertamente gay que sofreu duros boicotes de grupos religiosos e conservadores por seu conteúdo “imoral”. Apesar disso, o personagem também recebeu apoio de diversos telespectadores, que chegaram a enviar cartas ao ator.

Em 1998, estreou nos Estados Unidos a série *Will & Grace*, que contava a história de quatro amigos — dois homens gays e duas mulheres heterossexuais — envolvidos em situações cômicas. A série foi um sucesso, mesmo enfrentando resistência inicial do público. Nas décadas seguintes, os homens gays conquistaram mais espaço em produções como *queer as Folk*, que abordava a homossexualidade de forma aberta e sem pudores. A representatividade LGBTQIAPN+ foi se consolidando gradualmente até chegar ao fenômeno *Glee* (Afonso, 2020).

A série *Glee* se destacou por propor, desde o início, a valorização das diferenças. Sob a direção criativa de Ryan Murphy, apresentou personagens bissexuais, homossexuais e transgêneros ao longo de suas temporadas: Kurt Hummel, David Karofsky, Blaine Anderson, Brittany Pierce, Santana Lopez, Unique Adams e Sheldon Beiste (Afonso, 2020).

Na primeira temporada, conhecemos Kurt Hummel, um adolescente que sofre *bullying* na escola por ser afeminado. Em um dos episódios, ele se assume gay para o pai após uma apresentação no time de futebol americano ao som de *Single Ladies*. Karofsky, que aparece no oitavo episódio, inicialmente pratica *bullying* contra colegas que fogem ao padrão, mas posteriormente revela uma homossexualidade reprimida, tornando-se um antagonista mais complexo. Na segunda temporada, entra em cena Blaine Anderson, um

jovem assumidamente gay que lida bem com sua orientação sexual e, futuramente, se casa com Kurt.

Outras personagens marcantes são Brittany, inicialmente retratada como a típica garota popular, que depois se revela bissexual e declara seu amor por Santana, uma jovem latina que enfrenta dificuldades ao se assumir para sua avó conservadora. Na terceira temporada, é apresentada Unique, uma personagem negra e trans, que se veste de acordo com o padrão feminino, embora tenha nascido menino. Mais adiante, temos a professora Shannon Beiste, que passa por uma transição de gênero e se identifica como Sheldon. *Glee*, portanto, é uma série que, por si só, grita "representatividade" (Afonso, 2020).

Ao final do artigo, a autora apresenta uma análise da recepção dessas personagens com o objetivo de verificar se o público se sente afetado por essas representações. Afonso (2020) aplicou um questionário por meio do *Facebook*, em grupos de faculdades e comunidades LGBTQIAPN+, e descobriu que as séries mais citadas como representativas foram: *Glee, Orange Is the New Black, Skam, Grey's Anatomy e How to Get Away with Murder*.

Com base nos resultados, 90 participantes afirmaram que se identificavam com os personagens representados, enquanto apenas 15 afirmaram o contrário. Isso evidencia a importância das representações midiáticas e o quanto elas impactam positivamente o público LGBTQIAPN+.

Afonso (2020) conclui, portanto, que os jovens LGBTQIAPN+ se sentem acolhidos ao se verem nas telas, e desejam que isso se intensifique cada vez mais. A representatividade, além de importante, é necessária: ela auxilia na construção de indivíduos com maior capacidade de se aceitar e compreender o que sentem.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos, nas análises, que a heterossexualidade é quase sempre representada na televisão. Seus beijos são apreciados e seu amor, considerado ideal, enquanto o amor gay é reprimido, excluído e desprovido de vida. Sua presença aparece por meio da exclusão, já que a maioria das representações ocorre de forma humorística e caricata — o que chamamos de estereótipos.

A televisão, frequentemente referida como um instrumento didático por diversas famílias, acaba contribuindo para o aumento do preconceito e da homofobia na sociedade. Quando um meio que ensina valores por meio de suas novelas retrata homossexuais de maneira estereotipada, aprende-se que essas pessoas "são assim" — e tudo que foge disso se torna estranho.

Além disso, como meio de comunicação de massa, a televisão também reproduz uma luta de classes, na qual as classes dominantes seguem representadas, enquanto as dominadas lutam por espaço. Nesse contexto, a luta homossexual também se expressa nas críticas e debates sobre personagens que reforçam estereótipos homofóbicos.

Com a chegada dos serviços de *streaming* ao Brasil e a fragmentação da TV aberta e online, o conteúdo globalizado trouxe representações mais adequadas, nas quais a população homossexual passou a se reconhecer melhor. Isso gerou maior mobilização nas redes sociais, onde esse público exige representações dignas e coerentes com suas realidades. Ao mesmo tempo em que esses personagens moldam a vida dos espectadores, são também moldados por eles, numa relação de troca constante.

Durante os seis meses de pesquisa, não imaginei encontrar tantas informações valiosas e significativas que contribuíssem para responder às principais questões deste estudo. Falar de televisão, representação e homens gays é adentrar um terreno fértil, onde quanto mais se investiga, mais se colhem resultados.

Na análise dos textos, respondemos a diversas questões. A primeira reflexão foi sobre a exclusão de beijos e personagens gays da televisão aberta, como no caso da telenovela América (2005), e o impacto social dessa decisão. Também examinamos estudos sobre a recepção de novelas com personagens homossexuais, que demonstram como essa desigualdade narrativa é fruto de disputas simbólicas. O trabalho de Peret (2005) ofereceu um amplo panorama das novelas com personagens gays até a data de sua publicação.

Estudamos o movimento *New queer Cinema* e debatemos suas principais representações. Por fim, os dois últimos textos analisaram o impacto das plataformas de *streaming* no Brasil atual como potentes fontes de representatividade, além de evidenciar — com Afonso (2020) — a importância da representação para jovens e espectadores em geral.

Ressalto a necessidade de, futuramente, ampliar esta pesquisa por meio de estudos de campo, visando maior profundidade e efetividade no diagnóstico.

Concluo, assim, esta investigação como um passo entre tantos que ainda virão. Que ela contribua para uma produção audiovisual mais inclusiva, que represente, com dignidade, todas as pessoas que compõem nossa sociedade — sem estereótipos, vilanias ou caricaturas. Apenas o mais simples e puro amor entre dois homens.

REFERÊNCIAS

AFONSO, LMG. AFETADOS: o impacto da representatividade LGBTQI+ no público adolescente nas séries de TV. **Escaleta**, v. 1, n. 1, p. 226-244, 2020. Disponível em: https://escaleta.espm.br/wp-content/uploads/2020/09/226-244_LUANA_MORGADO.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024.

CONDON, Paul. **1001 séries de tv para assistir antes de morrer**. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

FAGUNDES, RQ; FILHO, FFV. O cinema gay no Brasil: A representação dos homossexuais em Tatuagem e Hoje eu quero voltar sozinho. **Intexto**, Porto Alegre, n. 52, 2021. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/99876. Acesso em: 16 jun. 2024.

HANDER, H . **Homossexualidade na telenovela América**: O veto do beijo. 2006. 43 f. Monografia (Bacharel em Comunicação Social) – Centro Universitário de Brasília, 2006.

Disponível em: https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/1431/2/20329553.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024.

HENNIGEN, Inês. A Gente se Vê por Aqui? A Recepção da Novela Malhação pelos Jovens. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 2, 2010. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/volume5_n2/Hennigen.pdf. Acesso em: 6 ago. 2025.

IBGE. Em pesquisa inédita do IBGE, 2,9 milhões de adultos se declararam homossexuais ou bissexuais em 2019. In: BARROS, Alerrandre. **Agência de Notícias do IBGE**, 25 maio 2022. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33785-em-pesquisa-inedita-do-ibge-2-9-milhoes-de-adultos-se-declararam-homossexuais-ou-bissexuais-em-2019. Acesso em: 16 jun. 2024.

LI MA, GJS; QUEIROZ, MMA. A produção de sentidos sobre homossexualidade no jornal Diário do Povo. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 30, n. 2, p. 124-137, 20 out. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.5902/2317175824897. Acesso em: 06 ago. 2025.

MEMÓRIA GLOBO. **Guia Ilustrado Tv Globo Novelas e Minisséries**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

MUANIS, Felipe de Castro. A pior televisão é melhor que nenhuma televisão. **Matrizes**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 86-101, 2015.

PERET, Luiz Eduardo Neves. De "O Rebu" a "América": 31 anos de homossexualidade em telenovelas na Rede Globo. *In*: PERET, Luiz Eduardo Neves. **Do armário à tela global**: a representação social da homossexualidade na telenovela brasileira. 2005. p. 245. Monografia (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/8895. Acesso em: 16 jun. 2024.

TONON, Joseana B. Recepção de telenovelas: identidade e representação da homossexualidade: Um estudo de caso da novela "Mulheres Apaixonadas". **Comunicação e Informação**, v. 9, n. 1, p. 30-41, jan./jun. 2006. Disponível em: https://revistas.ufg.br/ci/article/download/10881/7271. Acesso em: 16 jun. 2024.

VASCONCELOS, Rafael Marcos Fonteles De. **A representatividade gay em Jonas**: Uma análise da construção de personagens. 2021. 87 f. Monografia (Bacharel em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/59059/1/2021_tcc_rmfdevasconcelos.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024.

VOMERO, R. 7 em cada 10 brasileiro assinam algum serviço de streaming, revela pesquisa. **Exibidor**, 17 abr. 2023. Disponível em: https://www.exibidor.com.br/noticias/mercado/13310-7-em-cada-10-brasileiros-assinam-algum-servico-de-*streaming*-revela-pesquisa. Acesso em: 6 ago. 2025.

Recebido em: 22/06/2025
Aceito em: 07/08/2025

UMA ABORDAGEM VIÁVEL PARA INICIAR O DEBATE SOBRE INTERSEXUALIDADE NO ENSINO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS: RELATO DAS CONSTRUÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DE UMA PALESTRA

A VIABLE APPROACH TO START THE DEBATE ON INTERSEXUALITY IN THE TEACHING OF BIOLOGICAL SCIENCES: REPORT ON THE THEORETICAL AND METHODOLOGICAL CONSTRUCTIONS OF A LECTURE

Efeh Victorio Monteiro Crempe[1]
Breno Matheus Sabóia Rangel[2]
Caio César Souza Coelho[3]
João de Deus de Souza Paiva[4]
Gabrielle Weber[5]
Roseli Soncini[6]

Resumo: o debate sobre a intersexualidade é uma questão complexa que abrange dimensões biológicas, sociais e culturais, já que indivíduos intersexo apresentam variações genéticas, anatômicas ou hormonais que desafiam as classificações binárias do sexo. Historicamente visto como um binário fixo, o sexo frequentemente ignorou a diversidade biológica, enquanto instituições sociais como a educação e a mídia reforçam normas rígidas, marginalizando identidades dissidentes. Este estudo, realizado na Universidade Federal de Alfenas, avaliou as percepções de estudantes de Ciências Biológicas sobre a intersexualidade. Para isso foi aplicado um questionário antes e após (pré- e pós-teste) uma palestra sobre o tema: Intersexualidade, um descolamento do biológico ao social. Os resultados além de revelarem lacunas na formação des estudantes: 45% não tinham conhecimento prévio sobre o tema, e 60% não tiveram exposição curricular ao assunto, e mostraram uma melhora significativa da compreensão sobre o tema após a palestra - 90% ampliaram seu entendimento, e 70% apoiaram a maior inclusão do tópico. A análise estatística (teste U de Mann-Whitney, $p<0,0001$) confirmou maior compreensão da intersexualidade como variação biológica (pontuação mediana: 3→5) e de sua interação sociobiológica (3→5). Embora desafios como a baixa taxa de resposta (50%) e desengajamento (ex.: uso de smartphones) tenham sugerido resistência residual. O estudo destaca a necessidade de integrar a intersexualidade nos currículos de biologia para desconstruir paradigmas binários, alinhando-se à Diretriz nº 7/2002 do Conselho Federal de Biologia do Brasil, e recomenda pesquisas futuras para abordar limitações metodológicas (ex.: validação de questionários) e avaliar impactos em longo prazo.

Palavras-chave: Intersexualidade; Binariedade de gênero; Ensino de Ciências Biológicas; Pedagogia.

[1] Bacharela em Ciências Biológicas (UNIFAL-MG, 2024) e mestranda no PPGMCF-UNIFAL. Desenvolve materiais didáticos com metodologias ativas e divulgação científica, com foco na inclusão de debates sobre gênero e sexualidade na graduação. Sua pesquisa aborda as Diferenças do Desenvolvimento do Sexo (DDS) e uma perspectiva queer no ensino de Biologia, fundamentada nas obras de Joan Roughgarden e Anne Fausto-Sterling.

[2] Graduação em Educação Física (licenciatura e Bacharelado) pela Fundação Educacional de Machado. Mestrado em Ciências Fisiológicas pelo programa de Pós Graduação Multicêntrico em Ciências Fisiológicas (PPGMCF) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).

[3] Doutorando em Medicina, com ênfase em Endocrinologia e Metabologia UNIFESP. Mestre em Ensino de Biologia- PROFBIO/UFMG. Pós-graduado em Análises Clínicas, Gestão escolar e Serviços de imunização e vacinas. Graduado Ciências Biológicas e Técnico em Análises Clínicas. Coordenador de Pesquisa, Iniciação Científica e Pesquisa; e Professor da Faculdade Atenas de Sete Lagoas/MG.

[4] Graduando em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista do projeto: "Meu Corpo, Mas Será que Entendo", vinculado ao departamento de Fisiologia e Comportamento. Também faço parte da Associação Brasileira de Intersexo (ABRAI).

[5] Bacharela em Ciências Moleculares pela Universidade de São Paulo (2006) e Doutora em Física pela Universidade de São Paulo (2011). Fez pós-doutorado no Instituto de Física da Universidade de São Paulo. Atualmente, é professora na Escola de Engenharia de Lorena da Universidade de São Paulo.

[6] Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de São Paulo (1992), mestrado em Fisiologia pela mesma instituição (1996) e doutorado em Fisiologia pela Universidade de São Paulo (2000). Atualmente, é professora titular da Universidade Federal de Alfenas e dedica-se a pesquisas na área de Fisiologia, com ênfase em Fisiologia Respiratória e subáreas correlatas.

Abstract: the debate on intersexuality is a complex issue encompassing biological, social, and cultural dimensions, as intersex individuals exhibit genetic, anatomical, or hormonal variations that challenge binary sex classifications. Historically perceived as a fixed binary, sex has often overlooked biological diversity, while social institutions such as education and media reinforce rigid norms, marginalizing dissident identities. This study, conducted at the Federal University of Alfenas, assessed Biology students' perceptions of intersexuality. A questionnaire was administered before and after (pre- and post-test) a lecture titled Intersexuality: A Shift from the Biological to the Social. The results revealed gaps in students' education: 45% had no prior knowledge of the topic, and 60% had no curricular exposure to it. However, a significant improvement in understanding was observed after the lecture—90% expanded their knowledge, and 70% supported greater inclusion of the subject. Statistical analysis (Mann-Whitney U test, $p<0.0001$) confirmed increased comprehension of intersexuality as a biological variation (median score: 3→5) and its sociobiological interaction (3→5). Challenges such as a low response rate (50%) and disengagement (e.g., smartphone use) suggested residual resistance. The study highlights the need to integrate intersexuality into biology curricula to deconstruct binary paradigms, aligning with Guideline No. 7/2002 of the Brazilian Federal Council of Biology. It also recommends further research to address methodological limitations (e.g., questionnaire validation) and assess long-term impacts.

Keywords: Intersex variations; Gender Binary; Biological Sciences Education; Pedagogy.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, há urgência em aprofundar a discussão sobre sexo e gênero no ensino de biologia. Tais conceitos devem ser amplamente trabalhados com informações atualizadas nos cursos de Ciências Biológicas e, assim, propiciar uma mudança na percepção do impacto que a dimensão social tem na educação e, mais especificamente, nos materiais didáticos, na sala de aula e no próprio dia a dia da classe discente Por isso, a universidade é o espaço mais adequado para esse tipo de diálogo e debate. Como aponta Haraway (2009), é necessário compreender que o conteúdo, ainda mais quando envolve sexo e gênero, transpassa a pretensa objetividade das barreiras disciplinares, atravessando diretamente discentes, cujas realidades sociais influenciam inevitavelmente o debate em sala de aula, mas que, nos Cursos de Ciências Biológicas, muitas vezes não são efetivamente incluídas na discussão.

Paralelamente, assistimos ao derradeiro ataque aos direitos LGBTQIAP+ promovido pela extrema direita neofascista (Weber *et al*., 2024) como evidenciado pelas primeiras ações do recém reempossado presidente dos Estado Unidos. Dentre as diversas ordens executivas assinadas por ele em seu primeiro dia de governo, destaca-se a famigerada *Defending Women From Gender Ideology Extremism And Restoring Biological Truth To The Federal Government* (The White House, 2025). Sob a falaciosa premissa de proteger mulheres cis da presença de mulheres trans em espaços segregados por gênero e com isso garantir a validade de todo o sistema estadunidense, a ordem executiva define sexo como uma característica biológica e imutável, determinada no momento da concepção de acordo com o tamanho do gameta produzido pelo indivíduo, instituindo, assim, a existência de apenas dois sexos: o masculino e o feminino. Esta ação representa um retrocesso significativo na luta pelos direitos da comunidade LGBTQIAP+, reforçando um modelo estritamente binário que ignora completamente os avanços da biologia, sobretudo no entendimento das

Diferenças do Desenvolvimento do Sexo (DDS), bem como as pautas LGBTQIAP+[7]. Assim, o projeto supremacista cis-endossexo deflagrado por essa ação, não apenas reforça o modelo binário de gênero, mas também destaca a urgência da discussão qualificada de outros modelos biológicos que reconheçam as DDS e as pautas sociais nas Universidades.

Para isso, avaliamos a possibilidade de iniciar esse debate sem a necessidade de alterar, em um primeiro momento, as grades didáticas e os projetos pedagógicos dos cursos de Ciências Biológicas com a realização de palestras sobre o tema. Partimos do pressuposto de que a falta de discussão sobre diversidade do sexo e intersexualidade na formação acadêmica reforça visões essencialistas e binárias, contribuindo para a marginalização de corpos e identidades dissidentes. Assim, buscamos analisar se uma abordagem introdutória, por meio de palestras, pode despertar a reflexão crítica e fomentar mudanças no entendimento biológico sobre sexo e gênero. A efetividade da palestra "A intersexualidade: um descolamento do biológico ao social" como estratégia pedagógica para começar essa mudança de paradigma dentro dos Cursos de Ciências Biológicas foi determinada através de questionários aplicados antes e após a intervenção, com resultados promissores.

2 SEXO E GÊNERO NA BIOLOGIA E NO SEU ENSINO

A Resolução nº 7 de 11 março de 2002 estabelece as diretrizes curriculares do Conselho Federal de Biologia para os cursos de Ciências Biológicas, determinando as competências e habilidades que o profissional deve desenvolver. Dentre elas, destacamos:

> b) Reconhecer formas de discriminação racial, social, de gênero, etc. que se fundem inclusive em alegados pressupostos biológicos, posicionando-se diante delas de forma crítica, com respaldo em pressupostos epistemológicos coerentes e na bibliografia de referência;
> [...]
> g) Estabelecer relações entre ciência, tecnologia e sociedade;
> [...]
> i)Utilizar os conhecimentos das ciências biológicas para compreender e transformar o contexto sócio-político e as relações nas quais está inserida a prática profissional, conhecendo a legislação pertinente (Brasil, 2002, p. 3–4).

Neste contexto, é crucial notarmos desde o princípio que o ensino de Biologia não segue a resolução vigente. Como nos explica Donna Haraway (2009), a biologia, bem como o seu ensino, é moldada por fatores culturais, econômicos e técnicos que definem o que é considerado "Natureza" em diferentes contextos ao redor do mundo. Assim, não existe

[7] Em uma carta pública endereçada ao presidente e aos membros do congresso estadunidense, representantes das sociedades para o Estudo da Evolução, dos Naturalistas e dos Biólogos Sistemáticos expressaram a sua preocupação afirmando que “para além da afirmação incorreta de que a ciência corrobora uma simples definição binária de sexo, a experiência vivida pelas pessoas demonstra claramente que a composição genética na concepção não define a identidade de uma pessoa” (Boggs, Bolnick, Ware, 2025, tradução nossa).

biologia sem intersecção com questões sociais e vice-versa. O discurso acerca da vida animal, especialmente no que se refere ao ser humano, está profundamente enraizado na história, nas práticas culturais, nas línguas e nas comunidades humanas. Dessa forma, é inviável considerar qualquer objeto natural como capaz de expressar sua verdade de maneira objetiva e desprovida de metáforas ou de um contexto histórico (Louro, 2000).

Portanto, é imperativo que as pessoas em formação no curso de Ciências Biológicas reconheçam as diversas formas de discriminação racial, social e de gênero, a fim de compreender e transformar o contexto sociopolítico. O ensino sobre esses temas desempenha um papel crucial para a desestigmatização de corpos intersexo, promovendo um novo e cientificamente mais acurado modelo de sexo biológico que transcende o modelo binário, visto que uma definição biológica simplista de masculino e feminino não abrange a totalidade das diferenças do desenvolvimento do sexo em humanos. Nas sociedades humanas, os termos relacionados ao sexo e gênero adquirem múltiplos significados, referindo-se tanto às diversas facetas do sexo biológico quanto aos papéis sociais desempenhados pelos indivíduos (Bhargava *et al*., 2021).

A determinação e a diferenciação dos sexos humana têm sido estudadas através de experimentos com animais e de estudos clínicos em pessoas com DDS, demonstrando que, apesar de bimodal, o sexo biológico não se limita à categorização binária. A definição do sexo se dá por diversos fatores, envolvendo desde a determinação do sexo com base na distribuição cromossômica (46,XX e 46,XY) até a diferenciação do sexo, cujos principais fatores são: gonadal (ovários e testículos), de formação da genitália interna (vagina/útero presentes ou ausentes) e externa (vulva ou pênis/saco escrotal), e da secreção e ação hormonal (estrogênios e androgênios, bem como seus receptores).

Em particular, os eventos que determinam o sexo cromossômico no embrião independem de hormônios sexuais, enquanto os da diferenciação do sexo (formação das genitálias interna e externa) dependem de sua sinalização. Os embriões humanos na 7ª semana de gestação têm dois sistemas de ductos embrionários que originam a genitália interna: o ducto mesonéfrico (ou ducto de Wolff), que origina o epidídimo, o ducto deferente e a vesícula seminal; e o ducto paramesonéfrico (ou ducto de Müller), que origina as tubas uterinas, o útero e o terço superior da vagina (Bhargava *et al*., 2021). Mais do que isso, as descobertas das últimas duas décadas sugerem que a identidade da gônada (ovários ou testículos) é determinada por uma complexa competição entre duas redes opostas de atividade gênica. De um lado, temos:

> O gene ligado a Y mais importante é o SRY, o gene determinante do testículo, que codifica o fator de transcrição SRY expresso durante a vida embrionária na crista gonadal bipotencial; SRY ativa genes autossômicos a jusante, como SOX9, para causar a formação de um testículo (Edson, 2009, p. 631).

Enquanto do outro, “o embrião XX coincide com a expressão de múltiplos genes pró-ovarianos, incluindo FOXL2, WNT4 e RSPO1, que atuam em uma rede para ditar cooperativamente o desenvolvimento ovariano” (Chassot; Gillot; Chaboissier, 2014, p. 4462).

As variantes ditas atípicas do desenvolvimento do aparelho reprodutor são reconhecidas pela biologia como diversidades do sexo biológico (Schlüter *et al*., 2021).

> As DDS incluem diferenças genéticas na via de determinação sexual, diferenças da esteroidogênese, diferenças da ação do hormônio esteroide, especialmente a síndrome de insensibilidade aos andrógenos e “defeitos do campo de desenvolvimento” menos bem definidos, como a síndrome de Mayer–Rokitansky–Küster–Hauser. O estudo dos genes e fatores subjacentes às DDS e o diagnóstico e tratamento das várias formas de DDS são uma área complexa e em rápida evolução da endocrinologia: o tratamento clínico é complexo e requer tanto a genética molecular contemporânea como cuidados interdisciplinares bem integrados (Sandberg *et al*., 2017, p. 280).

Assim, na biologia, as DDS, anteriormente denominadas hermafroditismo, são definidas como a presença simultânea ou consecutiva de características sexuais de ambos os sexos em um indivíduo. Por outro lado, entendemos atualmente o hermafroditismo como uma estratégia reprodutiva evolutiva em que organismos produzem tanto gametas femininos quanto masculinos funcionais ao longo de sua vida. Trata-se de uma condição amplamente observada em plantas e invertebrados, sobretudo para grupos como esponjas, corais e moluscos. Em vertebrados, é observado em algumas espécies de peixes e, em menor grau, em outros mamíferos (Adolfi *et al*., 2019). Em seres humanos, tem sido cada vez mais empregado o termo intersexo para descrever pessoas que nasceram com características sexuais que “não se não se enquadram nas noções binárias típicas de corpos masculinos ou femininos” (ONU, 2023, p. 1, tradução nossa).

Portanto, o sexo biológico se apresenta naturalmente de forma contínua e bimodal, com uma diversidade de situações que intermediam macho e fêmea, ressaltando que a natureza raramente adota divisões rígidas. Clinicamente, contudo, a condição é ainda patologizada e frequentemente referida como diferenciação do desenvolvimento do sexo (Battiston *et al*., 2016). Independente do nome, as DDS ou a intersexualidade representam uma diversidade biológica significativa que desafia as noções tradicionais de sexo e gênero. Nesse sentido, a bióloga trans Joan Roughgarden (2004) vai além e invoca a prevalência do hermafroditismo como estratégia evolutiva para tensionar ainda mais a normatização e universalização de um modelo binário de sexos separados.

> Hermaphrodism is a successful way of life for many species; my guess is that hermaphrodism is more common in the world than species who maintain separate sexes in separate bodies (called

> gonochorism). The separate-sex/separate-body state is often viewed as “normal,” suggesting that something unusual favors hermaphrodism in plants, on coral reefs, and in the deep sea. Alternatively, hermaphrodism may be viewed as the original norm, prompting us to ask what there is in mobile organisms in the terrestrial environment that favors separate sexes in separate bodies (Roughgarden, 2004, p. 31).

Entretanto, Bhargava *et al.* (2021) ao comentarem que o sexo é uma variável biológica essencial que precisa ser considerada no planejamento e na análise de pesquisas envolvendo seres humanos e animais, destacam a importância de não confundir ou usar os termos "sexo" e "gênero" de forma intercambiável, pois possuem significados distintos. Histórica e culturalmente, o “‘sexo’ como objeto do conhecimento biológico comumente aparece sob a capa do determinismo biológico” (Haraway, 2009, p. 35), enfatizando o seu pretenso caráter pré-discursivo, cuja perda “[...] parece implicar em perder não apenas o poder analítico no interior de uma tradição ocidental específica, mas o próprio corpo como algo que não seja uma página em branco para inscrições sociais, inclusive aquelas do discurso biológico” (Haraway, 2009, p. 35).

Por outro lado, enquanto tanto humanos quanto animais possuem sexo, apenas os humanos apresentam gênero. Como nos ensina similarmente Judith Butler (2018, p. 26): o " [...] gênero interage com o sexo, mas é diferente deste. Os dois termos são distintos e não devem ser utilizados de forma intercambiável” Sterling (2012) argumenta, assim como Kraus (2000), que o desenvolvimento do gênero é influenciado por fatores sociais desde o nascimento, quando os marcadores culturais começam a moldar as expectativas e os comportamentos associados ao sexo atribuído e critica a hipótese falsa de que o desenvolvimento do gênero decorra linearmente (ou mais especificamente bijetivamente) do sexo, enfatizando que as camadas podem se desenvolver de maneira independente e que a identidade de gênero pode ser complexa e não-binária (Martins; Nascimento, 2024).

Portanto, é necessário introduzir urgentemente um debate qualificado sobre a normatização de corpos intersexo nos Cursos de Ciências Biológicas. Para tanto, é preciso atualizar as terminologias e os modelos, incluindo o de sexo biológico, de forma que esses reflitam os avanços científicos e sociais, como evidenciado pela experiência de pessoas intersexo e transgênero, cujas corporalidades “escapam, borram ou desconstroem as supostas precisões ontológicas ou as concepções binárias apoiadas em hierarquias de poder” (Carvalho, 2020, p. 12). Finalmente, é importante reconhecer as violências cometidas contra corpos intersexo na tentativa de forçosamente sustentar um modelo binário de dimorfismo sexual, em nome do qual: “bebês são submetidos a cirurgias de redesignação sexual e tratamento hormonal, ou seja, o sexo da criança é determinado por uma equipe multidisciplinar juntamente com o consentimento dos responsáveis pela criança” (Schiavon; Favero; Machado; 2020, p. 101).

Assim, o presente trabalho buscou compreender a percepção des estudantes de Ciências Biológicas sobre a intersexualidade, analisando a sua perspectiva sobre a influência dos aspectos biológicos e sociais em seu debate. Além disso, procuramos determinar, a partir de um estudo de caso realizado na Universidade Federal de Alfenas, a efetividade de uma intervenção pedagógica simples e pontual em suscitar tal discussão.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os resultados apresentados neste artigo decorrem da avaliação do impacto pedagógico da palestra "A intersexualidade: um descolamento do biológico ao social", que proporcionou uma oportunidade para discutirmos as definições de sexo e gênero, com ênfase na influência da esfera social na construção desses conceitos, bem como as dificuldades enfrentadas por pessoas intersexo. Escolhemos esse formato para a intervenção pedagógica por se tratar de um método de transmissão de informação rápido e de fácil implementação na grade curricular, mas ainda assim capaz de iniciar a discussão sobre intersexualidade e despertar o interesse do corpo discente sobre o tema. Os questionários utilizados no pré e pós-teste foram elaborados com base nos objetivos da palestra, contendo afirmações relacionadas a três eixos temáticos centrais: (1) conceitos biológicos de sexo e intersexualidade (ex.: "O sexo biológico é sempre claramente definido como masculino ou feminino ao nascimento"); (2) a influência social na construção do gênero (ex.: "As categorias de gênero são determinadas exclusivamente pela biologia"); e (3) as dificuldades enfrentadas por pessoas intersexo (ex.: "Intervenções médicas em bebês intersexo devem ser realizadas mesmo sem urgência clínica"). Cada item foi avaliado em uma escala Likert de 5 pontos (1 = Discordo totalmente a 5 = Concordo totalmente), permitindo mensurar mudanças de percepção após a intervenção. Para evitar viés, as afirmações incluíam tanto redações positivas quanto negativas sobre os temas.

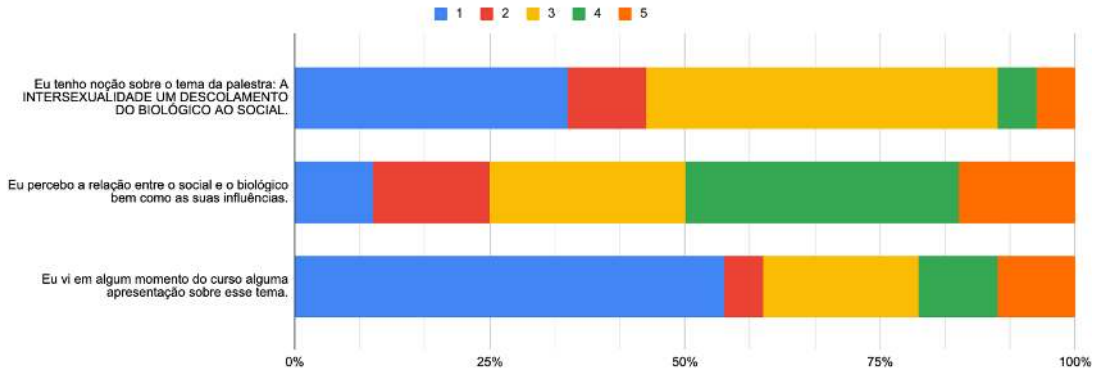
A intervenção ocorreu durante uma aula regular da disciplina de Fisiologia oferecida no 6° período do bacharelado em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Alfenas. Sua duração total foi de aproximadamente 50 minutos com os 5 minutos iniciais reservados à apresentação da atividade, seguidos de 5 minutos para a realização do pré-teste. A palestra em si durou cerca de 35 minutos, incluindo o tempo reservado para os questionamentos da audiência, e os 5 minutos finais foram dedicados ao pós-teste. Optou-se por realizar a intervenção com esse grupo amostral por se tratar de discentes que já haviam cursado ou estavam finalizando disciplinas que conferem competências relacionadas a todos os aspectos abordados no estudo. Estavam presentes 40 discentes, mas apenas a metade se voluntariou a responder anonimamente cada um dos questionários. Para garantir o anonimato e dispensar a avaliação pelo Comitê de Ética da Universidade, conforme o inciso XIV do artigo 2° da Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, que

estabelece as condições sob as quais certas pesquisas não requerem essa aprovação, não coletamos nenhuma informação pessoal ou que pudesse identificar os respondentes[8]. Consequentemente, o presente estudo apresenta algumas limitações decorrentes de nossas escolhas metodológicas, notadamente o tamanho reduzido da amostra e o não-pareamento dos dados coletados nos pré- e pós-testes. Este artigo faz parte de um projeto piloto que tem como continuidade um projeto de mestrado envolvendo a elaboração e avaliação de uma cartilha voltada para desmistificar as DDS, que está sendo realizado com uma amostra maior e cuja coleta prevê o pareamento dos dados. Não obstante, testes de hipóteses não-paramétricos independentes, como o teste U de Mann-Whitney, permitem que contornemos tais limitações, mesmo que com uma menor eficiência e potência estatística. Toda a análise estatística foi realizada com o software Wolfram Mathematica 14.1.

4 RESULTADOS

No início da intervenção, as pessoas presentes estavam silenciosas, contudo, pareciam interessadas na explicação fornecida sobre a dinâmica da atividade. Após isso, foi disponibilizado o pré-teste e as pessoas participantes tiveram 5 minutos para respondê-lo voluntariamente, resultando em N=20 questionários respondidos. O pré-teste visou avaliar tanto o conhecimento prévio quanto o contato que as pessoas em formação tiveram com o tema durante a sua graduação. Os resultados compilados na Figura 1 mostram que quase metade (45%) da amostra não tinha noção sobre o tema a ser abordado e que a maioria (60%) não teve nenhum contato com a temática durante a graduação. Não obstante, metade da amostra (50%) afirmou perceber a existência de alguma relação entre o biológico e o social.

FIGURA 1 - Pré-teste: percepções sobre intersexualidade antes da intervenção



Legenda: 1 denotando desconhecimento completo e 5, compreensão completa.
Fonte: Autores (2026)

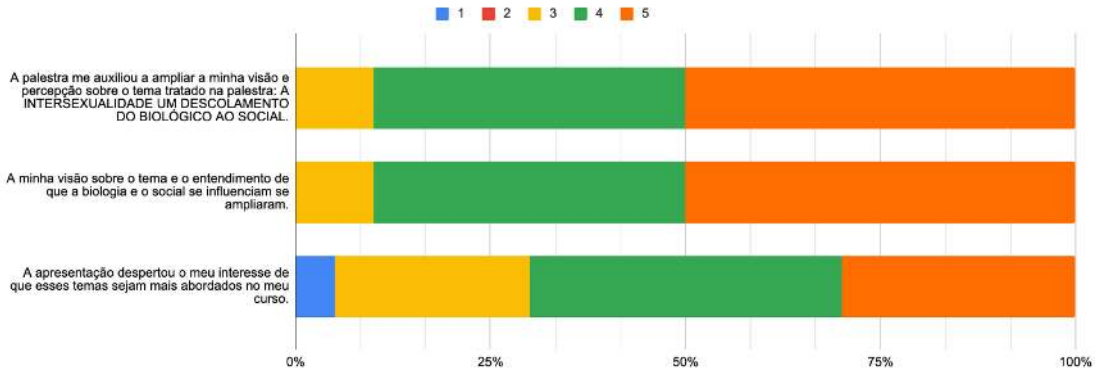
[8] Esta resolução considera a pesquisa de opinião pública como uma consulta verbal ou escrita de caráter pontual, isentando-a da necessidade de registro no sistema CEP/CONEP.

No decorrer da palestra, cerca de um quinto das pessoas presentes demonstraram nítidos sinais de desinteresse, distraindo-se com o auxílio de equipamentos eletrônicos, como celulares ou tablets. Ao final da apresentação, foi disponibilizado um período para perguntas da audiência, seguido da aplicação do pós-teste, também respondido por apenas N=20 participantes. O pós-teste revelou que a palestra auxiliou quase todas (90%) as pessoas respondentes a ampliar a sua percepção sobre a intersexualidade e, em particular, a compreender melhor o imbricamento entre a biologia e o social. Além disso, a maioria (70%) demonstrou interesse de que essa temática seja devidamente abordada em seu curso. Tais conclusões são corroboradas pelo teor de algumas das questões levantadas pela audiência como:

- Isso acontece em outros animais?
- Quais são os fatores determinantes dessas variabilidades sexuais?
- Então, sexo biológico tem a ver com identidade de gênero?

Por outro lado, o fato de apenas metade da classe que assistiu a palestra ter respondido aos questionários de avaliação da atividade, bem como questionamentos explícitos sobre a necessidade de se estudar a intersexualidade e o imbricamento entre o biológico e o social denunciam o descaso e o desinteresse dispensado a tal temática.

FIGURA 2 – Pós-teste: percepções sobre a intersexualidade após a intervenção



Legenda: Com 1 denotando desconhecimento completo e 5, compreensão completa.
Fonte: Autores (2026)

Tanto no pré quanto no pós-teste, pedimos para que as pessoas participantes avaliassem a sua compreensão sobre as seguintes afirmações:

1. A intersexualidade é uma questão biológica;
2. Existe uma relação entre a biologia e o social, como manifestado, por exemplo, no termo binário

Neste caso, com 1 denotando desconhecimento completo e 5, compreensão completa. Os resultados, exibidos na Figura 3 e resumidos na Tabela 1, revelam através do teste U de

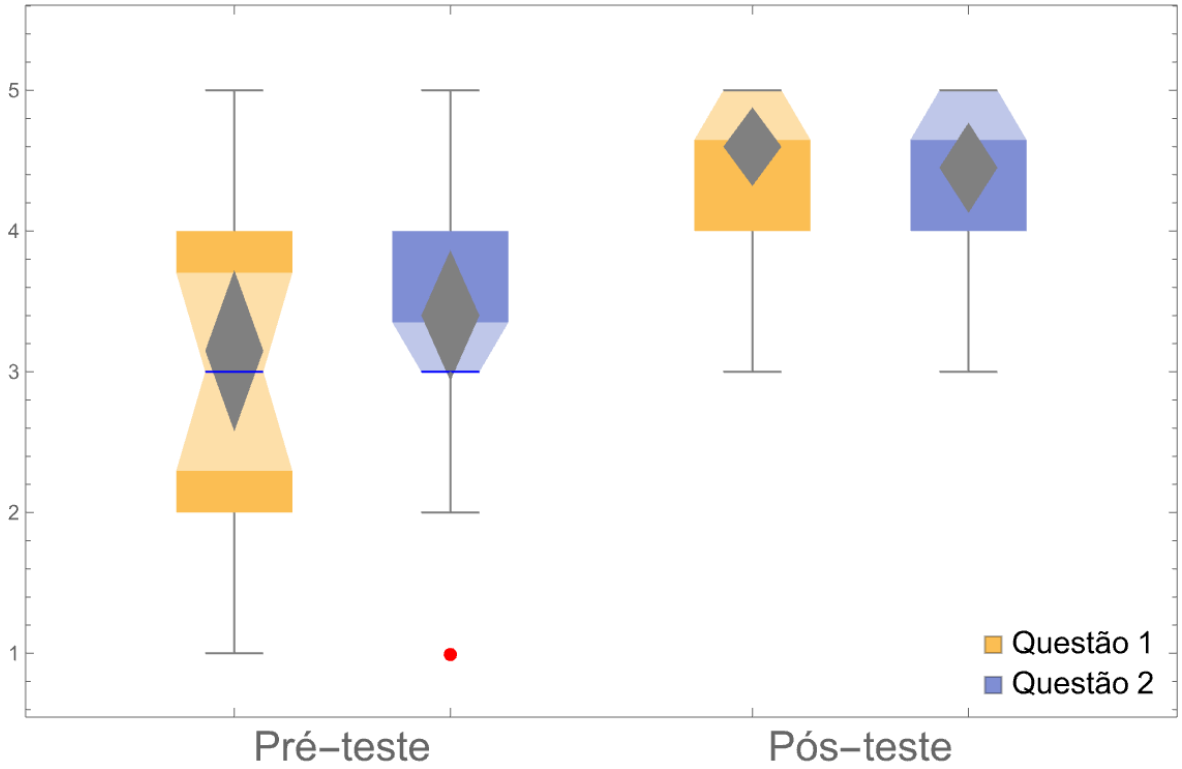
Mann-Whitney unicaudal e da correlação posto-bisserial que houve um forte aumento significativo da compreensão da intersexualidade como uma questão biológica $U(n1=n2=20)=63,5$, $p<0,0001$, $rRB=0,68$ e da percepção das relações entre a biologia e o social $U(n1=n2=20)=81$, $p<0,0001$, $rRB=0,60$.

TABELA 1 – Estatística descritiva para as respostas à afirmação 1: "a intersexualidade é uma questão biológica" e à afirmação 2 no pré- e pós-testes: "existe uma relação entre a biologia e o social, como manifestado, por exemplo, no termo binário"

Questão	Média	Desvio Padrão	Mediana	Desvio Padrão da Mediana	25%	75%
Pré – 1	3,15	1,23	3	1	2	4
Pré – 2	3,4	1	3	1/2	3	4
Pós – 1	4,6	0,6	5	0	4	5
Pós – 2	4,45	0,69	5	0	4	5

Fonte: Autores (2026)

FIGURA 3 – Comparação da compreensão dos respondentes sobre as questões 1 e 2 antes (pré-teste) e depois (pós-teste) da intervenção



Legenda: Box plots em amarelo correspondem a distribuição das respostas à afirmação 1: "A intersexualidade é uma questão biológica", enquanto os em azul a distribuição das respostas à afirmação 2: "Existe uma relação entre a biologia e o social, como manifestado, por exemplo, no termo binário".
Fonte: Autores (2026)

5 DISCUSSÃO

Instituições de ensino, como escolas e universidades, podem, inadvertidamente, reforçar a exclusão, manifestando violência implícita ou até mesmo explícita por parte de discentes e docentes (Fonseca, 2016). A marginalização de indivíduos considerados “impuros” – como as pessoas LGBTQIA+ e, em especial, aquelas que de alguma forma desafiam as normas de gênero – e a sua desumanização são elementos cruciais para a manutenção da cis-heteronormatividade compulsória, um projeto no qual as instituições de ensino desempenham um papel central (Bento, 2011).

Para entender melhor por que as instituições de ensino são, em essência, um espaço destinado à reprodução e naturalização dos valores hegemônicos é preciso olhar para além de seus muros e ampliar a nossa visão para a forma como a sociedade, como um todo, constrói as "verdades" que considera dignas de serem perpetuadas (Bento, 2011). As instituições de ensino não operam isoladamente, mas como parte de um projeto social mais amplo que naturaliza as hierarquias de gênero e sexualidade. Segundo Berenice Bento (2011), a escola é uma das engrenagens centrais da "engenharia de produção de corpos normais" (Bento, 2011, p. 556). Similarmente, as universidades também acabam reproduzindo valores heterossexistas e cisnormativos por meio de suas práticas curriculares, interações sociais e estruturas institucionais. Isso significa questionar quais corpos são incentivados e legitimados e porque outros são silenciados e invisibilizados, de forma a refletir sobre como certos gêneros, sexos e sexualidades são considerados "normais".

Portanto, a lacuna que identificamos na discussão sobre sexo e gênero nos Cursos de Ciências Biológicas, longe de ser uma falha pedagógica, corresponde a um projeto de sociedade. Ao utilizar um modelo binário reconhecidamente simplista de classificação dos sexos que não abarca a real complexidade do desenvolvimento sexual humano, percebemos, conforme tenciona Fabiana Carvalho (2020) a partir do artigo de Anne Fausto-Sterling (1993), que

> A ciência e as instituições sociais: "[..] estão interessadas em manter um sistema sexual bipartido, elas estão desafiando a natureza. Porque biologicamente falando, existem muitos graus entre fêmea e macho [...]". A discursividade binária, portanto, esbarra em limites e suprime a existência de corpos com configurações físicas tidas como masculina, feminina, como ambas as configurações ou como nenhuma delas (Fausto-Sterling, 1993, p. 21, *apud* Carvalho, 2020, p. 12).

Luciana Silva (2022) reforça esta percepção, determinando o seu impacto na produção de material didático. Em sua tese de doutorado, analisou os planos nacionais de livros didáticos voltados para o ensino básico:

> O que encontramos, a partir dos achados de nossa investigação, foi a produção do saber biomédico, impregnado de valores morais e marcas culturais que marcam o tempo-espaço de produção dos livros didáticos. Tal afirmação é feita a partir do entendimento de que o livro didático é a materialização de um tipo particular e singular de conhecimento: o conhecimento escolar. Ele é um amalgamado, produzido a partir da articulação e usos de diversos saberes, dentre eles o saber médico. No entanto, não é apenas o saber médico que compõem o livro didático de Biologia, já que modos de vida são convocados e materializados pelo e no livro didático (Silva, 2022, p. 198).

É exatamente essa articulação retórica da verdade científica a partir de uma pretensa perspectiva não-marcada que surgem os discursos normativos que atribuem determinadas funções aos sexos, sexualidades e gêneros, determinando os modos de existência e vida possíveis. Esses elementos compõem um diagrama que resulta nas representações problemáticas da intersexualidade presentes nos livros de Biologia nas escolas (Silva, 2022), sugerindo, juntamente com os resultados aqui apresentados, que o mesmo se repita no contexto do ensino superior.

> Essa é uma inquietação que me faz indagar constantemente se seria a biologia a melhor via explicativa para a Educação para os gêneros – as sexualidades – e as diferenças, principalmente por ter sido essa, em boa parte como uma ciência de origem, a fixadora do entendimento binário sexo/gênero, da matriz política e social heterossexual, de conceituações e classificações que estabeleceram diferenças e preconceitos direcionados ao corpo – tomado, muitas vezes, mais por sua organicidade fisiológica e sistêmica do que propriamente por sua potência relacional, por seu caráter autopoiético ou por seus campos de subjetividade também merecedores de um olhar dito biológico (Carvalho, 2020, p.3).

Contudo, como nos ensina a ecóloga Joan Roughgarden (2004, p. 18, tradução nossa), a própria biologia, sob a perspectiva evolutiva no contexto da teoria afirmativa da diversidade, é capaz de fornecer ferramentas teóricas que auxiliam a dirimir tais inquietações: "[a] teoria afirmativa da diversidade considera a diversidade em si como algo bom e o sexo como algo que a mantém. A teoria repressora da diversidade considera a diversidade como algo ruim e o sexo como algo que a poda". Apontando dentre outras coisas, o caráter dinâmico e não perene da diversidade genética, cujas variações são moduladas não apenas por fatores ambientais e físicos, mas também sociais.

> Among humans, men have sometimes preferred the amply proportioned Mama Casses among us, at other times the skinny Twiggys, as recorded in the portraits of women from art museums. Other aspects of our social environment have also changed over the centuries, like the fraction of time spent with others of the same sex or the opposite sex, or the number of sex partners a

> person has. Changes in the social setting within a species, as well as changes in the ecological and physical environment, all affect which colors of the rainbow shine the brightest at any one time (Roughgarden 2004, p. 19).

Dado que não há um debate em curso sobre a questão no curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Alfenas, torna-se imperativo incorporá-lo ao ambiente acadêmico, trazendo para a sala de aula a perspectiva social para a discussão sobre a diversidade do sexo e de gênero. Como estratégia imediata, sugere-se que as coordenações de curso promovam espaços de diálogo e reflexão sobre o tema. A médio prazo, propõe-se a elaboração de material didático que apresente novas abordagens sobre o assunto – iniciativa que já está em desenvolvimento no projeto de mestrado da primeira autora deste artigo. A longo prazo, dependendo das diretrizes político-educativas da Universidade Universidade Federal de Alfenas, recomenda-se a curricularização da temática no curso de Ciências Biológicas, assegurando uma maior efetividade e contemporaneidade ao debate. Essa inclusão deve ter como base produções científicas de autoras referência na área, como Joan Roughgarden e Anne Fausto-Sterling, contextualizando e aplicando suas contribuições à formação em Ciências Biológicas.

Não obstante, como destaca Fabiana de Carvalho (2020), o gênero é uma ferramenta analítica fundamental para refletir sobre a dispersão de sentidos e significados relacionados aos sexos e gêneros, especialmente diante das confusões semânticas que podem surgir de enunciados e formações discursivas. Formações essas que são inicialmente geradas nos centros de produção científica, particularmente no contexto das Ciências Biológicas, e posteriormente se consolidam nas demais representações culturais.

Além de revelarem um preocupante atraso conceitual na abordagem da intersexualidade no Ensino de Ciências Biológicas, os resultados apresentados neste artigo demonstram o potencial pedagógico de uma intervenção simples em introduzir um debate qualificado sobre um tema tão complexo e multifacetado. Com isso é possível não apenas começar a suprir essa importante lacuna da formação em Ciências Biológicas, mas sobretudo proporcionar um ambiente pedagógico capaz de suscitar a reflexão e "levar conhecimento para que a classe discente possa compreender os temas expostos, com a finalidade de promover um conhecimento além do que eles já sabem sobre o que são os temas transversais" (Crispim *et al*., 2022, p.2).

Portanto, este estudo indica um primeiro passo na direção de melhorar a compreensão sobre temas contemporâneos como a intersexualidade e, de uma maneira mais ampla, sobre a relação incestuosa entre a ciência e a sociedade, que resulta, dentre outras coisas, na aceitação de apenas um certo tipo de corpo em detrimento da exclusão de todos os outros. Butler (2018) descreve essa exclusão como uma forma de "morte social" dessas pessoas. Assim, a palestra serviu como um importante catalisador para a reflexão

crítica, destacando a necessidade de integrar discussões sobre diversidade do sexo e de gênero nos currículos acadêmicos. Essa inclusão não apenas enriquece o conhecimento da classe discente, mas também promove um ambiente mais inclusivo e respeitoso, essencial para a formação de profissionais conscientes das realidades sociais em suas áreas de atuação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A palestra "A intersexualidade: um descolamento do biológico ao social" despertou o interesse da classe discente do Curso de Ciências Biológicas para um importante tema contemporâneo, contribuindo para a diminuição de preconceitos existentes, com base na análise dos questionários antes e após a palestra. No entanto, o fato de metade da turma não ter respondido o questionário revela um possível descaso por parte desses e dessas discentes ou até mesmo um certo receio em abordar esse tema em sala de aula, devido aos preconceitos ainda presentes na sociedade e aos recentes retrocessos políticos. Consequentemente, torna-se indispensável realizar uma pesquisa mais ampla e com um maior aprofundamento sobre o tema. Nesse sentido, o presente artigo apresentou um estudo piloto, cuja continuidade em projeto de mestrado, sob CAEE 86071925.9.0000.5142, visa suprir as limitações do presente trabalho quanto ao tamanho e pareamento da amostra.

Com efeito, depreende-se a urgência de um investimento pedagógico e político robusto em iniciativas educacionais que fomentem a transdisciplinaridade entre as ciências sociais e biológicas no ambiente da sala de aula. Em um contexto contemporâneo, em que a ciência desempenha um papel crucial na aceitação de corpos dissidentes e na validação científica da diversidade, tais iniciativas se tornam ainda mais prementes. A promoção de uma compreensão abrangente e inclusiva da intersexualidade, através da desconstrução da visão binária tradicional e da análise aprofundada das complexidades das identidades de gênero e das DDS, configura-se como um objetivo fundamental a ser alcançado.

REFERÊNCIAS

ADOLFI, Mateus Contar et al. Intersex, hermaphroditism, and gonadal plasticity in vertebrates: evolution of the Mullerian duct and Amh/Amhr2 signaling. **Annual Review of Animal Biosciences,** Palo Alto, v. 7, p. 149-172, fev. 2019. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/. Acesso em: 19 set. 2023.

BATTISON, F. G.; RAMPAZZO, B.; FERREIRA, G. A. F.; CAREGNATTO, N.; ZILLI, D. C. O que é hermafroditismo humano? **Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc Xanxerê**, *[S. l.]*, v. 2, p. e13281, 2017. Disponível em: https://periodicos.unoesc.edu.br/apeux/article/view/13281. Acesso em: 16 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510 de 7 de abril de 2016.** Brasília: MS/CNS, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Ciências Biológicas. Resolução nº 7, de 11 de março de 2002**. Brasília, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1301.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

BOGGS, Carol; BOLNICK, Daniel; WARE, Jéssica. Policy: letter to the US president and congress on the scientific understanding of sex and gender. **Society for the Study of Evolution**, 2025. Disponível em: https://www.evolutionsociety.org/news/display/2025/2/7/letter-to-the-us-president-and-congress-on-the-scientific-understanding-of-sex-and-gender/. Acesso em: 11 fev. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismos e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar; revisão técnica de Joel Birman. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 549–559, ago. 2011.

CARVALHO, F. A. de. Sexos, sexualidades e gêneros: uma contribuição das teorizações feministas para a discussão dos limites das explicações e categorizações biológicas. **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, *[S. l.]*, v. 13, n. 1, p. 223–242, 2020. Disponível em: https://renbio.org.br/index.php/sbenbio/article/view/313. Acesso em: 3 out. 2023.

CHASSOT, A.-A.; GILLOT, I.; CHABOISSIER, M. C. R-spondin1, WNT4, and the CTNNB1 signaling pathway: strict control over ovarian differentiation. **Reproduction**, v. 148, n. 6, p. R97–R110, dez. 2014.

CRISPIM, A. N. et al. A importância de palestras educativas com enfoque nos temas transversais. **Revista Ensino de Ciências e Humanidades - Cidadania, Diversidade e Bem Estar (RECH)**, v. 6, n. 1, p. 173–188, jan.-jun. 2022.

EDSON, Marcos A.; NAGARAJA, Ankur K.; MATZUK, Martin M. The mammalian ovary from genesis to revelation. **Endocrine Reviews**, v. 30, n. 6, p. 624-712, 2009.

FAUSTO-STERLING, Anne. Os cinco sexos porque macho e fêmea não são o bastante. **The Sciences**, p. 20-24, 1993.

FONSECA, J. V. C. **Gênero e diversidade sexual na escola a partir da perspectiva de profissionais da educação.** 2016. 22 f. Artigo (Graduação) - Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2016.

GILBERT, Scott F. **Biologia do desenvolvimento.** Tradução de Catarina de Moura Elias de Freitas et al.; revisão técnica de Catarina de Moura Elias de Freitas. 11. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773. Acesso em: 10 jan. 2025.

KRAUS, Cynthia. La bicatégorisation par sexe à l' 'épreuve de la science': le cas des recherches en biologie sur la détermination du sexe chez les humains**.** In: GARDEY, Delphine; LÖWY, Ilana (Org.). L'invention du naturel: les sciences et la fabrication du féminin et du masculin. Paris: **Archives Contemporaines**, 2000.

LOURO, Guacira. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MARTINS, G.; NASCIMENTO, S. Não binariedade emergente ou binariedade projetiva – reflexões exploratórias transdisciplinares. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 20, p. 273–307, 2024.

ROUGHGARDEN, Joan. **Evolution's Rainbow**: Diversity, Gender, and Sexuality in Nature and People. Berkeley: University of California Press, 2004.

SCHIAVON, A. de A.; FAVERO, S.; MACHADO, P. S. A ciência que vigia o berço: diferentes leituras de "saúde" frente a crianças trans e crianças intersexo. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura,** v. 3, n. 9, 2020.

SILVA, Luciana Aparecida Siqueira. **Intersexualidade e corpos intersexo em livros didáticos de Biologia (PNLD 2012-2018)**. 2022. 241 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

SANDBERG, David E. et al. Cuidados interdisciplinares em transtornos/diferenças do desenvolvimento sexual (DSD): o componente psicossocial do DDS — rede de pesquisa translacional. *In*: **American Journal of Medical Genetics Part C: Seminars in Medical Genetics**, p. 279-292, 2017.

SCHLÜTER, Karine; FERREIRA, Lucas Garcia Alves; SILVA, Magnus Regios Dias da. Determinação e diferenciação biológica do sexo e suas diversidades. *In*: CIASCA, Saulo Vito; HERCOWITZ, Andrea; LOPES JUNIOR, Ademir (Ed.). **Saúde LGBTQIA+**: práticas de cuidado transdisciplinar. Barueri: Manole, 2021.

THE WHITE HOUSE**. Defending Women From Gender Ideology Extremism And Restoring Biological Truth To The Federal Government.** Ordem Executiva, 20 jan. 2025. Disponível em: https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/01/defending-women-from-gender-ideology-extremism-and-restoring-biological-truth-to-the-federal-government/. Acesso em: 6 fev. 2025.

ONU. Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. **Intersex People**, 2023. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/sexual-orientation-and-gender-identity/intersex-people. Acesso em: 11 fev. 2025.

WEBER, G.; RIBAS Lopes, R.; CARRASCO, J.; LIMA Pugliesi, L. A ameaça trans: uma análise dos espantalhos argumentativos que avançam sobre as casas legislativas. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 7, n. 22, 2024.

Recebido em: 07/07/2025
Aceito em: 26/08/2025

TRANSITANDO ENTRE PÁGINAS: UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DO AFETO E IDENTIDADE DE TRAVESTIS E TRANSGÊNEROS NA OBRA "ELVIS E MADONA"

TRANSITING BETWEEN PAGES: AN ANALYSIS OF THE REPRESENTATION OF AFFECTIONS AND IDENTITY OF TRANSVESTITES AND TRANSGENDERS IN "ELVIS AND MADONNA"

Diego Bittencourt de Oliveira[1]
Lucas Esperança da Costa[2]
Rodrigo Ribeiro Mansor[3]

Resumo: o presente trabalho tem como objetivo analisar a representação dos afetos e identidades de transgêneros e travestis na literatura brasileira através de uma análise bibliográfica da obra Elvis & Madona (2010), buscando compreender como essa obra literária nacional colabora para a construção social e a noção da identidade de gênero de pessoas transgênero num geral, bem como para a reflexão acerca da importância dos afetos, da rede de apoio e da inclusão social desse grupo minoritário. Tendo isso em vista, será realizada uma pesquisa de abordagem interdisciplinar, ou seja, combinando a obra a estudos literários e de gênero. Essa análise crítica permitirá a identificação de estereótipos e preconceitos que ainda permeiam na representação de transgêneros e travestis e de suas relações afetivas.
Palavras-chave: Transexualidade; Literatura brasileira; afeto; representatividade.

Abstract: the present work intends to analyze the representation of the affections and identities of transgender and transvestites in Brazilian Literature through a bibliographic analysis of the book Elvis and Madona (2010), seeking to understand how this national literature work contribute to the social construction and the notion of gender identity of transgender people in general, as well as for reflection on the importance of affection, support network and social inclusion of this minority group. For this reason, research will be carried out using an interdisciplinary approach, that is, combining the romance with literary and gender studies. This critical analysis will allow the identification of stereotypes and prejudices that still permeate the representation of transgender and transvestites and their emotional relationships.
Keywords: Transsexuality; Brazilian literature; affection, representativeness.

1 INTRODUÇÃO

Embora a literatura seja considerada como um espelho da realidade e um espaço de denúncia, "ela não tem representado suficientemente bem todos os conjuntos sociais, renegando muitos grupos à invisibilidade" (Silva, 2021, p. 31). Enquanto a maioria dos escritores célebres são homens brancos, cisgêneros e heterossexuais de um grupo privilegiado, pessoas que fogem desse padrão não têm sido verdadeiramente representadas,

[1] Graduado em Letras pela Faculdade Santa Marcelina Muriaé, especialista em Literatura, cultura e Ensino da Arte, Literatura Africana, Indígena e Latina e Literatura e Língua Inglesa pela Faculdade Iguaçu e pós-graduando em Literatura e ensino pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN).

[2] Doutor e Mestre em Letras: Estudos Literários, área de concentração em Teorias da Literatura e Representações Culturais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Pesquisas em Literatura Africana de Língua Portuguesa com ênfase em Angola e Moçambique no período colonial e pós-independência.

[3] Formado em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Marcelina (Muriaé/MG), e Mestre em Letras pela Universidade Federal de Viçosa. Atua como professor nas redes municipal e estadual de ensino em Muriaé (MG).

além de ganharem pouco espaço e confiança do público no campo autoral, pois muitas editoras evitam ao máximo se arriscar em publicar histórias de perspectivas longe do padrão cisheteronormativo. Quando essas histórias não são contadas, ou quando são contadas apenas por uma perspectiva dominante, elas deixam de destacar a diversidade de maneira.

É diante dessa ineficácia da literatura midiática retratar minorias que a voz divergente de Luiz Biajoni ecoa entre aqueles que buscam representatividade no espaço social criado pela literatura. Sua obra Elvis & Madona (2010) apresenta não apenas protagonistas inseridos em um contexto de exclusão social diante da sua orientação sexual, como também aproveita para fazer críticas à sociedade e explorar as tensões sociais e as questões de gênero e sexualidade.

Diante desses aspectos da obra de Biajoni (2010), este artigo busca realizar uma análise acerca da construção da personagem principal (Madona), bem como de seus afetos. Para maior organização e compreensão, o texto será dividido em quatro tópicos: "A construção da personagem Madona", "A carência de afeto presente na vida de Madona", "O afeto entre as protagonistas" e "Ocultação e família". Além disso, o artigo visa inserir a obra de Biajoni em um contexto social que indica a realidade de pessoas trans no Brasil, a partir de relatos pessoais retirados de biografias de algumas dessas pessoas.

2 A CONSTRUÇÃO DA PERSONAGEM MADONA

Diferente da maioria das adaptações, o livro *Elvis & Madona* (2010) nasceu de um filme. Foi escrito por Luiz Biajoni, renomado escritor brasileiro conhecido por uma abordagem ousada em suas obras, a convite do cineasta Marcelo Laffitte. Considerando o ano de lançamento da obra, o livro traz uma narrativa cativante e instigante, repleta de elementos que exploram a diversidade cultural, a quebra de tabus e os desafios enfrentados pelos personagens principais.

O livro nasce da junção de duas figuras icônicas da cultura pop, Elvis Presley e Madonna, nomes que servem como metáfora para representar os protagonistas. A história se passa em Copacabana e apresenta uma trama não convencional e cheia de reviravoltas que giram em torno de Elvis, uma mulher lésbica e cisgênero que trabalha como motogirl em uma pizzaria e sonha em ser uma grande fotógrafa, e Madona, uma travesti forte e atraente, que trabalha em um salão de beleza como cabeleireira e sonha em ser uma estrela. Ainda na epígrafe de sua obra, Biajoni nos indica o ponto central de seu enredo, referindo-se à união entre duas personagens livres, tão diferentes e iguais ao mesmo tempo, unidas pelos sentimentos de não-lugar e não-pertencimento. Sua fala evidencia os encontros inusitados que a vida nos proporciona:

> É uma história de amor, como milhares que vemos todos os dias. Mas é, ao mesmo tempo, singular, já que nunca se viu uma história de amor entre duas pessoas tão diferentes. Diferentes entre si, diferentes no mundo. Diferenças que se estreitam e viram semelhanças quando olhamos bem de perto para elas (Biajoni, 2010, p. 15).

Nas primeiras vinte e sete páginas do livro, o autor nos apresenta a história de Madona. Biajoni explora além da transexualidade da personagem, fugindo dos clichês frequentemente associados a personagens transgêneros. Madona possui uma boa relação com seu corpo e identidade de gênero, assunto introduzido no prólogo do livro, em uma conversa com sua melhor amiga, Índia Queen, também uma travesti. Nesse diálogo, percebemos que existem diferentes vivências de transexualidade, pois ele demonstra a inexistência de uma regra ou uma forma correta de se ser e viver enquanto pessoa trans. Índia Queen e Madona possuem pensamentos distintos:

> — Madona, eu vou operar!
> — ...
> — É, eu já decidi! Vou para São Paulo botar buceta!
> Era Índia Queen, a melhor amiga de Madona. Moravam juntas, ela ensinou tudo para a amiga iniciante, que não sabia nem andar de salto.
> Há um tempo Índia falava destas duas ideias: ir pra São Paulo e botar buceta — fazer "a mudança", que era como todos chamavam. As duas ideias chocavam Madona. Não queria ir para São Paulo, cidade horrível, cinza, alucinada. Muito menos botar periquita — ué, adorava o pirulitinho, como é que ia fazer com os clientes que gostavam de ser entubados? (Biajoni, 2010, p. 17).

Em relação a esse tema, é possível fazer uma comparação entre as diferenças das travestis Madona e Índia Queen e as ideias de Letícia Nascimento em seu livro *Transfeminismo* (2021):

> De outro modo, ainda sobre as performances corporais de pessoas trans, é importante ressaltar que estas possuem diferentes desejos no processo de fabricação de seus corpos. É errado pensar que todas as pessoas trans possuem relação de rejeição com seus genitais e corporalidades de modo geral. Essa lógica de "transexualidade verdadeira", lançada na década de 1950 pelos primeiros estudos que caracterizariam as transexualidades como patológicas, ainda persistem, e, para muitos, inclusive muitos profissionais da saúde, rejeitar o órgão sexual é o parâmetro mais confiável para determinar, na verdade "diagnosticar transexualidade (Nascimento, 2021, p. 151).

Em seguida, a complexidade da personagem é revelada. No primeiro capítulo, somos apresentados à sua infância, ao abandono, à transfobia, à objetificação e à exploração

sexual que ela enfrenta. Assim como a maioria das mulheres transexuais e travestis no Brasil, Madona é marginalizada. A violência, o medo e o preconceito permeiam sua vida desde muito cedo, em quase todos os ambientes que frequenta e em boa parte das suas relações. Alguns trechos do capítulo evidenciam uma infância repleta de dor, sofrimento e repressão:

> Tinha que ajudar a mãe, doceira, cuidando das meninas enquanto os irmãos caçoavam dele[4], brigavam, batiam nele, chamavam-no de me-ni-ni-nha. "Com dez anos, eu já era toda feminina", costumava contar (Biajoni, 2010, p. 19).

> Quando percebeu que sua condição estava atrapalhando até mesmo a vida de sua família, fugiu. Foi no dia em que pegou o seu Anésio, dono do armazém, falando para a mãe que não queria que Adaílton entrasse mais lá. "O seu filho é viado, e acho que essa coisa pega: não quero ele perto do Júnior." Nesse dia, juntou umas roupas, botou numa sacola, deixou um recado para a mãezinha e caiu no mundo (Biajoni, 2010, p. 22).

É possível fazer um paralelo entre os trechos e a vivência de inúmeras pessoas transgênero e travestis. Dentre essas vivências, destaca-se a do psicólogo e escritor, também considerado o primeiro trans-homem a realizar uma cirurgia de redesignação sexual no Brasil, João W. Nery. Em seu livro *Viagem solitária* (2019), o autor narra sua vida desde seu nascimento, evidenciando que questões de gênero sempre foram um grande empecilho para o acesso aos afetos familiares, tão comuns na vida de pessoas cisgêneras e heterossexuais. No trecho abaixo, Nery discorre sobre uma noite em que, enquanto trabalhava como taxista, um cliente o surpreendeu:

> — Gostei de você, garoto! Sabe de uma coisa? Você é o filho que gostaria de ter tido!
> Senti um arrepio correr pela espinha, e meus olhos se encheram de água. Acho que foi a bebida, o calor do sol e das pessoas que me deixaram tão emocionado. Pensei imediatamente no meu pai. Como gostaria de ter ouvido essas palavras da sua boca. Durante anos lutei para ser amado desse modo por ele, para que me entendesse. Por mais que me esforçasse, a forma nunca era a certa ou, quem sabe, por defesa, nunca deixava que fosse. E esse sujeito sentado aqui ao meu lado que me conhece há poucas horas já demonstra um calor que não sentira por parte do meu pai nesses 23 anos de convivência (Nery, 2019, p. 121).

[4] Ao narrar a história de infância da personagem, o autor faz o uso do pronome masculino para se referir à Madona enquanto criança. No entanto, cabe destacar que a personagem prefere ser chamada no feminino.

Tal como Nery, ainda criança, Madona era frequentemente vítima de preconceitos e violências. Sua identidade de gênero era vista como um problema até mesmo por sua família, e a solidão era sua maior companhia.

Diante da análise da construção da personagem, torna-se evidente que a personagem é construída como uma figura carente, embora conformada e acostumada com a vida que leva.

3 A CARÊNCIA DE AFETO PRESENTE NA VIDA DE MADONA

A carência afetiva da personagem é profundamente evidenciada através de um bordão marcante: "o amor é um pau no meu cu" (2010, p. 19). Essa frase revela sua descrença e decepção com relacionamentos amorosos. É uma expressão carregada de ironia e resignação e reflete a dureza da vida que a protagonista enfrenta enquanto mulher transgênero e a falta de um amor verdadeiro em sua trajetória.

Seu relacionamento conturbado com João Tripé, seu cafetão, amante e colega de quarto, traz à tona a complexidade de suas relações afetivas. João Tripé é descrito como um homem de contatos que distribuía drogas para a alta sociedade e buscava garotas para estrelar filmes pornográficos. Ele se aproveita da solidão e da falta de esperança amorosa de Madona, manipulando sua inocência e levando-a rapidamente para sua armadilha. Essa interação coloca Madona em uma posição vulnerável, sujeita à exploração e à violência doméstica.

No contexto da violência e da exploração enfrentadas pela personagem, é importante destacar as questões levantadas por teóricos que discutem a marginalização e a objetificação de mulheres trans. Nascimento (2021), aborda a misoginia e o sexismo direcionados às mulheres trans, destacando como elas são constantemente sexualizadas e tratadas como objetos de desejo ou fetiche. Essa objetificação leva a uma maior vulnerabilidade à violência e à exploração. Quanto a isso, a obra de Butler, especialmente *Problemas de gênero* (1990), é relevante para entendermos as dinâmicas de gênero e as construções sociais que afetam a personagem como travesti. Butler (1990) argumenta que as identidades de gênero são performativas e construídas socialmente, e que as normas e os estereótipos de gênero exercem um poder opressivo sobre as pessoas que fogem da normatividade. Madona, ao desafiar as expectativas de gênero e ao se recusar a se encaixar em padrões preestabelecidos, enfrenta tanto a violência direta quanto a marginalização social e a segregação do afeto.

O relacionamento abusivo entre Madona e João Tripé coloca em pauta as interseções de gênero, o poder e violência propagada por homens cisgêneros e heterossexuais, expondo as vivências opressivas presentes na vida de inúmeras mulheres transexuais e travestis. Através da narrativa da personagem, Biajoni reflete sobre a violência sistêmica e a falta de afeto que permeiam as vidas de pessoas trans nos seguintes trechos:

> Quase nunca sentia, é bom que se explique. Prazer. Procurava incessantemente, mas era raro. A soma de alguns fatores podia gerar algum prazer: um homem bonito e doce que sabia ser enérgico e mau na hora certa: que a tratasse como um ser humano, não como "um pedaço de carne que está ali para gozar em cima"; que gostasse de beijar (adorava beijar nos programas, embora fosse um tabu) (Biajoni, 2010, p. 23).

> Ela era muito boba. Acreditava em algo maior. Acreditava que lhe devia favores, já que ele a tinha tirado do buraco e levado para o centro do mundo. Achava que ele ia cuidar dela (Biajoni, 2010, p. 24-25).

Neste trecho, é perceptível a busca de Madona por uma conexão verdadeira, algo que vá além do mero interesse sexual e do físico. Ela deseja alguém que a trate como uma pessoa completa (cabe ressaltar que a maioria das pessoas transexuais são vistas como "incompletas") e não enquanto uma travesti. É possível estabelecer uma comparação entre a vivência de Madona e transfemininas do mundo real, como por exemplo, Luisa Marilac. Em seu livro biográfico *Eu, travesti* (2021), Marilac relata sua jornada enquanto travesti e compartilha suas experiências, incluindo um relacionamento que deixou marcas profundas em sua vida. Em um trecho do livro, Luisa demonstra que, nas relações entre pessoas transgênero e cisgênero, a transexualidade é um fenômeno que atravessa todos os outros. Essa confirmação se dá através de um diálogo entre seu ex-namorado, Cabeça, e a proprietária da casa onde o ex-casal vivia:

> Cheguei na calada da noite depois dos nossos poucos móveis e fiquei quase um mês trancada na casinha, janelas cerradas durante o dia pra esconder minha travestilidade.
> Mas as praticidades da vida me desvendaram. Ao lavar a primeira muda de roupas, fui avistada no quintal. A proprietária da casa, Ana, fez cara de quem viu o capeta e, naquela noite, foi tirar satisfações com o Cabeça:
> -É essa sua mulher?! Você está morando com uma travesti?! (Marilac, 2021, p. 114).

Há também o relato da pesquisadora Amara Moira, no livro *Vidas Trans* (2017), acerca de suas relações. A escritora conta que os homens que a desejam, com exceção dos homens trans, evitam se relacionar em público e não possuem coragem para encarar a sociedade transfóbica e seus preconceitos. Esse relato ressalta a importância de reconhecer e combater os padrões opressivos que permeiam os relacionamentos abusivos vivenciados por transexuais e travestis.

Assim como Madona, Luisa Marilac foi vítima de violência emocional, evidenciando a recorrência dessas experiências e a necessidade de enfrentar as dinâmicas de poder que as alimentam. A teórica bell hooks, em sua obra Teoria Feminista (2019), ressalta a

importância de analisar as relações de poder nas interações sociais, especialmente aquelas que ocorrem no âmbito afetivo e íntimo. Ela argumenta que a opressão e a violência são frequentemente reproduzidas nessas relações, perpetuando desigualdades e desrespeitando a autonomia das mulheres. Outro autor relevante nessa discussão é Pierre Bourdieu, cujas reflexões sobre o campo social e as relações de poder podem contribuir para a compreensão dos relacionamentos abusivos. Em sua obra A Dominação Masculina (2020), Bourdieu analisa a maneira como as estruturas sociais perpetuam a dominação masculina e a violência contra as mulheres. Ele destaca a importância de questionar os mecanismos de poder presentes nas relações de gênero e promover uma transformação social que valorize a igualdade e o respeito mútuo.

Ao traçar um paralelo entre as experiências de Madona e de transfemininas do mundo real, identificamos padrões comuns de violência, manipulação e desrespeito, além da necessidade de "esconder" relações e suas próprias identidades. De acordo com Zanello (2022, p. 66), "o que faz com que mulheres aceitem qualquer coisa em uma relação não é o amor dedicado a esse ou àquele homem, mas a necessidade de serem escolhidas e validadas como "mulher". Mulheres que 'deram certo'". É possível incluir mulheres transexuais e travestis em seu discurso, visto que suas feminilidades são ainda mais cobradas e, consequentemente, esse papel de subordinação feminina pode ser confundido por muitas com uma forma de validação. Todas essas narrativas nos convidam a refletir sobre as estruturas sociais e de gênero que perpetuam essas dinâmicas opressivas e a buscar caminhos para a construção de relacionamentos mais saudáveis e igualitários.

4 O AFETO ENTRE AS PROTAGONISTAS

Elvis e Madona se conhecem de forma inusitada, em um momento de vulnerabilidade da personagem central. Ao entregar uma pizza no apartamento de Madona, a entregadora encontra a cliente devastada e aos prantos após ser roubada por João Tripé. A partir desse encontro, uma amizade e um amor "improvável" começam a se desenvolver.

A personagem se vê atraída por Madona. Entretanto, possui pouco conhecimento acerca de pessoas transgênero, pouca convivência com a comunidade trans e a vivência da amiga e, inicialmente, possui certo receio em se relacionar com ela, expondo alguns de seus preconceitos:

> — Quando meu pai aceitou esse apartamento como parte do pagamento de um trabalho, Copacabana era muito chique, o centro do mundo, não essa decadência que se vê hoje.
> — Decadência?
> — É, esses travestis no meio da rua, essa sujeira, drogas, bandidagem... (Biajoni, 2010, p. 80).

Durante algum tempo, Elvis se vê chocada e horrorizada com a ideia de tantas travestis presentes no Rio de Janeiro. Como uma forma de aliviar a atração por sua amiga, busca justificativas "plausíveis" para seus sentimentos. No entanto, em uma grande contradição, quanto mais tem contato com as travestis trabalhadoras sexuais e procura diferenciá-las de Madona, mais consegue relacioná-las e aproximar suas vivências:

> Duas ou três quadras adiante, viu alguns travestis nas esquinas. "Que degradação! Que vida desumana essas criaturas devem levar!" Depois lembrou-se de Madona, de como estava bonita; era um travesti diferente. E lembrou-se de sua própria condição: não era muito diferente daqueles travecos de esquina. Talvez fosse ainda mais solitária. E, certamente, mais infeliz (Biajoni, 2010, p. 64).

Ao perceber suas emoções e intenções, Elvis coloca a sua sexualidade em questionamento. A personagem, que sempre se entendeu enquanto lésbica e nunca havia beijado uma mulher transgênero, ainda sendo uma pessoa *queer*, nunca havia considerado essa possibilidade. Ao se relacionar sexualmente com Madona, suas noções de sexo são tomadas por noções consideradas cisnormativas. Nesse momento, a identidade da personagem travesti é colocada de lado, e seu sexo biológico a atravessa.

> Ela tinha transado. Com. Um. Homem. Quer dizer, não era exatamente um homem, mas... era! Tecnicamente, era. Ela gostava de mulheres, sempre gostou, desde os doze anos quando beijou um menino e vomitou. Desde o dia em que deu carona para a Julinha, a menina mais bonita do colégio, tinham catorze ou quinze anos, e bastou o contato dos peitos da menina nas suas costas, as pernas abertas raspando o sexo na calcinha, enquanto a mobilete trepidava pelas ruas de paralelepípedos de Poços, para que ela gozasse e quase levasse as duas para o asfalto.
> E agora, resolvida e trintona, ela tinha tido uma relação sexual com um homem. Fora penetrada por um pau de verdade! Não era um consolo, não era um vibrador manipulado por uma gata peituda e gostosa: era um pau com um saco e um cara junto (Biajoni, 2010, p. 104).

O pensamento de Elvis, apesar de involuntário, evidencia a ignorância de muitas pessoas cisgênero acerca dos temas identidade de gênero e sexualidade. Ainda que a personagem esteja se entendendo e aos poucos perceba que sua lesbianidade também contempla a transexualidade de Madona, sua atitude é um reflexo das experiências sexuais de muitas travestis. É possível notar que a ideia de se relacionar com pessoas transgênero é um tabu não apenas para pessoas heterossexuais, como também para lésbicas e homossexuais. Esse tabu torna-se evidente nas palavras da pesquisadora Sheila Jeffreys (2014), que afirma que a existência de mulheres transgênero e travestis que se relacionam com mulheres cisgênero é, portanto, uma forma de agressão:

> O transgenerismo machuca comunidades lésbicas, as quais são fraturadas acerca da entrada de homens que são transgêneros, e o desaparecimento de suas membras para a heterossexualidade química e cirurgicamente construída, que o transgenerismo oferece para um número crescente de lésbicas (Jeffreys, 2014, p. 6).

Alguns dias antes do acontecimento, em uma discussão com seus amigos sobre sua relação com Elvis, a própria Madona faz o mesmo questionamento. Nesse caso, é importante ressaltar que a personagem não tem contato com a existência de mulheres trans lésbicas e bissexuais e está acostumada a criar laços sexuais com homens cisgênero que, acima de tudo, a fetichizam e objetificam, invalidando a sua identidade de gênero e a identificando por seu sexo biológico. No entanto, a resposta de um de seus amigos contrapõe os pensamentos confusos de ambas:

> — Ah, Bill, nem posso negar isso, mas é claro que a fruta que ela gosta é outra.
> — Ué, mas ela não gosta de mulher? (Biajoni, 2010, p. 86).

É possível comparar a confusão de Madona com a vivida por Márcia Rocha (2017, p. 105): "Era sim, bissexual, mas desde muito cedo percebeu que eram elas, e não eles, as grandes paixões da sua vida, o que lhe parecia uma contradição, muitas vezes confusa: como podia gostar de mulheres e querer ser igual a uma?"

A negação de Elvis sobre seus sentimentos está também relacionada à reação das pessoas cisgêneras ao se depararem com travestis e transgêneros. É possível fazer uma comparação entre a posição da personagem Madona enquanto uma mulher solitária e pouco considerada no quesito amoroso e um relato de Moira (2017):

> E, para horror de quem convivia comigo, passei a testar como as pessoas reagiriam caso eu dissesse que a Roberta Close era linda e, mais do que isso, que eu adoraria poder ficar com ela. (...) Os olhares de reprovação que eu recebia eram marcantes, "tanta mulher para achar bonita, por que justo essa?", todo mundo se perguntando se no fundo eu não era gay, qual a razão de eu encucar com isso, mas Roberta Close tinha saído na Playboy e em dezenas de outras revistas e bugou a cabeça daquela sociedade recém-saída da ditadura (manchetes da época diziam "A mulher mais bonita do Brasil é um homem", dá pra imaginar?), então é como se ela já tivesse uma boa blindagem (Moira, 2017, p. 22).

O depoimento de Moira e a relação romântica e sexual entre Elvis e Madona são, no entanto, justificados pela diferenciação entre sexo, gênero e orientação sexual. Como afirma Paul Preciado (2022), apesar da existência de diversas previsões médicas para a conversão

de gays e lésbicas para a heterossexualidade através de operações de redesignação sexual, muitos trans masculinos vivem como gays após a transição, e muitas são as trans femininas que vivem como lésbicas.

Ao descobrir que está grávida de Madona, Elvis se desperta. Em um diálogo entre o casal, a personagem questiona a intransigência do ser humano. É notório que, pela primeira vez, sua atração por uma travesti deixa de ser um problema:

> — A gente sempre fala da intransigência dos outros, mas não seríamos também intransigentes?
> — ...
> — Quando fechamos questão sobre nosso gosto sexual, sobre nossas preferências, não estamos desconsiderando um universo inteiro de possibilidades? (Biajoni, 2010, p. 150).

Nesse mesmo capítulo, Elvis mostra-se preparada, finalmente, para assumir o relacionamento com uma travesti. Levanta-se e, diante dela, declara-se: "— Madona, eu te amo!" (2010, p. 151), e se depara com uma Madona confusa, indecisa, justamente por não fazer ideia do que é o amor, apesar de também amá-la.

5 OCULTAÇÃO E FAMÍLIA

A protagonista se vê em um beco escuro e sem saída ao precisar encarar mais um obstáculo: conhecer os pais da namorada, que a apresenta por seu nome morto, Adaílton, ao invés do social. Elvis afirma que seus pais são conservadores e dificilmente aceitariam e respeitariam um relacionamento entre uma mulher cisgênero e uma travesti.

> — O que eu preciso te pedir...
> — ...
> — É que você faça um grande esforço e...
> — ...
> — Vá almoçar conosco vestido como homem! (Biajoni, 2010, p. 163).

Apesar de evidentemente não se sentir confortável usando roupas consideradas masculinas, no intuito de agradar a namorada, Madona concorda com a ideia. Contudo, ao encontrarem os pais de Elvis, ela se encontra perdida ao imaginar sua vida em Minas Gerais, criando um filho sob valores cisheteronormativos e forçando uma identidade que não a pertence:

> Adaílton fantasiou ter um salão em Poços, aparar cabelos e fazer a barba de todos aqueles mineiros conservadores e turistas chatos, passear no final da tarde com Elvis e o filhinho em uma das praças chatas e vazias de Poços, tomar banhos termais uma vez por mês, levar o pequerrucho para andar nas charretes com pôneis... Teve uma visão infernal da sua vida, uma antecipação da divina comédia que se prefigurava na fala de seu Heitor (Biajoni, 2010, p. 168).

A necessidade da ocultação da transexualidade de Madona e a ideia de que uma travesti só receberá afeto e construirá uma família voltando para o armário é, infelizmente, uma realidade presente na sociedade, afinal, são inúmeros os casos de destransições[5] forçadas, seja por questões pessoais como dificuldade financeira ou pelo medo da transfobia, da morte e da solidão. Em seu livro autobiográfico E se eu fosse puta (2023, p. 131), Moira afirma com firmeza: "Felicidade não foi feita para nós, amor não é algo a que temos direito. Eis que me tornei a pessoa que não pode ser apresentada à família, a pessoa com quem é preciso coragem para assumir uma relação." Sua afirmação dialoga com os escritos de Nery (2019), em um dos capítulos de sua biografia, que transcrevem a fala de uma mãe transexual, impedida pela ex-esposa de ser presente na vida do filho e de ter uma família apenas por ser quem é:

> A mãe dele, em 2008, com receio de que minha mudança pudesse influenciar na formação de sua personalidade, me processou, numa tentativa de restringir meu contato e minha convivência com ele. Na petição, nitidamente preconceituosa e discriminatória, ela colocava várias regras para eu o ver, como visitas acompanhadas de psicólogos judiciais, visitação a cada quinze dias com duração de três horas e acompanhada de psicólogos e que, sobretudo, eu não fosse "travestido" de mulher quando o visse (Nery, 2019, p. 328-329).

Ademais, a identidade feminina da protagonista é posta em questionamento, simultaneamente, por João Tripé e Cride. Após descobrir sobre a gravidez de Elvis, responsável por tirar as fotos incriminadoras que o colocaram na prisão, João é informado pelo colega sobre a suposta "paternidade" de sua ex-namorada. Surpreso, o personagem afirma não acreditar "nessa história de que a Madona vai... ser pai." (2010, p. 158).

Todavia, as próprias protagonistas também discutem sobre os papéis de gênero que serão adotados para a criação do filho. Cabe, baseado no discurso de todos os personagens do livro, fazer uma reflexão crítica acerca da cisheteronormatividade presente na sociedade, que impõe, ainda que de formas implícitas, a ideia de que pessoas transexuais não podem ser pais ou mães, como no relato de Nery (2019) de sua vivência enquanto pai e sua relação com a mãe de seu filho:

[5] Destransição, também chamada de retransição, é a reversão ou a interrupção da transição de pessoas transexuais, transgêneras e travestis. Esse fenômeno pode ocorrer por meios sociais, legais ou médicos. Em muitos casos, pode ser uma ação imposta através da discriminação e da pressão familiar, como afirma um estudo promovido pelo Instituto Fenway e pelo Hospital Geral de Massachusetts (Carreira, 2022).

> Depois de uns dias, ela me revelou que, cerca de um ano antes, um amigo a tinha alertado de que eu era um pai transexual e tentaria assumir também a "mãe" que eu teria dentro de mim e que, portanto, desejaria "matar a mãe", que era ela. Para cúmulo, disse que eu tinha ofendido a Deus, por contrariar a natureza. Logo ela, que não só vivera comigo todos aqueles anos como também questionava a existência divina (Nery, 2019, p. 289).

São notórios, durante toda a obra, diversos questionamentos direcionados à personagem Madona e às suas ações e desejos que não seriam feitos para pessoas cisgênero em situações cotidianas parecidas, como a existência de um filho, de um amor, de uma família para pertencer e cuidar. Madona, assim como muitas travestis brasileiras, ao realizar pequenas atividades e conquistas, sempre é envolvida em uma luta.

É inegável que a falta de representatividades não estereotipadas e a exclusão de pessoas trans traz como consequência pensamentos suicidas e auto depreciativos para essa população, por não se sentir verdadeiramente incluída e humanizada pela sociedade cisgênera, bem como a propagação de estereótipos e preconceitos que resultam em crimes violentos. No ano de 2023, a violência contra pessoas LGBTQIAP+ passou a ser enquadrada como crime de injúria racial e, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, os responsáveis por esses atos não possuem direito a fiança ou limite de tempo para responder judicialmente. Em contrapartida, nesse mesmo ano, o Dossiê de LGBTIfobia Letal denunciou 230 mortes violentas de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis no país. Dentre elas, 184 foram assassinatos e 18 suicídios. Das pessoas assassinadas, 142 eram mulheres trans e travestis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta análise da obra Elvis e Madona, de Luiz Biajoni (2010) tornou-se perceptível os entrecruzamentos da literatura com as questões sociais, sobretudo com aquelas relacionadas à identidade de gênero e sexualidade. Destacando-se, contudo, que, apesar de não estar no cerne das discussões da literatura nacional contemporânea, a obra é relevante por tratar das questões sociais, de afeto e de identidade do grupo de pessoas trans no Brasil, identificando a necessidade de que pessoas transexuais e travestis sejam representadas em todos os tipos de arte. No entanto, desde os primórdios do cinema e da literatura, boa parte das representações e narrativas que envolvam pessoas trans são caricatas e problemáticas.

Por outro lado, pode-se concluir que Elvis & Madona (2010) proporciona um entendimento aprofundado em relação às complexidades da vivência transexual na sociedade, apresentando em sua narrativa questões rotineiras como a marginalização, a prostituição - sendo essa muitas vezes a única fonte de renda de inúmeras mulheres transexuais e travestis — a sexualidade, a fetichização e o abuso. Madona é, inclusive, vista, por boa parte dos outros personagens, como descartável. Ela é sexualizada e referenciada

muitas vezes como uma aberração — um grande reflexo da visão cisgênera sobre corpos trans.

Biajoni, apesar de ser um homem cisgênero, tenta retratar ao máximo a realidade deste grupo, expondo e denunciando a violência de gênero e a exclusão de pessoas trans do trabalho e de relações românticas e familiares. Além disso, sua obra é também um convite para que o leitor repense os conceitos de amor e afeto, liberdade e sexualidade, oferecendo representatividade e narrando uma história de amor que foge de estereótipos cisheteronormativos.

Essa representação colabora para que um grupo socialmente marginalizado possa, enfim, ser finalmente protagonista de uma história. No caso de Elvis & Madona, uma travesti enquanto personagem principal é, por si só, um ato revolucionário. O romance das personagens inspira outras pessoas transexuais, travestis e dissidentes de gênero que, durante boa parte de suas trajetórias, nunca se viram em uma história de amor. Que diariamente ouviam e absorviam o pensamento de que jamais seriam amadas e acolhidas, tal como Madona nos primeiros capítulos do livro.

REFERÊNCIAS

BIAJONI, Luiz. **Elvis & Madona [uma novela lilás]**. Rio de Janeiro: Editora Língua. Geral, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARREIRA, P. Destransição: Dos mitos aos factos. **EsQrever**, 27 mar. 2022. Disponível em: https://esqrever.com/2022/03/27/destransicao-dos-mitos-aos-factos. Acesso em: 31 ago. 2024.

DOSSIÊ denuncia 230 mortes e violências de pessoas LGBT em 2023 – Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil. Disponível em: https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2023/#:~:text=Em%202023%20foram%20230%20mortes. Acesso em: 23 jul. 2024.

hooks, bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. Tradução Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

JEFFREYS, Sheila. **Gender hurts**: a feminist analysis of the politics of transgenderism. London: Routledge, 2014.

MARILAC, Luísa; QUEIROZ, Nana. **Eu, travesti**: Memórias de Luísa Marilac. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2021.

MOIRA, Amara; NERY, João W.; ROCHA, Márcia; BRANT, Tarso. **Vidas trans**: A luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social. Bauru, São Paulo: Astral Cultural, 2017.

MOIRA, Amara. **E se eu fosse puta**. São Paulo: n-1 edições, 2023.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NERY, João W. **Viagem solitária**: memórias de um transexual trinta anos depois. São Paulo: Leya, 2011.

PRECIADO, Paul. **Manifesto contrassexual**: Práticas subversivas de identidade sexual. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2022.

SILVA, V.; CORNELLI, G. Questões de gênero em Platão e Eurípedes: corpos antigos e gender performativity. **Educação e Pesquisa**, v. 47, 2021.

Recebido em: 26/07/2025
Aceito em: 04/12/2025

O DIGITAL E O QUEER NA ARTE DE CURITIBA: DESAFIOS DE ACESSO E CONSERVAÇÃO

THE DIGITAL AND QUEER IN ART FROM CURITIBA: CHALLENGES OF ACCESS AND CONSERVATION IN THE ERA OF SOCIAL MEDIA

Arthur Leitis Junior[1]

Resumo: o presente texto investiga a passagem da arte física para a arte digital no segmento da arte queer, exposta na Cidade de Curitiba nos últimos dez anos, de 2014 a 2024. A partir de buscas de palavras na internet, foram identificados cinco artistas: Raul Cruz; André Malinski; Edilson Viriato; André Serafim; e Leonardo Mercher. Esses artistas não foram selecionados necessariamente por serem pessoas queer, mas por suas artes perpassarem o tema queer e estarem disponíveis virtualmente. Análise das obras e entrevistas com alguns dos artistas foram realizadas para compreender melhor algumas reflexões sobre dilemas no campo das artes visuais tais como: a passagem da arte física para o digital; acesso aos trabalhos e à informação; e a conservação da arte digital. Os principais resultados obtidos demonstram algumas dificuldades de acesso, como censura das plataformas sobre o tema e a falta de informações técnicas dos trabalhos disponíveis, bem como dificuldades de conservação, como o envelhecimento da internet e gradual perda de acervo e memória em antigas plataformas utilizadas pelos artistas.
Palavras-chave: Arte; Digital; Queer; Curitiba.

Abstract: this paper investigates the transition from physical art to digital art and opts for the segment of queer art exhibited in the City of Curitiba in the last ten years, from 2014 to 2024. Using virtual word searches, artists, art works and exhibitions were identified recurring in the results that limited data collection to five artists: Raul Cruz; André Malinski; Edilson Viriato; André Serafim; and Leonardo Mercher. These artists were not necessarily selected because they were queer people, but because their art encompasses the queer theme and is available virtually. Analysis of the works and interviews with some of these artists were conducted to better understand some reflections on dilemmas in the field of visual arts, such as: the transition from physical art to digital; access to works and information; and the preservation of digital art. The main results obtained demonstrate some difficulties in access, such as censorship on the platforms on the subject and the lack of technical information on the available works, as well as difficulties in conservation, such as the aging of the internet and the gradual loss of collections and memory on old platforms used by these artists.
Keywords: Art; Digital; Queer; Curitiba.

1 INTRODUÇÃO

No campo da história da arte, a arte homoafetiva aparece desde sempre enquanto temática, questionando os temas padrões heteronormativos. Relações homoafetivas em cerâmicas e antigas pinturas são conhecidas desde a Idade Antiga. Mas em nosso tempo presente, essa arte questionadora da heteronormatividade vai além da temática e ganha força enquanto movimento social. Sobre essa arte, reconhecida como arte *queer*, segundo Lord e Meyer (2013, p. 9), seria o conjunto das "práticas culturais que se opõem à heteronormatividade". Por sua vez, a heteronormatividade seria a construção de uma normalidade baseada em relacionamentos heterossexuais e de identidade cisgênero, ou

[1] É Mestre em Educação e Novas Tecnologias pela Uninter (2018), Graduado em Biblioteconomia pela UDESC (2002) e Comunicação Social pela UniVale (1995). Desde 2008 integra a Biblioteca Central da UFPR.

seja, um sistema binário entre homens e mulheres heterossexuais. Nesse sentido, o artista que produz essa arte também pode ser um questionador social. Nem sempre um artista que produz arte *queer* seria uma pessoa LGBTI+, mas quando o é pode expressar suas vivências e fortalecer um movimento artístico que busca resistir socialmente às pressões do "normal".

O presente texto não busca definir as identidades dos artistas, mas focar em trabalhos e séries que retratam, diante das buscas virtuais e de nossa leitura estética, o *queer* na arte local. A partir da primeira exposição em panorama da obra completa de Raul Cruz, em 2014, pela FIEP, inicia-se uma pesquisa virtual sobre os últimos dez anos (2014-2024) da arte *queer* na Cidade de Curitiba, identificamos seis exposições que traziam a temática: *Exposição Cena Raul Cruz* (Sesi-Fiep, 2014); *Ícaro* (MAC-PR, 2016); *Queer Quarrel* (Galeria Airez, 2017); *Tempo que passa*...(UP, 2022); *André Malinski no Céu* (MAC-PR, 2023); e *Memórias da (r)existência LGBTI+ no Paraná* (MIS-PR, 2023). Vale ressaltar que essas não podem ser consideradas as únicas ou as mais importantes exposições do período, mas as que surgiram nas buscas virtuais. Dessas seis exposições selecionamos os cinco artistas que trouxeram temáticas *queer*: Raul Cruz (1957-1993), André Serafim (1965), André Malinski (1966-2021), Edilson Viriato (1966) e Leonardo Mercher (1985).

Como as obras foram encontradas virtualmente, refletimos como o público dessa arte é alcançado por meio da *internet*. A partir de *hashtags* (marcações de algoritmo de interesses), como *#queerart* e #arte*queer* no *Instagram* ou *Pinterest*, por exemplo, um indivíduo passa a acompanhar a produção de artistas de diferentes locais ao redor do mundo. Portanto, o acesso virtual à arte se torna esse segundo ponto de reflexão. Já o terceiro ponto de investigação recai sobre a arte digital e sua conservação.

Enquanto a arte física possui protocolos de conservação e restauro em arquivos e depósitos de museus e galerias, a arte digital aparentemente depende da manutenção dos meios virtuais - sites, redes sociais e nuvens de arquivos. Já vimos sites e provedores finalizarem seus serviços, corrompendo e perdendo arquivos digitais. Não é difícil encontrar páginas na internet, como de antigos blogs, com descrições truncadas pela programação e espaços vazios de imagens que outrora traziam ali a arte de um artista. A Internet também envelhece e vai deixando registros incompletos sobre suas atividades, pondo em risco a memória e a conservação da arte digital. Por isso, em entrevista com alguns desses artistas, buscamos compreender quais meios utilizam para cuidar e preservar seus trabalhos pensando no acesso futuro.

Para organizar a pesquisa, o presente texto está dividido em mais três seções: i) alguns artistas que contam a história da arte *queer* em Curitiba; ii) o dilema do público presencial e virtual; iii) o dilema da memória e conservação dessa arte digital. Após essas três seções, registramos os principais pontos da pesquisa nas considerações finais. Vale destacar que utilizamos tanto da pesquisa virtual e revisão de literatura para identificarmos artistas e suas produções, bem como de entrevista estruturada. As entrevistas ocorreram por

e-mail a partir de três perguntas fixas que posteriormente foram complementadas em conversa livre com os artistas, sendo elas: i) Quais temas estão presentes em sua arte; ii) Como o público acessa sua arte; iii) Como é feita a conservação do seu acervo. Mas, antes de irmos aos dilemas de acesso e conservação da arte digital, comecemos com a identificação dos artistas na seção a seguir.

2 ALGUNS ARTISTAS QUE CONTAM A HISTÓRIA DA ARTE QUEER EM CURITIBA

Por Curitiba passaram diversos artistas que trataram de temáticas relacionadas à arte *queer* e seu desafio à heteronormatividade. Seria difícil identificar todos, até mesmo difícil definir uma data quando essa arte teria começado na cidade. A vivência de pessoas LGBTI+ se mistura com territorialidades e temáticas não-heteronormativas na cidade. Gilda Rinque da Boca Maldita (1950-1983), travesti conhecida como a "primeira gay curitibana" (Paraná Histórica, 2024), já realizava suas performances de beijos na Rua XV dos anos 1970 e 1980. Sociedades secretas, como o Clube das Tulipas Negras, nos anos 1960, e mais recentemente coletivos culturais, como os Selvática Ações Artísticas e Machorra Edições Piratas também marcam a história cultural LGBTI+ curitibana em uma linha tênue entre ser *queer* (LGBTI+) e produzir arte *queer*. Mas ao olhar para tantas possibilidades, quais artistas investigar?

Em breve pesquisa na internet, ao colocar as palavras 'arte', '*queer*', 'Curitiba', 'artista' surgem nomes de coletivos, cantores, transformistas, atores e drag queens. Se colocarmos mais dois filtros na busca - 'artes visuais' e 'exposição' - teremos nomes recorrentes como os de Raul Cruz (1957-1993) e André Malinski (1966-2021), ambos falecidos e que contaram com exposições individuais *in memoriam* (Sesi-Fiep, 2014 e MAC-PR, 2023 respectivamente). Além desses dois, surgem exposições e trabalhos expostos que foram compreendidos como arte *queer*, como no caso de André Serafim (1965) e o seu *Livro de Ícaro,* na exposição *Ícaro* (MAC-PR, 2016), Edilson Viriato (1966) na mostra *Queer Quarrel* (Galeria Airez, 2017) e Leonardo Mercher (1985) com sua série *Queer Lights* na mostra *Tempo que passa...* (UP, 2022). Esses cinco artistas não resumem a totalidade da produção de arte digital ou arte *queer* em Curitiba, mas se colocam aqui como um começo possível à investigação sobre acesso e conservação dessa arte.

Partindo das exposições para seus respectivos trabalhos, começamos aqui com Raul Cruz (1957-1993). Curitibano, o artista Raul Cruz talvez seja um dos primeiros a tratar a homossexualidade e a soropositividade do HIV ao final dos anos 1980 e que nos chega ao tempo presente por meio de mostras de acervos, pesquisas acadêmicas e relatos de outros artistas que reconhecem sua influência em suas produções. Cursou por três anos a Escola de Música e Belas Artes do Paraná (EMBAP, atualmente Unespar), sem concluir, e se dedicou a diversas produções artísticas e culturais, como desenhos, pinturas, gravuras, cenografias e figurinos para teatro, textos e integrou coletivos como Bicicleta e Moto Contínuo (com

Denise Bandeira, Eliane Prolik, Geraldo Leão, Mohamed Ali El Assal e Rossana Guimarães), vivenciando a *Geração 80* da pintura no Paraná. Curiosamente Raul Cruz foi objeto, nos anos 2010, de estudos acadêmicos de André Malinski, nosso segundo artista investigado.

Ainda que Raul Cruz não tenha experimentado a arte digital nas redes sociais, sua obra se coloca como importante referencial para artistas futuros. Segundo Malinski (2019, p. 17), Cruz foi um "influente participante no cenário cultural de Curitiba no período de abertura política na década de 1980." Suas pinturas eram expressivas e ganhou carga dramática (Figura 1) após o artista compartilhar com seu público sua condição soropositiva para o vírus HIV, falecendo em 1993 por complicações da infecção.

FIGURA 1 – Alguns trabalhos de Raul Cruz



Fonte: Da esquerda para a direita: (1) Pintura-desenho sem título, 1982, acrílica, giz pastel oleoso e grafite s/ papel, 70x50cm (in) Malinski, 2019, p. 65; (2) A cama do artista, 1985, acrílica s/ tela, 130x90cm (in) Malinski, 2019, p. 169; (3) O princípio da ciência, 1990, acrílica s/ tela, 80x80cm (in) Artes Visuais FAP/PIBID - Raul Cruz, 24/07/2015; (4) Linoleogravura sem título, 1991, 31x31cm (in) Malinski, 2019, p. 42.

O preto e cores próximas são frequentes em muitos de seus trabalhos, servindo como plano para construção das cores saturadas ou dando corpo às figuras centrais de suas pinturas. Figuras expressivas nos lembram de artistas expressionistas, como Ernst Ludwig Kirchner (1880-1938), que vivenciavam questões existenciais, de gênero e sexualidade (Dyke, 2020). Contudo, Raul Cruz retratava seu tempo e seus dilemas, como a abertura política brasileira, a efervescência cultural local e as reflexões da epidemia da AIDS (1981-). Raul também era irmão do artista Foca (Luiz Alberto) Cruz (1963-2018) que produziu diversos trabalhos em arte digital e, em 2009, lançou um livro dedicado ao irmão, *Raul Cruz - Sonhos*, em um resgate pessoal à memória do neoexpressionista paranaense.

Raul Cruz, contemporâneo de André Malinski e Edilson Viriato em Curitiba, tendo os três passados pela EMBAP, em períodos diferentes, teve uma produção intensa que inspirou seus contemporâneos e gerações futuras sobre a pintura enquanto campo de expressão e debate das identidades de gênero e suas dinâmicas sociais. Não é à toa que muitos se identificam e se encontram enquanto grupo nas artes produzidas por ele. "Na exposição do Raul Cruz na FIEP, em 2014, tinha muita gente que estava ali porque se identificava tanto

com os trabalhos e principalmente com o artista e o que ele representa enquanto símbolo local *queer*. O André Malinski, por exemplo, o admirava bastante." (Mercher, 2024).

André Americano Malinski (1966-2021) foi um desses tantos artistas curitibanos que nasceu em outra cidade. Natural de Marcelino Ramos (RS), passou a infância em São Jorge d'Oeste (PR) e mudou-se para Curitiba em 1981, onde explorou a moda e vestuário pós-punk. O artista se inspira nos trabalhos de Raul Cruz, dedicando, inclusive, sua carreira acadêmica à pesquisa do artista falecido em 1993. Apesar de terem idades próximas, nos últimos anos de vida de Raul Cruz, Malinski viveu alguns anos em São Paulo e depois fora do Brasil (Londres e Milão) e, ao retornar para o Brasil e se estabelecer em 1996 como artista visual, Raul Cruz já havia falecido. É nesse retorno para Curitiba que passa a integrar, em parceria com Marco Antonio Teobaldo, o coletivo AnilinA, onde explora sua produção entre sagrado e profano (TV Paraná Turismo, 2023).

Os trabalhos de Malinski experimentam múltiplas linguagens e materiais, compondo colagens, esculturas e performances. Alguns de seus primeiros trabalhos foram criados sobre bulas de remédios, tratando sobre os desafios da dependência química e seus efeitos colaterais. Elementos da cultura *queer*, como o corpo humano profano e sagrado, e elementos da religiosidade brasileira, como valores cristãos, santas católicas e orixás, estão presentes em sua obra (Figura 2). Segundo a Associação Paranaense de Artistas Plásticos (APAP, 2021) Malinski buscava "trazer novos conceitos estéticos num equilíbrio entre o hedonismo e o kitsch".

FIGURA 2 – Alguns trabalhos de André Malinski



Fonte: Da esquerda para a direita: (1) Luxúria, 2001, colagem de fotografia, montagem de objetos, Ø 37,5 cm, Série Sete Pecados, acervo MAC-PR; (2) Santo André de Anilina, instalação com fotografia, pedestal e arranjo plástico, s.d. (in) Exposição André Malinski no Céu, MAC-PR, 2023; (3) Imaculada-Redentor, s.d., estudo em pintura digital para realização de trabalho da Série Sincretismos, 2014, acervo MAC-PR.

Seus trabalhos ganharam destaque em diversas exposições, coletivas e individuais, recebendo, assim como Raul Cruz, exposições in memoriam pelo Museu de Arte Contemporânea do Paraná (MAC) - que hoje possui mais de 170 trabalhos do artista - e integrando a memória local na exposição Memória da (R)Existência LGBTI+ no Paraná

(2023) pelo Museu da Imagem e do Som do Paraná (MIS-PR), em parceria com o Grupo Dignidade. Mas é possível ver em algumas matérias de divulgação da época a omissão do conteúdo homoafetivo de suas exposições, como pelo canal Paraná Turismo. Em reportagem de divulgação da exposição *André Malinski no Céu* (MAC-PR, 2023), as questões de gênero e sexualidade em sua arte são suprimidas, mencionando apenas as questões religiosas, kitsch e sobre o carnaval (TV Paraná Turismo, 2023). Essa omissão intencional é comum, quase sempre com o intuito de não agredir ou afastar o público geral, mas também não alcançando o público da arte *queer*. Diferentemente, na exposição do MIS-PR (2023), o foco na cultura LGBTI+ foi o centro, valorizando essa temática nos trabalhos de Malinski ali expostos.

Segundo o próprio artista, em seu vídeo de *Autoapresentação* (Malinski, 2020) é a partir de 2002 que passa a explorar desenhos e programas de arte no computador. As silhuetas de santos para a série *Sincretismos*, exposta em 2014 no Instituto dos Pretos Novos (Rio de Janeiro, RJ), refletem essa criação em duas fases: a digital. De suas artes digitais, peças e materiais eram trabalhados, como colagens de acetatos ou vinílicos sobre superfícies planas, ou até mesmo o recorte de chapas acrílicas e suas sobreposições enquanto esculturas. Mas, durante esse período, de 2002 até 2014, o artista revela que precisou dar uma pausa, em 2008, por questões de saúde mental, retomando as artes em 2012 pela academia (Malinski, 2020). Já nos últimos anos se dedicou ao que chamava de montação performativa, quando encarnada a drag queen 'Mohana' (grafia transcrita de Malinski, 2020).

Malinski, para além das artes visuais em galerias, também explorou outros campos culturais como o carnaval, no bloco Garibaldis e Sacis. Mesmo depois de sua morte, em 2021, algumas de suas redes sociais (Facebook e Instagram) ainda permanecem ativas, mostrando o registro de seus trabalhos e interesses, como em fotografias urbanas e performances. Diferentemente de Raul Cruz, Malinski chegou a utilizar a internet como um meio de divulgação e conservação de seu trabalho para além dos acervos físicos dos museus - mas resta saber até quando seus perfis irão permanecer acessíveis ao grande público.

Um desafio que encontramos em coleta de dados de Malinski foram as datas de seus trabalhos e a ausência de um portfólio digital ou catálogos digitais das suas exposições. Como alguns trabalhos são digitais e outras composições escultóricas, fica difícil encontrar informações sobre dimensões e extensões dos arquivos digitais, muitos dos quais são acessíveis enquanto artes de divulgação em canais de notícias - que também podem ser corrompidos pelo tempo. Imagens de seus trabalhos e exposições em vídeos institucionais não são suficientes para acessar as informações técnicas.

Aos artistas com produção corrente temos André Serafim, Edilson Viriato e Leonardo Mercher. Sobre Edilson Viriato (1966) sabemos que é natural de Paraíso do Norte (PR), onde aos 15 anos já frequentava o ateliê da artista mineira Marize Canabrava e, aos 17 anos, se

muda para Curitiba e presta vestibular para Arquitetura e para Artes, seguindo a segunda e se formando na EMBAP, em 1988. Estudou ainda dez anos ballet clássico no Teatro Guaíra, tendo a dança e o teatro um importante espaço em sua formação profissional. Essas práticas artísticas, conjugadas, refletem em sua primeira performance internacional, aos 25 anos, na Noruega, com o tema da AIDS (TV Assembleia do Paraná, 2022).

Sua carreira internacional se deu logo após participar da Bienal de São Paulo, em 1991. Em 1992 e 1993 viaja e trabalha pela Europa conseguindo importantes conquistas como artista e, em seu retorno ao Brasil, decide por uma imersão institucional, participando de diversos salões e exposições e ganhando prêmios que possibilitaram sua estabilização em Curitiba - a compra de seu primeiro apartamento (TV Assembleia do Paraná, 2022). Só após essa jornada institucional é que, segundo o próprio artista, o mercado das galerias comerciais passou a procurá-lo cada vez mais (TV Assembleia do Paraná, 2022). Em 2017, participou da exposição coletiva *Queer Quarrel* na Galeria Airez, juntamente com outros artistas, enquanto ato de resistência às censuras que ainda ocorrem à arte *queer* no Brasil. Atualmente possui um dos mais antigos ateliês abertos em atividade de Curitiba, ministrando cursos e formação complementar a artistas iniciantes e profissionais.

No que diz respeito aos seus trabalhos, uma fase marcante de sua vida foi a epidemia da AIDS. Abertamente gay, Edilson Viriato perdeu amigos, ídolos e teve que lidar com o preconceito da época pelo fato da infecção ser associada à comunidade gay (TV Assembleia do Paraná, 2022). Como um movimento de rebote ao preconceito do período, sua arte carregava nas cores e formas eróticas que, segundo entrevista com o artista, até hoje traz uma fama de arte agressora - justamente por se colocar criticamente ao sistema binário de gênero e aos tabus sobre a sexualidade. Nesse ponto, podemos dizer que a arte de Edilson Viriato se enquadra no conceito de artista não heteronormativo e da arte *queer* de Lord e Meyer (2013): práticas culturais que se opõem à heteronormatividade.

Apesar de ter construído uma carreira com a arte material, Edilson Viriato utiliza das redes sociais, como o Facebook e o Instagram, para divulgar e compartilhar trabalhos, tanto em fotografias dos originais, como em arte digital e edições (Figura 3).

FIGURA 3 – Alguns trabalhos de Edilson Viriato nas redes sociais



Fonte: Da esquerda para a direita: (1) Série Presença, s.d., acrílica sobre tela, 1,40x1,30cm (in) Instagram Edilson Viriato, 4ª imagem de 10, 08/12/2023; (2) 9 Pinturas Acrílica sobre Canvas da Série: "Presença", s.d., 1,40x1,30cm (in) Instagram Edilson Viriato, 1ª imagem de 2, 19/11/2023; (3) Colagem, fotomontagem sem título, s.d., fine art sobre papel, 0,92x0,80cm (in) Instagram Edilson Viriato, 1ª imagem de 6, 28/10/2021.

O artista cria formas de apresentação dos trabalhos em superfoco (detalhe expandido de um trabalho), agrupamentos (nove quadros em um só) e narrativas sequenciais. O desafio, assim como encontrado em Malinski, é a identificação de dados sobre cada trabalho, como a data e o título de realização. As redes sociais acabam por compartilhar a imagem e, a depender do artista, poucas ou nenhuma informação do trabalho é descrita. Entretanto, as imagens chegam ao público-alvo definido pelo artista quando esse utiliza das marcações (hashtags e algorítim) como: #edilsonviriato (o público que segue o artista); #galeriadearte (público que segue postagens de artes); #queercollage (público que segue a arte *queer* em colagem), dentre outras. Desse modo, as artes físicas (materiais ou analógicas) que são colocadas nas redes sociais em imagens (fotografias, arte digital e edições) passam a ultrapassar as paredes dos museus e galerias e alcançam os públicos mais diversos ao redor do mundo - desde que estejam seguindo esses temas em seus perfis.

Não é possível afirmar que a arte digital, por meio das redes sociais, alcança mais pessoas que um museu presencialmente. Contudo, é possível afirmar que, para os interessados, mesmo distantes, podem ter acesso ao que é produzido e postado pelos artistas. A arte digital, por sua vez, pode acabar reduzida à imagem, bem como ser impressa e reproduzida por outras pessoas sem autorização do artista. Inclusive hoje levantamos questões sobre as imagens que nós produzimos que passam a alimentar bancos de inteligência artificial (IA) para a criação das pinturas por IA.

Mas retornando ao artista Edilson Viriato. É possível ver como ocorre sua adequação às redes sociais e a essa nova forma de exposição. O próprio artista também posta fotos de sua rotina e de exposições, registrando o mundo da arte analógica (material) ao mundo da

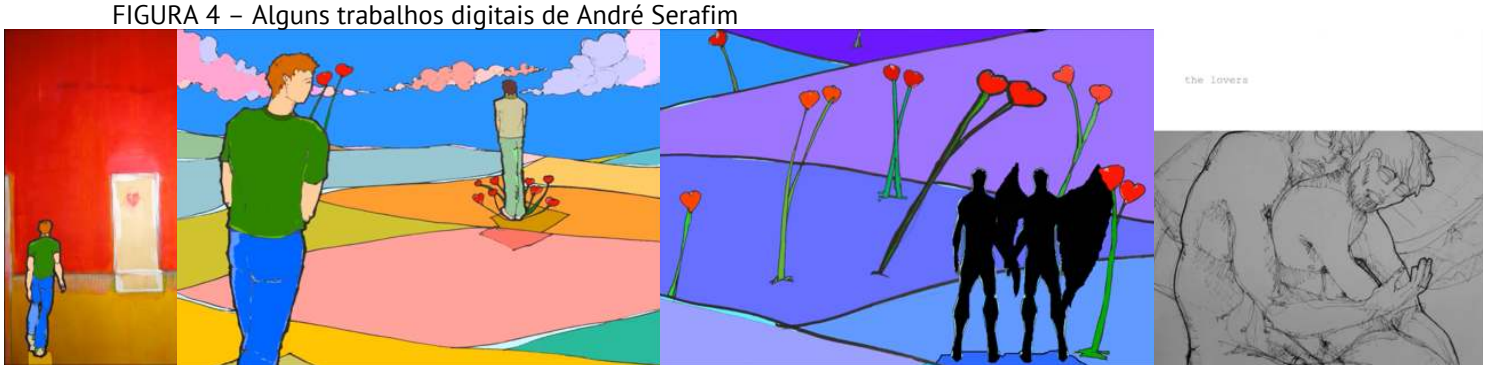
arte digital. Nessa dinâmica fica avisado ao público das redes sociais que sua arte também está no mundo material, em alguma territorialidade, em um tempo e diante de um público presencial com experiências distintas do online.

Investigando agora o artista André Serafim, observamos arte produzida justamente para o acesso virtual, mas não necessariamente centrando toda ou boa parte da sua produção à temática da arte homoafetiva, como vista em Edilson Viriato. André Serafim (1965) é natural de Paranaguá (PR), onde ainda reside, e desde 2010 expõe seus trabalhos em Curitiba. Segundo o próprio artista, ainda criança "desenhava nus femininos e histórias com naves espaciais, que trocava por figurinhas ou entradas de cinema" (Serafim, s.d.). Em 1990, no Teatro Procópio Ferreira, em Guarujá (SP), fez uma exposição de aquarelas e desenhos que o levou, no mesmo ano, a sua primeira exposição em Paranaguá, no Conselho de Cultura. Algumas de suas exposições em Curitiba, destacadas pelo próprio artista em entrevista foram (Serafim, 2024): Paraná Tradicional (SEEC, 2000); Percepção e Sutileza (Museu de Arte do Paraná, 2000); Momento Transição (Moinho Rebouças, 2004); 7ª Mostra João Turin (Casa Andrade Muricy, 2005); 7 Virtudes (Memorial de Curitiba, 2007); Retrospectiva Artes Visuais - Mostra Regional (SEEC, 2011); Ícaro (MAC-PR, 2016); e Novos Caiçaras (UFPR, 2023).

Em entrevista para a presente pesquisa André Serafim responde a pergunta 'Quais temas estão presentes em sua arte?': "A temática sempre está relacionada com o ser humano, o pensamento, a reflexão, e o olhar buscador - eu como espelho e reflexo dentro de um universo compartilhado, observador e observado" (Serafim, 2024). Não é difícil identificarmos questões existenciais como o amor, afeto, solidão, romance, fuga, viagem, o desconhecido, futuro, tecnologia, o hermo e o urbano em seus trabalhos. Por meio do que chama de narrativas ou arte sequencial temos histórias que se desenrolam, quadro a quadro, em arte digital, sonorizadas com músicas do synthpop (pop sintético).

Dois de seus trabalhos, *O Livro de Icarus* (trabalho integrante da obra Ícaro, junto aos artistas Beni Moura e Marcel Fernandes, MAC-PR, 2016) e *Love to Another* (Canal do André Serafim no Youtube, 2020) nos trazem histórias de afeto com uma estética de paisagens urbanas, surreais e futuristas, que valorizando a própria arte digital e seu meio de acesso ao público em narrativas visuais (figura 4). O *Livro de Icarus* também está disponível em seu canal no Youtube (Serafim, 2020) em duas versões, onde na mais antiga (*O Livro de Icarus Oficial 1*) mantém o trecho da música original de Kate Bush e seu Aerial.

FIGURA 4 – Alguns trabalhos digitais de André Serafim



Fonte: Da esquerda para a direita: (1), (2) e (3) Cenas do Livro de Icarus, arte digital (in) Youtube: André Serafim, 11 jun. 2020; (4) Cena de Love to Another, arte digital (in) Youtube: André Serafim, 14 jul. 2020.

Elementos como a flor coração aparecem em diversos de seus trabalhos, representando o amor (quando vermelha) e tesouros afetivos (quando dourada), como diz em entrevista para a UFPR Litoral (Nucleoart UFPR, 2020). O nu masculino e feminino também estão presentes em alguns de seus trabalhos, na verdade, poucas diferenças entre corpos masculino e feminino são perceptíveis em alguns de seus desenhos. Suas pinturas digitais, como as 54 que compõem *O Livro de Icarus*, criam sequencialmente suas narrativas em livro de artista. Essas narrativas possuem planos amplos de cores homogêneas, traços curtos manuais e preocupação com perspectivas, valorizando a profundidade e, por vezes, ressaltando o isolamento dos corpos e figuras que preenchem a cena. Além da flor coração, quase sempre temos elementos como o homem, o espaço e a nave viajante por essas paisagens amplas.

O afeto nesses dois trabalhos (O Livro de Icarus e Love to Another) pode ser visto em encontros e desencontros das figuras, bem como em elos físicos e por objetos deixados e encontrados em cenas seguintes. Quase sempre temos figuras, ou personagens, que buscam algo ao longo da narrativa, seja o amor, seja outros mundos. Mas, apesar de algumas cenas nos levar a interpretar narrativas homoafetivas, nem sempre em seus trabalhos essa temática será tratada de forma explícita. Em muitos casos são narrativas solitárias, como em *O Jardim de Sirius* (2022), onde as figuras seguem suas jornadas em busca de algo não definido em meio às flores de coração. Cores como o azul e o vermelho e os traços em preto são bastante utilizados em suas composições, reforçando suas influências dos quadrinhos e da própria tecnologia da arte digital.

Segundo o artista, a sua transição das artes materiais para a digital se deu de forma intuitiva e experimental, como conta em entrevista para o canal no Youtube Conhecendo e Vivenciando as Artes Visuais (2022): “A parte digital foi bem instintiva. Em 2004 eu comecei a pesquisar sobre softwares digitais, sobre fotografia mobile e fui me especializando mais instintivamente. Não fiz nenhum curso na área digital” (Conhecendo e Vivenciando as Artes Visuais, 2022). Contudo, seus estudos em desenho industrial e publicidade trouxe um ‘know

how' (saber fazer) no universo digital que hoje seria "um dos carros-chefes do meu trabalho" (Conhecendo e Vivenciando as Artes Visuais, 2022). Tendo sua influência inicial no cinema (pinturas de fundo das cenografias), das histórias em quadrinho e na música synthpop, André Serafim consegue tratar de temas existenciais ao humano em soma às realidades futuristas projetadas por ele.

Já sobre o acesso aos seus trabalhos e a conservação de sua arte digital, o artista se preocupa e disponibiliza seus trabalhos em diversas plataformas. É possível encontrar trabalhos no Youtube (André Serafim), Webnode (art-and-cinema1, pequenos-livros, sirius—as-cronicas-estelares, andre-serafim-e-o-livro-de-icaro4), como também em suas redes sociais, como no Instagram, e em artigos científicos (por Juliano Antoceveiz e por Mariza Bertoli) e outras publicações disponíveis na internet. Como suas narrativas visuais - seus 'pequenos livros' - possuem diversos quadros (imagens), cada qual possui um valor de unidade que, a partir da montagem sequencial, somam-se e criam um livro de artista digital, com um valor único. Cada imagem pode ter um título e uma técnica diferentes - e isso permite que o artista explore diversas possibilidades das tecnologias correntes. Para a entrevista o artista ainda respondeu que a conservação se dá tanto por sua iniciativa, como por outras instituições: "como IHGP (Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá), SECULTUR (Secretaria Municipal de Cultura de Paranaguá) e na rede de internet (Cloud, Sites)" (Serafim, 2024).

Por fim temos Leonardo Mercher (1985), natural de Niterói (RJ) que, aos nove anos deixa sua cidade natal e passa a morar em diversas localidades no Estado do Rio de Janeiro, morando dos 16 aos 25 anos no bairro do Leme, na capital. No Rio se formou em Relações Internacionais e trabalhou na ONU (Palácio Itamaraty) e no Consulado dos Estados Unidos, onde se aproximou de Ferreira Gullar em um evento artístico-diplomático que o incentivou a continuar no caminho das artes. Rogéria e Elke Maravilha, suas vizinhas no bairro do Leme, o levaram a apreciar a estética *queer* e maximalista de artistas das noites cariocas. Em 2010 se muda para Curitiba para seguir o mestrado e o doutorado em Ciência Política na UFPR e, paralelamente, estuda na EMBAP (2012-2016) após apoio de professores como José Carlos Fernandes (seu orientador na PUC-PR), Giane Fischer, Lilian Gassen e Nara Lima. É na EMBAP que expõe suas primeiras séries sobre a noite curitibana em serigrafias e, mais tarde, se desdobraram na série *Queer Lights* (2016-2023) de pinturas digitais (Entrevista com Artistas & Afins, 2023).

Sua série *Queer Lights* (figura 5) traz paisagens urbanas das noites de Curitiba, Rio de Janeiro, Maceió, Berlim, San Francisco e Montreal, cidades por onde viveu ou passou longos períodos. Foi com a produção derivada das paisagens noturnas de Curitiba que participou das exposições *Sobre Posições* (EMBAP, 2016), *Tempo Pra Quê?* (UP, 2017), *Tempo Que Passa*...(UP, 2022), *Ocupação A Casa* (2022), *Olhares de uma Cidade em cerâmica: 350 Anos de Curitiba* (Museu Guido Viaro, 2023) e *6º Salão de Artes de Pinhais* (Pinhais, 2023). Na UP

(Espaço Expositivo da Universidade Positivo), pode expor 30 de suas pinturas digitais que foram impressas em 25x25cm, levantando o dilema da arte digital que retorna à arte material. “Eu imprimo e ocupo as paredes se não tiver aparelhos digitais na sala. Mas tem lugar que não aceita arte impressa, só pintada tradicionalmente. Já colocam isso em edital.” (Mercher, 2024).

FIGURA 5 – Alguns trabalhos digitais de Leonardo Mercher



Fonte: Da esquerda para a direita: (1) Velvet Underground, 2020, pintura digital, 25x25cm (in) Pinterest: Leonardo Mercher; (2) Bar Mãe, 2021, pintura digital, 25x25cm (in) Pinterest: Leonardo Mercher; (3) Maricas Bar, 2022, pintura digital, 25x25cm (in) Pinterest: Leonardo Mercher; (4) Avenida Getúlio Vargas (Rebouças), 2020, pintura digital, 25x25cm (in) Pinterest: Leonardo Mercher.

Os trabalhos feitos digitalmente são pinturas de planos com desenhos de riscos curtos coloridos sempre sobre uma base preta. As pinturas digitais que retratam as noites curitibanas trazem espaços e territorialidades LGBTI+. Sobre isso, o artista diz: “Viver a noite nem sempre é apenas uma opção. É na noite que muitos grupos sociais podem se encontrar e criar identificação e pertencimento em ambientes de acolhimento como os que pintei nessa série” (Mercher, 2024). Nem todos os ambientes continuam existindo e, segundo Mercher, é exatamente por isso que é importante registrar esses espaços: “Mais do que festejar a noite, o que proponho é a memória *queer* que é constantemente apagada em uma sociedade heteronormativa. Veja o que aconteceu com os filmes do Levi Salgado e Lady Francisco” (Mercher, 2024) se referindo aos filmes homoafetivos nacionais dos anos 1970 e 1980 que a censura barrava. Para o artista existiria uma política do esquecimento intencional sobre a produção cultural de minorias sociais. Dessa forma, seu trabalho tenta registrar a vida acontecendo a partir de suas experiências e memórias - haja visto suas pinturas que resgatam suas vivências também em outras cidades, como o Rio de Janeiro.

Sobre se a arte digital deixa de ser digital ao ser impressa como uma gravura, o artista diz: “Então, para mim a criação é digital. Não importa se está em uma tela de celular ou impressa em papel” (Mercher, 2024). Em relação à venda de seus trabalhos acrescenta: “Comercialmente eu posso imprimir e assinar como gravuras, o que faço às vezes. Mas só assino depois da exposição porque já me roubaram algumas durante uma exposição. Só que

levaram sem minha assinatura" (Mercher, 2024). Além das exposições presenciais, ocorre o compartilhamento dos trabalhos digitais nas redes sociais, como o Instagram e o Pinterest. Nesse caso, o registro fica na informação de origem do arquivo e registrado no e-mail ou mensagem para o comprador, onde consta assinatura digital do artista e o número da cópia, fazendo no máximo três cópias por arte.

Em relação ao acesso aos trabalhos, o artista responde: "Nas redes sociais muita gente tem acesso. Quem segue hashtags já segue o que quer ver, então o público da arte *queer* já está lá, acabam recebendo a minha arte, assim como também recebi" (Mercher, 2024). Possivelmente a mediação de uma rede social é mais rápida do que a de um museu que só quem está ali na cidade, naquele dia e naquela hora é que podem ir lá ver. Porém, como já mencionado, o virtual não substitui o presencial. Mas sem dúvidas aumenta bastante o alcance de uma produção digital em relação a uma escultura fincada em uma cidade, por exemplo.

Sobre a conservação Leonardo diz: "Algumas peças físicas eu acabo destruindo depois da exposição. Já arte digital eu salvo no Google Drive, Instagram e no Pinterest, mas também coloco em um documento de texto, tipo portfólio, e público no Academia.edu." (Mercher, 2024). Seu *Portfólio 23* (Mercher, 2023), de fato encontra-se no Academia.edu, onde consta a trajetória de seus trabalhos, características, ano e exposições. Além dos trabalhos de artes é possível ver ses científicos e até uma peça de teatro *queer* denominada *A Jaula de Vison*. Mas a qualidade das imagens tende a cair em um arquivo de texto. Ainda que o registro visual permaneça acessível ao público, é preciso ir em diferentes redes sociais se buscarmos arquivos com alta qualidade. Dessa forma compreendemos que a conservação, no caso dos artistas aqui tratados, depende, em grande parte, do próprio artista.

3 O DILEMA DO PÚBLICO: DOS MUSEUS ÀS REDES SOCIAIS

Em relação à arte material e a arte digital precisamos compreender que as tentativas de explicar essa realidade se encontram em diversos ensaios e trabalhos científicos, como os de Interestética (Arantes, 2005). Priscila Arantes (2005) tenta demonstrar que a *art net* (arte digital ou virtual) é uma realidade no Brasil e no mundo e que preconceitos sobre a arte digital ser inferior à arte material não faz sentido, nem mesmo de compreender a arte digital enquanto um mundo separado da arte material. "Ampliar a noção de interface nos permite, também, questionar fronteiras rígidas entre determinados conceitos, tais como perto-longe, dentro-fora, natural-artificial" (Arantes, 2005, p. 64). Ficar se questionando se a arte digital impressa deixa de ser arte virtual é quase uma perda de tempo, da mesma forma que a arte material que vai para as redes sociais também não deixam de ser arte material. O que ocorreria é a ampliação de suas interfaces: uma arte digital também ganha experimentações estéticas presenciais (materiais) e vice-versa. Sendo assim, passamos para

questões das interfaces que expõem esses trabalhos. Mas, em uma tentativa rápida de diferenciá-las, podemos dizer que a arte digital requer meios digitais para criação e conservação (computadores e softwares) e, se for virtual ainda precisará de meios de exposição virtuais (redes sociais, sites e computadores). Já a arte material seria a tradicional, criada por materiais e física, com extensa literatura para sua tipificação (pintura, escultura e gravuras) e conservação (meios materiais de acervos, bibliotecas e galerias).

Se tiramos uma fotografia de um trabalho e colocamos na internet, esse trabalho que antes era material se torna digital/virtual? A resposta é não. A fotografia se torna um registro, ou no máximo um outro trabalho digital que é exposto em meio virtual (em algum perfil social ou site). Já o contrário, quando uma arte digital é impressa ela continua sendo digital, mas agora conta com um registro material. Poderíamos dizer que a arte digital se sobrepõe ao meio material, enquanto o inverso não ocorreria. Para classificação e tipificação de catalogação e conservação de um trabalho artístico o usual é identificar o meio de conservação: material ou digital. A conservação de registros impressos de uma arte digital não elimina a necessidade de sua conservação digital. Já o contrário, uma arte material não necessariamente precisa de registros e conservações digitais. Uma estátua não precisa ser digitalizada para que sua conservação seja plena.

Ao observar os artistas e seus trabalhos percebemos um dilema para muitos: expor em museus ou expor diretamente nas redes sociais? Será que o ineditismo dos editais de salões de arte interfere no compartilhamento pela internet? Sabemos que os tempos são outros se olharmos para Raul Cruz e os meios que ele contava para realizar suas exposições. André Malinski, Edilson Viriato, André Serafim e Leonardo Mercher já puderam experimentar o compartilhamento de seus trabalhos por suas redes sociais. Além disso, esses artistas criaram trabalhos digitais refletindo as novas tecnologias da comunicação visual. Os casos de André Serafim e Leonardo Mercher mostram que ambos produzem arte digital com a finalidade da própria internet e seus meios (sites, redes sociais, plataformas de vídeos etc.). Mas será que o público do museu é tão diferente assim das redes sociais? Vamos tentar responder as perguntas aqui levantadas.

Primeiramente é possível expor tanto em museus como nas redes sociais. Caso existam cláusulas de ineditismo, ou seja, um trabalho só pode ser exposto no museu se não foi exposto em outro ambiente, será preciso manejar a situação expondo primeiramente no ambiente que exija o ineditismo. Mas será que compensa esperar tanto tempo? Por vezes não. Conforme Leonardo Mercher diz em sua entrevista: “Quando termino um trabalho quero colocar logo nas Redes Sociais e se um edital de museu presencial exigir ineditismo eu acabo fazendo um trabalho só para ele ou nem participo” (Mercher, 2024). Geralmente as cláusulas de ineditismo se referem a ter participado de outros salões de artes e competições, não impedindo a exposição anterior em redes sociais pessoais dos artistas. Contudo, é sempre bom ter ciência de que pode ser um empecilho.

Em relação ao público, não podemos ignorar uma afirmação de Pippa Norris (2011) sobre participação política na internet: só participa nas redes quem já tem interesse e participa aqui fora. Talvez isso sirva também para as artes, visto a seleção das marcações (hashtags e preferências em cada plataforma). Com isso, na maioria dos casos, só quem já tem interesse em arte *queer*, ao criar uma conta em uma rede, marcará para seguir esse conteúdo. Então, localmente é provável que quem siga o artista é quem eventualmente iria ou já foi em uma de suas exposições. Mas o ganho das redes sociais está justamente em alcançar pessoas geograficamente distantes do artista.

As trocas entre artistas de diferentes realidades fortalecem o reconhecimento de uma cultura *queer* e elementos que agregam valores ao movimento artístico. Como mencionado, ainda no início do texto, essa arte pode ser apenas uma temática crítica à heteronormatividade, mas também expressão de vivência e meio de aproximação de minorias sociais em torno de um movimento social e político que transpassa fronteiras nacionais. As redes sociais, portanto, servem como canais de um movimento artístico que ocorre simultaneamente em diferentes localidades. Agora, será que essa mediação das redes sociais é neutra?

Chegamos a outro desafio: os filtros e interesses das empresas que administram esses canais na internet. Não é de hoje que determinados conteúdos são censurados e barrados no compartilhamento em redes como o Facebook e Instagram. Da mesma forma, usuários que se sentem incomodados com postagens podem denunciar à administração da plataforma o conteúdo e até o seu autor. Com isso, para além das diretrizes de uma plataforma, que pode proibir o nu frontal, por exemplo, também existe o clive dos demais usuários - que nem sempre serão favoráveis às críticas à heteronormatividade. Se empresas buscam lucro e possuem seus próprios valores, é possível que na mediação de um conflito - entre um artista *queer* e um usuário crítico ao movimento - os administradores possam punir essa arte em detrimento da manutenção do interesse de uma maioria - que lhe gera lucro. Voltamos então à realidade de minoria, não só de direitos, mas também de espaços presenciais e virtuais.

No Brasil tivemos momentos de censura e suspensão de exposições de arte *queer*, como a *Queermuseu - cartografias da diferença na arte brasileira,* no Santander Cultural, 2017, em Porto Alegre (RS), que gerou reações como a exposição *Queer Quarrel* (Galeria Airez, 2017), em Curitiba, com participação do Edilson Viriato (figura 6). Essas iniciativas em Curitiba e em outras cidades, enquanto protesto e valorização da arte e da cultura LGBTI+, se espalharam nas redes sociais e resultaram, em 2018, na reabertura do *Queermuseu* no Parque Lage do Rio de Janeiro (RJ).

FIGURA 6 – Cartaz da exposição Queer Quarrel, 2017



Fonte: Galeria Airez, imagem de divulgação, 2017.

Alguns espaços públicos, como o Museu da Imagem e do Som do Paraná (MIS-PR) também promoveram a arte e a cultura *queer* na exposição já mencionada *Memórias de (r)existência LGBTI+ no Paraná,* em 2023. Entre trabalhos de Raul Cruz e André Malinski, estava a bandeira vermelha de Francisco Mallmann onde se lia em letras pretas "A memória é uma ação política" (Mallmann, 2019, acervo do MAC-PR). Mas sabemos que esses espaços públicos podem variar suas políticas de acolhimento à cultura destoante, conforme as mudanças políticas de seus gestores e governantes. Com isso, é difícil assegurar espaços livres para a cultura *queer,* tanto em espaços físicos como virtuais. Mas enquanto houver possibilidades, todos os espaços deverão ser preenchidos - como mostram os artistas aqui mencionados.

Se nos museus o público é diverso, nas redes sociais cabe ao artista definir seu público-alvo a partir dessas marcações de interesses. Por questões de algoritmos, é quase impossível que pessoas aleatoriamente encontrem conteúdos não promovidos ou de interesse prévio em suas páginas (feeds). Sendo assim, a lógica que o artista precisa passar para as redes sociais é a de tanto produzir, alimentando constantemente com novos trabalhos para que as plataformas mantenham a divulgação, mas também encontrar caminhos para chegar ao seu público-alvo, tanto com apoio, como burlando os algoritmos virtuais. Como alguns artistas aqui analisados demonstraram, é preciso estar presente em diferentes meios de acesso virtual e, caso as plataformas não suportem os trabalhos, é preciso ir em busca de novas - ou até mesmo de criá-las.

4 O DILEMA DA MEMÓRIA LGBTI+: CONSERVAÇÃO DE ACERVOS FÍSICOS E DIGITAIS

Como já mencionamos, tudo que se opõe ao tradicional e desejado pela maioria tende a cair no esquecimento. A produção das minorias sociais (e de direitos) podem ser colocadas de lado ao não receber incentivos financeiros para sua manutenção, bloqueios e censuras para exposições e acervos públicos - e até privados, como no caso do Santander Cultural, em Porto Alegre. A conservação de acervos físicos, quando conseguem entrar em espaços institucionais, ocorre da mesma forma que os demais trabalhos: pinturas e esculturas serão bem acondicionadas e restauradas eventualmente. O risco de gestores em destruir peças que vão contra suas crenças até existe, mas cairia em uma outra temática de investigação.

Já em relação aos acervos físicos em coleções particulares, como acondicionadas na casa ou ateliê do próprio artista, pode sofrer negligências materiais (financeiras) e até mesmo não ter a devida atenção dos responsáveis. Não é incomum que familiares acabem doando, jogando fora e outras ações em que o pesquisador perde o acompanhamento e paradeiro da obra. Incêndios, como ocorreu com parte do acervo de Hélio Oiticica, no Rio de Janeiro, furtos e esquecimento por anos dos trabalhos, afastam o público de trabalhos que poderiam contribuir para a arte local. Ainda que existam legislações para proteger o patrimônio artístico nacional, na prática nem sempre isso ocorre. Quando o artista ainda produz arte *queer*, pode ser confrontado com valores críticos de familiares e responsáveis que só prejudicam a sua conservação.

Entretanto, existem instituições da sociedade civil organizada, como o CEDOC do Grupo Dignidade (Centro de Documentação Professor Doutor Luiz Mott), em Curitiba, que faz um trabalho de armazenamento, catalogação e disponibilização de diversos materiais da cultura LGBTI+, local e nacional. Seu acervo, por exemplo, é utilizado por pesquisadores e até compõe exposições como a já mencionada no MIS-PR, em 2023. Existem ainda iniciativas em conservar materiais digitais, mas ainda exige maior tempo para sua ampliação. Falando em conservação de materiais digitais, chegamos ao dilema da conservação da arte digital *queer* em nossa realidade.

Como demonstramos, tivemos dificuldades em encontrar trabalhos dos artistas pesquisados na internet com suas principais informações (título, ano, técnica, dimensão e acervo). É possível que artistas mantenham essas informações anotadas em algum arquivo pessoal, impresso ou digital, mas esse, por sua vez, não chega ao grande público. Quando um artista falece, desaparecem muitas informações sobre sua produção. Museus e galerias possuem os acervos, mas também podem ter dificuldades em disponibilizar permanentemente em seus sites as fotografias e informações de cada peça. Catálogos de exposições realizadas, também não trazem todas as informações - isso quando ainda estão disponibilizadas na internet. Por vezes, é preciso recorrer aos perfis e sites dos artistas.

Os sites e perfis dos artistas, contudo, parecem ter certa data de validade. Após a morte, muitos sites são suspensos por falta de pagamento, ou são corrompidos pelas mudanças nas bases de programações que precisam ser substituídas por novas - e não são. Também temos a exclusão de perfis que ficam inativos pelos provedores, bem como o próprio fim de provedores, como já aconteceu em redes sociais antigas, como o Orkut e Fotolog. Nesses casos, o que fazer? Algumas soluções estão em salvar as imagens e suas informações em arquivos, como em extensão .pdf, e subir em diferentes sites de acesso público, como o Academia.edu, sites de museus e até mesmo em publicações como e-books, pela Amazon, por exemplo. O tempo pode acabar com todas essas opções, mas dará chances para que futuros pesquisadores entrem em contato e vão atualizando os meios de disponibilização.

Artigos científicos, pesquisas publicadas e livros digitais depositados em bibliotecas, como das universidades, também são uma forma de minimizar os riscos, visto que bibliotecas e periódicos tendem a repassar seu acervo para outras instituições caso precisem encerrar suas atividades. Mas nesse caso é preciso um esforço de pesquisadores dispostos a tal procedimento ou até mesmo do artista em compilar e publicar o conjunto de seus trabalhos. Por isso, mais uma vez, caímos em uma ausência de políticas públicas que preservem a arte no Brasil. Enquanto marginal para alguns, a arte *queer* ainda pode sofrer mais com esse cenário.

Por fim temos o avanço da inteligência artificial (IA) que utiliza do trabalho de artistas existentes para criarem artes, confundindo os artistas e o público que trabalha no campo digital e até censurando com suas versões suavizadas de trabalhos censurados ao grande público. Não entraremos no debate se artistas podem utilizar da IA para criar trabalhos, mas sim de que a IA pode criar falsos trabalhos de artistas e até se apropriar deles, confundindo pesquisadores e o público na hora de buscar trabalhos específicos.

Será que em uma busca por um artista conseguiremos distinguir quais são dele e quais foram criados pela IA, propositalmente colocados misturados? Além disso, questões financeiras e legais se colocam diante desse cenário: herdeiros e instituições que detém os direitos podem criar realidades de imersão ou outras práticas que interfiram nos direitos morais do artista? São debates que, por falta de regulação jurídica, não teremos como responder no momento. Mas tudo indica que a IA pode auxiliar na recuperação de trabalhos, como também extrapolar para reproduções inimagináveis. Dessa forma, se possível, cabe ao artista e seus responsáveis organizar e definir os acervos e limites sobre suas coleções.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente texto registramos nossa pesquisa sobre alguns dos artistas que trabalham com arte digital e perpassam, ao longo de suas carreiras ou em momentos

pontuais, a arte *queer*. Conhecemos trabalhos de Raul Cruz e suas pinturas neo-expressionistas, André Malinski e Edilson Viriato em suas transições da arte física para o mundo digital e André Serafim e Leonardo Mercher com produções direcionadas ao compartilhamento virtual. Arte, tecnologia e questões de identidade de gênero se entrelaçaram aqui suscitando reflexões que consideramos importantes.

O debate do que seria a arte *queer* em Curitiba, ainda que limitada nesses cinco artistas, nos levou para temas como a eroticidade dos corpos, as angústias do existencialismo e de desafios comuns, como o HIV e a autoafirmação social, a territorialidade e o pertencimento. As pinturas, desde acrílicas sobre tela até as digitais, das instalações às narrativas de livros virtuais, compõem parte da história da arte em Curitiba a tratar de vivências e sentimentos sobre o presente e o futuro. O que os artistas aqui presentes nos proporciona é a reflexão sobre como um grupo social, constituído de pessoas de origens distintas, pode falar de forma tão profunda com o seu público, quase que em uma mesma voz.

A arte digital, assim como a arte material, pode ganhar diversas interfaces sem perder sua origem de criação. Imprimir arte digital não anula sua natureza de ainda ser arte digital, da mesma forma o inverso é verdade. Nesse sentido, os dilemas sobre acesso e conservação desses trabalhos, em especial os digitais, também se colocam como um desafio do nosso tempo em múltiplas interfaces. Se antes os trabalhos físicos poderiam ser recolhidos por instituições em seus acervos, hoje a arte digital segue envelhecendo e se perdendo em provedores e sites que, pouco a pouco, deixam de existir. Com esse apagamento virtual, muito da arte produzida em nosso tempo acaba se perdendo para futuras gerações. Enquanto pesquisadores, reforçamos nossas dificuldades em encontrar dados corretos sobre muitos dos trabalhos dos artistas. Aos que pudemos entrevistar conseguimos sanar dúvidas, mas aos que já se foram os canais de acesso diminuem.

Ao público presencial e ao público virtual também identificamos questões sobre os limites e filtros das instituições que tendem a dificultar o acesso. Além disso, também identificamos os desafios na conservação quando a arte *queer* se coloca como inconveniente a muitos grupos que rejeitam críticas à heteronormatividade, caindo duplamente nos desafios do esquecimento. Por fim, precisamos repensar estratégias para que essa arte das nossas gerações alcancem as futuras gerações para lembrá-las que a arte é um movimento constante de reflexões, consciências e vidas humanas que contribuíram, cada qual ao seu tempo e à sua maneira, com a realidade de desafios e possibilidades em que o tempo se faz presente.

REFERÊNCIAS

APAP - Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná. **Classe Artística em Luto**. Facebook, 16 nov. 2021.

ARANTES, Priscila. Arte e mídia no Brasil: perspectivas da estética digital. **ARS**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 52-65, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ars/a/GJpShm95ZD4fhsxPHLMgrng/?lang=pt. Acesso em: 21 abr. 2024.

CONHECENDO e Vivenciando as Artes Visuais. **André Serafim**: Trajetória e obra. Youtube, 16 fev. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4lWvx_0uCC8&t=51s. Acesso em: 21 abr. 2024.

DYKE, James A. Van. On masculinity and male sexuality in Ernst Ludwig Kirchner's Soldiers' bath. **Art History**, v. 43, n. 5, nov. 2020, p. 892-926. Disponível em: https://doi.org/10.1111/1467-8365.12531. Acesso em: 21 abr. 2024.

ENTREVISTA com Artistas & Afins (Ana Mondini). **Leonardo Mercher**: arte digital; paisagens noturnas; queer. Youtube, 07 ago. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uf5vDQtBNPY&t=148s. Acesso em: 20 abr. 2024.

GALERIA Airez. **Queer Quarrel**. Evento organizado por Galeria Airez, Facebook. Curitiba, 20 set. 2017. Disponível em: https://www.facebook.com/events/144449602827528/?acontext=%7B%22ref%22%3A%2222%22%2C%22feed_story_type%22%3A%2222%22%2C%22action_history%22%3A%22null%22%7D&pnref=story. Acesso em: 20 abr. 2024.

LORD, Catherine; MEYER, Richard. **Art and Queer Culture**. Nova York: Phaidon, 2013.

MAC-PR, Museu de Arte Contemporânea do Paraná. Exposições passadas, 2016, **Ícaro e o Labirinto** por André Serafim, Benî, Moura e Marcel Fernandes. Curadoria por João Henrique do Amaral. Curitiba: MAC-PR, 10 nov. 2016 a 05 mar. 2017. Disponível em: https://www.mac.pr.gov.br/Pagina/Exposicoes-passadas. Acesso em: 21 abr. 2024.

MAC-PR, Museu de Arte Contemporânea do Paraná. Exposições passadas, 2023, **Exposição André Malinski no Céu**, por Marco Antônio Teobaldo. Curitiba: MAC-PR no MON, sala 09, 28 jun. a 05 nov. 2023. Disponível em: https://www.mac.pr.gov.br/Pagina/Exposicoes-passadas. Acesso em: 20 abr. 2024.

MALINSKI, André. **Retratos Infames**: personagens representados pictoriamente por Raul Cruz na década de 1980 em Curitiba. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2019. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/60417. Acesso em: 20 abr. 2024.

MALINSKI, André. **Autoapresentação André Malinski**. Youtube, 23 nov. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0sCJJFb2pOA&t=335s. Acesso em: 20 abr. 2024.

MERCHER, Leonardo. **Portfólio 23**. Curitiba, 2023. Disponível em: https://www.academia.edu/101987214/PORTFOLIO_23. Acesso em: 21 abr. 2024.

MERCHER, Leonardo. **Entrevista estruturada cedida aos pesquisadores**. Curitiba: 18 de abril de 2024.

MIS-PR, Museu da Imagem e do Som do Paraná. **Exposição Memórias da (R)Existência LGBTI+ no Paraná. Curitiba**: MIS-PR, 16 maio a 17 set. 2023. Disponível em: https://www.mis.pr.gov.br/sites/mis/arquivos_restritos/files/documento/2023-09/catalogo_memorias_da_resistencia.pdf Acesso em 20/04/2024. Acesso em: 21 abr. 2024.

NORRIS, Pippa. **Democratic deficit**: critical citizens revisited. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

NUCLEOART UFPR. **André Serafim (live)**. Youtube, 11 jul. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=G_7LVmzCLDw. Acesso em: 21 abr. 2024.

PARANÁ HISTÓRICA. **Gilda da Boca Maldita**, s.d. Disponível em: https://www.paranahistorica.com.br/publicacoes/curitiba/313/gilda-da-boca-maldita. Acesso em: 21 abr. 2024.

SERAFIM, André. **André Serafim**. Art and Cinema, Webnode, s.d. Disponível em: https://art-and-cinema1.webnode.page/. Acesso em: 21 abr. 2024.

SERAFIM, André. **O livro de Icarus oficial 1**. Youtube, 5 mar. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1svSQz39gOA. Acesso em: 21 abr. 2024.

SERAFIM, André. **Entrevista estruturada cedida aos pesquisadores**. Curitiba: 20 de abril de 2024.

SESI FIEP, Serviço Social da Indústria da Federação das Indústrias do Paraná. **Exposição Cena Raul Cruz**. Curitiba, 24 ago. a 19 out. 2014. Disponível em: https://www.sesipr.org.br/cultura/exposicao-cena-raul-cruz--1-14094-256280.shtml. Acesso em: 20 abr. 2024.

TV Assembleia do Paraná. **Arte e Cultura na Assembleia - Edilson Viriato, pintor, escultor e desenhista**. Youtube, 02 dez. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=d6IN35w0gQw&t=1s. Acesso em: 20 abr. 2024.

TV Paraná Turismo. **Exposição 'André Malinski no Céu'**. Youtube, 03 nov. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=nb9lBLWMHMM. Acesso em: 20 abr. 2024.

UP, Universidade Positivo. **Exposição Tempo que Passa**. Curitiba: UP Experience e Central Press, 15 ago. a 15 out. 2022. Disponível em: https://www.centralpress.com.br/tempo-que-passa-e-tema-de-exposicao-coletiva-na-universidade-positivo/. Acesso em: 20 abr. 2024.

Recebido em: 13/09/2025
Aceito em: 13/11/2025

ENSAIOS

QUESTIONANDO A NORMA: O IMPACTO DA CISHETERONORMATIVIDADE NA EXPERIÊNCIA INDIVIDUAL E NAS DEFINIÇÕES DE GÊNERO

QUESTIONING THE NORM: THE IMPACT OF CISHETERONORMATIVITY ON INDIVIDUAL EXPERIENCE AND GENDER DEFINITIONS

Ruth Nunes da Silva[1]
Cintia de Souza Batista Tortato[2]

Resumo: cada vez mais, os estudos de gênero e da sexualidade debatem a cisheteronormatividade, bem como as consequências imbricadas a este tradicional e limitante modelo de pensamento. Com isso, este ensaio propõe discutir a questão de gênero fora da caixa da "normalidade" masculino/feminino, procura-se responder de que forma a comunidade LGBTQIA+ enfrenta os desafios e barreiras impostos pela construção cisheteronormativa? Acredita-se na relevância de problematizar a discriminação imputada a comunidade LGBTQIA+ e, para tanto, esta pesquisa conta com a reflexão crítica e epistêmica através do olhar de Letícia Lanz (2014), que descreve sua percepção da complexa rede de dispositivos que transformaram sua vida e da comunidade LGBTQIA+ em uma batalha cotidiana contra o preconceito transgênero. A discussão empreendida desafia conceitos tradicionais ao trazer à ponderação sobre a questão de gênero e transgeneridade na sociedade. Os preconceitos e costumes estão intrínsecos na consciência e inconsciência determinadas por uma construção patriarcal, androcêntrica e segregada "do outro", nos parâmetros particulares associados à padronização social. Entender os contextos sociais e as barreiras e desafios enfrentadas pelas pessoas transgêneras, em detrimento das relações de poder intrínseco na sociedade. Na busca pelo direito à identidade transgênera a necessidade de avançar para uma sociedade que reconheça e celebre a diversidade de gênero e sexualidade na mudança da mentalidade e sociopolíticas na questão de gênero.
Palavras-chave: Transgênero; LGBTQIA+; Desigualdade de Gênero.

Abstract: gender and sexuality studies are increasingly debating cisheteronormativity, as well as the consequences of this traditional and limiting model of thought. With this in mind, this essay proposes to discuss the issue of gender outside the box of male/female "normality", in an attempt to answer how the LGBTQIA+ community faces the challenges and barriers imposed by the cisheteronormative construction. We believe it is important to problematize the discrimination imposed on the LGBTQIA+ community and, to this end, this research relies on critical and epistemic reflection through the eyes of Letícia Lanz (2014) who describes her perception of the complex network of devices that have transformed her life and that of the LGBTQIA+ community into a daily battle against transgender prejudice. The discussion undertaken challenges traditional concepts by bringing up the issue of gender and transgenderism in society. Prejudices and customs are intrinsic in the consciousness and unconsciousness determined by a patriarchal, androcentric and segregated construction of "the other", in the particular parameters associated with social standardization. Understanding the social contexts and the barriers and challenges faced by transgender people, to the detriment of the intrinsic power relations in society. In the pursuit of the right to transgender identity, the need to move towards a society that recognizes and celebrates gender and sexuality diversity in changing mentality and society.
Keywords: Transgender; LGBTQIA+; Gender Inequality.

[1] Mulher, graduada em Gestão Comercial, Especializada em Educação a Distância com Ênfase em Tutoria em EAD; mestranda em Ciência, Tecnologia e Sociedade. membro do Neabi IFPR- Campus-Paranaguá.

[2] Doutorado em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2014). Foi editora da Revista Mundi - Sociais e Humanidades (2017-2021) e é membra da Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias - ESOCITE/BR. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Formação Docente, Tecnologia, Sociedade, Relações de Gênero e Violência contra a Mulher.

1 INTRODUÇÃO

É de consenso que a transgeneridade ainda é cercada de preconceito, ditada por uma construção social, histórica e androcêntrica que limita, cerceia e dificulta a cidadania das pessoas que não se identificam com seu gênero. Este ensaio busca uma aproximação aos estudos de gênero e da desigualdade ao problematizar a discriminação imputada a comunidade LGBTQIA+ ao questionar a norma: o impacto da cisheteronormatividade na experiência individual e nas definições de gênero, que se toma de empréstimo a literatura de Butler (2018) que possibilita refletir os conceitos, costumes e preconceitos que estão intrínsecos na consciência e inconsciência determinadas por uma construção patriarcal, androcêntrica e de segregação do outro, do diferente, dentro dos parâmetros particulares associados à padronização social.

Com isso, pretende-se abordar como essa presunção de cisheteronormatividade impacta a subjetividade (autopercepção, identidade) e desafia a estabilidade (ou rigidez) das categorias de gênero, (Butler, 2018. p. 8). Busca-se compreender os desafios enfrentados pela população LGBTQIA+, que sofre com a invisibilidade de suas identidades de gênero e orientação sexual. Esses indivíduos confrontam estigmas sociais, discriminação e violências físicas e psicológicas, além da falta de apoio familiar, social e político – fatores que limitam seu exercício de cidadania –. Apesar dessas barreiras estruturais, observa-se a resistência desse grupo às pressões sociais, demonstrando resiliência na luta por reconhecimento e direito (Lanz, 2014. p. 23).

Em busca de respostas utiliza-se os estudos de Lanz (2014) para compreender essa complexa rede de mecanismos que transformam a vida desta comunidade em uma luta diária. Também se aproveita as teorias de Buttler (2018); e a contribuição de Foucault nos estudos de Deleuze (1990); Carneiro (2023), e Nietzsche (S/d) e Silva; Souza e Bezerra, (2019); Almeida e Santos (2024). Dada a proposta de investigar (i) O conceito do dispositivo de Foucault e a relação com a presunção de heteronormatividade; (ii) A subversão é a ordem para desmistificar a heteronormatividade, na transformação da construção social. Esta proposta de investigação é desafiar os conceitos tradicionais ao discutir e trazer à reflexão a questão de gênero e transgeneridade na sociedade.

Este ensaio nasceu não apenas da inquietação acadêmica, mas de experiencia pessoal profundamente transformadora: ser mãe de transgênero me permitiu vivenciar os desafios enfrentados de preconceito, discriminação objetivos e subjetivos que vivenciam os transgêneros inseridos nos grupos marginalizados como os LGBTQIA+, que não se encaixam nos padrões heteronormativos impostos. Permitindo repensar os conceitos sociais do padrão normativo intrínseco de abominação do diferente. Não só me trouxe entendimento, mas sentir a dor do outro na falta de respeito, de dignidade que impõe o diferente a viver na sombra, na invisibilidade. Compreender de forma crítica os contextos sociais que marginalizam grupos vulneráveis, especialmente as barreiras institucionais, físicas e

simbólicas que as pessoas trans enfrentam numa sociedade marcada por relações de poder desiguais.

Mais do que apontar problemas, a busca é trazer reflexão na urgência de construirmos uma sociedade que não apenas tolere, mas reconheça a naturalidade das diversidades humanas, tanto nas diversas formas de gênero como da sexualidade, no entendimento que existem outras formas de ser e viver. Isso exige mudanças de paradigmas e padrões sociais que passamos a acreditar na falácia de uma normatividade ilógica que atinge a subjetividade e a autoestima do outro. A premência de transformações concretas desde a esfera individual na quebra barreiras e preconceitos na transformação dessa mentalidade forjada, até na implementação de políticas públicas efetivas que garantam direitos básicos, como respeito à identidade autodeclarada. Minha vivência reforça o compromisso com essa luta – não como simples observadora, mas como aliada na construção de um mundo mais justo e plural efetivamente.

2 METODOLOGIA

Na perspectiva de uma pesquisa qualitativa como movimento inicial de investigação, realizada em uma análise preliminar da literatura de Butler (2018) e a tese de Lanz (2014) que indicam o pensamento teórico sobre gênero, em contrapartida da cisheteronormatividade. A partir da abordagem de pesquisa qualitativa, considera-se um método adequado a interpretação dinâmica e holística da realidade, pois analisa os fatos de forma que não podem ser considerados fora de um contexto social, político, econômico (Prodanov; Freitas, 2013). No desenvolvimento deste ensaio, diante da temática, procurou-se buscar artigos, teses e textos disponíveis on-line, sobre “heteronormatividade”, “transgressão”, e “identidade de gênero”, entendendo de que forma os textos estavam discutindo os temas.

Através da abordagem qualitativa, adotou-se a análise bibliográfica em um esforço investigativo inicial, que envolve um exame das contribuições acadêmicas de Judith Butler (2018); a contribuição de Foucault nos estudos de Deleuze (2000); Carneiro (2023); Nietzsche (S/d) e Silva; e Almeida e Santos (2024), que explicam os paradigmas teóricos de gênero em justaposição à cisheteronormatividade.

Optou-se escolher um ensaio como ponto inicial pois torna-se conveniente e oferece a liberdade de defender um tópico específico sem as restrições impostas por fontes documentais rigorosas (Prodanov; Freitas, 2013). A partir da metodologia da pesquisa social crítica busca-se compreender as relações, valores, atitudes, crenças, hábitos e representações a partir do conjunto de fenômenos humanos gerados (Minayo, 2013, p. 24). A autora reitera, o pesquisador que busca a metodologia qualitativa, implica fundamentalmente na utilização do material derivado das vivências, experiências, no

cotidiano do sujeito, também analisa as estruturas e instituições, percebendo-as como manifestações do comportamento humano. Essa realidade social que constitui tanto campo como a essência do dinamismo inerente à existência individual e coletiva, repleta de significados fornecendo assim a base essencial para o conhecimento relativo ao assunto da investigação, o que, em última instância direciona o pesquisador na compreensão dos diversos contextos sociais (Minayo, 2013).

Ao selecionar o trabalho de Lanz (2014) em sua dissertação de mestrado em sociologia na Universidade Federal do Paraná - UFPR, busca-se na vivência da autora e suas investigações das pessoas LGBTQIA+ o estudo que mostra as angústias e discriminações sofridas por eles ao estar do outro lado do muro, revelando sua vivência como pessoa do gênero masculino por nascimento, e sua transição, onde ela declara: “Embora eu não me proponha fazer uma etnografia pessoal, meu ponto de partida e de chegada neste trabalho é a própria vida que eu tenho vivido como pessoa transgênera” (Lanz, 2014, p. 11). A contribuição do seu estudo para os grupos marginalizados, da desumanização e abjeção que incidem sobre as pessoas trans às transformam em sujeitos indignos de afeto e do direito de construir uma vida sem estigmas (Almeida, Santos, 2024).

Buscando contribuir para o entendimento da transgeneridade, o ensaio foi construído através da abordagem da autora, também se utiliza das contribuições de Butler (2018); Carneiro (2023); Deleuze (1990) sobre os dispositivos de Foucault, entre outros que oferecem suporte teórico. Em que a subversão é a ordem para desmistificar a cisheteronormatividade na transformação da construção social. Importa destacar que tratando-se de investigação iniciante, estaria fora objetivo análises mais aprofundadas dos conceitos e concepções aqui apresentados.

3 O CONCEITO DO DISPOSITIVO DE MICHEL FOUCAULT E A RELAÇÃO COM A PRESUNÇÃO DE CIS CISHETERONORMATIVIDADE

É necessário pela elucidação e didática a compreensão das nomenclaturas até para entender os posicionamentos sociais da diversidade de gênero, aqui estudadas. É essencial marcar os conceitos de “trans” e “cis”, embora existam muitos exemplos, esse pareceu mais esclarecedor. “A isomeria geométrica da Química Orgânica, onde "cis" são os átomos que, ao dividirmos a molécula ao meio, permanecem de um mesmo lado do plano e "trans" os que permanecem em lados opostos”. Quando o autor enfatiza o conceito também no dicionário Houaiss, trazendo a etimologia de *cis* como "da preposição latina de acusativo *cis* 'aquém, da parte de cá de' (por oposição a *trans*)". Diante disso, o autor explica para uma questão de compreensão do termo “trans”, é pessoa que não se identifica com o gênero que lhe atribuíram ao nascimento". E “cis” a pessoa que se identifica com o gênero que lhe atribuíram ao nascimento" (Rodovalho, 2017, p. 2).

Em um esforço para elucidar essa perspectiva padronizada cisheteronormativa que está enraizada nas estruturas sociais com uma força das hierarquias de gênero, na medida que é replicado este contexto histórico da normalização da identidade cisgênero, categoriza e subjuga a identidade transgênero em inadequação abjeta como norma, o corpo estranho (Almeida; Santos, 2024).

Almeida (2022) diz que o conceito de interseccionalidade na perspectiva de (Facchini, 2009) pode ser entendido como fundado na noção da diferença de uma construção analítica, não essencialista, mas como categoria que diz respeito à diferença do "outro". Segundo o autor, é imperativo evitar a abordagem reducionista ao atribuir todas as diferenças a um fator definitivo, negligenciando a interação de marcadores sociais de diferença que se manifesta na trajetória de vida de indivíduos ou grupos, como status socioeconômico, contexto geracional, históricos sexuais e reprodutivos e típicos de gênero.

Neste sentido, esses marcadores sociais são explicados pelo dispositivo de Foucault, por diversos autores, "do corpo como uma realidade biopolítica" (Almeida, 2022, p. 518). Para Foucault, o dispositivo é sempre uma estrutura de poder que atua em um contexto específico, manifestando-se por meio da articulação gerada na interação entre múltiplos elementos e pelas relações de poder que se formam entre eles (Carneiro, 2023).

Santos (2011) destaca a perspectiva de Foucault (2002), que o dispositivo e um sistema de controle que se manifesta através de um objetivo estratégico que atende a uma urgência histórica, a subjetividade é uma construção dinâmica e plural, inserida como o biopoder (o poder sobre a vida) que agem por processos de assujeitamentos (submissão dos sujeitos as normas). Foucault ao questionar as ideias universais e fixas defende uma visão diferenciada Segundo esta visão certos elementos da sociedade se organizam e funcionam, em momentos específicos da história, para criar e manter o que chamamos de "verdade". Foi o que aconteceu com a maneira como a sexualidade foi tratada entre os séculos XVIII e XIX, e com a forma como a transexualidade passou a ser entendida. "De modo geral as proposições de Michel Foucault foram essenciais para instigar os questionamentos propostos pelos autores queer" (Santos; Boffi, 2022, p. 2).

Essa articulação de Foucault referida por muitos autores no intento de refletir sobre os conceitos de gênero e toda bifurcação que há entre estes conceitos e requer investigação, observação e criticidade, no entendimento das mudanças ocorridas ao longo da história. A determinação das categorias fundamentais de sexo, gênero, desejo e corpo como manifestações distintas do poder convencional da heteronormatividade e pensamento androcêntrico que exige especificação e exame crítico (Butler, 2018).

Quando Carneiro traz ao conhecimento o conceito da "A construção do outro como um não-ser que fundamenta o ser" refere-se à ideia de que a identidade de um grupo (o "ser") é marcada, em parte, pela exclusão e desumanização de outro grupo (o "não-ser"). Essa e a dinâmica, que vivem os grupos que não correspondem ao padrão

cisheteronormativo ressaltando as relações de poder e opressão. Este é um debate que permeia os questionamentos de Butler (2018) "o que acontece ao sujeito é a estabilidade das categorias de gênero quando o regime epistemológico da presunção da heterossexualidade é desmascarado, explicitando-se como produtor e retificador dessas categorias ostensivamente ontológicas?" (Butler, 2018, p. 8). O que a autora considera necessário problematizar quem é considerado sujeito político e como isso está atrelado a estruturas de poder que geralmente passam despercebidas (Butler, 2018). É sobre isso que a autora discute quando a analisa a relação poder e sexualidade.

> presume não só que a relação entre poder e sexualidade é ontologicamente distinta, mas que o poder funciona sempre e unicamente para subjugar ou libertar um sexo fundamentalmente intacto, autossuficiente, e diferente do próprio poder. Quando o "sexo" é essencializado dessa maneira, torna-se ontologicamente imune às relações de poder e à sua própria historicidade. Como resultado, a análise da sexualidade descamba em análise do "sexo", e qualquer indagação sobre a produção histórica da própria categoria de "sexo" é impedida por essa causalidade invertida e falsificadora (Butler, 2018, p. 131).

Segundo Butler (2018) o sexo (frequentemente entendido como a categorização biológica de corpos em masculino e feminino) não é algo essencial ou natural, mas sim uma construção social. Uma categoria falseada, sustentada a partir de discursos e relações de poder, a linguagem desempenha papel crucial nessa perpetuação. Produzida e disseminada pelo sistema da heterossexualidade compulsória com o propósito de reforçar e justificar a divisão binária (homem/mulher) que sustenta a heterossexualidade como norma, limitando as possibilidades de identidade, normatizando os papéis de gênero tradicionais. Isso serve para sustentar o desejo e as práticas heterossexuais como centrais e naturais. A estrutura social que organiza identidades e as relações em torno da heterossexualidade. Utilizando o sexo como ferramenta para ordenar identidades de gênero e desejo à norma heterossexual. As práticas e identidades fora da norma heterossexual, homossexualidade, e outras formas de sexualidade e gênero, acabam por categorizar sexo, sexualidade gênero, e corpo em um mesmo molde (Butler, 2018).

Conforme, a autora dita a diversidade de gênero necessita de distinção e criticidade questionando as classificações tradicionais de sexo e gênero, argumentando que essas classificações são construções sociais e culturais, e falseadas como verdades naturais ou biológicas. Acrescenta que "o gênero é performativo, ou seja, é algo que fazemos repetidamente através de atos e comportamentos, e não faz parte da essencialidade do ser" (Butler, 2018, p. 99).

Consoante com Lanz (2014) a heterossexualidade compulsória impõe uma compreensão binária de gênero, onde masculinidade e feminilidade são estritamente

diferenciadas. Essa diferenciação é mantida por meio de práticas sociais de desejo heterossexual, que solidificam a coerência interna de sexo, gênero e desejo.

> O gênero é uma construção social que varia intensamente de cultura para cultura e de época para época. Por definição, a nossa cultura, assim como toda a 'cultura ocidental', reconhece a existência de duas e apenas duas categorias de gênero masculino e feminino ou homem e mulher. Essas duas categorias tentam naturalmente espelhar as duas principais categorias do sexo genital – macho e fêmea – das quais o dispositivo binário de gênero se apropria para classificar os indivíduos nascidos 'machos e fêmeas' respectivamente em 'homens e mulheres' (Lanz, 2014, p. 39).

Butler (2018) também explora como a linguagem e o discurso constroem as categorias de sexo e gênero, e como essas categorizações são usadas para regular e controlar os corpos e desejos das pessoas. Sugerindo que a subversão pode abrir espaço para novas formas de identidade e expressão de gênero (Butler, 2018. p. 108).

3.1 A SUBVERSÃO É A ORDEM PARA DESMISTIFICAR A HETERONORMATIVIDADE, NA TRANSFORMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO SOCIAL

Para Lanz (2014) a subversão está intrínseca à transição de um gênero para outro que pode ser vista como uma violação das normas e estereótipos de gênero ou como uma estratégia deliberada para se reintegrar ao sistema binário de gênero. As percepções sociais revelam as consequências e desafios enfrentados pelos indivíduos transgêneros, observando o estigma e discriminação que eles encaram e as complexidades da formação de identidade entre as gerações mais jovens de pessoas trans. Assim, Magno *et al.* (2019) conceitua

> O estigma se refere a um atributo profundamente depreciativo de uma pessoa, que é percebido como tal por intermédio da interação social. A presença desse atributo pode confirmar ou reafirmar a "normalidade" de pessoas ou grupos específicos. O estigma destaca um traço específico do indivíduo e a sujeita à impossibilidade de atenção social para outros de seus atributos, imputando-lhes um grande descrédito (Magno et al., 2019, p. 4).

Ao criticar a abrangência binária de gênero e a necessidade de reconhecimento de cada identidade divergente de gênero, seja considerada individualmente ou como parte de um coletivo, de uma comunidade, adquire uma abordagem distinta para mitigar o estigma associado ao travesti. Por uma infinidade de razões, que podem até ser contraditórias e apresentadas em formações variadas, indivíduos que se identificam como transexuais, travestis, *drag queens*, bem como aqueles que se identificam como homens efeminados,

andróginos e transformistas se envolvem no travestismo como meio de articular suas identidades transgêneros. Travestis em tempo integral, por exemplo, demonstram uma disposição notável de enfrentar as convenções sociais em toda a sua extensão (Lanz,2014, p. 91).

Almeida (2012) ao trazer a diferença no reconhecimento jurídico entre homens e mulheres trans, destaca que os homens trans têm um processo mais fácil, pois não precisam passar por cirurgia genital - isso porque a faloplastia (construção cirúrgica do pênis) ainda é considerada experimental. No entanto está aparente vantagem, pode gerar uma pressão psicológica nesses homens, que vivem com medo de serem descobertos e ou expostos fisicamente, especialmente em situações como emergências médicas. Essa ansiedade pode levar muitos a buscar cirurgias genitais não por desejo pessoal, mas para evitar constrangimentos ou riscos sociais. Embora alguns homens trans consigam lidar com essa angústia, através de acompanhamento psicológico, para outros, a única solução parece ser a cirurgia – embora, em alguns casos, nem alivia completamente o medo.

Apesar dos desafios associados ao reconhecimento e respeito de seus direitos, as travestis afirmam seu compromisso ao mostrar-se ao público sua identidade de gênero, ao enfrentar os obstáculos produzidos socialmente por bullying e pelo enfrentamento de violência física e psicológica, bem como pela perda de apoio familiar, oportunidades educacionais e acesso ao mercado formal de trabalho. Em essência, elas buscam um lugar social que geralmente é reservado para aqueles considerados indivíduos normais e decentes que não se desviam das normas sociais e que, de fato, concordam com a ordem social-institucional estabelecida pela heteronormatividade (Lanz, 2014, p. 127). Cabe aqui uma complexidade pela qual o ser humano passa ao desvincular sua identidade para caber no contexto social que não corresponde ao que deseja vivenciar e exercer seu direito de ser demasiadamente humano. Nietzsche (s/d) sintetiza a exploração da liberdade do corpo como essencialidade do ser, diante dessa complexidade.

> A posse possui. — Apenas em certa medida a posse torna o homem mais livre e independente; um grau adiante — e a posse torna-se senhor, e o possuidor, escravo; ele tem de lhe sacrificar seu tempo, sua reflexão, e de ora em diante sente-se obrigado a freqüentar determinado círculo, sente-se atado a um lugar, incorporado a um Estado: tudo isso, talvez, contrariando sua necessidade mais íntima e essencial (Nietzsche, S/ d., p. 98).

Na perspectiva de Nietzsche, na relação de poder, que sustenta práticas discriminatórias, existe a obrigação conforme a construção social que limita a liberdade e autonomia do sujeito enquanto subalternos a regras impostas, acuado aos ditames padronizados, em oposição às necessidades potenciais de ser humano. Ao não se sentir

dono do seu corpo e de suas escolhas quanto sua integridade e identidade de gênero em sua liberdade de ser essencial, a importância de subverter-se contra esta relação de poder.

Neste aspecto, a declaração de Deleuze (1990) leva a entender que a subversão é necessária para a afirmação da identidade.

> Neste sentido vale para nosso diagnóstico, não porque nos permitiria levantar o quadro de nossos traços distintivos e esboçar, antecipadamente, o perfil que teremos no futuro, mas porque nos desprende de nossas continuidades; dissipa essa identidade temporal em que gostamos de nos olhar para conjurar as rupturas da história; rompe o fio das teleologias transcendentais e aí onde o pensamento antropológico interrogava o ser do homem ou sua subjetividade, faz com que o outro e o externo se manifestem com evidência. O diagnóstico assim entendido não estabelece a autenticação de nossa identidade pelo jogo das distinções. Ele estabelece que somos diferença, nossa razão é a diferença dos discursos, nossa história a diferença dos tempos, nosso eu a diferença das máscaras (Deleuze, 1990. p. 7).

Diante do exposto, o autor indica abandonar visões essencialistas da identidade e reconhecer o caráter fluido e plural que constitui a natureza humana. Butler (2003) concorda com essa premissa, definindo que contradição inerente às crenças está em presumir, limitar e definir rigidamente os sujeitos que pretende representar e emancipar. O objetivo, neste caso, não é exaltar a qualquer nova possibilidade simplesmente por existir, mas, de ressignificar as possibilidades já presentes, embora ocultas ou consideradas "culturalmente impraticáveis e inacessíveis dentro dos contextos culturais estabelecidos" (Butler, 2018).

> Na medida em que essas diferenças são invisibilizadas e, muitas vezes, desvalorizadas pela racionalidade automática técnica que organiza e legitima as desigualdades desagregadas das demandas da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Pessoas Trans, Queers, Intersexuais, Assexuais e outras identidades mais (LGBTQIA+), é importante que essas significações, nas quais o presente artigo encontra seu ponto de ancoragem, se tornem efetivas, ganhando seu espaço legítimo para identificar inciativas que viabilizem e promovam formação para uma perspectiva de tratamento mais próxima do multiculturalismo crítico (Silva; Souza; Bezerra, 2019, p. 2).

Travestir-se significa fundamentalmente um desvio das normas de gênero estabelecidas relativas ao uso de roupas, o que ostensivamente proíbe os homens de vestirem roupas femininas, dispondo assim o indivíduo que usa esse disfarce em oposição direta às estruturas sociopolíticas e culturais marcadas, construídas em torno do sistema binário de gênero, sobre o qual toda a estrutura da dinâmica interpessoal em nossa

sociedade se constrói. Além disso, esse encontro com forças institucionais e relações de poder confirma ao travestismo masculino uma qualidade subversiva, que não apenas legítima, mas também incita e sustenta o processo de estigmatização e discriminação que o aflige há séculos (Lanz, 2014).

Assim, a autora diz que o comportamento de pessoas transgêneras oscila entre transgressão e busca por conformidade às normas de gênero, contrastando com a visão predominante que associa a transgeneridade a um transtorno mental. Afirmando que eventuais comportamentos são resultado das respostas sociais, políticas e culturais, e não da transgeneridade em si. "Definitivamente, nenhuma das nossas cinco entrevistadas demonstrou possuir qualquer tipo de transtorno mental" (Lanz, 2014, p. 258).

> Não cabe aqui discutir se tal comportamento desviante é biologicamente determinado ou resulta da escolha consciente e deliberada do indivíduo. O que importa é reconhecer e legitimar o desconforto sociopolítico e a elevadíssima carga de stress físico e mental a que as pessoas gênero-divergentes podem ser submetidas em função dos seus supostos "desvios" de conduta, levando-as quase sempre a um quadro de total esgotamento físico e mental ou até mesmo ao suicídio, eleito com muita frequência como forma da pessoa livrar-se de uma carga existencial que se tornou insuportável (Lanz, 2014, p. 258).

A reflexão compreendida neste ensaio foi desmistificar através dos estudos de Lanz (2014), a respeito das crenças limitantes e as discriminações dos grupos que ainda são marginalizados. Apesar do esforço das lutas da representatividade da comunidade LGBTQIA+ tenha obtido significativas conquistas na contemporaneidade no campo da política, economia, educação, institucional e cultural. Consequentemente há muito medo e subjetividade que permeia o bem viver destes grupos, diante das discriminações, *bullyings*, e marginalização infringidas pela sociedade. Com a intenção de trazer a reflexão a partir da crítica social um maior conhecimento das diligências expostas e no compromisso de contribuir com a ampliação do debate acerca da transgeneridade que ainda cerceiam, limitam e violam os direitos humanos, e cidadania.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou entender e refletir contextos sociais de grupos marginalizados, bem como barreiras e desafios enfrentados por pessoas transgêneras, em detrimento das relações de poder na sociedade. Na busca pelo direito à identidade transgênera desafiando as normas binárias destacando as implicações sociopolíticas da transgressão de gênero. Lanz (2014) traz a compreensão das pressões sociais que restringem sua liberdade de expressar seu verdadeiro eu, muitas vezes levando a consequências graves quando se desviam das normas de gênero atribuídas.

A disforia de identidade de gênero geralmente acarreta problemas significativos de saúde mental, incluindo ansiedade, depressão e ideia suicida. A angústia surge da incongruência entre o gênero vivenciado e o gênero identificado biologicamente, a rejeição social que leva ao sentimento de isolamento, e inutilidade. Trazendo a necessidade de apoio familiar, serviços de saúde mental e apoio comunitário, políticas públicas e inclusivas, reconhecimentos como cidadãos e ser humano. A afirmação da identidade de gênero de uma pessoa pode aliviar os sentimentos de vergonha e promover um sentimento de pertencimento à comunidade transgênero.

Por fim, reconhecemos a necessidade de uma reconstrução social, educação e sensibilização, questionar as normas e ampliar a visibilidade da diversidade de gênero e sexualidade. Práticas inclusivas como a linguagem neutra, espaços seguros, representatividade na mídia. Na mudança de políticas públicas que garantam direitos, combate à discriminação e o direito de participar ativamente em todos os âmbitos institucionais de socializar-se sem subterfúgios enfim, sem preconceito ou discriminação, exercer o direito de ser humano.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Raul Gomes; SANTOS, Manoel Antônio. Políticas afetivo-sexuais na cisheteronormatividade: resistências e estratégias de bem viver de uma mulher transexual. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 35, e230015, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pusp/a/GdPcWNZ7S3PNpGMwGDBDYVr/abstract/?lang=pt. Acesso em: 30 jan. 2025.

ALMEIDA, Guilherme. Homens trans: novos matizes na aquarela das masculinidades? **Rev. Estud. Fem.**, v. 20, n. 2, ago. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/wkWvfpf58vHyvr35KTZyvtr/abstract/?lang=pt. Acesso em: 23 jan. 2025.

BUTLER. Judith. **Problema de Gênero**: feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2018. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/mod/resource/view.php?id=177028&forceview=1. Acesso em: 25 jan. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de Racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2023.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo. **Espaço Michel Foucault**, 1990. Disponível em: https://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/art14.pdf. Acesso em: 25 jan. 2025,

LANZ, Leticia. **O Corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. 2014. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/36800/R%20-%20D%20-%20LETICIA%20LANZ.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 24 jan. 2025.

NIETZSCHE, Frederich. W. **Humano, demasiado humano II**. São Paulo: Companhia das Letras,

(S/d). Disponível em: https://www.academia.edu/70325666/Nietzsche_humano_demasiado_humano_II. Acesso em: 27 jan. 2025.

MAGNO, Laio; SILVA. Luís Augusto Vasconcelos da; VERAS, Maria Amélia; SANTOS, Marcos Pereira; DOURADO, Inês. Estigma e discriminação relacionados à identidade de gênero e à vulnerabilidade ao HIV/aids entre mulheres transgênero. **Cad. Saúde Pública**, v. 35, n. 4, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/8rxk9ZKGG9GWhCTXW7QBsKh/. Acesso em: 21 jul. 2025.

SANTOS, Manoel Antônio; BOFFI, Leticia Carolina. Identidade de gênero de homens transexuais à luz de Paul Preciado. **Rev. Estud. Fem**., v. 30, n. 2, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/vC8cTLtRntJMj5Q5jWxrPFC/?lang=pt. Acesso em: 21 jul. 2025.

SANTOS, Maria de Fátima Lima. A invenção do dispositivo de transexualidade: produção de "verdades" e experiencias trans. **Revista Em pauta**, Rio de janeiro, v. 9, n. 28, p. 117-130, dez 2011. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/2937/2101. Acesso em: 20 jul. 2025.

SILVA, F. C; SOUZA, E. M.; BEZERRA, M. A. (Trans) tornando a norma cisgênera e seus derivados. **Rev. Estud. Fem.**, v. 27, n. 2, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/dJXnfdnYrpSLPCxSZQHVfNv/. Acesso em: 23 jul. 2025.

Recebido em: 28/03/2025
Aceito em: 06/08/2025

LUCINDE, HIPÉRION, EROS: CONFLUÊNCIAS DO ROMANTISMO ALEMÃO NO MOVIMENTO GAY

LUCINDE, HYPERION, EROS: CONFLUENCES OF GERMAN ROMANTICISM IN THE GAY MOVEMENT

Rafael Vieira Sens[1]

Resumo: desde que o historiador e arqueólogo Johann Joachim Winckelmann resgatou a arte homoerótica grega no setecentos que a Alemanha tem desempenhado um papel crucial na formação da identidade gay. Este ensaio, todavia, busca dar destaque a um período literário posterior. Muitas vezes esquecido pelos estudos queer, o Romantismo alemão atuou na livre expressão de sexualidades diversas na contemporaneidade ocidental. A partir de obras como Lucinde (1799), de Friedrich Schlegel, Hipérion (1797), de Hölderlin, e Eros (1836), de Heinrich Hössli, a retórica da "emancipação da carne" serviu de base para a elaboração e a sistematização de uma luta pela liberdade não só dos gays, bem como de mulheres e judeus. A Grécia e o "amor grego" serviram de estopim para uma revolução literária dos costumes liderada por escritores que tinham como meta a criação de uma nova mitologia, colocando em diálogo Atenas com a moderna Berlim

Palavras-chave: Romantismo alemão; Literatura gay; direitos LGBT.

Abstract: Ever since historian and archaeologist Johann Joachim Winckelmann rescued Greek homoerotic art in the eighteenth century, Germany has played a crucial role in the formation of gay identity. This essay, however, seeks to highlight a later literary period. Often overlooked by queer studies, German Romanticism played a role in the free expression of diverse sexualities in contemporary Western times. Beginning with works such as Lucinde (1799) by Friedrich Schlegel, Hyperion (1797) by Hölderlin, and Eros (1836) by Heinrich Hössli, the rhetoric of the "emancipation of the flesh" served as the basis for the elaboration and systematization of a struggle for the freedom not only of gays, but also of women and Jews. Greece and "Greek love" served as the trigger for a literary revolution of customs led by writers who aimed to create a new mythology, placing Athens in dialogue with modern Berlin.

Keywords: German Romanticism; Gay literature; LGBT rights.

1 QUER, *QUEER*, OBLÍQUO, TRANSVERSAL

Ao que indica o dicionário Oxford, o vocábulo *queer* – hoje utilizado como termo guarda-chuva para englobar sexualidades dissidentes – teria sua origem na palavra alemã *quer* e, possivelmente, migrou para a língua inglesa no século XVI por influência dos escoceses. O primeiro registro mais famoso de seu uso provém de uma carta escrita em 1894 pelo Marquês de Queensberry, pai de Lorde Alfred Douglas, na qual descreve o sentimento de asco em relação ao envolvimento íntimo de seu filho com o escritor irlandês Oscar Wilde (1854-1900). Tal texto foi lido durante o julgamento do autor, que acabou recebendo uma pena de dois anos de reclusão. Em seu conteúdo, a mensagem epistolar

[1] Doutorando e mestre em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduado em Jornalismo e Letras - Alemão na mesma instituição. Tem experiência como jornalista e na área de ensino de Línguas Estrangeiras Modernas.

chama o réu e outros gays de *snob queers* (ou viados [*avant la lèttre*] esnobes)[2]. O adjetivo aderiu ao inglês como um xingamento, fazendo jus às acepções germânicas: oblíquo, transverso, cruzado, estranho. Com o passar do tempo, o palavrão foi ressignificado e adotado pelas militâncias LGBT como um símbolo linguístico de resistência e enfrentamento ao conservadorismo de costumes.

Também surgido na Prússia/Alemanha do século XIX, outro conceito teve grande importância na construção da identidade gay. Naquele período, Berlim foi a capital de estudos relativos ao tema e, em 1868, o jornalista Karl-Maria Kertbeny cunhou o termo homossexual em panfleto ativista pró-gays que circulou pela cidade. Pouco tempo depois, o médico psiquiatra Richard von Krafft-Ebing já utilizava o novo lexema em seus textos científicos, incluindo sua obra *Psychopathia Sexualis* (1886).

Mesmo considerando a prática homossexual uma perversão, Krafft-Ebing trouxe à luz a identidade sexual em detrimento da prática da sodomia, pederastia e do vício. Foi o criador de termos advindos da literatura como sadismo (Sade), masoquismo (Sacher-Masoch) e ainda despertou a ira da Igreja ao relacionar o martírio dos santos ao prazer S&M. No entanto, ninguém teve tanta importância para a embrionária comunidade LGBTQIAPN+ berlinense do que o polonês de origem judaica Magnus Hirschfeld.

Nascido em 1868, o médico foi o idealizador do primeiro grupo de defesa dos direitos homossexuais de que se tem notícia, o Comitê Científico-Humanitário, de 1897. Desmantelada pelo nazismo, a associação tinha como objetivo, entre outras coisas, revogar o Parágrafo 175 do Código Penal alemão. A lei, instituída em 1871 – exatamente no ano da consolidação da Alemanha como país –, criminalizava a prática da dita sodomia e só foi totalmente extinta em 1994, cinco anos após a queda do Muro de Berlim.

Entre a Escócia do quinhentos e a Berlim do *fin de siècle*, entretanto, existiu um movimento literário que abriu as portas para a discussão e elaboração de novas identidades sexuais. O primeiro Romantismo alemão ou de Jena (*Jenaer Frühromantik*, c. 1797 até 1804) teve um papel silencioso e ao mesmo tempo ruidoso no que se refere a uma revolução (homo)sexual. Algumas de suas obras, discutidas neste ensaio, foram até o limite da moral vigente nos ultraconservadores principados, ducados, condados e reinos que formavam o que atualmente chamamos de Alemanha. Importante cidade universitária do ducado de Saxe- Weimar, Jena foi o epicentro dessa turbulência intelectual, que revolucionou não só

[2] A carta foi escrita após o suicídio de filho mais velho do Marquês de Queensberry, Lorde Drumlanrig, em outubro de 1894. Apesar de a imprensa da época encobrir a causa da morte, afirmando ter se tratado de um acidente de caça, o irmão de Lorde Alfred Douglas teria tirado a própria vida com o intuito de preservar a integridade moral de seu amante, Lorde Roseberry, ministro de negócios estrangeiros e depois premiê britânico.
O processo judicial, que teve início com uma ação de Wilde contra Queensberry por difamação, acabou tendo uma reviravolta e quem acabou condenado por "atentado ao pudor" foi o escritor (Naphy, 2006, p.216). Um trecho da carta dizia: "agora que a primeira onda desta catástrofe e tristeza passou, escrevo para dizer que é um julgamento sobre todos vocês. Os viados (queers) esnobes como Roseberry, todos vocês. Coloquem meu filho contra mim de fato e causem problemas entre nós, que o diabo caia sobre suas cabeças por ele ter ido descansar e a briga entre ele e eu não ter sido resolvida. Eu sinto o cheiro de uma tragédia por trás de tudo isso".

as artes, a crítica e a filosofia, como também os relacionamentos afetivos e sexuais entre os diversos gêneros.

Impossível cogitar a respeito dos primeiros românticos e a sexualidade sem digressiona brevemente acerca da influência da Grécia em seu pensamento. Antes de advocarem pela "emancipação da carne" (Tobin, 2005, p. 2) e autonomia dos párias, mergulharam fundo nas águas do Egeu em busca de respostas – e muito mais perguntas por vezes – visando tirar a sociedade alemã da apatia e do complexo de derrota ao se comparar aos países mediterrâneos. Além dos gregos, vale salientar, também incensaram autores sul-europeus como Cervantes, Dante, Petrarca, Boccacio e Camões.

Destronando os juízes do gosto e inventando a crítica literária, os irmãos Friedrich e August Schlegel – juntamente com Novalis – utilizaram recursos estilísticos para dar vazão ao seu pensamento renovador. Dos fragmentos ao chiste (*Witz*), adaptaram o conceito goethiano de formação (*Bildung*) para edificar uma literatura autofágica, que se alimenta dela própria para criticar e fundar um projeto quase inatingível, como os deuses do Olimpo. Ao organizar um sistema sem ser sistemático, o Romantismo precoce abre uma brecha para que a formação atinja as mulheres e os adeptos do "amor grego". Diferentemente dos classicistas, eles não fazem mera cópia da Antiguidade, mas sim assimilam a cultura greco-romana transversalmente, de modo – digamos – quase *queer*.

Mesclando três obras que inauguraram um novo olhar às relações trans e interpessoais, o ensaio aborda alguns de seus trechos que lançaram combustível nas brasas da escrita, dando a ela o poder de criar mundos e transformá-los. Primeiro, *Lucinde*, de Friedrich Schlegel, que mexe com forma e conteúdo do romance tradicional ao combinar narrativa, diálogo e cartas para anunciar novas tendências eróticas. Em seguida, *Hipérion ou o eremita da Grécia*, de Hölderlin, *Bildulgsroman* epistolar que explicita o homoerotismo em cenários helênicos. Por fim, *Eros*, obra não-ficcional do chapeleiro suíço Heinrich Hössli, considerado primeiro texto abertamente gay publicado em língua alemã.

2 CONTEXTO DA HOMOSSEXUALIDADE NOS SÉCULOS XVIII E XIX

Apresentar o contexto histórico-sociocultural da época do Romantismo requer uma breve retomada da *Aufklärung*, ou Iluminismo em terras germânicas. Foi neste período, por exemplo, que surgiu a peça *Emilia Galotti* (1772), de Lessing (1729-1781), considerada a primeira em língua alemã a dar protagonismo a uma personagem burguesa, 17 anos antes da Revolução Francesa colocar em xeque todo o regime monárquico europeu. Em sua obra teórica *Dramaturgia de Hamburgo* (1769), Lessing critica o modo como os franceses Corneille e Voltaire adaptaram tragédias gregas ao passo que recomenda que dramaturgos alemães sigam o modelo de Shakespeare.

Mas é impossível passar ao largo de uma figura quando se traça um panorama das revoluções em meio ao absolutismo vigente nos principados da Alemanha: Johann Joachim Winckelmann (1717-1768). Com sua História da arte na antiguidade (1764), ele não teve pudores em transformar o corpo masculino perfeito da estatuária grega em objeto de pesquisa e de desejo. Foi por meio de estudos do Torso de Belvedere e da escultura Laocoonte – ícones da musculatura e de sua representação ideal –, que o historiador e arqueólogo abriu a percepção da *intelligentsia* alemã para que redescobrisse a Grécia, seus deuses, seus artistas e seus gays.

Isso tudo numa era na qual o contato sexual entre homens era considerado crime "que não deve ser nomeado entre cristãos" (Naphy, 2006, p. 211). Só na Inglaterra, 80 acusados de sodomia foram enforcados entre 1800 e 1834. Após 1828, a lei britânica apertou o cerco aos gays e passou a exigir como prova apenas o ato da penetração, revogando a legislação anterior que necessitava comprovar a ejaculação.

Devido aos ideais napoleônicos, algumas regiões da Alemanha conquistadas pelos franceses haviam abolido tais castigos aplicados aos chamados sodomitas e só voltariam a vigorar após a unificação da Alemanha em 1871 – por meio do infame Parágrafo 175 – liderada pela Prússia de Otto von Bismarck (1815-1898). A influência da França no imaginário da pluralidade sexual, aliás, teve na rainha guilhotinada Maria Antonieta um de seus emblemas. Boatos sobre seus casos com a princesa de Lamballe e a condessa de Polignac alastraram-se pelo continente europeu em 1770 (Zanotti, 2010, p. 198). O que foi concebido como propaganda antimonarquista, acabou transformando a nobre austríaca em símbolo do erotismo lésbico.

Contemporâneos alemães dos primeiros românticos viviam em monarquias pré-unificação pautadas pela moral cristã. No *think tank* de Jena, os irmãos Schlegel e Novalis tentavam mesclar mitologias cristãs e pagãs em seus fragmentos, teses e ficções e emularam-se em difundir a "emancipação da carne" por meio da Literatura. Apesar de suas penas passarem apenas tangencialmente pelo tema da homossexualidade, Hölderlin cita e elogia a poeta grega Safo e Schlegel defende a ideia de que Madonna (Nossa Senhora) deveria ter o mesmo direito de ser um ideal originário, eterno e necessário de uma "razão masculina e feminina".

Forte indício de que o sentimento gay aflorava no período romântico alemão pode ser visto numa carta que o escritor Heinrich von Kleist (1777-1811) enviou ao general prussiano Ernst von Pfuël (1779-1866) em 1805. Nela, o narrador da mensagem afirma que o militar exerce "uma estranha força" sobre seu coração e que o ama acima de tudo (Kleist, 2021, p.30). O homoerotismo torna-se ainda mais palpável quando o texto traz de volta a recordação de quando ambos se lançaram "nos braços um do outro em Dresden" e o militar lhe teria restaurado "a idade dos gregos" (Kleist, 2021, p. 30).

Imbuído pelo espírito da Grécia antiga, o narrador sugere que o belo corpo de seu amigo poderia servir de estudo para um artista, uma vez que seu torso musculoso exalaria tanta força, como se tivesse sido formado "à imagem do mais belo touro jovem que já sangrou para Zeus" (Kleist, 2021, p. 30). Por fim, rende-se ao amor burguês sugerindo que o interlocutor seja sua "esposa". Mais uma tentativa de atualizar os mitos mediterrâneos na Europa Central.

3 LUCINDE

A "emancipação da carne" gay e *queer* vem em segundo plano no romance *Lucinde* (1799), de Friedrich Schlegel (1772-1829). O que mais salta aos olhos – e causou furor entre a intelectualidade da época – é a liberdade feminina propagada pela personagem-título. Entretanto, um homoerotismo masculino sutil pode ser percebido na obra, que contempla múltiplos gêneros literários: prosa, carta e diálogo. Tamanha ousadia estilística à época não foi menos criticada que seu discurso libertário.

Espécie de *Bildungsroman* subversivo, *Lucinde* mostra a formação como a desconstrução de crenças, convenções e tradições impostas pela sociedade (Tobin, 2005, p.2). Neste processo, o indivíduo reorganizaria as estruturas sociais na tentativa de criar um mundo melhor para ele próprio e os demais cidadãos. No caso específico do romance, a protagonista ultrapassa os limites de gênero previstos à mulher no final do século XVIII, dando assim oportunidades a seu companheiro Julius de também libertar-se das amarras às quais o homem estava fadado. Já é um grande avanço lançar-se a questão: "Será que estou errado quando procuro (...) a delicadeza e a ternura nos pensamentos e nas palavras, sobretudo, no sexo feminino?" (Schlegel, 2019, p. 31).

Apresentado com uma beleza não muito máscula, o personagem principal constrói amizades apaixonadas com outros homens após a morte de sua namorada prostituta e "entregava seu coração a eles" (Schlegel, 2019, p. 75). Julius é comparado pelo narrador ao jovem Ganimedes, mortal que atordoou Zeus com sua beleza e foi levado ao Olimpo para ser copeiro dos deuses. Em outro trecho, Lucinde pede a seu amante que jogue fora os jacintos, flores relacionadas ao "amor grego" (Tobin, 2005, p. 4) cujo nome é uma referência ao personagem da mitologia Jacinto, objeto de desejo de duas divindades da Grécia: Apolo e Zéfiro.

Mesmo não explicitando as relações sexuais entre homens, o Romantismo forneceu, indubitavelmente, material para movimentos gays que, em seguida, atrairiam outros dissidentes sexuais entre os séculos XX e XXI, tais como lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, queers, intersexuais, assexuais, pansexuais e não-bináries. Essa revolução literária deu-se tanto pelo resgate do mundo grego como também pelas próprias narrativas e críticas inovadoras dos primeiros românticos e seus discípulos do século XIX. *Lucinde* lega,

inclusive, um parágrafo que orna com os estudos *queer* da contemporaneidade: “Mas o que é mesmo o determinante e o determinado? Na masculinidade é o inominado. E o que é o inominado na feminilidade? – O indeterminado” (Schlegel, 2019, p. 116).

4 HIPÉRION

Aficionado pela antiguidade grega e habitué da Universidade de Jena, Friedrich Hölderlin (1770-1843) teve mais contato com o Idealismo alemão e o Sturm und Drang do que propriamente com os irmãos Schlegel e Novalis. Ele partiu da cidade berço do Romantismo pouco antes de o movimento ganhar certa projeção com a publicação da revista “Athanaeum” (1798-1800), mas isso não impediu que deixasse um legado em prosa e verso associado ao estilo que caracterizou o período. Importante será, por ora, tratar somente de seu romance de formação epistolar *Hipérion ou o eremita na Grécia*, de 1797, cuja temática do amor gay aparece sem subterfúgios.

Tendo como pano de fundo as lutas de libertação dos gregos do jugo turco, o *Bildulgsroman* relaciona o personagem-título ao amigo Berlamino e à amada Diotima por meio de cartas enviadas pelo protagonista da Grécia para os estados alemães em meados do século XVIII. Hipérion reflete sobre o passado mítico de Atenas e o presente decepcionante de seu país. Em meio a sua viagem, encontra Alabanda, jovem guerreiro e objeto de desejo masculino da vez, mantendo a tradição iniciada por Winckelmann.

Assim como no idílico mundo grego, religião, arte, ciência e amor convivem e se interpenetram naturalmente, Hipérion e Alabanda se encontram “como dois riachos que correm montanha abaixo, arrastando a carga composta de terra, pedra, madeira podre e todo o caos inerte que os retém, a fim de abrir caminho em direção ao outro” (Hölderlin, 2003, p. 30). As comparações apresentadas pelo narrador dão pouca margem interpretativa a não ser a de que o “amor grego” fluía como o instinto natural manda: “(...) o saboreio como uma maçã silvestre, então me esprema até eu ficar bebível” (Hölderlin, 2003, p. 35). Ao relembrar dos momentos que passou ao lado do amado, o protagonista sentencia: “foram os nossos dias de núpcias”. E, ao descrever o rompimento, afirma que destruíram com violência o “jardim de nosso amor”.

Algo quase impossível de se comprovar é a sexualidade de escritores já mortos, mas não se pode negar que Hölderlin, o homem, teve uma existência *queer*, esquisita, oblíqua, que Agamben (2022) chama de “vida habitante”. De 1806 até sua morte, em 1843, viveu num quarto em uma torre em Tübingen, hoje parte do estado alemão de Baden-Wurtemberg. Problemas financeiros, aliados a supostas doenças mentais, fizeram com que permanecesse recluso. A vida do autor, então, seria percebida como uma “figura”, “algo que alude a um significado real, mas velado” (Agamben, 2022, p. 17).

5 EROS

Longe da efervescência de Jena e Berlim, o chapeleiro Heinrich Hössli (1784-1864) publicou – a despeito de todo o conservadorismo protestante local –, entre 1836 e 1838, aquela que pode ser considerada a primeira obra literária abertamente gay do *sprachraum* alemão. Morador do pequeno cantão suíço de Glarus, o artesão conseguiu editar em dois volumes uma espécie de apologética do "amor grego" no livro *Eros. Die Männerliebe der Griechen, ihre Beziehungen zur Geschichte, Erziehung, Literatur und Gesetzgebung aller Zeiten* (em tradução livre: Eros. O amor entre homens dos gregos, suas relações com a história, a educação, a literatura e as legislações de todos os tempos).

A pressão para que o segundo volume não fosse publicado foi tamanha que a cidade da editora foi impressa como "Münster na Suíça", lugar inexistente na Confederação Helvética. Apesar de não haver registros de que Hössli fosse ele próprio homossexual, cartas dão conta de que um de seus filhos, emigrado para Nova York, mantinha um relacionamento com outro homem. A principal razão para a escolha do tema, no entanto, teria sido a história da execução de François Desgouttes – no ano de 1817 –, gay acusado de matar seu amante. O fato despertou o interesse pela causa no aspirante a escritor.

Outro motivo que impulsionou a escrita do chapeleiro suíço foi, muito provavelmente, a difusão das ideias românticas pelo espaço germanófono (Tobin, 2005, p. 7). Não à toa elege o deus grego do amor para dar título ao seu manifesto e usa esse efeito de distanciamento geográfico e temporal como recurso literário para atingir seu objetivo: provar que o homoerotismo não era nenhuma novidade e que outros povos cultos já o desfrutavam sem culpa. Além do diacronismo, a narrativa não-ficcional de Hössli lança mão de ideias advindas de cientistas do período do Romantismo, como as do médico J.H. Schmid: "a sexualidade não deriva exclusivamente dos órgãos sexuais, mas sim de todo o organismo" (Hössli, 1836, p. 302).

A ousadia do narrador chega a ser clarividente. Em um trecho do livro, a perseguição aos gays é comparada com os pogroms contra os judeus, justamente os dois grupos sociais que seriam os principais perseguidos pelo regime nazista um século mais tarde. Textos de Hössli foram lidos pelo pioneiro da saída do armário em territórios falantes do alemão: Karl-Heinrich Ulrichs (1825-1895), criador do termo "uranista" (1864), que logo foi substituído pelo até hoje utilizado "homossexual" (1868).

Segundo o biógrafo de Hössli, Ferdinand Karsch (1853-1936), *Eros* foi a obra mais significativa sobre o amor gay depois de *O Banquete* e *Fedro* de Platão (428-348 a.EC).

6 CONFLUÊNCIAS ROMÂNTICAS NO MOVIMENTO GAY

Indícios de que o Romantismo de Jena contribuiu para o surgimento de uma identidade gay levam ao diálogo com a teoria de Jack Halberstam acerca do "fracasso queer". O termo define o olhar menos historicista e heterocêntrico em relação a

sexualidades dissidentes, que deixam de acompanhar o cortejo triunfal dos vencedores (Benjamin, 1986, p. 225) para trazer à luz aqueles párias e fracassados segundo o conceito heteronormativo.

Para Halberstam, o fracasso seria uma maneira de se recusar a aquiescer a lógicas dominantes de poder e disciplina (2020, p. 133). O senso comum hétero, afirma o teórico transgênero e judeu norte-americano, conduz à ideia de sucesso a partir de acúmulo de capital, família, conduta ética e esperança. Fatores obviamente negados aos adeptos do "amor grego" nos séculos XVIII e XIX.

É bem verdade que os primeiros românticos, seus contemporâneos e sucessores – como Heinrich Hössli – haviam entrado em contato com a herança clássica do homoerotismo grego, entre outros produtos da arte mediterrânea, em um período crítico no qual monarquias absolutistas davam lugar a um conservadorismo burguês. Movimentos posteriores ao Romantismo – a exemplo do Biedermeier e do Realismo poético – procuraram fugir de temáticas sexuais: o lar alemão e os campos austríacos e suíços ocuparam o lugar das míticas ilhas gregas.

Quando surge nos textos realistas, a Grécia já aparece domesticada pelo patriarca burguês em sua sala atapetada. De maneira um tanto irônica, o escritor Gottfried Keller (1819- 1890) descreve a estátua Vênus de Milo em poema de mesmo título: "Como outrora a italiana/ Está você, coitadinha, na moda/ Feita em gesso, de porcelana/ Em mesas de sala se acomoda" (Sens, 2019, p. 22740). No *sprachraum* alemão, sobretudo após as malfadadas revoluções de 1848, o cidadão volta-se ao espaço doméstico e cultiva a família tradicional protestante. Mesmo a Suíça republicana de Keller adere à tendência reacionária.

Nesta era de repressão, foi preciso cruzar o Reno para encontrar no marginal (*queer*?) Charles Baudelaire (1821-1867) um novo *crossover* literário, desta vez entre Atenas e Paris. Um ano após a morte do poeta francês, surgiria nas ruas de Berlim o termo homosexual, representação linguística de uma prática natural para os gregos, resgatada pelos românticos e cientificizada pelos médicos da segunda metade do novecentos.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **A loucura de Hölderlin**: crônica de uma vida habitante 1806-1843. Tradução de: Wander Melo Miranda. Belo Horizonte: Âyiné, 2022.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. (Obras escolhidas). Tradução de: Sergio Paulo Rouanet. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HALBERSTAM, Jack. **A arte queer do fracasso**. Tradução de: Bhuvi Libanio. Recife: Cepe, 2020.

HÖLDERLIN, Friedrich. **Hipérion**: ou o eremita na Grécia. Tradução de: Erlon José Pascoal. São Paulo: Nova Alexandria, 2003.

HÖSSLI, Heinrich. **Eros. Die Männerliebe der Griechen, ihre Beziehungen zur Geschichte, Literatur und Gesetzgebung aller Zeiten**. Oder, Forschungen über platonische Liebe. Glarus: Schweiz, 1836.

KARSCH, Ferdinand. **Karl Heinrich Ulrich's predecessor Heinrich Hössli (1784-1864)**: the first known literary activist and parent of a gay man. Tradução de: Michael Lombardi- Nash. Jacksonville: Urania Manuscripts, 2022.

KRAFFT-EBING, Richard von. **Psicopatia sexual com pesquisas especiais em inversão**. Tradução de: Jacques Gemmes. Pará de Minas: Virtualbooks, 2021.

NAPHY, William. **Born to be gay**: história da homossexualidade. Tradução de: Jaime Araújo. Lisboa: Edições 70, 2006.

SCHLEGEL, Friedrich. **Lucinde**. Tradução de: Constantino Luz de Medeiros. São Paulo: Iluminuras, 2019.

SENS, Rafael Vieira. (Im)Potência e latência na poesia de Gottfried Keller. **Brazilian Journal Of Development**, *[S.l.]*, v. 5, n. 11, p. 22730-22743, 2019. Brazilian Journal of Development.

TOBIN, Robert D.. The emancipation of the flesh: the legacy of Romanticism in the homosexual rights movement. **Romanticism On The Net**, n. 36-37, 27 jul. 2005. Disponível em: http://erudit.org/en/journals/ron/2004-n36-37-ron947/011143ar/. Acesso em: 13 fev. 2025.

VON KLEIST, Heinrich. Heinrich von Kleist para o sr. Ernst von Pfuël, ex-tenente do regimento de sua majestade o rei, o bem nascido em Potsdam. Tradução de: Jefferson Michels. *In*: DROZDOWSKA-BROERING, Izabela Maria; BLUME, Rosvitha Friesen (org.). **Cartas de amor do Romantismo alemão**. Florianópolis: UFSC, 2021. Cap. 8. p. 30-35.

ZANOTTI, Paolo. **Gay**: La indentidad homosexual de Platón a Marlene Dietrich. Tradução de: Nuria Martínez Deaño. Cidade do México: Fce, Turner, 2010.

Recebido em: 24/07/2025
Aceito em: 30/09/2025

AS TECNOLOGIAS DO PRAZER: O CULTO AO MASCULINO E O CONSUMO DE PORNOGRAFIA HOMOSSEXUAL NUMA SOCIEDADE MACHISTA-HOMOFÓBICA

TECHNOLOGIES OF PLEASURE: THE CULT OF MASCULINITY AND THE CONSUMPTION OF HOMOSEXUAL PORNOGRAPHY IN A MACHO-HOMOPHOBIC SOCIETY

Ícaro Machado Ribeiro[1]

Resumo: este ensaio explora a complexa relação entre sexualidade, moralidade e consumo de pornografia, com foco no corpo masculino como objeto de desejo homossexual em uma sociedade marcadamente machista e homofóbica. Utilizando uma perspectiva teórica que combina, principalmente, Freud e Baudrillard, o texto examina como o capitalismo explora desejos reprimidos, transformando o corpo em mercadoria e perpetuando normas heteronormativas, enquanto alimenta contradições sociais. A discussão estende-se ao impacto da digitalização nas dinâmicas de poder e controle, destacando como a hiper-realidade e a personalização do desejo através da IA intensificam a alienação emocional. Reflexões sobre a objetificação e o narcisismo contemporâneo são contrastadas com a complexidade das interações humanas digitais, explorando a evolução e o papel da tecnologia como mediadora dessa libertação e consumo do desejo. Por fim, o texto sugere que, embora as tecnologias sejam capazes de amplificar esse alcance do prazer, elas também acabam por reforçar a superficialidade das conexões humanas, questionando se estamos caminhando para uma satisfação genuína ou uma perpetuação de frustrações estruturais perversas e autoenganadoras.

Palavras-chave: Tecnologias de Prazer; Fetiche; Pornografia homossexual; Inteligência Artificial; Simulacro.

Abstract: this essay explores the complex relationship between sexuality, morality, and the consumption of pornography, focusing on the male body as an object of homosexual desire in a markedly macho and homophobic society. Drawing mainly on Freud and Baudrillard, the text examines how capitalism exploits repressed desires, transforming the body into a commodity and perpetuating heteronormative norms while simultaneously feeding social contradictions. The discussion extends to the impact of digitalization on dynamics of power and control, highlighting how hyperreality and the personalization of desire through AI intensify emotional alienation. Reflections on objectification and contemporary narcissism are contrasted with the complexity of digital human interactions, exploring the evolution and the role of technology as a mediator of both liberation and consumption of desire. Ultimately, the text suggests that although technologies can amplify the reach of pleasure, they also end up reinforcing the superficiality of human connections, raising the question of whether we are moving toward genuine satisfaction or merely perpetuating perverse and self-deceptive structural frustrations.

Keywords: Technologies of Pleasure; Fetish; Homosexual Pornography; Artificial Intelligence; Simulacrum.

1 UMA INTRODUÇÃO À MITOLOGIA DO PRAZER

A reflexão apresentada neste ensaio pode ser compreendida como parte de um processo mitológico. Assim como os povos antigos recorriam ao mito para explicar forças invisíveis, hoje recorremos às tecnologias digitais do prazer como narrativas e dispositivos que traduzem o desejo em experiência concreta. O texto assume um tom literário-analítico,

[1] Jornalista (International Federation of Journalists), pesquisador e autor do livro Criança Viada (2021), além de artigos e ensaios sobre corpo, género, sexualidade e cultura digital. Atualmente é editor de opinião no Jornal Universitário do Porto(Portugal). Atua na interseção entre comunicação, arte e sociedade, com experiência em convergência mediática, TDICs e educomunicação. Desenvolve produções artísticas e literárias que exploram corpo-sujeito, pornografia homossexual, relacionamentos digitais e indústrias criativas. Interessa-se por arte, cultura e entretenimento, sempre com foco na democratização da informação e na transformação social.

em que a densidade conceitual é mediada pelo ritmo ensaístico e por digressões produtivas: metáforas e referências culturais expandem o argumento e conferem densidade simbólica.

O material exposto — para deleite do leitor —, se organiza em torno de três dimensões principais: o *corpo*, entendido como superfície simbólica e território de inscrição de desejos, tecnologias e memórias; as *tecnologias,* que aparecem tanto como instrumentos de prazer quanto como dispositivos que moldam subjetividades, operando sobre a carne e a imaginação; e o duo entre *desejo e mito,* que juntos, atravessam a experiência erótica e digital, funcionando como substrato narrativo do ensaio, que enraíza práticas íntimas em fabulações coletivas.

Se na tradição clássica o mito de Eros personificava o impulso vital do amor e da sexualidade, nas culturas digitais atuais encontramos novos deuses maquínicos, inscritos em aplicativos, próteses e interfaces. Eles não nos falam em templos, mas em telas iluminadas; não operam por rituais de sacrifício, mas por gestos de toque, deslizar e conexão em rede, no caso.

As discussões que emergem dessas fabulações organizam-se em três frentes. Na *psicológica*, o prazer é compreendido não apenas como resposta fisiológica, mas como experiência culturalmente mediada, em que ferramentas e objetos digitais funcionam como extensões da psique. Na *tecnológica*, os artefatos não são neutros, mas operadores de desejo que participam na regulação, intensificação ou ressignificação das práticas sexuais. Por fim, na dimensão *cultural/mitopoética*, que se compreende enquanto imaginário coletivo e se enraíza nessas práticas, transformando objetos técnicos em símbolos e corpos em mitologias vivas.

Essa dimensão mitológica revela que o prazer não é apenas prática privada, mas dispositivo cultural de coesão e memória. Cada tecnologia carrega consigo uma narrativa fundadora: o vibrador como metáfora de emancipação feminina; o aplicativo de encontros como mito da conexão infinita; a pornografia — digital ou não —, como encenação de arquétipos do desejo. Nesse sentido, este ensaio se constrói como uma *mitopoese e-contemporânea*, em que psicologia e a cultura digital se unem para narrar como o corpo se inscreve em um panteão de objetos que simultaneamente ampliam, disciplinam e ressignificam o prazer. É nessa confluência entre mito, técnica e simulacros que emergem as reflexões aqui apresentadas.

2 METODOLOGIA

Este ensaio adota uma abordagem teórico-ensaística fundamentada na análise crítica de discursos, narrativas e objetos culturais que atravessam a relação entre corpo, desejo e tecnologia. Trata-se de um percurso metodológico que se inscreve nas tradições da psicologia cultural, dos estudos digitais e da teoria crítica, privilegiando o exame

interpretativo em detrimento de uma investigação empírica quantitativa. A construção metodológica parte de três movimentos principais:

1. **Leitura e articulação teórica** – mobilização de autores clássicos e contemporâneos como Freud, Foucault, Baudrillard, Lacan, Han, Dunker e Williams, cujos conceitos permitem compreender como o desejo, o prazer e o corpo são modulados por dispositivos sociais, tecnológicos e econômicos.
2. **Análise semiótica e cultural** – observação crítica de diferentes tecnologias do prazer (literatura erótica, revistas, filmes, plataformas digitais, aplicativos e inteligência artificial), não apenas como ferramentas funcionais, mas como signos que condensam valores sociais, memórias culturais e representações do desejo homossexual na contemporaneidade.
3. **Ensaísmo interpretativo** – elaboração de um discurso que transita entre o conceitual e o narrativo, explorando contradições, paradoxos e tensões próprias da sociedade digital. A metodologia ensaística permite integrar referências psicanalíticas, filosóficas e socioculturais numa reflexão que ultrapassa o plano descritivo para propor novas leituras sobre prazer, subjetividade e poder.

Assim, a metodologia não se reduz a um protocolo técnico, mas assume-se como gesto hermenêutico: interpretar os fenômenos digitais e pornográficos enquanto mitologias contemporâneas que revelam, de forma simbólica e material, o entrelaçamento entre capitalismo, desejo e subjetividade. O ensaio, portanto, é tanto análise quanto criação de sentido, configurando-se como exercício crítico de psicologia e cultura digital.

3 A CONTRADIÇÃO DA EXPLICITAÇÃO: O GOZO DO CORPO, O OBJETO DA OBRA

Na interseção entre o mercado do consumo de conteúdos tidos como *pervertidos* (Freud) e a sociedade normativa puramente moralista, as revistas de homens pelados sempre desempenharam um papel intrigante ao longo dos anos. Presentemente, na era de criadores de conteúdos +18 em plataformas como *Onlyfans, Privacy* e *X* (antigo Twitter), o corpo tem assumido essa função de mercadoria do prazer: o fetiche gera cada vez mais lucro numa sociedade que se entrega com força ao consumo do poder na realização de desejos.

A aparente contradição entre a exploração do apetite pelo masculino e as normas patriarcais-homofóbicas refletem, não apenas numa apropriação descarada do capitalismo sobre os indivíduos, mas também numa complexa relação entre a sexualidade, moralidade e os estereótipos de gênero promovidos — por séculos — em nossa sociedade. A sexualidade, juntamente com a beleza estética, é que orienta hoje, por toda a parte, a redescoberta e o consumo do corpo como objeto de desejo (Baudrillard, 1995).

Historicamente, revistas de homens pelados como a *G Magazine*[2], sempre estiveram ancoradas num contexto social onde a homossexualidade era frequentemente estigmatizada ao colocar a sociedade em estado de alerta para resistir a esta falsa aceitação de um mundo onde a diversidade sexual fosse partilhada. O ponto é que, paradoxalmente, essas revistas consecutivamente encontraram espaço no mercado, revelando uma dinâmica, no mínimo, curiosa. Há contradição na explicitação: o passado de revistas recheadas de homens pelados sempre alimentou essa exploração do desejo pelo *masculino* numa sociedade abertamente machista, homofóbica e higienizada, afinal, "o erotismo anal sucumbi primeiramente à repressão orgânica, que abriu o caminho para a cultura" (Freud, 2011, p. 45).

A apropriação cada vez mais potente do capitalismo neste cenário, revela um jogo de interesses em que o desejo pela representação masculina é explorado economicamente, muitas vezes à revelia das normas sociais estabelecidas. Jean Baudrillard, na obra A Sociedade de Consumo (1995), argumenta que a sociedade moderna é caracterizada pela produção incessante de signos e imagens que moldam e, por vezes, subvertem as normas culturais. E essas imagens, por sua vez, coordenam os desejos ao reproduzirem corpos enquanto mercadoria.

O filósofo e teórico social, Michel Foucault, na obra História da Sexualidade I: A Vontade de Saber (1977), argumenta que as sociedades modernas não reprimem a sexualidade; ao contrário, elas a reproduzem e a regulam de maneiras específicas. De tal modo que, a participação de ícones heterossexuais em publicações de revistas como *G Magazine* ou até mesmo em filmes como *Queer* (2024)[3], por exemplo, podem ser entendidas como uma manifestação dessa regulação, desafiando as fronteiras da sexualidade convencional, enquanto, ao mesmo tempo, mantém uma aparência de conformidade. Afinal, em uma sociedade onde a pornografia, historicamente, fora sempre voltada para o público masculino, a ideia de que mulheres não podiam consumir pornografia estava intrinsecamente ligada à manutenção das normas de gênero. Homens podem tudo em todo lugar a todo momento. E isso inclui consumir outros homens, mesmo que seja moralmente contraditório.

Linda Williams, em "*Hard Core: Power, Pleasure, and the 'Frenzy of the Visible*" (1999), explora como a pornografia sempre se manteve profundamente enraizada em relações de poder. Tanto no mercado homossexual, como no heterossexual, as produções se restringem a homens em suas performances de machos que f****, humilham, cospem e maltratam. Segundo a autora, essas relações de poder destacam como as convenções culturais

[2] G Magazine é uma publicação brasileira (iniciada no formato físico em 1997 e retornando no formato digital em 2025), dedicada à abordagem de conteúdo relacionado à nudez masculina e à produção de reportagens voltadas para o público homossexual masculino, incluindo a ensaios fotográficos explícitos (RODRIGUES, 2012).

[3] Do diretor Luca Guadagnino, o longa-metragem traz o galã-James-Bond Daniel Craig em cenas de sexo homossexual eróticas, numa estratégia de marketing tornar o filme um grande fetiche, despertando desejo. O filme tem ganhando o gosto do público por trazer esse homem gay padrão mais velho e um jovem Twink.

contribuem para a construção dos gêneros no âmbito sexual. Para Freud, esse poder se dar pela:

> a descoberta de que o amor sexual (genital) proporciona ao indivíduo as mais fortes vivências de satisfação, dá-lhe realmente o protótipo de toda felicidade, deve tê-lo feito continuar a busca da satisfação vital no terreno das relações sexuais, colocando o erotismo genital no centro da vida (Freud, 2011, p. 46).

Não é preciso muito esforço para ver isso. Uma breve análise desses conteúdos produzidos por revistas, filmes, plataformas, sites, jogos e afins revelam, não apenas a exploração do desejo pelo masculino, mas também a perpetuação de uma sociedade que, ao mesmo tempo que suprime a homossexualidade, lucra com as suas nuances. A contradição entre a aparente aceitação comercial do desejo masculino e as estruturas sociais que, historicamente, reprimem a diversidade sexual, é um microcosmo intrigante dessas tensões subjacentes na sociedade contemporânea digital em que vivemos.

Essas revistas de homens pelados, produções audiovisuais (eróticas ou não), jogos de realidade aumentada, salas de bate-papo, a imagem de homens enquanto super-heróis e tantas outras formas de vender e consumir masculinidades, não apenas desafiaram as normas culturais, mas também é capaz de destacar a suas fragilidades quando confrontadas com o poder do mercado e a complexidade da sexualidade humana. Essa interseção revela, não apenas, a exploração do desejo, mas também as fissuras nas quais as normas culturais se encontram quando confrontadas com a força erosiva e cada vez mais presente dessa falsa liberdade sexual digital que o mundo insiste em vender.

4 MERCADO DO DESEJO: CRIADORES DE CONTEÚDOS ADULTOS JÁ SOMAM MILHARES EM TODO O MUNDO

A revista Forbes Brasil analisou demonstrações financeiras publicadas em outubro de 2024, onde a *Fenix International*, empresa-mãe da plataforma *OnlyFans*, revelou que obteve US$485 milhões em lucros sobre US$ 1,3 bilhão em receitas em 2023. Isso representa um aumento em relação aos US$404 milhões dos US$1,1 bilhão em 2022. O serviço revolucionou o mercado de conteúdo digital ao permitir que criadores monetizassem diretamente suas produções, especialmente no segmento adulto (Forbes, 2024).

Ainda segundo esses dados, a plataforma conta com mais de 305 milhões de usuários globais que, juntos, gastaram um total de US$6,6 bilhões em assinaturas no ano passado. O custo para se inscrever em um criador de conteúdo no *OnlyFans* varia entre US$4,99 e US$49,99 — a taxa do site é 20% desse valor. De acordo com a plataforma de análise *Similarweb*, o *OnlyFans* foi classificado como o 65º site mais popular nos EUA, à frente de

Xfinity, Yelp e *Spotify*. A América Latina é vista como uma das maiores regiões estratégicas para expansão do negócio, com uma crescente participação de criadores brasileiros[4].

É certo que os progressos *ligeiros* (Bauman) na civilização fizeram crescer também as exigências da repressão. Contudo, por uma via em paralelo, os nossos desejos são alimentados pela irônica "frouxidão" gerada pela conectividade digital. A psicanálise freudiana apontou que são, sobretudo, embora não exclusivamente, impulsos instintuais sexuais que sucumbem a essa repressão cultural. Afinal, "a civilização se baseia na renúncia instintual, e cada indivíduo, em seu caminho da infância à maturidade, repete em sua própria pessoa esse desenvolvimento da humanidade rumo a uma sensata resignação" (Freud, 2011, p. 43).

Alguns indivíduos ostentam a valiosa característica de se deixar desviar dos objetivos imediatos, e assim põe a sua energia, como tendências *sublimadas*, à disposição do desenvolvimento cultural: as novas relações. Mas outra parte, algo ainda mais profundo, permanece no inconsciente como desejos insatisfeitos e exige uma satisfação qualquer, mesmo que deformada. Assim surgem os consumidores — e produtores —, de conteúdos nas plataformas *Onlyfans, Privacy,* perfis +18 no X (*Twitter)*. E, também, as salas de bate-papo online como *Chatrandom,* aplicativos de encontros como *Grindr*, sites pornografia "amadora" como *Xvideos* e tantas outras formas de consumo de desejos e satisfações substitutivas, os chamados *pervertidos* (Freud): escravos da realização de desejos, dispostos às satisfações substitutivas desses vontades reprimidas que, desde a infância, habitam insatisfeitas a alma de cada pessoa.

A busca por saciar esse prazer visto como "culposo" e "imoral" traz às pessoas as plataformas de conteúdos sexuais digitais — e tantos outros meios dessas *tecnologias do prazer* —, onde o conteúdo é explícito e o contato físico potencialmente inexistente. Para Baudrillard (1995), foi na *forma* (meio e mensagem) que tudo mudou: em vez do real, substitui-se em toda a parte um *neo-real*, inteiramente produzido a partir da combinação dos elementos do código. No capítulo <<*Mass Media*>> *Sexo e Lazeres*, o autor traz o corpo reapropriado, tornando-se função de objetivos capitalistas, onde investir nele é rentabilizá-lo:

> o corpo não se reapropria, segundo as finalidades autônomas do sujeito, mas conforme o princípio normativo do prazer e da rendibilidade hedonista, segundo a coação de instrumentalidade diretamente indexada pelo código e pelas normas da sociedade de produção e de consumo dirigido (Baudrillard, 1995, p. 170).

[4] Informações dadas pela empresária Amrapati Gan, fundadora e CEO do OnlyFans, e uma das personalidades convidadas a subir no palco principal do evento A Web Summit Rio 2023, um dos mais importantes eventos mundiais de tecnologia, empreendedorismo e inovação. O OnlyFans ganhou um grande destaque no evento ao ser considerado uma das plataformas de conteúdos digitais de grande impacto na economia mundial (Portal de Noticias G1).

É importante salientar que o consumo desse corpo comercializável é explorado nessas *tecnologias do prazer* muitas vezes de forma anônima. O indivíduo que busca saciar a sua sede não pode ser identificado e assim não será moralmente julgado por seus atos. São corpos descartáveis que sustentam esse mercado desmoralizado do desejo. De um lado, consumidores ávidos por consumir corpos em situações homeomorfas aos seus desejos mais profundos; de outro, produtores de conteúdos que se dedicam diariamente a criar materiais visuais capazes de atrair público para o seu negócio: prazer. A articulação, idealização e contextualização desses objetivos (conteúdos) se dão, exclusivamente, por vivências comuns, tanto para quem produz, como para quem deseja possuir-consumir. Ambos se satisfazem em suas esferas de prazer.

Cruising, Twink, Bareback, Furry, Creampie, Femboy, Ménage à Trois, Interracial, Orgias, Ursos e até *Padrasto*, são algumas das categorias de fascínio que rendem milhares de conteúdos na plataforma de vídeos *Xvideos*. O mais curioso é que todas essas *tags* de conteúdos são fumaças nebulosas criadas para esconder violências ao realizar esses desejos proibidos que chegam a ser crimes realizados "à céu aberto".

Nessa espécie de esferas do prazer, ambos os lados — produtores e consumidores — são reféns de seus próprios universos perversos, onde o corpo é objeto descartável do desejo alheio, e o sexo transfigura-se nessa desritualização em projeção dessa busca pela satisfação narcísica compulsiva. Freud explica que a compulsão é uma forma de buscar a reparação da dor, mas que acaba por causar ainda mais dor. Nas relações digitais de poder, não há ligações afetivas, mas sim muita interdependência emocional no tangente prazer. Temos o despejo da libido e o desejo substitutivo sendo elevado pelo ato de gozar *do objeto*. Os produtores de conteúdos disponibilizam todo o seu *material de desejo* para que os indivíduos possam consumir os seus objetos sem culpa (Freud, 2019).

Por meio de gatilhos visuais que ativam lapsos cerebrais que liberam hormônios ligados às lembranças, estas, por sua vez, responsáveis por nos fazer reviver sensações "mnêmicas", ou seja, desejos reprimidos e recalcados no inconsciente por "infringirem" a moral do indivíduo, o consumidor dessas *tecnologias do prazer* vai alimentando a sua vontade sexual inibida, devorando os seus desejos mais profundos e solidificando ainda mais as suas satisfações a partir do consumo desse produto digital *perverso*. Afinal, a *compulsão* é um deslocamento inconsciente do afeto na tentativa de aplacar a angústia do querer (Freud, 2020).

Diante de tudo isso, a sociedade *e-contemporânea* segue ignorando as reais raízes desses desejos, objetificando os corpos como item de prazer e gozo, idealizando situações, gerando e consumindo conteúdos digitais substitutivos que capitalizam esses desejos homossexuais na contradição de uma sociedade homofóbica. Não seria errado dizer que o capital se abstém de proteger o indivíduo dele mesmo: "*o homem é o lobo do próprio homem*" (Hobbes), escravizando as suas vontades e camuflando os reais motivos da busca de seu

estado de natureza. Enquanto isso, plataformas de conteúdos adultos lucram milhões com fetichismo, desejo e gozo, promovendo compulsões e se estabelecendo como uma grande indústria de cafetinagem digital onde o corpo e é capturado e comercializado enquanto objeto de prazer.

5 AS TECNOLOGIAS DO PRAZER: O CULTO AO MASCULINO E O CONSUMO DE PORNOGRAFIA HOMOSSEXUAL NUMA SOCIEDADE MACHISTA-HOMOFOBICA

Primeiramente, uma sociedade cujo sistema capitalista-consumista promove ideais machistas-homofóbicas consegue ser controverso ao oferecer tantas possibilidades de consumo e realização sexual entre homens gays. A oferta é proporcional à demanda. Os meios, os tipos e as plataformas são diversos, e o objetivo o mesmo: enquanto as mulheres são ignoradas, proibidas de expor as suas sexualidades, comercializam o prazer homossexual; afinal, são homens. Saunas; parques de *cruising*; ginásios equipados com SPA exclusivo para homens; praia de nudismos, bares, boates, festas de fetiches, *chemsex*[5] e tantas outras práticas e *tecnologias do prazer* oferecem um verdadeiro arsenal de estímulos às *investidas*. Todos lugares supostamente seguros onde o homem pode apreciar o homem: o deleite do corpo masculino desejado, sexualizado e consumido sem pudor e culpa.

No pós-guerra, a Revolução Sexual no ocidente (1960-70) desafiou os códigos tradicionais de comportamento sexual, abrindo caminho para uma sociedade mais permissiva à diversidade de práticas sexuais. A introdução da pílula anticoncepcional, discussões sobre a legalização do aborto e a essa suposta proposta de "aceitação da homossexualidade" expandiram as fronteiras da intimidade. Esse movimento coincidiu também com a democratização da tecnologia, que tornou a fotografia e o cinema mais acessíveis. Inicialmente, a nudez nas artes visuais e na fotografia era encarada com um senso de beleza e erotismo subentendido. No entanto, à medida que a pornografia se tornou mais comum e aceita, o corpo nu começou a ser visto como objeto de consumo explícito, principalmente com o advento do cinema e da pornografia *hardcore (*Williams, 1999*)*.

Essa mudança acelerou-se ainda mais nas décadas de 1970 e 1980, quando o capital viu na pornografia uma oportunidade de lucro. O corpo nu foi, gradativamente, deslocado desse lugar de arte para os domínios do entretenimento, levando ao consumo massivo da pornografia que temos hoje. Os avanços tecnológicos permitiram que o acesso a esse material fosse facilitado e difundido em larga escala, estabelecendo uma cultura onde o corpo passa a ser tratado como produto. Isso transformou o papel da pornografia (vídeo, revistas e afins), que se afasta dessa ideia de tabu — mas ainda de mãos atadas a ela — passando a ser justificada como uma tecnologia de educação sexual e prazer para homens (Baudrillard, 1995).

[5] É o consumo de drogas em grupo ou festas para facilitar ou aumentar a atividade sexual (Machado, 2025).

A revolução sexual, aliada ao desenvolvimento da mídia digital, reformulou a tríade corpo, desejo e sociedade, tornando a nudez, não mais um símbolo de transcendência estética, mas um meio de exploração e mercantilização do prazer. Essas transformações foram responsáveis por ressignificar a forma como consumimos esse outro, dando evasão ao que apresentamos aqui como *as tecnologias do prazer:* meios, plataformas e formas de consumir o outro enquanto objeto de desejo.

5.1 CONTOS ERÓTICOS - LITERATURA, RÁDIO E O TELE-SEXO: A IMAGINAÇÃO PARA FAZER SENTIR

Com o avanço da literatura erótica homossexual e o desenvolvimento de mídias como o rádio e as linhas telefônicas de tele-sexo, a erotização do corpo masculino começou a ser codificada em signos e linguagens acessíveis. Os contos eróticos, difundidos na literatura impressa, eram repletos de símbolos que estimulavam a mente ao projetar imagens no cérebro dos leitores. Essas narrativas proporcionavam uma experiência de prazer, onde os textos assumiam esse papel de *receita* que, ao serem lidos e interpretadas, geravam imagens e sensações intensas no corpo a partir da imaginação de cada um acerca da decodificação das narrativas descritivas.

Com o surgimento do rádio (1896), a possibilidade de criar um ambiente sonoro erótico ampliou ainda mais o alcance dessa forma indireta de consumir pornografia. As linhas de tele-sexo, em particular, trouxeram uma dimensão auditiva que complementava a imaginação dos ouvintes. Ao verbalizar o desejo na interação de palavras sussurradas, essas tecnologias prepararam o terreno para a digitalização do prazer como conhecemos. O tele-sexo, embora limitado a um pequeno público, serviu como precursor de uma tecnologia que se aperfeiçoaria para criar experiências cada vez mais pessoais e intensas entre pares.

Assim, o desejo começou a ser veiculado de maneira mediada, mas ainda dependente dessa livre interpretação. Cada ouvinte ou leitor decodificava esses estímulos e imaginava o conteúdo visual ao seu próprio entendimento e vontade. Uma liberdade que, com o tempo, seria moldada por tecnologias cada vez mais explícitas e direcionadas. A literatura e o rádio abriram caminho para a criação de um espaço onde o prazer era disfarçado de romance e narrativa, permitindo que imaginação do desejo homossexual circulasse em uma sociedade que ainda o reprimia fortemente.

5.2 REVISTAS – DESEJOS REPRIMIDOS, IMAGENS DE PRAZER: A REPRESENTAÇÃO ESTÁTICA DO OBJETO

Com a criação de revistas como a *G Magazine (Brasil, 1997)*, o consumo de pornografia homossexual tornou-se um fenômeno mais acessível e socialmente visível: eis a contradição. Popular pela reprodução desse corpo nu sem pudor, a revista foi a pioneira no

Brasil a combinar imagens explícitas com textos eróticos, criando uma experiência de leitura mais completa e imersiva. As fotografias estáticas permitiam que os leitores se aprofundassem nos detalhes, enquanto os contos proporcionavam o suporte narrativo para alimentar fantasias mais complexas.

A *G Magazine* — e tantas outras como a *Intima, Honcho, Torso* — apresentava ensaios homens comuns, mas também de celebridades, alimentando esse desejo de "possuir" essas figuras idealizadas. A construção narrativa de cada edição era cuidadosamente pensada para evocar uma sensação de intimidade e proximidade com os modelos, oferecendo ao leitor uma experiência mais real e intensamente pessoal. Numa sociedade abertamente homofóbica, essas revistas possibilitaram que o desejo reprimido fosse sublimado em um formato consumível e socialmente aceitável. Essa tecnologia visual ofereceu uma válvula de escape, proporcionando um ambiente onde o prazer poderia ser explorado, ainda que de maneira mediada e indireta.

Nesse contexto, as revistas de homens pelados podem ser consideradas manifestações tangíveis dessa produção de imagens, provocando a expectativa da sociedade machista ao alimentar, e ao mesmo tempo explorar, o desejo masculino como produto a ser consumido, mesmo se portando como uma sociedade puramente homofóbica, machista e para ser ainda mais direto, misógina. A presença de figuras públicas como jogadores de futebol, atores e celebridades nas páginas dessas revistas, adiciona ainda uma camada extra de complexidade. Destaque para edição de outubro de 2004, que traz o ator Matheus Carierri e seu filho Kaíke Carierri num ensaio erótico com o tema *"Tal pai, tal filho"* (ver anexo). Esse tipo de conteúdo fortalece essa ideação *perversa* dessa legitimação e comercialização do desejo homossexual no mercado, e que passou a ganhar ainda mais espaço com as tecnologias da informação, principalmente o computador e a internet.

5.3 FILMES ERÓTICOS – DA CINEMA CONCEITUAL AO PORNÔ ESCRACHADO: NARRATIVAS EM STORYTELLING CONTAM HISTÓRIAS DE PRAZER

A transição dos filmes eróticos para o pornô foi um marco na evolução das tecnologias de consumo de pornografia homossexual. O cinema, inicialmente utilizado para produções artísticas e de idolatria, passou a focar em filmes com conteúdo cada vez mais explícito e sexualizado. A introdução do som e da imagem em movimento ofereceu uma experiência multissensorial mais rica, onde a visão e a audição criavam um ambiente que aproximava o espectador da ação real.

Filmes eróticos com o clássico *The Idol (1979),* foram além da simples representação, trazendo à tona performances que replicavam o comportamento humano e intensificavam o prazer. A pornografia evoluiu para se tornar um produto de "execução" e "apreciação" visual, onde a satisfação do espectador era construída a partir de uma cadeia de estímulos cuidadosamente planejada. Ao ver atores se movimentando, ouvindo os seus sons (gemidos,

diálogos e afins) e acompanhando suas expressões, o consumidor é levado a uma experiência de imersão ainda mais real. A coreografia do movimento traz essa aproximação do real.

Com a popularização dos filmes pornográficos, o corpo masculino passou a ser retratado de forma explícita, e a sociedade consumidora, embora reprimida, encontrou uma maneira de expressar o seu desejo através de imagens que proporcionavam um prazer instantâneo e direto. Tudo isso sem ser "descoberto". Sem flagra.

5.4 SALAS DE BATE-PAPO ONLINE, PORNOGRAFIA E APLICATIVOS DIGITAIS - GRINDR, BADOO, ROMEO E SCRUFF: A CAÇADA NAS FERRAMENTAS PARA ENCONTROS, REAIS?

A criação de sistemas computacionais cada vez mais eficazes, seguida pela explosão e popularização da internet, acelerou, significativamente, a evolução das *tecnologias do prazer*. Esses sistemas conseguem simular, em *bits*, tudo o que há de mais orgânico que o nosso cérebro deseja sentir e possuir. *As tecnologias do prazer* ganham mais autonomia sobre esse indivíduo que busca a realização desse prazer instintual proibido. A partir disso, a imaginação vai, gradativamente, dando espaço para essa representação virtual desse outro onde as performances dos sentidos (fisiológicos) invadem a mente do *user online*.

Salas de *chats* anônimas e os aplicativos como o *Grindr* trouxeram uma nova dinâmica para o consumo de pornografia homossexual, trazendo-a para um campo físico e real. A lógica da aleatoriedade, combinada com a possibilidade de escolher parceiros baseados em fatores específicos, como idade, fetiches e localização, permitiu que o desejo fosse mais personalizado e imediato. Essa tecnologia consentiu que os usuários trocassem imagens e vídeos pessoais, aproximando-se de uma experiência mais autêntica, mantendo o valor real e o "romance" de encontrar um parceiro para a vida, além da produção amadora de pornografia.

O caráter efêmero dos bate-papos, a troca de material íntimo e a possibilidade de um encontro real, criaram um ambiente onde a privacidade e a segurança estão em constante risco. Esse risco, paradoxalmente, adiciona um elemento de excitação, tornando a experiência mais intensa para muitos usuários. Essas plataformas acabam por tornar tudo ainda mais real porque se trata de pessoas reais a trocar mensagens e a buscar encontros sexuais casuais.

Com a proliferação desses aplicativos, a barganha de pornografia pessoal deixou de ser apenas uma busca de prazer e passou a ser uma forma de autoexpressão. Ao possibilitar a conexão com outras pessoas de maneira rápida e anônima, a tecnologia deu voz a desejos antes reprimidos, oferecendo uma experiência de liberdade que se tornaria uma característica definidora dos veículos digitais seguintes, mas também deu espaço para

violências ao reproduzir corpos ideais e oprimir indivíduos que fujam da lógica estética do prazer comercial.

5.5 REDES SOCIAIS - ONLYFANS, X (TWITTER) E PRIVACY: A ÂNSIA POR UM PRAZER CADA VEZ MAIS REAL A PARTIR DA CAPITALIZAÇÃO DESCARADA DO DESEJO SEXUAL

Com a evolução das tecnologias computacionais — advento da internet, a digitalização das relações e *cibercrimes* —, observamos um fenômeno de "terceirização" dessa imaginação sexual e a promoção da *perversão*, além de um afastamento do físico-real. A partir do surgimento de plataformas de conteúdo pago como *OnlyFans e Privacy*, o consumo de pornografia homossexual se tornou ainda mais personalizado. Esses sites permitem que os usuários paguem por conteúdos específicos de criadores que atendam diretamente aos seus fetiches e fantasias. A personalização se torna central, e o consumo é direcionado pela ideia de que o cliente pode acessar exatamente o que deseja, de forma segura e contínua.

Esse fenômeno é representativo dessa sociedade neoliberal que valoriza a individualidade e o consumo sob medida. Os criadores têm a liberdade de explorar temas e práticas que são geralmente marginalizados, enquanto os consumidores têm a liberdade de selecionar o conteúdo que melhor corresponde às suas preferências e *gratificações sexuais*.

OnlyFans e similares resinificam a experiência da pornografia ao permitir um contato direto e contínuo entre criador e consumidor. A relação deixa de ser unidirecional e ganha contornos mais interativos, aproximando os usuários de seus objetos de desejo. Essa dinâmica virtual fortalece o culto ao narcisismo e à validação social, tornando-se, em muitos casos, uma extensão da busca incessante por aceitação e prazer individual, além de ajudar a romper com o *tabu-pudor* ao agenciar essa autopromoção da homossexualidade.

5.6 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA): JOGOS DE SIMULAÇÃO E O SIMULACRO DO HIPER-REAL

A introdução do *Metaverso* e da IA no consumo de pornografia homossexual representa o auge da personalização — será que ainda conseguimos ir mais além? As novas tecnologias permitem que os usuários criem experiências hiper-realistas com *avatares* ou personagens gerados a partir de pessoas reais. A IA possibilita a produção de vídeos *Deep Fakes*[6], e de imagens personalizados, onde o consumidor pode ter uma experiência de

[6] Conteúdos em imagens, vídeos ou áudio que são editados ou gerados a partir de ferramentas de inteligência artificial, que podem representar pessoas reais ou inexistentes. Fortemente ligados a crimes cibernéticos, trata-se de uma tecnologia tida como um tipo de mídia sintética moderna. O uso dessa tecnologia gerou muito debate no Brasil, quando a Volkswagen lançou a campanha publicitária "70 anos da Volkswagen no Brasil (2023)", onde a cantora Maria Rita contracenava com a sua mãe, e também cantora, Elis Regina, que morreu em 1982.

prazer que reproduza, de maneira vívida, a aparência e os movimentos de alguém de seu interesse.

A personalização das experiências sexuais mediadas por tecnologias de inteligência artificial (IA) tem alcançado desdobramentos preocupantes, especialmente entre públicos mais jovens. Uma reportagem do jornal Estadão (Kelly, 2025) revelou que adolescentes já estão utilizando ferramentas de IA generativa para produzir nudes sintéticos de si próprios — e de seus colegas —, os quais são enviados a terceiros no contexto de interações afetivo-sexuais digitais. Essa prática, conhecida de "*sexting*", além de levantar implicações legais complexas — sobretudo em relação à proteção de menores, à pornografia infantil digital e ao consentimento —, revela o grau extremo de dissolução entre sujeito, corpo e desejo na sociedade contemporânea.

Nesse cenário, a construção da identidade sexual passa a operar numa lógica de *simulacro* (Baudrillard) em que o próprio corpo é artificializado e performado por mediações algorítmicas, deslocando a experiência do prazer para o plano do *hiper-real*. O corpo torna-se não apenas objeto de desejo, mas produto fabricável, manipulável e descartável, intensificando o narcisismo digital e a autoexploração precoce. Trata-se de uma radicalização da dissociação entre o sujeito e sua materialidade, conforme antecipado por Baudrillard (1991), na qual o prazer já não depende da presença física ou do outro real, mas de imagens forjadas que encenam uma intimidade artificialmente programada.

A emergência desse comportamento entre adolescentes também evidencia a falência da mediação afetiva e da educação sexual na era digital, onde o desejo e a sexualidade são cada vez mais moldados por *softwares* em detrimento das relações interpessoais. Nesse sentido, a IA não apenas simula o prazer: ela educa, condiciona e antecipa formas de desejo ainda em formação, criando sujeitos cuja primeira experiência sexual pode se dar com versões idealizadas de si mesmos. O corpo, nesse processo, é absorvido por uma lógica de consumo que precede até mesmo o reconhecimento pleno da própria identidade.

Essas tecnologias oferecem a possibilidade aprimorar esse consumo de pornografia, produzindo os objetos de desejo que figuram as fantasias, sejam celebridades ou pessoas conhecidas. A experiência no *Metaverso* é ainda mais imersiva, com ambientes tridimensionais e interações que simulam o contato real, ampliando a capacidade de satisfação e a intensidade do prazer, revelando esse desejo crescente do controle total sobre as experiências sexuais, apontando para um futuro onde a simulação poderá ultrapassar a interação fisicohumana.

Contudo, a prática levanta questões éticas sobre o impacto do consumo de pornografia hiper-realista e sua influência sobre o conceito de identidade e relacionamento. A possibilidade de criar avatares personalizados de pessoas reais como nos diversos jogos de sexo disponíveis na internet (ver anexo), flerta com o narcisismo e a objetificação, onde o outro deixa de ser um ser autêntico e se torna uma mera projeção de desejo. Assim, o

Metaverso e a IA representam tanto a culminação da tecnologia quanto um desafio às fronteiras da ética e da humanidade na busca incessante pelo prazer.

6 AI: AUTOENGANAÇÃO NO DESEJO DE CONSUMIR O OUTRO DO OUTRO

A sociedade moderna está profundamente imersa no fenômeno computacional. E isso nos faz lembrar que realmente estamos vivendo naquilo que Byung-Chul Han na obra Sociedade do Cansaço (2020) chama de "era neural" — numa perspectiva patológica. Grande parte de nossas interações digitais são, fundamentalmente, regida por estímulos sensoriais e, claro, contornadas pela *ordem imaginada*[7].

O cérebro humano, a mais poderosa máquina biológica existente, é responsável pela criação de todas essas tecnologias e ferramentas que, por sua vez, estão a cargo de gerenciar esse avanço da sociedade na história: promovendo a intensificação de desejos ao vender necessidades cada vez mais fúteis aos humanos. Toda essa capacidade criativa nos leva a um cenário onde estar online não é apenas uma opção, mas uma condição natural. Num futuro próximo, uma forma infinita de existir.

Segundo Alan Turing, no texto *Intelligent Machinery* (1948), o cérebro é uma máquina biológica contínua e controladora muito próxima da lógica funcional de uma máquina discreta — principalmente se considerarmos o comportamento dos neurônios como sendo análogos às máquinas digitais. Nisso, não seria errado dizer, partindo desse conceito de Turing, que a natureza — numa perspectiva evolucionista — expandiu o cérebro na *Revolução Cognitiva*[8] enquanto ferramenta analógica, mas com uma ideação executiva funcional discreta, e esse sistema cognitivo se estabelece enquanto um *software biológico* (Harari, 2011).

O computador — essa máquina descrita por Alan Kay (1972) como um *metameio* —, tem ocupado cada vez mais esse projeto audacioso de estender a psique humana. Enquanto *ferramenta abstrata*, o computador é responsável por ampliar e até mesmo superar as nossas capacidades cognitivas. Enquanto *meio*, essa maquina é capaz de fundir mente e tecnologia, reconfigurando a nossa relação com o prazer (*pulsão de Eros*) — e o desprazer (*pulsão de morte*) —, tornando as fronteiras entre o físico e o digital cada vez mais embaralhadas no mundo.

O historiador Yuval Noah Harari organiza na obra *Nexus* (2024), uma discussão aprofundada acerca das Redes de Informação: da Idade da Pedra à inteligência artificial. O autor argumenta que a coisa mais importante para se entender sobre a IA é que ela não é uma ferramenta, é um agente. O pesquisador ressaltou que o mundo está diante da primeira

[7] Referente ao conceito de contrato social de John Locke, tendo a moral enquanto rede de confiança mútua (Locke, 1988).

[8] Harari apresenta a evolução do homo sapiens em três revoluções, sendo a revolução cognitiva a primeira delas porque foi nela que o homo sapiens começou a desenvolver habilidades inteligíveis, passando a organizar cada vez mais os seus pensamentos abstratos, criando mitos e contando histórias: o início de uma realidade imaginada (Harari, 2020).

tecnologia na história que pode tomar decisões e inventar novas ideias por si mesma. “Mesmo algo tão poderoso quanto uma bomba atômica, não tinha esse poder de deliberação espontânea”. Todas as decisões eram tomadas por humanos. No livro *Nexus*, o Harari adverte que o homem criou algo que potencialmente pode tirar o poder dele mesmo.

O existencialista Jean-Paul Sartre apresenta em sua obra *O Ser e o Nada (2008)*, o conceito de *mauvaise foi* (má-fé) — que em tradução livre adotada por pesquisadores estadunidenses, ganhou a definição “autoengano”. Esse conceito de *autoengano*, segundo o filósofo, aparece como um comportamento onde a consciência está ciente, de maneira implícita, de seus verdadeiros desejos, mas busca realizar uma *representação simbólica* desses desejos recalcados, principalmente como uma forma de fuga ou negação dessa realidade, tornando-a mais aceitável, mas mantendo o foco em sua realização.

Na logística da IA como uma sabotadora e mediadora dessa “autoenganação” — o consumo de imagens sem consentimento e do arsenal pornográfico presente em plataformas como *X* e *OnlyFans* —, o outro enquanto outro (ser) é totalmente esvaziado, reduzido apenas ao objeto de desejo a ser satisfeito por esse indivíduo perverso. Portanto, gerar uma imagem do outro para consumo é, além de um traço de narcisismo obsessivo, uma atitude perversa.

Nessa suposta *simulação*, que para Freud podemos chamar de fantasia, pois, diferente da mentira — cuja intencionalidade consciente é enganar o outro — o indivíduo fantasioso se ocupa em criar um autoengano, negando a verdade a si mesmo. Por exemplo, a ideia do "homossexual hesitante", também trazida por Sartre na obra, é especialmente emblemático porque destaca o conflito central da autoenganação: a tensão entre ser livre (o *para-si*) e querer ser uma coisa fixa ou imutável (o *em-si*). O filosofo descreve esse homem que nega sua homossexualidade em algumas situações — ou para toda uma vida —, que pratica a sua sexualidade, mas não se considera como tal. Essa hesitação e contradição demonstram esse autoengano, revelando-se em duas dimensões principais: I. Fuga da responsabilidade de escolha: O indivíduo evita reconhecer que é livre para definir como lida com sua identidade, preferindo projetá-la como algo fora de seu controle; II. Negação da liberdade e da facticidade: Ele alterna entre aceitar e negar fatos sobre si mesmo, recusando-se a integrar sua liberdade com a realidade de sua situação.

A questão da "autoenganação" no desejo de consumir o outro de forma artificial, especialmente com o uso de tecnologias como a Inteligência Artificial (IA), é um fenômeno que expõe aspectos complexos do narcisismo moderno e das relações humanas na era digital. A sujeição da IA para criar e consumir imagens do outro revela uma tentativa de evitar as complexidades e frustrações inerentes às relações autênticas, substituindo-as por uma satisfação ilusória. O indivíduo, simbolicamente, se refugia em uma versão idealizada do prazer, a custo de qualquer conexão genuína com o outro. Por exemplo, como você reage quando *vaza um nude* de algum dos seus objetos de desejo? A busca pela realização desse

desejo — revelado pela imagem buscada — configura uma invasão de privacidade? Você é criminoso por buscar a nudez de suas investidas sexuais?

Freud, ao propor a obra-teoria *Para Além do Princípio do Prazer (2010),* sugere que o indivíduo busca, não apenas satisfação, mas também formas de escapar da dor e do sofrimento. Esse traço perverso de consumir o outro é, na verdade, um desejo de consumir a si mesmo, de realizar um desejo recalcado proveniente de uma experiência infantil.

Lacan, com o conceito de "*Economia do Gozo*", explica que o desejo humano é marcado por um gozo paradoxal, onde o objeto do desejo é sempre um "faltante," ou seja, algo inatingível. Portanto, ao utilizar a IA para construir uma imagem perfeita e personalizada do outro, o indivíduo busca anular essa falta e controlar o objeto do seu desejo, transformando-o em algo estático, seu e inteiramente consumível.

Tanto na perspectiva de Freud, como em Lacan, esse outro é esvaziado de subjetividade e reduzido a um mero objeto de consumo, numa espécie de *simulacro* (Baudrillard) de relacionamento que elimina o risco, a incerteza e a alteridade, caracterizando um narcisismo que é ao mesmo tempo obsessivo e perverso; apesar disso, segundo o pai da psicanálise:

> o caso patológico surge apenas quando o anseio pelo fetiche vai além dessa precondição e se fixa, colocando-se no lugar da meta normal, e quando o fetiche se desprende de determinada pessoa, tornando-se o único objeto sexual. São essas as precondições gerais para que simples variações do instinto sexual passem a aberrações patológicas (Freud, 2020 p. 47).

Zygmunt Bauman, ao estruturar a sua *Teoria da Liquidez,* mas precisamente sobre as relações líquidas, argumenta que as conexões humanas na contemporaneidade se tornaram voláteis e descartáveis, orientadas pela lógica do consumo e da superficialidade. A IA, ao permitir que o indivíduo crie uma versão manipulada do outro para satisfação própria, exacerba essa tendência à liquidez, esvaziando a relação de qualquer profundidade — ou gerando esse simulacro doentio.

Byung-Chul Han complementa essa nossa visão ao descrever em sua obra, *A Agonia do Eros (2019),* como a sociedade atual perdeu a capacidade de se relacionar com a alteridade. O outro não é mais encarado como um ser único e separado, mas sim como um reflexo que existe apenas para gratificar o próprio eu. O que Han chama de "Eros esgotado" pode ser evidente no uso da IA estes fins: a erosão da intimidade verdadeira é substituída por uma fantasia vazia, onde o outro não passa de um espelho narcísico de nossos desejos mais obscuros.

Todo esse emaranhado de ideais nos faz chegar no psicanalista Christian Dunker e sua obra *Reinvenção da Intimidade (2012),* que nos lembra que a verdadeira intimidade exige

uma relação de abertura e vulnerabilidade, onde o outro é reconhecido em sua alteridade e complexidade. A criação de imagens artificiais para consumo é, assim, uma estratégia de evasão que evita a intimidade real, preferindo a ilusão de uma relação controlada e previsível.

Mesmo que a produção de conteúdo homossexual ofereça uma janela para o desejo entre homens, ela é cercada por restrições simbólicas e culturais que servem para reafirmar a centralidade do masculino. Logo, a pornografia — e o seu consumo a partir dessas *tecnologias do prazer* — torna-se, assim, um exemplo claro de como a sociedade regula o prazer e o desejo por meio de mecanismos de poder e controle, mascarando o fascínio pelo desejo pelo masculino (homossexual) por meio de uma estrutura estética que reforça essas tais normas heteronormativas que reproduzem o machismo e a misógina ao agir de forma homofóbica.

7 ESTOU-ME A VIR: POR UMA OUTRA SUBJETIVIDADE DIGITAL

Em 1919, Freud acrescenta seguinte nota a sua *obra três ensaios sobre a teoria da sexualidade*: “a diferença mais profunda entre a vida amorosa no mundo antigo e no nosso estaria em que os antigos ressaltavam o instinto mesmo, e nós enfatizamos o objeto” (2020, pág. 40). E isso é tão contemporâneo quanto acessar videos pornôs amador diretamente na rede social *X*.

Essas plataformas digitais que permitem a personalização completa de personagens sexuais representam a interseção entre fetiche e tecnologia, onde o capitalismo contemporâneo lucra ao explorar as contradições sociais e os desejos reprimidos. A possibilidade de definir atributos físicos, narrativas-tabus e características subjetivas do parceiro digital reflete um aprofundamento desse processo, onde o consumo não é apenas sobre imagens, mas sobre histórias e contextos fetichistas. “O obsceno na pornografia não reside no excesso de sexo, mas no fato de não o ter” (Han, 2019, p. 55).

Segundo Freud, os fetiches operam como *substitutos simbólicos* que permitem ao sujeito acessar desejos reprimidos sem enfrentar diretamente suas implicações morais ou emocionais. A customização oferecida por tais plataformas, especialmente ao incluir dinâmicas proibidas como *parentescos*, permite uma encenação segura e mediada desses desejos. Contudo, ao transformar o desejo em uma experiência completamente controlada, a simulação elimina as nuances e a imprevisibilidade das relações reais, substituindo o outro por um reflexo perfeito do desejo do consumidor.

Baudrillard descreve esse *simulacro* como um fenômeno em que as imagens se tornam mais reais que o real, criando um universo paralelo de significados, elevando-as ao status do *hiper-real*. As experiências digitais de jogos sexuais ilustram esse fenômeno, pois criam uma hiper-realidade onde os desejos podem ser satisfeitos sem consequências ou julgamentos. A IA desempenha um papel crucial nesse processo ao gerar personagens que

não apenas respondem aos comandos do usuário, mas também simulam traços emocionais ou comportamentais, intensificando a imersão ao realizar desejos (Baudrillard, 1991).

Essa hiper-realidade, porém, não é isenta de consequências. Byung-Chul Han alerta que a substituição da alteridade pelo controle absoluto do desejo transforma o outro em um mero objeto de consumo. Nesse contexto, as plataformas não apenas lucram com os fetiches dos usuários, mas os amplificam, reforçando a desconexão entre o desejo sexual e as interações humanas autênticas. A simulação, em vez de libertar, aprisiona o usuário em um ciclo de consumo ininterrupto, onde o prazer é constantemente buscado, mas nunca plenamente alcançado. É essa *economia do gozo* (Lacan) que foge para *além do princípio do prazer* (Freud).

Logo, a inteligência artificial, no mercado do prazer, representa, tanto uma revolução no consumo, quanto uma armadilha de autoengano. Se, por um lado, ela liberta desejos reprimidos, por outro, reduz o outro a um espelho narcísico, aprofundando a desconexão entre prazer e alteridade trazidas por essa nova subjetividade digital onde tudo tem de ser visto para existir.

As várias formas do homem biológico, independente de sua orientação sexual, encontrar e consumir prazer — no outro; em objetos; em espaços públicos; em lugares; nas inúmeras tecnologias — e expressar toda a sua sexualidade enquanto animal que deseja saciar seus instintos, principalmente sendo heterossexual, são inúmeras. O tesão é como a fome, a sede, o frio: todo mundo sente. Mas é o bicho homem que decide quem, como, onde, e, claro com quem o mundo deve se relacionar.

A tecnologia, especialmente em plataformas como *OnlyFans*, aprofunda essa dissociação ao transformar o corpo masculino em um produto visual e econômico. Essa ideia de “hiper-real”, onde as imagens e simulações substituem a realidade criando uma nova realidade sintética em simulacro, se manifesta também nesse consumo da pornografia homossexual, permitindo que uma sociedade que condena publicamente o desejo homoerótico consuma-o de maneira "invisível", mascarada por uma estética do prazer. No mercado dos desejos, o capitalismo neoliberal se apropria de memórias sexuais para gerar lucro. Assim, homens criadores de conteúdos digitais produzem material visual homossexuais onde o corpo masculino é objeto de desejo a ser consumido sem pudor, mas de forma anônima: fetiches, videochamadas e, finalmente, o gozo. Tudo num grande *flagra de prazer*.

O sexo, enquanto ritual biológico de reprodução na maioria das espécies, é uma pulsão instintual animalesca (Freud) que reflete a sobrevivência e continuidade — herança de nossa ignorância intelectual pré-revolução cognitiva. A sexualidade — condição supostamente intrínseca ao Homem e todo o seu sentimentalismo existencial — é uma construção social constituída, principalmente, por normas patriarcais regidas por preceitos religiosos e estruturada pelas fábulas heteronormativas do corpo enquanto propriedade

privada do homem macho, no caso. Curioso que, mesmo sendo o dono da bola, o macho sozinho é incapaz de fazer o gol. Uma eterna criança regida pela insegurança do seu maior trauma de infância: um complexo de Édipo sem fim, logo que

> consciência e moralidade surgiram com a superação, a dessexualização do complexo de Édipo; com o masoquismo moral, a moralidade é novamente sexualizada, o complexo de Édipo é revitalizado, abre-se o caminho para regredir da moralidade ao complexo de Édipo (Freud, 2019, p. 200).

Aqui, o desejo não mais encontra reciprocidade ou ambiguidade; ele se torna um projeto ontológico de posse. No contexto pornográfico, o outro é reduzido a um objeto de satisfação, esvaziado de subjetividade, semelhante ao que Sartre descreve como a *"redução do corpo à carne redundante"*. Essa carne é apresentada como um dado inerte, despida de transcendência, o que elimina a tensão erótica essencial à experiência humana. A pornografia e-contemporânea, enquanto representação da transparência (Han, 2017), produz uma "verdade inibidora" que impede a experiência plena do erotismo. Essa transparência não é libertadora; ao contrário, é uma forma de controle e normatização que elimina o espaço para a imaginação e para a criação de sentido entre os sujeitos. Tornando tudo consumível e descartável a mesma medida.

Toda essa discussão trouxe-nos até uma constatação mais do que óbvia: **é o homem quem dita as regras do jogo.** Assim, o consumo do masculino a partir dessa (re)produção de um vasto material pornográfico homossexual — e tantas outras tecnologias de consumo e promoção dessa *economia do gozo* —, é aceitável porque se trata de uma relação de consumo de homens para homens feita por homens, que busca realizar-se, também, para *além do principio do prazer,* evidenciando a complexa inter-relação entre o prazer, o poder e o controle nessa *economia do gozo*. Como bem escreveu Freud, "é o masoquismo moral, com todo o seu caráter religioso, que testemunha essa nossa frágil existência que mistura instinto e gozo" ao nosso *bel prazer* (Freud, 2019).

ANEXOS

FIGURA 1- Revistas com conteúdos homessexuais: entrevistas, contos eróticos e ensaios. Na capa da revista Íntima dessa edição, temos o ator da Globo, Humberto Martins. Diferente das revistas Honcho, G Magazine e Torso, a revista Íntima não apelava para uma nudez explicita e o seu conteúdo se camuflava numa abordagem com foco em mulheres. (todas as imagens são print das revistas disponível no site Arquivo Queer)



Fonte: Site Arquivo Queer (Printscream), 2025.

FIGURA 2 - Revista G Magazine Ano 7 – Outubro de 2004 – nesta edição, temos o ensaio especial "tal pai, tal filho", com o ator Matheus Carrieri e o seu filho, Kaíke Carrieri (imagem print da revista disponível no site Arquivo Queer)



Fonte: Site Arquivo Queer (Printscream), 2025.

FIGURA 3 - Free Gay Porn Games - Jogos de simulação online para criar avatar de acordo com as suas preferências. O link para acessas esses jogos geralmente aparece em vídeos promocionais (pop-ups ads) nas plataformas de conteúdos pornográficos como Xvideos, PornTube, ou salas de bate-papo com ChatRandom e outras. (imagem print da tela do site)





Fonte: Printscream site Xvideos.com (pop-ups ads), 2025.

REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade de Consumo**. Edições 70: Lisboa, 1995.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Tradução de Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Reinvenção da intimidade**: políticas do sofrimento cotidiano. São Paulo: Ubu, 2017.

FREUD, Sigmund. **Obras completas, volume 16**: O eu e o id, "autobiografia" e outros textos. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FREUD, Sigmund. Obras completas, volume 6: **três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (*O caso Dora") e outros textos**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

FREUD, Sigmund, **O Mal-Estar na Civilização**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, Sigmund. **Além do princípio do prazer**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Trad. M.T. C. Albuquerque e J. A G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

HARARI, Yurval. **Sapiens - História Breve da Humanidade**. Trad. Rita Carvalho e Guerra. Elsinora, 2020.

HAN, HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

HAN, Byung-Chul. **Agonia do Eros**. Petrópolis: Vozes, 2019.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da Transparência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

KELLY, Heather. Adolescentes já estão fazendo 'sexting' com IA; veja o que os pais devem saber. **Estadão**, 23 maio 2025. Disponível em: https://www.estadao.com.br/link/cultura-digital/adolescentes-ja-estao-fazendo-sexting-com-ia-veja-o-que-os-pais-devem-saber. Acesso em: 20 out. 2025.

MACHADO RIBEIRO, Icaro; VIEIRA, Leonardo Rogério. O pudor é a forma mais inteligente de perversão: abuso de drogas, chemsex e violências homoafetivas. **Revista COR LGBTQIA+**, Curitiba, v. 1, n. 9, p. 154–175, jul. 2025.

RODRIGUES, Gabriel de Oliveira. O corpo-signo em *G Magazine*. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1–15, jul./dez. 2012.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2020.

TURING, Alan Mathison. **Intelligent Machinery**.1948

WILLIAMS, Linda. **Hard Core. Power, pleasure and the frenzy of the visible**. University of California Press, 1999.

Site Arquivo Queer. Disponível em: https://www.arquivoqueer.com/revistas. Acesso em: 13 jan. 2025.

Bilionário do OnlyFans embolsa R$ 2,6 bilhões em dividendos em 2023 - Revista Forbes Brasil. Disponível em: https://forbes.com.br/forbes-money/2024/09/bilionario-do-onlyfans-embolsa-r-26-bilhoes-em-dividendos-em-2023/. Acesso em: 19 dez. 2024.

OnlyFans: Uma Perspectiva Psicanalítica da Perversão. Jornal Universitário do Porto. Disponível em: https://www.jup.pt/opiniao/artigo/onlyfans-uma-perspectiva-psicanalitica-da-perversao.aspx. Acesso em: 11 jan. 2025.

A Contradição da explicitação. Diário do Nordeste. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colaboradores/a-contradicao-da-explicitacao-1.3469080. Acesso em: 6 jan. 2025.

Pseudofruto: A Comercialização do Corpo e a Mediação dos Mass Media. Jornal Universitário do Porto. Disponível em: https://www.jup.pt/opiniao/artigo/a-comercializacao-do-corpo-e-a-mediacao-dos-mass-media.aspx. Acesso em: 22 jan. 2025.

AI – Pornografia Digital se Tornou Solução Numa Sociedade Cristã Idelológica? Jornal Universitário do Porto. Disponível em: https://www.jup.pt/opiniao/post/artigo/pornografia-digital-se-tornou-solucao-numa-sociedade-crista-idelologica.aspx. Acesso em: 8 ago. 2025.

Byung-Chul Han: Uma Sociedade da Transparência É Pornográfica? Jornal Universitário do Porto. Disponível em: https://www.jup.pt/opiniao/post/artigo/byung-chul-han-uma-sociedade-da-transparencia-e-pornografica.aspx. Acesso em: 26 jul. 2025.

OnlyFans aposta na América Latina para crescer; influenciadores já receberam mais de R$ 51 bilhões. G1 – Tecnologia/Web Summit, 03 maio 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/tecnologia/web-summit/noticia/2023/05/03/onlyfans-aposta-na-america-latina-para-crescer-51-bilhoes.ghtml. Acesso em: 28 out. 2025.

Recebido em: 17/09/2025
Aceito em: 29/10/2025

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

TRAVESTILIDADES NEGRAS CONSTRUINDO CONFLUÊNCIAS NA SAÚDE MENTAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

BLACK TRAVESTILITIES CONSTRUCTING CONFLUENCES IN MENTAL HEALTH: A REPORT OF EXPERIENCE

Jessyka Silva Rodrigues[1]
Hallisson Eduardo dos Santos Pinho[2]
Dandara Leite Carvalho[3]
Pettra Roque Araújo da Silva[4]
Rafael Lerli de Araújo Silva[5]
Taíssa da Silva Souza[6]

Resumo: o presente relato aborda sobre o evento intitulado 1ª Confluência de travestis e transgêneres interseccionadas na saúde mental, realizado pela equipe Fiocruz Piauí no município de Parnaíba-PI. Na introdução aborda-se sobre o evento intitulado 1ª Confluência de travestis e transgêneres interseccionadas na saúde mental, realizado pela equipe Fiocruz Piauí no município de Parnaíba-PI e, também, como se dá o processo de iniciação da estruturação dos movimentos coletivos de pessoas trans na cidade de Parnaíba-PI e como a influência de organizações nacionais são importantes na formação e no fortalecimento desses grupos para atuação junto a aquisição de direitos, e promoção de saúde e cidadania. A metodologia é caracterizada como qualitativa, exploratória e observação in loco, cujos dados são analisados pelas descrições realizadas no diário de campo e pelas literaturas afinadas ao tema. Os resultados e as discussões exploram aspectos relacionados à formulação de ideias, narrativas e ações voltadas para a população de travestis e transexuais negras, com destaque para as vivências dessa comunidade. A ancestralidade também é discutida, valorizando as pioneiras do movimento na luta por direitos e cidadania. Movimentos esses que buscam promover acolhimento e fortalecimento tanto das travestis e transexuais negras da vanguarda quanto das novas gerações, incentivando-as a adotar a coletividade como um caminho para impulsionar transformações sociais em seus territórios.

Palavras-chave: Travestilidades negras; ancestralidade; políticas públicas; aquilombamento; saúde mental.

Abstract: this report discusses the event entitled "1st Confluence of Travestis and Transgender People Intersectional in Mental Health," held by the Fiocruz Piauí team in the municipality of Parnaíba-PI. The introduction addresses the process of initiation in the structuring of collective movements of trans people in the city of Parnaíba-PI, and how the influence of national organizations is crucial in the formation and strengthening of these groups for the acquisition of rights and the promotion of health and citizenship. The methodology is characterized as qualitative, exploratory, and based on on-site observation, with data analyzed through field diary descriptions and literature related to the theme. The results and discussions explore

[1] Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí, Pesquisadora da Fiocruz- Piauí. Educadora Popular de Saúde. Docente/ coordenadora do Projeto Saúde na Escola. Orientadora de Serviço do Pet Saúde Equidade na Universidade Federal do Delta do Parnaíba. Integrante do Grupo de Estudo de Gênero, Raça, Classe e Trabalho (NEGRACT) da UFDPAR.

[2] Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR). Assistente de Pesquisa Fundação Oswaldo Cruz Piauí. Integrante do Núcleo de Pesquisa em Gênero, Raça, Classe e Trabalho (NEGRACT) da UFDPAR. Especializanda em Educação Popular em Saúde pela Fiocruz Brasília.

[3] Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR). Bolsista PIBID Fundação Oswaldo Cruz Piauí. Integrante do NEGRACT (Núcleo de Gênero, Raça, Classe e Trabalho) UFDPAR.

[4] Psicóloga, psicodramatista e conselheira do CRP21, mestranda PPGPSI UFDPAR, parecerista Revista Brasileira de Psicodrama e Atriz Escola de Teatro Gomes Campos.

[5] Transmasculino negro, psicólogo formado pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPar. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela UFDPar, vinculado à linha de pesquisa Psicologia, Saúde Coletiva e Processos de Subjetivação (PPGPsi/UFDPar).

[6] Graduanda de Psicologia pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR).

aspects related to the formulation of ideas, narratives, and actions aimed at the population of Black travestis and transsexuals, highlighting the experiences of this community and their ancestral roots, valuing the pioneers of the movement in the fight for rights and citizenship. These movements aim to promote support and empowerment for both the Black travestis and transsexuals at the forefront and the new generations, encouraging them to adopt collectivity as a path to drive social transformations in their territories.
Keywords: Black Travestis; ancestrality; public policies; aquilombamento; mental health.

1 INTRODUÇÃO

De início, é preciso explicar para leitoras e leitores que nesse texto foi adotada uma postura transfeminista para dar maior visibilidade às autoras, ativistas, e outras pessoas citadas, dessa forma em algumas citações transcrevemos seus nomes por extenso na primeira vez citada e não apenas o sobrenome; o sobrenome vem sempre com conotação masculina, uma herança colonial (Giacometti, 2019). Seguindo essa estratégia transfeminista fazemos também suas localizações sociais, além de adotar a flexão de gênero em nossa escrita. Tomando de exemplo as autoras travesti negra Jessyka Rodrigues e mulher negra sapatão Elaine Nascimento, iniciamos sempre com o gênero feminino, o que faz parte de uma política de reparação (Rodrigues; Nascimento, 2024).

O evento "1ª Confluência de travestis e transgêneres interseccionadas na saúde mental", realizado pela equipe Fiocruz Piauí no município de Parnaíba-PI, aconteceu no dia 30 de janeiro de 2024 no campus da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR). Os objetivos deste evento foram criar um espaço para que travestis e transgêneres compartilhem suas experiências e desafios no contexto da saúde mental, levando em conta fatores de sofrimento e adoecimento como racismo, transfobia, discriminação, exclusão e violências simbólicas do dia a dia, promovendo também um momento de acolhimento e resgate histórico da luta de travestis e transgêneres com a finalidade de reconhecer e fortalecer esta população.

Como apoiadoras(es) do evento contou-se com a ajuda da UFDPAR, do Núcleo de Estudos em Gênero, Raça, Classe e Trabalho (NEGRACT), o Núcleo Tenda de Artes e Educação em Saúde (TEARESF), o Fórum Black Trans Brazil (FONATRANS) e o Conselho Regional de Serviço Social do Piauí (CRESS-PI). Além de estarem presentes no momento do evento, o Centro de Testagem e Acolhimento (CTA) de Parnaíba realizou testagens simples, distribuiu itens para segurança sexual, tirou dúvidas e prestou orientações.

A necessidade do evento foi primeiro percebida pela pesquisadora Jessyka Rodrigues, sendo ela coordenadora do núcleo da FIOCRUZ-PI de Parnaíba, ao perceber que a discussão sobre saúde da população travesti e transexual negra não ocorria nos dispositivos de saúde e na universidade. Sendo esse um tema não debatido, a violência transfóbica ocorria de forma constante nos dispositivos de saúde quando a população trans tentava acessar à saúde (Magalhães, 2018).

Além disso, o termo confluência usado no título do evento foi escolhido através da cosmopercepção do intelectual quilombola Nego Bispo ao usar esse termo para a

construção de ideias pluriversais, entendendo que assim como os rios se encontram durante o seu percurso, ideias diversas sobre o mundo precisavam se encontrar. Nesse sentido, diante da lacuna e da necessidade de fomentar essa discussão, o evento "1ª Confluência de Travestis e Transgêneres" surge como forma de dar corpo e substância a essa ideia através de uma visão holística de inclusão e de valorização da experiência das pessoas trans no campo da saúde mental, que são fundamentais para a transformação social e para a construção estratégica de políticas públicas (Santos, 2023).

2 DEIXE QUE EU FALE, NÃO AS MINHAS CICATRIZES

O movimento social é o quilombo na contemporaneidade com o objetivo de tensionar as estruturas opressoras e, sobretudo, de construir um fortalecimento de afetos, possibilidades de cura coletiva, pois não se vence guerras com corporalidades adoecidas. A população de travestis e transexuais sempre esteve no campo da batalha por direitos sociais para população trans e população LGBcis (Lésbicas, gays, bissexuais cisgêneras(os)).

No Brasil, o Grupo Somos, fundado em 1978, em São Paulo, adotou uma postura excludente e não permitiu a participação de gays afeminados e travestis. A lógica era a mesma dos grupos de esquerda que faziam frente ao regime militar em curso e defendiam a tese de que "o homem gay afeminado não 'combinava' com a Revolução". Por sua vez, o regime militar colocou em curso um processo de higienização e caça aos gays afeminados e às travestis "e todo e qualquer desviante sexo-gênero, e degenerados" (Green *et al.*, 2018)

É notório que essa prática excludente e de apagamento existe na atualidade. Os movimentos sociais no Brasil têm como lideranças homens cis brancos e que não abraçam as experiências e especificidades de traveslidades negras, contribuindo para manutenção de um (cis)tema opressor. Essa reflexão é sinalizada pela Travesti negra e professora Megg Rayara (2018).

Diante disso em Parnaíba-PI no dia 25 de abril de 2013 surge a primeira reunião para discutir sobre formas de articulação de mulheres trans e seus direitos na sociedade, liderada por Jessyka Rodrigues e mais quatro mulheres trans negras. Surgia o Coletivo Boneca de Pano e então, começava a se estruturar um momento intimista, mas cheio de significados, como a busca por reconhecimento e dignidade indo ao encontro à pauta de pessoas transgenerês.

Assim como aborda Nascimento (2023), ao evidenciar os pressupostos teóricos dos moradores das lutas transfeministas e a sua importância para com a sobrevivência na sociedade que se estrutura no patriarcado e na transfobia. Nesse sentido, tendo o movimento uma base mais firme e sólida, que permita trabalhar no acolhimento, na promoção de cidadania ampliada e potencialidades da população de travestis e transexuais. Essa realidade se amplia na perspectiva micro e macro, provocando a necessidade da

população de Travestis e Transexuais construírem movimentos que dialoguem e tensionam o Estado sobre essas especificidades, pois a experiência dessa população é intransponível.

O Acolhe Trans é um coletivo autogestionado por pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros) sem representação jurídica e sem vinculação governamental ou partidária. O principal objetivo do Acolhe Trans é potencializar a construção de ações coletivas de valorização, visibilidade e conquista de direitos sociais das pessoas trans. O coletivo atua na cidade de Parnaíba - Piauí e região circunvizinha desde o ano de 2016, momento em que as travestis negras Jessyka Rodrigues e Letícia Carolina chegaram ao entendimento que tanto no cenário local como nacional os grupos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (LGBT's) eram majoritariamente formando por homens cis gays, o que invisibilizava as demandas sociais da população trans.

Dessa forma, o Acolhe Trans, nasce da demanda de um homem trans ao procurar Jessyka Rodrigues para compreender como acessar os dispositivos de saúde. Assim, esse movimento surge com a proposta de reunir a população de travestis e transexuais para pensar suas realidades pluridiversas, assumindo uma perspectiva de empoderamento social coletivo, com o foco no fortalecimento pessoal, social e político para que pessoas trans inseridas em seus contextos possam promover transformações sociais.

As primeiras ações do grupo tinham como foco o processo de escuta sensível entre pessoas trans, um acolhimento no qual as pessoas trans se sentissem seguras e confortáveis para compartilhar suas experiências. Nesse primeiro momento, o grupo contou com a colaboração de um psicopedagogo, com doutorado em psicologia vinculado ao curso de medicina da Universidade Federal do Piauí (UFPI), o professor Vladimir Felix - homem cis gay, que ainda acompanha o grupo, onde promoveu oficinas terapêuticas coletivas em que as pessoas trans tiveram suas identidades de gênero dissidentes abraçadas e fortalecidas.

No ano de 2017, além das oficinas terapêuticas, o Acolhe Trans passou a intensificar sua participação em atividades de formação promovidas em escolas e universidades. Nessas ações, além de compartilhar suas vivências como estratégia de sensibilização para o respeito à dignidade das pessoas trans, eram dadas orientações sobre a utilização do nome social. A partir desse período, o grupo passou também a intermediar o encaminhamento das pessoas trans para atendimentos com psicoterapeutas e psiquiatras quando necessário. Em meados de 2018, como o provimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), além das oficinas e atividades de formação, o grupo passou a fornecer orientações para que as pessoas trans pudessem retificar seu prenome civil, ação que se intensificou em 2019.

Desse modo, com o passar do tempo, o grupo ampliou suas possibilidades de atuação. O Acolhe Trans mudou seus objetivos abraçando as demandas apresentadas pelos seus próprios integrantes, tendo em vista que o grupo é autogestionado por seus membros de modo democrático. Assim sendo, o grupo que inicialmente promoveria a acolhida por meio

de conversas, passou a intervir na realidade social de modo a garantir o exercício da cidadania das pessoas trans.

Nesse processo de escuta, a dimensão do trabalho sempre foi uma preocupação que afeta muito a saúde mental das pessoas trans. A transfobia e o racismo, somados a esse sofrimento, se constituem como uma grande barreira para a contratação dessas pessoas no mercado de trabalho formal, e mesmo quando decidem empreender, os desafios se ampliam com a discriminação social e falta de apoio. A discriminação no acesso ao mercado de trabalho formal se agrava ainda mais quando se trata de travestis e mulheres trans, o que expressa através de dados que revelam que cerca de 90% da população transfeminina está na prostituição (Krizizanowski, 2022).

3 CONFLUINDO SABERES

Durante o período da manhã no evento, as convidadas e participantes denunciaram a patologização social que ocorre com as pessoas trans, mesmo que o termo transexualismo tenha caído em desuso após as reivindicações dos movimentos sociais, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) permanece tratando essa questão a partir de parâmetros diagnósticos. Levando isso em consideração, essa influência perpassa tanto a formação de profissionais de saúde quanto na estruturação de dispositivos e serviços de saúde, sendo um dos fatores responsáveis pelo distanciamento da população trans e consequentemente pela atribuição equivocada de diagnósticos, encaminhamentos e tratamentos no que tange ao cuidado de saúde integral (Preu; Brito, 2019).

Nesse contexto, o acesso à saúde de travestis e pessoas trans ainda é permeado pela lógica do Transsexual Verdadeiro, criada por Harry Benjamin, que tenta estabelecer normativas sobre a transsexualidade de forma que a coloca em termos muito rígidos e nosológicos. Esse acesso, que antes se dava pelo processo transexualizador e atualmente pelo Programa de Atenção à Saúde da População Trans, ainda é permeado por essa lógica da Transsexualidade Verdadeira. De forma que os atendimentos endocrinológicos e psicológicos ainda reforçam a patologização da transexualidade, o que pode ser observado por perguntas frequentes que reforçam a obrigatoriedade da maternidade e de que a vida sexual deve ser inexistente (Sofia Favero, 2020).

Essas perguntas operam pela cis-heterossexualidade compulsória (Butler, 2017), de modo que mulheres trans só poderão provar que são mulheres a partir de certos estereótipos associados com a feminilidade, como a maternidade, a necessidade de ter um relacionamento com um homem cis e uma vocação para ser dona de casa.

Já a necessidade de regular a vida sexual vem da ideia de todas as pessoas trans têm disforia e desconforto com a genital, o que deveria impedir a prática de relações sexuais. Esses estereótipos são advindos das teorias do estadunidense Harry Benjamin e possuem

uma carga colonial e imperialista muito grande, já que tenta estabelecer uma verdade sobre identidades de gênero que sequer existiam no Norte global, como a identidade travesti (Preciado, 2023).

Muitas pessoas trans são submetidas a péssimos tratamentos, quer seja nos dispositivos de saúde como também de educação, isso tem se mostrado uma política higienizadora que visa padronizar e distanciar essa comunidade de direitos fundamentais citados na declaração universal dos direitos humanos (2015). Com essa proposição temos a narrativa de Bento (2018) sobre a necropolítica que preconiza a ruptura de direito à vida, colocando essas pessoas como abjetas e lhe negando o direito de serem ouvidas e vistas, que demarca um território nada sutil quando se trata de vidas trans, lançamos assim a questão: Vidas trans importam? (Kristeva, 2004).

É fundamental também falar sobre a obrigatoriedade da disforia, como se todas as pessoas trans fossem um diagnóstico e precisassem dessa afirmação para poder acessar aparatos de saúde. Além disso, outro ponto a se considerar é a saúde mental, a qual mais se abala pela exclusão do que por qualquer outra limitação, assim, podemos compreender que os estigmas transfóbicos dentro dos dispositivos de saúde não contribuem para a promoção da saúde física e mental das pessoas travestis e trans, mas sim promovem adoecimento (Bagagli, 2016).

Entendendo que a despatologização das identidades travestis e trans é necessária para a autodeterminação desses sujeitos, os movimentos sociais começaram a se organizar em nível global pela despatologização. Essas reivindicações se iniciaram a nível global com a campanha internacional Stop Trans Pathologization, no ano de 2007, pautando a retirada da transsexualidade dos manuais de diagnóstico de doenças e melhorias na atenção à saúde da população trans. Sendo assim, é notória a importância dos movimentos sociais em todos os avanços no que tange ao acesso e melhorias de saúde da população trans.

No Brasil, a campanha chegou no ano de 2010, tendo o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo como principal núcleo das ações, essa campanha e outras ações acarretaram na Resolução CFP n° 01/2018, que estabeleceu uma normativa sobre cuidado e atuação de profissionais de psicologia em relação às pessoas travestis e transexuais. A campanha estabeleceu o Dia Internacional De Ação pela Despatologização Trans, ocorrendo no dia 21 de outubro.

4 NARRATIVAS TRAVESTIS: ABRINDO CAMINHOS COM NAVALHAS ANCESTRAIS

Neste evento, esteve presente como convidada principal Jovanna Cardoso, popularmente conhecida como Jovanna Baby, sendo ela uma mulher travesti negra, idealizadora e fundadora do movimento social político organizado das travestis no Brasil e

atual presidenTRA (neologismo em referência às palavras presidenta e travesti) do Fórum Black Trans Brazil (FONATRANS).

No momento de fala da convidada durante o período da manhã, cujo título foi "Narrativas travestis: abrindo caminhos com navalhas ancestrais" ela começou relembrando sobre a criação da Associação Damas da Noite, a primeira organização no Brasil a reunir prostitutas cis, trans e travestis que surgiu nos anos 1970 em Vitória, Espírito Santo. Associação que foi idealizada e liderada por Jovanna nos seus primeiros anos de militância, incluindo não só pessoas trans, mas também cisgêneras, demonstrando que a luta no combate à transfobia e ao racismo são lutas interseccionais onde não deve haver segregação.

O discurso de Jovanna nos impulsiona a refletir sobre como a experiência do movimento político organizado tem o poder de transformar e mudar o decurso da história social e também da vida de várias pessoas. Nesse contexto, alguns marcos do pioneirismo travesti são citados por Jovanna, como o processo de saída em manifestação pelas ruas, sendo a primeira no Rio de Janeiro, a segunda em Vitória e a terceira em Fortaleza, intituladas como "Marchas pela Diversidade Sexual" enquanto outros segmentos da comunidade como as LGBcis infelizmente não se implicavam nessas movimentações.

Nessa perspectiva, pode-se dar a falsa impressão de que o movimento LGBTQIAPN+ é unido e luta integralmente pela causa, contudo, na prática, os preconceitos de raça e gênero se mantêm presentes sobre uma nova roupagem em parceria com o patriarcalismo que beneficia homens cis gays brancos (Parmenter *et al*., 2020). Assim, cada um tem a tendência de lutar por sua própria categoria e a porcentagem trans e negra fica deixada de lado, sofrendo mais violências dentro e fora da comunidade. Nesse sentido, podemos perceber através da história que as raízes escravocratas do Brasil ainda deixam os seus impactos (Bernardo, 2015), seja nas formas de racismo mais diretas, seja nas mais "sutis", estas últimas sendo as mais comuns e normalizadas.

Ademais, sobre a transfobia, dentro da comunidade muito se fala sobre o direito de amar, mas se é esquecida a luta pelo direito de existir em corpos trans. Ao mesmo tempo em que há a fetichização desses corpos, sendo o Brasil o país que mais consome pornografia trans no mundo, expondo um cenário onde esses corpos habitam o campo dos desejos, mas também da repulsa, considerando que somos o país que mais mata essa população (Mendes; Silva, 2020). No entanto, antes de chegar ao assassinato propriamente dito, existem as piadas sobre genitália, o menosprezo ao cabelo crespo, o desrespeito ao nome social, a ofensa a traços negroides e tantas outras discriminações que não deixam de existir dentro da própria comunidade LGBTQIAPN+ que deveria acolher.

Retornando à fala de Jovanna, ela compartilhou alguns desafios presentes para comunidade trans durante a pandemia, havendo a necessidade de auxílio governamental para necessidades básicas de sobrevivência que foram ainda mais precarizadas pelo

contexto da crise sanitária. Em vista disso, Jovanna articulou a distribuição de cestas básicas para travestis, mulheres trans e também para mulheres cis negras durante essa época. A assistência oferecida por ela é nobre e faz parte das diversas iniciativas que fez em prol das pessoas trans durante seus anos de ativismo, demonstrando a importância de proteger e fortalecer a comunidade, porém também demonstra a falha do Estado ao escolher não auxiliar a população trans e negra.

Por fim, Jovanna durante sua fala resgata alguns nomes de travestis que conheceu ao longo de sua caminhada, como Elizabelita Kennedy e Gisberta, pois considera que são nomes que precisam ser lembrados em nossos territórios, uma vez que história do movimento não se resume ao levante trans estrangeiro que muitas vezes somente relembra de Marsha P Johnson nos Estados Unidos. Portanto, as travestis ancestrais a nossa história também são referências potentes para orgulhosamente honrarmos e pensarmos na construção de futuros possíveis e prósperos para a população trans.

Além disso, na oportunidade, em diálogo com a convidada Jovanna, o reitor da UFDPAR João Paulo Macedo, comentou a respeito da inclusão de pessoas trans na universidade. Nesse momento, ele apontou sobre a necessidade de uma agenda estratégica para garantir o acesso e a permanência de estudantes trans, havendo a necessidade de modificar algumas estruturas da universidade para que se torne um ambiente genuinamente acolhedor com a população de travestis e transexuais. Na oportunidade, o reitor ainda reforçou sua aliança e o compromisso da universidade em parceria com a Fiocruz Piauí em promover ações de inclusão e cidadania para a população trans.

Nesse cenário, alguns meses depois da 1ª Confluência Trans, a UFDPAR também decretou a política de cotas para pessoas trans na instituição. A ação discutida desde 2022, que se materializou no dia 19 de outubro de 2024 e que se tornou um grande símbolo de pioneirismo e compromisso ético-político no que tange às ações de reparação histórica, pois foi uma das primeiras do país e a primeira do estado do Piauí a tomar essa iniciativa.

5 SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO TRANS

O professor Vlade iniciou o período da tarde do evento com uma discussão sobre saúde mental da população trans, evidenciando o quanto ela é negligenciada e pouco debatida. A saúde mental tornou-se tópico frequente de debate frente à aceleração e competitividade do século XXI, as discussões demonstraram que jovens transgêneros têm maiores taxas de depressão, tendências suicidas e transtornos alimentares em comparação com seus pares (Connolly *et al.*, 2016). Não se trata de uma competição de sofrimento, mas de reconhecer as demandas específicas em saúde dessa população, especialmente a mental, porque a estigmatização, exclusão, falta de acesso a recursos, violência física e psicológica, além da disforia presente em alguns, afetam completamente sua autoestima e sua forma de ver a vida com os desafios que enfrenta.

As condições de vida da população transexual e travesti no Nordeste é influenciada por uma série de fatores sociais, econômicos e culturais específicos da região. Muitas pessoas enfrentam altos índices de violência, discriminação e exclusão social, o que impacta diretamente na saúde mental. A falta de políticas públicas efetivas e a carência de serviços de saúde especializados agravam esses desafios, deixando muitas pessoas sem acesso a acompanhamento psicológico ou outros cuidados essenciais. Além disso, a transfobia estrutural e a marginalização muitas vezes levam a situações de vulnerabilidade, como a dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal e o acesso precário à educação.

No contexto nordestino, a religiosidade e os valores culturais tradicionais podem, em alguns casos, intensificar o preconceito e a rejeição familiar, contribuindo para o isolamento social e o sofrimento mental. No entanto, a região também é marcada por uma forte resistência coletiva e organizada politicamente, com movimentos sociais que lutam por direitos e visibilidade. Esses espaços de acolhimento e militância são fundamentais para oferecer suporte emocional e fortalecer as pessoas transexuais e travestis, criando redes de solidariedade que ajudam a enfrentar os desafios cotidianos.

Nesse ponto de vista, é essencial a criação de coletivos de cuidado e acolhimento à população trans em Parnaíba visto que são indivíduos com tendência a serem discriminados pela sociedade conservadora, o que faz com que muitas vezes só encontrem conforto, solidariedade e apoio social dentro de seus próprios grupos. Pode-se perceber que desde o início da resistência à transfobia no Brasil o apoio mútuo tem sido essencial, assim como foram as redes de amizade na década de 1960 no Rio de Janeiro que potencializaram experiências trans e autorressignificação entre dissidentes de gênero e sexo da cisheteronormatividade (Lopes; Santos, 2024).

Desse modo, há maior chance dos sentimentos de pessoas trans serem validados, sem a necessidade de dar grandes explicações, como ocorre com a população cis. Esse grupo, por não vivenciar aquela realidade, acaba não se preocupando em entender as diversas dimensões que causam sofrimento para as pessoas trans. Ademais, a compreensão de aquilombamento existente (Aranha *et al*., 2023; De Oliveira; Dos Santos, 2023) torna tudo mais simples, pois muitas vezes as aflições são comuns a outras pessoas trans. As violências sofridas por cada pessoa têm suas especificidades, mas têm a tendência a ocorrer de forma parecida e com a mesma matriz de opressão, a cisheteronorma (Rosa, 2020).

Moreira e Patelli (2019) relataram em seu artigo a experiência com o grupo TranspareSer, composto por pessoas trans e acompanhado pelos técnicos do Centro de Referência em Assistência Social, ressaltando como uma inovação a realização desse grupo, pois não é comum que os equipamentos da política de assistência social fortaleçam os vínculos comunitários da população trans através de seus serviços.

A capacitação de profissionais da saúde, educação e assistência social para lidar com as especificidades das identidades trans se mostra como essencial. A construção de uma

sociedade mais justa passa pelo reconhecimento da dignidade e dos direitos das pessoas transexuais e travestis, promovendo não apenas a sobrevivência, mas a possibilidade de uma vida plena e saudável.

6 TENDA DOS AFETOS, VIVÊNCIAS TRAVESTIS E TRANS

Ainda durante o período da tarde tivemos a Tenda de afetos, uma proposta baseada na teoria de Meneses (2015) que retrata como um lugar propício para objetivar os movimentos de afeto e os processos populares que culminam na integração e consolidação dos membros. Foi conduzida pelo professor negro e umbandista Vladimir Félix, e intermediada pela psicóloga e travesti negra Pettra Roque e pelo psicólogo e homem trans Rafael Lerli. Pettra trouxe uma intervenção sociodramática, pautada na teoria de Moreno e Moreno (2006) intitulada "Quem você me lembra?", onde os participantes iriam se auto reconhecer pela realidade suplementar no olhar e no acolhimento ofertado pelo outro.

No compartilhamento da cena, foram mencionadas as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e às instituições de ensino, causadas pela negligência do nome social, que é garantido por lei, como aborda Bento (2014). A autora traz em suas pesquisas a precarização do direito pleno de pessoas trans ao respeito do nome social nesse contexto, além do desconhecimento gente as discussões sobre diversidade quando se fala de inclusão e reconhecimento frente a uma sociedade pautada na cisgeneridade.

Também, no período da tarde, foi apresentada a narrativa de Paloma sobre a sua história e as dificuldades de ser uma travesti preta e mãe solo de uma criança autista, uma vez que travestis não são pensadas para ocupar o espaço da maternidade ainda que esse desejo seja compulsório na construção do ideal da transexualidade médica. Em sua fala, Paloma relata sobre as dificuldades financeiras e sua relação com os vizinhos de sua rua, já que esses constantemente a denunciam para o conselho tutelar através de falsas denúncias sobre agressão ou maus tratos contra seu filho.

É necessário questionar o caráter transfóbico e racista dessas denúncias, que se aproveitam do racismo e do cissexismo institucional para ameaçar uma população extremamente vulnerabilizada, partindo de um pressuposto que travestis e mulheres trans são incapazes de cuidar de crianças, ou, até mesmo, uma ameaça para a integridade física e psicológica delas. A família nuclear se organizou sendo um espaço de violência e exclusão de corporalidades travestis, uma vez que sua base é profundamente cishetero visando a manutenção do sistema capitalista através da reprodução (Palha, 2019).

Um paralelo entre a narrativa de Paloma pode ser feito com a série Manhãs de Setembro (Prime Vídeo), protagonizada pela personagem Cassandra, uma travesti preta que aos 30 anos descobre a existência de um filho de 8 anos. Sendo impossibilitada de transicionar mais cedo e assumir a sua identidade, principalmente pelas dificuldades e desigualdades do racismo, Cassandra se vê tendo que construir uma maternidade após

conseguir estabilidade financeira, algo almejado a muito tempo. A relação de Cassandra com seu filho vai de uma resistência e desconforto a uma maternidade cada vez mais sólida, construída com muita paciência e convivência com seu filho (Fischer; Vaz, 2025).

Apesar de a UFDPar ser um espaço central e público de Parnaíba, mobilizar a população trans para participação presencial de eventos como esse é um desafio, porque, inicialmente, é difícil saber o tamanho do público-alvo e encontrá-lo em sua totalidade, já que a divulgação tem suas limitações e não chega a todas as pessoas. Além disso, a universidade é um espaço que assusta e a transfobia institucional faz com que nem todo mundo se sinta confortável e merecedor de estar naquele espaço sem ser estudante. Existe também a falta de empregabilidade ou de salários dignos, fatores que se convertem em falta de renda e são determinantes, se transformam em dificuldades de acesso, mobilidade e transporte para esses espaços (Licciardi *et al.*, 2015).

Nessa perspectiva, é fundamental entendermos o conceito de pertencimento através de uma visão crítica como a da intelectual, mulher negra e feminista antirracista bell hooks (2009), para grupos sociais minorizados, pertencer se trata muitas vezes de superar alguns sistemas de opressões que ordenam a lógica de certos espaços, que podem ser sexistas, racistas, transfóbicos, capacitistas, entre outras formas de discriminação que negam e ferem a presença desses grupos. Para hooks, o pertencimento deve ser uma prática transformadora que constrói comunidades mais justas e equânimes, capazes de promover inclusão, solidariedade, cuidado mútuo e acolhimento.

Na conjuntura do evento, o horário também foi um desafio para parte desse grupo que geralmente não tem rede de apoio, precisa trabalhar muito e, se tiver filhos, não tem horário vago disponível, o que diminui o seu interesse em participar de discussões sociais, focando apenas em sobreviver. Estratégias precisam ser adotadas para o êxito desse tipo de evento tanto pela UFDPar, quanto pela organização do evento e até pelo próprio município, que poderia ser um apoiador, como a expansão da divulgação em redes sociais e também de forma presencial para explicar a importância do evento de uma forma acessível e até questionar que horários preferem, a disponibilização de transporte para buscar essas pessoas, oferecimento de alimentação e todo tipo de ação que auxilie a engajar esse público. Com as participações que tivemos durante o evento, foi visível o quanto foi um espaço de troca extremamente importante e que deveria ocorrer mais vezes com mais pessoas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos sociais de travestis e transexuais historicamente vêm produzindo narrativas que tensionam e denunciam um Estado que insiste em apagar a população trans e produzir políticas de aniquilamento. As políticas públicas existentes precisam ser

ampliadas para travestis e transexuais reconhecendo a importância da interseccionalidade no processo de construção de ações que de fato alterem a realidade dessa população.

A representatividade não deve ser utilizada para justificar práticas de silenciamento nos dispositivos de saúde, pois existem pluridiversidades na população de travestis e transexuais. Ademais, movimentos sociais se configuram como coletivo e esse movimento luta para que todas as corporalidades trans interseccionadas acessem a saúde com dignidade. É importante enfatizar que a saúde que travestis e transexuais reivindicam perpassam ao acesso a hormonização, pois compreendemos que as políticas públicas devem ser construídas e pensadas sobre a saúde mental de travestis e transexuais. As políticas de afirmação de gênero e modificação corporal são de extrema importância na promoção de saúde mental para a população travesti e transexual, uma vez que a hormonização pode ajudar na redução da ideação suicida e nos sintomas depressivos (Azevedo *et al.*, 2025).

Os avanços no âmbito da saúde acerca das especificidades da população de travestis e transexuais negras e negros são tímidos e ameaçados constantemente por políticas antitrans. O fantasma biologizante e a polícia de gênero; ferramentas que se somam para deslegitimar vidas de travestis e transexuais em todas as esferas sociais. O Estado Democrático e de Direito é uma ficção para a realidade de travestis e transexuais o que torna essa população vulnerabilizada.

Esse manifesto político/trabalho científico é uma estratégia ancestral de somar forças com pessoas trans e cis aliadas no enfretamento da transfobia e racismo e outros marcadores sociais, que impactam diretamente no status de cidadania da população trans, corroborando com a morte física e social por falta de compromisso da sociedade e do Estado em construir um país onde corporalidades trans migre do status de sobreviver para viver gozando dos direitos, tal qual está na Constituição Federal.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Thiago Aparecido; MISAKA, André Katsuyoshi; HANASHIRO, Mariko. Formas de resistência e aquilombamento das pessoas transexuais no Brasil. **Serviço Social em Debate**, v. 6, n. 2, 2023.

AZEVEDO, Dandara da Silva; SILVA, Pedro Rafael Alves da; SILVA, Juliana Mendes da; BARROS, Maria Júlia Ribeiro; ALMEIDA, Maria Clara de; FREIRE, Sara Emília de Araújo. Processo hormonizador e saúde mental da população trans: revisão sistemática. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, São Paulo, v. 8, n. 18, e082017, 2025. Disponível em: https://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/2017. Acesso em: 13 jul. 2025.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. A diferença trans no gênero para além da patologização. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 5, p. 87-100, 2016.

BENTO, B. Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação? **Cadernos Pagu**, e185305, 2018.

BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**, v. 4, n. 1, p. 165-182, 2014.

BERNARDO, T. **Persistence and transformations of Brazilian racism**. Anuac, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Editora José Olympio, 2018.

CONNOLLY, M.; ZERVOS, M.; BARONE, C.; JOHNSON, C.; JOSEPH, C. The mental health of transgender youth: advances in understanding. **The Journal of Adolescent Health**: **official publication of the Society for Adolescent Medicine**, v. 59, n. 5, p. 489-495, 2016.

DE OLIVEIRA, Marcelo de Jesus; DOS SANTOS, Paulo Roberto Alves. Interseccional e aquilombamentos: vozes 'transvestis'negras em movimentos culturais de rua. **Seminário interdisciplinar de pesquisa**, 2023.

FAVERO, S. **Pajubá-terapia**: ensaios sobre a cisnorma. Porto Alegre: Nemesis Editora, 2020.

FISCHER, S.; VAZ, A. Manhãs de setembro e pertencimento familiar: imagens de (in)cômodos domésticos. **Comunicação & Inovação**, v. 23, n. 52, 2022. DOI: 10.13037/ci.vol25n52.8530. Disponível em: https://www.seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/8530. Acesso em: 19 mar. 2025.

GIACOMETTI, Fabiana Aparecida Prenhaca. **O nome do homem casado**: a cultura masculina e a função social do sobrenome. 2019

GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan; CAETANO,Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

hooks, bell. **Pertencimento**: uma cultura do lugar. Nova York: Routledge, 2009.

HUMANOS, D. U. D. D. **Declaração universal dos direitos humanos**, 2015.

KRIZIZANOWSKI JUNIOR, Amauri; ZAMPIERI, Natalia Teodorovicz; BITTENCOURT, Ramon Maia; TAGLIAMENTO, Grazielle; SILVA, Andreza Cristina da. Acesso ao mercado de trabalho formal: desigualdades de gênero entre mulheres e homens trans. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 15, n. 46, p. 197–211, jul./dez. 2022.

LICCIARDI, N.; WAITMANN, G.; OLIVEIRA, M. **A** discriminação de mulheres travestis e transexuais no mercado de trabalho. **Revista Científica Hermes**, v. 14, p. 201-218, 2015.

LOPES, F.; SANTOS, R. **Histories and narratives of the first generation of travestis in Rio de Janeiro**. Transversal: International Journal for the Historiography of Science, 2024.

MAGALHÃES, Luiza Gomes. **Barreiras de acesso na atenção primária à saúde à travestis e transexuais na região central de São Paulo**. 2018.

KRISTEVA, Julia. **Poderes de la perversión**: ensayo sobre Louis-Ferdinand Céline. Ciudad de México: Siglo XXI, 2004.

MENDES, W.; SILVA, C. Homicídios de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT) no Brasil: uma análise espacial. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 5, p. 1709-1722, 2020.

MENESES, Michele Neves et al. Tendas do afeto como um'coração'em pulsação popular na extensão em saúde. **Rev. APS**, p. 544-547, 2015.

MOREIRA, M. I. C.; PATELLI, C. F. TranspareSer: autonomia e exercício de direitos de um coletivo de pessoas transexuais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. spe3, p. e228497, 2019.

MORENO, Jacob Levy; MORENO, Z. T. **Psicodrama**: Terapia de ação e princípios da prática. Daimon. (Obra original publicada em 1969), 2006.

NASCIMENTO, L. Transfeminismo: as vozes do traviarcado. **Notícias, Revista Docência e Cibercultura**, 2023.

PALHA, A. Transfeminismo e construção revolucionária. **Margem Esquerda**, v. 33, p. 11-18, 2019.

PARMENTER, J.; GALLIHER, R.; MAUGHAN, A. LGBTQ+ emerging adults perceptions of discrimination and exclusion within the LGBTQ+ community. **Psychology & Sexuality**, v. 12, p. 289-304, 2020.

PRECIADO, P. B. **Testo junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2023.

PREU, R. O.; BRITO, C. F. Patologização da transexualidade: uma leitura crítica das transformações ocorridas nas três últimas versões do DSM. **Revista Gênero**, v. 19, n. 2, p. 134-154, 2019.

RAYARA, Megg. Por que você não me abraça. Reflexões a respeito da invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros. **SUR**, p. 167-179, 2018.

RODRIGUES, J.; NASCIMENTO, E. Um transfeminismo em rede: os nossos movimentos vêm da ancestralidade. **REBEH**, 2024.

ROSA, Eni Beatriz Pires de Resende. Cisheteronormatividade como instituição total. **Cadernos PET-Filosofia**, v. 18, n. 2, p. 59–103, 2020.

Recebido em: 25/03/2025
Aceito em: 07/08/2025

TRABALHOS ARTÍSTICOS

CORPO QUE RESISTE, ALMA QUE LUTA

A BODY THAT RESISTS, A SOUL THAT FIGHTS

Uanderson da Silva Lima[1]

Meu corpo, minha identidade
Para muitos, um local de prazer
Para mim, um local de resistência
Por isso serei forte e lutarei
Por uma sociedade que me respeite

Num país onde há mais mortes Trans
Minhas irmãs, são silenciadas
Em um estado que está entre os dez que mais ceifam suas vidas
Que são tiradas pelo simples fato de serem quem são

Para eles, o corpo delas é visto como apenas local de prazer
Um objeto que pode ser usado e ninguém saber
Mas, não — elas são mais do que isso

E o ciclo continua...

Quantas de nós, população LGBTQIAPN+, já fomos silenciadas?
Já fomos expulsas de casa, só por sermos quem somos
Essa tentativa de nos calar não passa em branco

Meu corpo é resistência
Minha luta é por um país melhor
Resistir aos preconceitos, aos olhares, cochichos
Às vezes, as pernas fraquejam
Mas seguimos e resistimos

[1] Mestre em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEnsino) da Universidade do Vale do Taquari (Univates). Professor da Secretaria Municipal de Educação de Lucas do Rio Verde–MT, com atuação no Atendimento Educacional Especializado (AEE), na Sala de Recursos Multifuncional (SRM) da Escola Municipal Professor Marcelino Espíndola Dutra.

Teu olhar, teu julgamento
Não me atingem mais, pois agora sou resistência
Contra essa opressão
Que tenta me deslegitimar — mas não deixarei, não

Vou seguir lutando
Por mim, minhas irmãs e irmãos
Por vocês, serei resistência

Recebido em: 08/10/2025
Aceito em: 23/10/2025



REVISTA COR LGBTQIA+

ISSN 2764-0426